

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

ANTÔNIO ALEXANDRE ISIDIO CARDOSO

**NEM SINA, NEM ACASO
A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e
o território amazônico
(1847-1877)**

**FORTALEZA
2011**

ANTÔNIO ALEXANDRE ISIDIO CARDOSO

NEM SINA, NEM ACASO

A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o
território amazônico
(1847-1877)

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do
Programa de Pós-graduação em História Social, do
Centro de Humanidades Universidade Federal do Ceará-
UFC, como parte dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes

FORTALEZA
2011

“Lecturis salutem”

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

C26n Cardoso, Antônio Alexandre Isidio
Nem sina, nem acaso [manuscrito]: a tessitura das migrações
entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). /
Antônio Alexandre Isidio Cardoso. por Antônio Alexandre Isidio
Cardoso. - 2011.

244f. : il. ; 31cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará,
Centro de Humanidades, Departamento de História,
Programa de Pós-Graduação em História Social.
Fortaleza (CE), 20/04/2011.

Orientação: Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes
Inclui bibliografia

1-MIGRAÇÃO INTERNA – AMAZÔNIA – 1847-1877. 2-MIGRAÇÃO
INTERNA – CEARÁ – 1847-1877. 3-TRABALHADORES DA FLORESTA –
AMAZÔNIA – 1847-1877. 4-TRABALHADORES MIGRANTES –
AMAZÔNIA – 1847-1877. I- Funes, Eurípedes Antônio Funes, orientador.
II- Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação em
História. III- Título.

35/11

CDD (22ª ed.)

304.881130813109034

NEM SINA, NEM ACASO
A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o
território amazônico
(1847-1877)

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em História Social, do Centro de Humanidades Universidade Federal do Ceará – UFC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

APROVADO EM: _____ / _____ / _____

Professor Dr. Eurípedes Antônio Funes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará
Departamento de História

Professora Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Universidade Federal do Amazonas
Departamento de História

Professora Dra. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará
Departamento de História

Professor Dr. Frederico de Castro Neves (suplente)
Universidade Federal do Ceará
Departamento de História

FORTALEZA
2011

Para Alba e Davi.
Toda gratidão, admiração e amor.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que direta ou indiretamente participaram da elaboração da dissertação. Logo, sempre serão poucas as palavras de agradecimento e gratidão para com elas.

Listo primeiramente os amigos dos momentos “pé sujo”, que acompanharam toda minha trajetória, sempre com palavras de incentivo, ou mesmo “solicitando” que me calasse e parasse de falar de pesquisa, para dar atenção aos outros nobres assuntos da mesa de bar. Agradeço ao João, Felipe, Cristiê, Auriene, Rosa, Sarah, Cícera, Jana, Nívea, Gil, Kall, Camila, Kaká (vulgo Berna), Raiana, Amanda, Nonato, Regilane, Solange, Sheila, Hermilênia, Cleide, Prima (vulgo Eli), Gustavo e Joaquim. Deles vem a certeza que a vida não é feita só das coisas da academia.

Agradeço aos colegas do mestrado, Carmen, Priscila, Juliana, Marise e Rubem, pelas discussões calorosas ocorridas na sala de aula, que continuavam quando a gente estava comendo um “cai duro” no intervalo. Deles vem a noção do companheirismo e o compartilhamento dos problemas, que muito ajudaram nos percursos da dissertação.

À Aline, Lara, Patrícia e Cris, mulheres da minha vida, nunca vou conseguir agradecer o suficiente. Delas vem a certeza de que tenho onde me segurar, mesmo quando não houver mais chão.

Sou imensamente grato também ao meu orientador Eurípedes Funes, que soube ter paciência com minhas “viagens” (não só no sentido geográfico), e que me colocou em contato com o mundo da pesquisa nos arquivos e bibliotecas amazônicos. Seu conhecimento sobre o tema, apoio e entusiasmo foram fundamentais para a produção do trabalho. Suas ideias me ajudaram a pensar de uma maneira diferente a problemática das migrações. Dele vem a inspiração e o exemplo de pesquisador.

Agradeço aos professores Frederico Neves e Kênia Rios pelas valiosas considerações no momento da qualificação, que ajudaram a aguçar meu olhar para questões ainda pouco visíveis. Suas críticas e indicações de leitura foram

importantíssimas, e me ajudaram em vários dos momentos de angústia e dúvida. Deles vem a lembrança da busca da excelência da produção acadêmica, mas não com aquela imagem clássica (sisuda e chata), e sim com um clima de amizade e acolhimento, sem perder a criticidade, tão necessária a apreciação de uma dissertação.

Tenho dívidas também com o professor Frank Ribard, que durante a disciplina de Tópicos Especiais em Trabalho e Migrações apresentou em seu plano de trabalho vários textos de peso, que mudaram muitas das minhas percepções sobre o tema. As discussões em suas aulas foram aproveitadas de maneira significativa em muitos momentos da escrita e análise das fontes. Dele vem a aprendizagem do respeito ao debate, e a percepção da importância de ouvir e respeitar posicionamentos diferentes.

Ao longo do percurso da escrita passei muitos meses visitando outras cidades, e nesses locais conheci muita gente que contribuiu com o trabalho, me ajudando de diversas formas. Em Belém fui recebido gentilmente na casa da amiga Vanice Melo, colega do mestrado em História da UFPA. Ela me orientou nas minhas andanças na cidade, me ensinando desde o itinerário dos ônibus até a ciência de comer açaí com farinha, ou ainda com “comida de panela”. Agradeço a Vanice também o final de semana em Mosqueiro “de onde dava pra ver a ilha de Marajó”, e os banhos de Igarapé com a “galera”, apesar de todo mundo estar com medo das “visagens”, da mãe d’água e do mapinguari. Agradeço também a mãe da Vanice, Dona Nazaré, pela sua imensa generosidade e compreensão, afinal, como ela dizia: “estudante tem que se ajudar”. Ainda na cidade de Belém, agradeço a professora Franciane Gama Lacerda, que atenciosamente e pacientemente ouviu minhas reflexões sobre a pesquisa por quase uma manhã inteira no CENTUR, me dirigindo palavras de incentivo e me indicando locais de investigação na cidade. Também agradeço a professora Magda Ricci que ainda em 2007, quando estava na graduação e nem tinha idéia do projeto, me apresentou o Arquivo Público do Pará, um dos melhores e mais acolhedores locais de pesquisa que já visitei.

Também fui a Manaus. Cidade que estranhei, desde a “dura poesia concreta das esquinas” até o calor abafado. Mas, quem disse que isso seria o suficiente para desgostar de Manaus? Posso dizer que minha estadia na

cidade (longa estadia, como diria o Eurípedes!) foi a época de maior aprendizagem da minha vida. De Manaus, agradeço primeiramente a Alba e Davi, a quem dedico este trabalho. Ao Davi, interlocutor, companheiro e leitor das primeiras versões do texto, e a Alba que me salvava as sextas-feiras com suas doces palavras: “vamos pro mundo!”. Tal expressão era a *senha* para o Armando, Chão de estrelas, Gestinha, Moinho (fonron-fon-fon...)... Eu amo a Alba e o Davi, e aprendi através deles a também amar a cidade.

Em Manaus, ainda devo agradecer ao Dysson, colega do mestrado em História da UFAM, que me recebeu e orientou no Museu Amazônico, e que me ajudou na conquista do “Castelo de Greyskull” (junto com a Alba, Davi, Marlucia, Luciana...), em outras palavras, a conquista foi conseguir entrar no arquivo da Biblioteca Arthur Reis. Da BAR tenho que agradecer a Dona Isete, Dona Georgina, Dona Alzira e Dona Clara, que me deram apoio durante meus vários meses de pesquisa na biblioteca. Ainda dentro da “problemática” Arthur Reis agradeço imensamente ao professor Fernando Dumas e a José Roberto Reis, que foram interlocutores importantíssimos na minha trajetória de pesquisa em Manaus.

Sou grato também a Marlucia e Luciana do IGHA, mesmo que elas me chamassem de calango (considero um apelido carinhoso) e dissessem que eu tinha ido para Manaus só para beber a água do rio Negro (querendo enganar todo mundo dizendo que era pesquisador). Elas foram fundamentais na época da leitura do periódico *Estrella do Amazonas*, me franqueando amplo apoio e liberdade, tão importantes para desenvolver um trabalho de pesquisa. Tenho dívidas também com Ana Holanda e Janete do Arquivo Público do Amazonas, que me ajudaram e disponibilizaram apoio e atenção, me acolhendo e me fazendo rir (isso da parte da Janete), contando suas piadas de “velha assanhada”. Não poderia deixar de registrar também meus agradecimentos a professora Maria Luiza Ugarte e ao professor Luís Balkar, que sempre me incentivaram e me apresentaram vários caminhos para seguir minha vida de pesquisador em Manaus.

Vamos ao Acre agora! Em Rio Branco fui recebido gentilmente pelo professor Cleto Barbosa da UFAC, que me foi apresentado pelo Eurípedes. O Cleto me acolheu em sua casa, me apresentou a cidade, me explicou os caminhos para chegar aos locais de pesquisa em Rio Branco, além de discutir

comigo horas a fio sobre a dissertação (me presenteando com muitas contribuições). Ou seja, ele foi meu guia e amigo na cidade, até nos momentos mais difíceis, quando descobri que no Acre poderia fazer muito frio, (8 graus centígrados no final da tarde), ele me emprestou casaco e roupas para enfrentar a friagem. Ao Cleto, levando em conta tudo isso, sou muitíssimo grato.

De Rio Branco indo para Boca do Acre-AM. Lá encontrei Mário Diogo de Melo e Dona Floripes, que foram muito solícitos e me cederam uma rica entrevista, que ajudou a pensar grande parte da escrita do presente trabalho. Mário Diogo, assim como muitos outros em Boca do Acre, fazem parte da geração de filhos, netos, bisnetos, tataranetos, etc, de cearenses que guardam tantas memórias (além de outras fontes) sobre a tessitura do processo migratório que pesquiso. Agradeço ainda ao professor Carlos Sales e ao Antônio Ferreira, que ajudaram no contato com Mário Diogo, e que me levaram para conhecer os seringais e lugares de memória da margem esquerda do Purus, experiência importantíssima, e que nunca poderia deixar de agradecer.

Voltando ao Ceará, sou grato a minha família pela paciência e pela compreensão do meu momento “desgarrado” de viajante e pesquisador. Especialmente agradeço a minha Mãe, Dona Assunção, que nas ocasiões dos embarques no aeroporto, mesmo não gostando da ideia de ver seu filho ir para longe, me dizia: “Vá e vença”. Não sei se venci, mas pelo menos consegui aprender muita coisa com essa dissertação, lições que, sem dúvida alguma, vão muito além do trabalho acadêmico. Só sei fazer assim, por isso amo o que faço.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao CNPq, que financiou esta pesquisa, possibilitando financeiramente minha ida a tantos lugares, os quais não teria condições de conhecer sem o fomento da bolsa de mestrado.

**Na primeira vez fui para o Purus,
na segunda fui para o Juruá,
na terceira para o Xingu,
na quarta vou para o Acre.
Nós somos gente teimosa.
Não viemos de bonito.**

**Francisco de Souza, de Crateús-Ceará,
em sua quarta viagem rumo ao território amazônico em 1942**

**...nenhum modo de produção, e portanto,
nenhuma ordem social dominante, e
portanto, nenhuma cultura dominante,
nunca, na realidade, inclui ou esgota toda a
prática humana, toda a energia humana, e
toda a intenção humana.**

Raymond Williams

Resumo

As migrações de cearenses para o território amazônico no século XIX são comumente associadas a decisões estatais ou a períodos de estiagem, deixando pouco ou nenhum espaço para a discussão do papel dos próprios migrantes nesse processo. A presente dissertação busca ir além desse tipo de raciocínio reducionista - que oblitera os migrantes e suas experiências – de modo a entrever outras possibilidades de leitura do fluxo, entendendo a tessitura, não feita por acaso, e nem condicionada por uma sina, situando as ações dos sujeitos em seu bojo. Fontes como jornais, relatos oficiais, literatura, memórias, dentre outras, foram utilizadas objetivando perseguir o rastro dos migrantes, tendo em conta suas intervenções diante das travessias. Desse modo, destacar-se-á neste trabalho o estudo das motivações, dos anseios, presentes entre os milhares de homens e mulheres que migraram rumo a região amazônica nos oitocentos.

Palavras-chave: Migrações; Trajetórias; Ceará; Amazônia; Amazonas

Abstract

The migration of people from Ceará toward Amazonian territory in the nineteenth century are usually associated with government decisions or the periods of low rainfall, without paying attention to discussion of the role of migrants themselves in this process. This work tries to go beyond this kind of reductionist thinking - which obliterates the migrants and their experiences - trying to look at other possibilities of reading the flow, understanding their development, not be without logic, and not imposed by fatalism, putting people's actions in historical process. Documents such as newspapers, official reports, literature, memoirs, among others, were used in order to pursue the trail of migrants, examining their interventions. Thus, this study will highlight some dimensions of the motivations, desires, placed among the thousands of men and women who have migrated towards the Amazon region in the nineteenth century

Keywords: Migration; Trajectories, Ceará, Amazônia; Amazonas

Abreviaturas

BPMP – Biblioteca Pública Menezes Pimentel

IHGC – Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará

CENTUR – Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves

GLP – Grêmio Literário Português

APAM – Arquivo Público do Amazonas

IGHA – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

LHIA – Laboratório de História da Imprensa do Amazonas

CDIH – Centro de Documentação e Informação Histórica

Mapas, tabelas e imagens

Mapas

- 1 – Bacia Amazônica; p. 87
- 2 – Localização da região de Boca do Acre; p.104

Tabela

- 1 – Quantidade de borracha exportada 1825-1860; p.54

Imagens

- 1 – Rio Purus; p. 183
- 2 – Escola João Gabriel; p.184
- 3 – Cidade de Boca do Acre, frente da Escola João Gabriel; p.185
- 4 – Boca do rio Acre; p. 195

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 POSSIBILIDADES DO MUNDO AMAZÔNICO.....	36
1.1 Os acenos do Norte.....	42
1.2 Fronteiras de sentido e os sentidos da fronteira.....	57
1.3 Mundos do trabalho na floresta: os ares do <i>Inferno Verde</i>	70
1.4 Os migrantes e o horizonte amazônico.....	78
2 TRAJETÓRIAS NARRATIVAS E NARRATIVAS DE UMA TRAJETÓRIA: JOÃO GABRIEL DE CARVALHO E MELO, CEARENSE, MIGRANTE, PAROARA	91
2.1 As leituras da fuga.....	96
2.2 João Gabriel de Carvalho e Mello no mundo amazônico.....	111
2.3 As tintas do Paroara.....	135
3 NEM SINA, NEM ACASO.....	148
3.1 A seca e as migrações.....	148
3.2 Migrações, representações e a territorialidade amazônica.....	160
3.3 Migrantes, de vítimas no Ceará a heróis no território amazônico.....	168
3.4 Memórias e Migração.....	181
3.4.1 Reminiscências de Mário Diogo de Melo.....	187
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
5 REFERÊNCIAS E FONTES.....	206
6. ANEXO - entrevista com Mário Diogo de Melo.....	219

APRESENTAÇÃO

Os caminhos trilhados para redigir essa dissertação foram muitos, assim como as cidades e pessoas que estão presentes em cada uma de suas linhas. Segui os trajetos que muitos dos migrantes cearenses fizeram, mas diferente deles, fui em busca dos arquivos, das bibliotecas, dos contadores de histórias, das memórias, e das várias outras possibilidades de fontes encontradas em terras amazônicas. Por isso, a tarefa de iniciar o trabalho, de redigir suas primeiras palavras, deixa uma sensação ambígua, misturando contentamento e inquietação. Esse emaranhado de sentimentos vem das lembranças dos tantos momentos que atravessaram a sua construção, rememorando os debates acalorados com os amigos, assim como as várias madrugadas solitárias, cujo silêncio somente era quebrado pelo barulho da chuva, dos *carapanãs*, ou dos ônibus que às 4 da manhã passavam no *Boulevard* em busca dos operários para mais um dia de trabalho no distrito industrial da zona franca de Manaus.

Ao pensar na capital do Amazonas de hoje, cidade que me acolheu durante muitos meses, é evidente uma dissonância de temporalidades, pois viver o tempo da chuva, das cheias dos rios, dos peixes, para a maioria da população urbana não modifica em nada seu tempo e regime de trabalho. Talvez somente o início da lida antes do sol raiar venha *permanecendo*. Na história dos momentos de construção do presente trabalho essas diversas ocasiões se misturavam, fazendo parte e sendo interlocutoras da escrita do texto. Aquelas pessoas que iam e vinham diariamente nos ônibus da madrugada me faziam pensar em outras idas e vindas, bem distantes no tempo, que fizeram parte do cotidiano da Manaus do século XIX. Cidade que continua sendo a porta de entrada para os altos rios da bacia amazônica, mas que hoje vive outras temporalidades. Acho que de algum modo eu também vivi essa mistura dissonante.

Outra forte lembrança que vem a tona diz respeito às ocasiões de pesquisa vividas nos muitos outros locais visitados (nas cidades de Fortaleza, Belém, Rio Branco e Boca do Acre), onde a aprendizagem foi imensa, fazendo aumentar a certeza da pequenez desta dissertação, principalmente levando em

conta as enormes possibilidades de fontes sobre o tema ainda aguardando pesquisadores. Valeu a pena perseguir os rastros, atentar ao movimento dos migrantes nesses diversos locais, pois com esse indicativo muitas questões vieram a lume, apontando, inclusive, dimensões pouco ou nada consideradas na maioria dos trabalhos que abordam as travessias.

Importa salientar nessa perspectiva a relevância da análise das motivações que levaram ao deslocamento, que longe de figurarem através de uma indumentária monocausal, apresentaram uma rica e complexa diversidade. Os migrantes apareceram nas fontes expressando suas vontades, muito distantes das representações de sujeitos alheios aos seus destinos e a sua história. Muitos foram em direção ao território amazônico a partir de contatos pessoais, familiares, através de redes de sociabilidades, que aqui serão situadas dentro da problemática, como importantes fatores também presentes na tessitura dos deslocamentos. Em vários momentos foi possível detectar seus anseios, seus posicionamentos diante dos problemas.

Pode-se dizer que o vale amazônico e a Província do Ceará, mundos dissonantes, travaram contato através desses sujeitos. Seus povos, por séculos absortos uns dos outros, aos encontrões, acotovelaram-se, friccionando-se, encarando-se, atualizando rugas coloniais. Os enfrentamentos conformavam a substância do cotidiano, os primeiros contatos revelavam as novidades e as agruras. Os desafios da alteridade iam além do contato com o *outro* humano, pois, havia a necessidade de sentir a floresta, vivê-la, lentamente, aprendendo a reconhecer outras temporalidades, na cadência de outra sociedade, encampada pelas matas, rios, e seus habitantes, convivendo com o tempo da cheia, da vazante, da chuva, do aprendizado da faina, atribuindo sentidos a nova vida, sem perder de vista os sertões distantes, que permaneciam cintilando na memória.

A presente dissertação discutirá algumas dimensões da tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico, entre 1847 e 1877. A referida periodização foi escolhida tendo em vista duas ocasiões de significativa importância para o estudo do processo histórico em questão. A primeira relacionada ao deslocamento do cearense João Gabriel de Carvalho e Mello rumo à floresta em 1847, sujeito que se envolveu grandemente com a constituição do fluxo (não sendo, contudo, o único responsável), tendo feito

várias vezes o percurso entre os dois territórios, sempre acompanhado de trabalhadores. Sua trajetória esteve ligada diretamente aos formatos da criação da Província do Amazonas (1852), que tinha entre suas maiores demandas (observadas através dos relatos oficiais) o aumento do contingente de mão de obra em suas terras. Esse processo ainda é acompanhado pela criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1853), que paulatinamente possibilitava as idas e vindas de pessoas e mercadorias através da bacia, facilitando e contribuindo igualmente para a entrada de trabalhadores. A segunda ocasião, que encerra a periodização ora abordada, trata das problemáticas da grande seca de 1877, momento em que houve um incremento das possibilidades da migração e um significativo aumento dos deslocamentos, tendo em conta a intervenção do Estado, que passou a interferir também na organização das travessias, com políticas de socorros públicos e subsidiação de passagens para os que almejavam se retirar da Província do Ceará.

Nesse íterim (1847-1877) serão apontados alguns indícios da conformação de um fluxo de deslocamentos, cujos formatos tiveram íntima relação com ações permeadas pela sociabilidade dos migrantes, em seus contatos e intervenções com as possibilidades da travessia. Em outras palavras, não será delegado sumariamente a fatores estruturais (decisões estatais, pressões econômicas, ou intempéries climáticas) todo o peso explicativo, incluindo, nesse cenário, a presença das intenções e escolhas das pessoas que viveram o processo na pele. Essa é a chave de análise que permeará todo o texto.

Para tanto, fez-se necessário em alguns momentos elaborar uma argumentação crítica direcionada ao diálogo com vários autores, que trazem a lume uma discussão onde o espaço de ação das pessoas é exíguo ou mesmo nulo, na medida em que é esboçada uma ideia das migrações como produto de condicionantes estruturais. Majoritariamente, esses trabalhos elegem a seca de 1877 como momento de gênese das migrações, em sintonia com os interesses do Estado, que almejava “livrar-se” dos milhares de retirantes que chegavam diariamente a Fortaleza (e também a outras cidades), tudo isso sintonizado com a demanda que o território amazônico tinha por trabalhadores. Serão apontadas alternativas para pensar as travessias, onde estarão presentes

componentes pouco usuais, incluindo (em sintonia com os demais fatores) as expectativas e desejos dos muitos que empreenderam o deslocamento.

Diante dessa intenção, foi preciso fazer uma leitura bastante acurada das fontes, no sentido de tentar enxergar em meio à diversidade de falas existentes nos jornais, relatos oficiais, cartas, literatura, crônicas, um caminho para alcançar o posicionamento dos migrantes diante da possibilidade da movimentação. Uma tarefa bastante desafiadora, ao passo que na grande maioria das vezes os testemunhos deixados pelos sujeitos são encontrados através de relatos de outros, como dos periódicos e documentação oficial, restando ao historiador buscar brechas na composição da fonte, na tentativa de se aproximar das vivências humanas e seu campo de ação. Foi nesse sentido que os esforços analíticos da pesquisa foram direcionados, não perdendo de vista os indícios, os rastros deixados pelas pessoas aqui perseguidas. A atenção aos pequenos detalhes, algo que numa leitura apressada provavelmente passaria despercebido, foi um dos focos do encaminhamento da investigação. A cada palavra, a cada recurso discursivo observado, poderiam ser indicados caminhos para pensar mais questões.

Foram analisadas as nuances do contexto no qual estavam ambientados os deslocamentos, onde foi possível não somente detectar a presença de intencionalidades, mas a ambiência de suas composições. No diálogo com as fontes, portanto, foram lidas referências que alentavam a possibilidade do deslocamento para o mundo amazônico como um recurso bastante propagandeado, advindo de um conjunto de interesses evidentes em sua pluralidade, onde estavam inclusos desde objetivos de Estado (relacionado a uma política de colonização), até as tramas das comunicações e sociabilidades abertas grandemente com a facilitação da navegação da bacia amazônica (após a implantação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas). Esse será o tema central do **primeiro capítulo: Possibilidades do mundo amazônico**, que objetivou analisar a articulação de interesses e ações levadas a cabo no intuito de torná-lo propício a entrada de trabalhadores na floresta.

Serão colocadas em questão as representações constituídas em consonância com o referido processo, tendo em vista a elaboração (ou reelaboração) de uma faceta paradisíaca dos rios e matas amazônicos, que

podem ser observados de maneira bastante clara no tom enfático dos relatos oficiais, principalmente nas primeiras falas da recém-criada Província do Amazonas, nos anos 1850. Embutidos nesses esforços também estavam situados os trabalhos que almejavam levar adiante uma política de colonização do vale amazônico, cuja responsabilidade recaía sobre a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que, em troca do monopólio de navegação da bacia, responsabilizou-se pelo projeto oficial, encaminhando trabalhadores e oferecendo condições de manutenção para suas atividades na floresta. Nesse cenário foram localizadas várias contendidas, principalmente no que diz respeito a matriz produtiva estabelecida nas colônias. Havia um grande interesse entre os dirigentes da província em propagar a agricultura nas terras amazônicas, como meio de baratear e variar os gêneros alimentícios disponíveis, além de atuar na sedentarização dos novos habitantes, de aproximá-los dos olhos do Estado.

Contudo, apesar dos esforços empreendidos, era notória a grande marcha do extrativismo, que ganhava força no decorrer da segunda metade do século XIX. Essa conjuntura era responsabilizada pelo enfraquecimento da política de colonização, levando em conta que grande parte dos trabalhadores abandonava suas atividades voltadas a semeadura, indo na direção da extração dos chamados “produtos espontâneos”, que na visão oficial denegriam os intentos de fixar a população. Eram condenadas as atividades extrativistas como razão da dispersão populacional, que redundava no abandono das colônias, vilas e povoados. Destacava-se nesse cenário o látex, à época somente produzida no território amazônico, que com o passar dos anos foi tornando-se o principal produto da pauta comercial das Províncias do Pará e Amazonas.

Estava em curso o que se convencionou chamar de *primeiro surto da borracha*, que potencializou grandemente o discurso fiado em imagens de um *Eldorado*, que nesse momento, além de exaltar uma natureza opulenta, trazia a lume a possibilidade do enriquecimento. Palavras como “febre” e “surto” eram utilizadas para denotar a velocidade assombrosa dos acontecimentos, da escalada vertiginosa da produção gumífera, cujo produto, o látex, passava a ser chamado de *ouro negro*. Tal denominação pode ser pensada como uma referência direta aos momentos de descobertas de minas auríferas, ou de

outros metais preciosos, quando milhares de pessoas deslocavam-se rumo aos focos da mineração, como no caso das Minas Gerais, ou mesmo, da Califórnia norte americana.

Essas áreas foram estabelecendo-se como território de fronteira, onde eram acrescidos de maneira significativa os conflitos em torno da busca das riquezas, embutidos no avanço sobre terras que não eram despovoadas, cujos habitantes nem sempre entravam em acordo com os formatos da sociedade que tentava se implantar em seu território. Tendo em vista esses aspectos, será pensada no texto a ideia de fronteira, como meio de discutir o avanço do extrativismo sobre terras indígenas, além de outras dimensões das explorações, que tiveram relação direta com variadas contendas relacionadas não somente as disputas em torno da terra, como também na atribuição de sentidos, de significados ao território. Esse momento pode ser caracterizado através das muitas incursões destinadas aos altos rios da bacia, principalmente o Purus, Juruá e Madeira, onde estava presente imensa quantidade de reservas de produtos das matas (que já escasseavam nas proximidades dos centros exportadores) como o látex. Serão colocados em questão os *sentidos da fronteira*, analisando a inter-relação entre os interesses econômicos e os formatos do avanço sobre outras territorialidades, que, alheias aos intentos do extrativismo, tiveram que lidar com estranhamentos, que muitas vezes redundavam em confrontos violentos. Com isso, tendo em vista a gravidade de tensões observadas entre diferentes visões de mundo, nos encontros e desencontros de culturas distintas, também serão analisados os formatos de *fronteiras de sentido*, cujo ângulo de abordagem recai sobre os enfrentamentos no nível dos significados, de maneiras de *dizer* a área fronteiriça.

Entre as pessoas envolvidas nesse processo estavam os migrantes advindos do Ceará, que viveram e experienciaram os problemas decorrentes do deslocamento numa área de fronteira e imprimiram novos significados a terra. Um dos aspectos que podem exemplificar tal situação refere-se ao regime e as relações de trabalho encontradas após a travessia, portadoras de significados lidos majoritariamente de maneira oposta aos adágios das representações atrativas do território amazônico. Estavam sendo plantados os ares de um *inferno verde*, que tinham íntima relação com os estranhamentos vividos pelos migrantes em seus primeiros contatos com a nova vida, e que

para muitos só piorava com o passar do tempo. O aprendizado do corte da seringueira, os códigos de conduta nos seringais, as dívidas contraídas através do sistema de aviamento, as febres da floresta, as contendas com os povos indígenas, dentre vários outros aspectos, foram sendo articulados como integrantes dos significados do *inferno verde*.

Serão analisados alguns autores que contribuíram com a discussão e a elaboração dessa representação infernal, como Alberto Rangel¹, cuja obra de maior peso chama-se *Inferno Verde*. Publicado pela primeira vez em 1908, o texto traz uma série de contos que falam, de modo geral, de uma personificação da natureza, de modo a associar as agruras vivenciadas pelas pessoas aos anseios de uma floresta vingativa, que atacava seus invasores. Todo o peso dos problemas enfrentados pelos homens e mulheres nas matas decorria das malvadezas da floresta, que dificultava ao máximo a vida das pessoas que desafiavam adentrar e ferir suas terras, tentando construir uma sociedade que não se afinava com a natureza.

Outro autor que tratou do tema foi Euclides da Cunha², que visitou a floresta como membro de uma comissão oficial enviada ao alto rio Purus em 1905, incumbida de mapear a área, recém-integrada às linhas territoriais do Brasil (tendo em vista a incorporação das terras do Acre em 1903). Na viagem ele anotou vários aspectos da vida levada pelos habitantes da floresta, entre eles os migrantes, com especial atenção ao regime de trabalho dos seringais, que foi veementemente condenado por Euclides.

Os mundos do trabalho da floresta, grandemente evidenciado por Euclides e pouco endossado em sua dimensão problemática por Rangel, será um dos temas discutidos na constituição de um horizonte de expectativas por parte dos que almejavam empreender a travessia. Serão colocados em questão os formatos da chegada dessas referências ao Ceará, examinando como foi tecida a possibilidade do deslocamento, como foram articulados os caminhos que levaram tantos a decisão de migrar. Nesse contexto, será estudada a figura dos *Paroaras*, homens que serviam de elo entre as terras

¹ RANGEL, Alberto. **Inferno Verde (Scenas e Cenários do Amazonas)**. Tours, Typographia Arrault & C^a, 1927.

² CUNHA, Euclides da. **À margem da história: Euclides da Cunha**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

amazônicas e o Ceará, como agentes do sistema de aviamento³. Seu trabalho consistia na tarefa de arregimentar trabalhadores dispostos a migrar, utilizando-se das mais variadas artimanhas de convencimento, baseadas, em suas linhas gerais, nas imagens atrativas. As notícias baseadas numa vida farta e sem dificuldades, e ainda com a possibilidade de enriquecimento eram fortes argumentos, que compunham um cenário com abundância em terras sem dono, águas e chuvas regulares, sem carências, onde enriquecer não era tarefa impossível, bem diferente da realidade de alguns herdeiros de Sísifo⁴ que labutavam no Ceará. O apelo era golpeante, tudo o que era sinônimo de riqueza para os sertanejos, tinha lastro nas representações das terras do gigante rio Amazonas, e mesmo o que era negativo, como os relatos sobre doenças, dívidas impagáveis, dificuldades de toda sorte, não demonstrava força diante das crescentes expectativas. O *eldorado* sobrevivia diante do *inferno verde*.

Contudo, mesmo diante da forte tendência elogiosa das terras amazônicas, que atingiam as expectativas de muitos sujeitos, havia quem enfatizasse e reiterasse sempre que essa perspectiva paradisíaca se tratava de um cruel embuste, de uma ilusão. Essas noções podem ser encontradas na obra de Rodolpho Theóphilo⁵, *O Paroara*, de 1899, que descreve a trama migratória de João das Neves, personagem que migra em direção ao Purus guiado pelo paroara João Simão, no final do século XIX. No enredo podem ser encontrados elementos que extrapolam a relação agenciador-agenciado, como um simples negócio de ordem econômica, pois existe a evidenciação das sociabilidades nesse processo. Simão, que havia saído do Ceará anos antes e que também vivera dificuldades em nome da sobrevivência, promove festas,

³ O aviamento significava uma prática econômica baseada no endividamento ou crédito que mantinha a cadeia de produtores das “drogas do sertão amazônico”, *aviando-os*, ou seja, fornecendo-os alimentos, armas, roupas, dentre outros gêneros, em troca dos produtos conseguidos na floresta. Esse sistema também estava atrelado ao transporte de trabalhadores para a floresta, a quem posteriormente eram cobrados os encargos da viagem, pagos em trabalho. Ver. WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

⁴ “Os deuses tinham condenado Sísifo a empurrar sem descanso um rochedo até o cume de uma montanha, de onde a pedra caía de novo, em consequência de seu peso. Tinham pensado, com alguma razão, que não há castigo mais terrível que o trabalho inútil e sem esperança.” (CAMUS, [s.d.] APUD FERRARINI, Sebastião. **Transertanismo: sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.15)

⁵ THEÓPHILO, Rodolpho. **O Paroara**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção social, 1974

apadrinha crianças, ostenta roupas, joias, que traduzem o símbolo de sua redenção, que teria sido alcançada com o trabalho na floresta. A maior força de convencimento, portanto, não estava necessariamente em suas falas sobre uma Amazônia sedutora, mas em seu *exemplo*, como um *igual* que conseguira prosperar em outras terras, e que naquele momento retornara para que seus patrícios pudessem seguir um caminho similar.

Porém, ao contrário das promessas do Paroara, após o deslocamento tudo parecia ser o contrário, tendo em conta as dificuldades que afluíam ante os estranhamentos da nova terra, que aguardava os migrantes com sua organização de trabalho baseada no endividamento, em meio a estradas de seringa encharcadas de onde não se podia mirar o céu, com rios imensos, mas que guardavam gigantescos perigos, com seus jacarés, piranhas e piraíbas. Toda essa indumentária narrativa é esboçada por Theóphilo, que contribuiu com uma crítica mordaz ao trabalho dos Paroaras.

O periódico *Retirante* foi outro veículo que argumentou de maneira incisiva contra a corrente migratória estabelecida entre o Ceará e as províncias amazônicas. Semelhante às críticas de Theóphilo nos idos de 1877 (portanto, antes da publicação de *O Paroara*), o jornal colocou em evidência em suas páginas durante várias semanas os testemunhos de um *Caboclo Velho* (certamente um pseudônimo utilizado como meio de transmitir uma ideia contrária aos deslocamentos), migrante que já em idade avançada teria seguido rumo aos altos rios da bacia, guiado por um Paroara. Originalmente, segundo o editorial do próprio *Retirante*, os relatos do *Caboclo Velho* teriam sido publicados em outro jornal, o *Cearense*, no ano de 1873, tendo sido republicados no intuito de atualizar e fortalecer as críticas, já que no ano de sua reedição (em 1877) o Ceará estava vivendo um período de estiagem marcado pelo fortalecimento do fluxo migratório para fora da província, especialmente para o Pará e Amazonas.

O *Caboclo Velho*, a exemplo do personagem João das Neves de Theóphilo, também é destinado ao rio Purus, onde à época existia uma forte exploração dos produtos da floresta. No caminho até o seringal onde seria posicionado como freguês, aos poucos, o migrante foi percebendo a diferença entre o que estava vivendo e as palavras do Paroara, que destoavam de maneira surpreendente. Após sua chegada no seringal, com pouco tempo de

trabalho, o Caboclo já falava do arrependimento de sua escolha, da ilusão que era a ideia de migrar, pois tudo era considerado fora de lugar e estranho, incluindo a terra, as águas, os animais, as doenças, tudo era desconhecido e diferente do Ceará. E ainda havia os problemas do trabalho, que em pouco tempo, ao invés de trazer dividendos, só acarretava na multiplicação das dívidas, consideradas impagáveis pelo migrante, que além do peso do trabalho extenuante, carregava nos ombros uma avançada idade.

Após essas impressões, o velho cearense chegava a uma conclusão, a grande culpada de sua desgraça não era sua expectativa de melhoria, nem seus sonhos de viver numa terra farta, mas as “descaradas mentiras” dos Paroaras, que retornavam ao Ceará para enganar seus patrícios, para lucrar com a penúria dos antigos companheiros. O momento de sua tomada de consciência é bastante interessante, quando o personagem condena os agenciadores, citando os nomes de alguns, que à época teriam sido responsáveis pelo encaminhamento de pessoas para a floresta.

Então com ambas as mãos a calva dizia: Oh! meu Deus, como é que em tão poucos dias me acho forçadamente a dever 600\$000 reis, será possível que eu não me possa libertar mais nunca?! No Ceará ninguém acreditar-me-há, entretanto isso é a pura verdade, e esta é a história de todos os cearenses que para cá tem vindo. Depois atormentado pelas densas nuvens de piuns e carapanãs, que de dia e de noite me faziam desesperar em completa allucinação comecei a gritar: - malditos sejam os *Joãos Gabriéis, Pinheiros, Duartes, Telles, Severianos, Nogueiras*, e toda essa infame súcia de pérfidos cearenses que com as mais descaradas mentiras tem ido iludir seus incautos patrícios para aqui vil-os a mais cruel e miserável escravidão.⁶

Entre os nomes indicados pelo Caboclo Velho está o de João Gabriel, que trabalhou com o encaminhamento de cearenses para as terras amazônicas durante largo período do século XIX. Em meio as informações conseguidas através dos relatos do velho migrante é possível entrever o funcionamento das atividades dos Paroaras citados, tendo em vista suas trajetórias como agentes. João Gabriel de Carvalho e Mello foi um desses homens, cujos percursos serão discutidos no **segundo capítulo: Trajetórias narrativas e narrativas de**

⁶ Biblioteca Pública Menezes Pimentel, setor de microfilmagem, 2ª carta do “Caboclo Velho” ao redactor do *Cearense*, Hyutananhã, 28 de Junho de 1873. In: *Retirante*, Domingo 12 de Agosto de 1877. Rolo n.036ª.

uma trajetória: João Gabriel de Carvalho e Mello, cearense, migrante, paroara.

Seus passos foram perseguidos no intuito de enxergar os mecanismos de atuação dos agentes do sistema de aviação, e, além disso, ao observar seus caminhos, foi possível entrever outras dimensões do fluxo migratório, não vinculadas a decisões estatais ou as secas, como comumente tem sido feito. Seu papel estava inscrito no nível das relações pessoais, dos vínculos estreitos entre pessoas de uma mesma localidade e até de uma mesma família. Sua fala era direta, interpretada por uma audiência de pessoas conhecidas, a maioria da localidade da Vila de São Francisco ou do sítio Mundahu, que atualmente corresponderiam a área de Uruburetama, cidade situada na região norte do Ceará.

Sua trajetória como migrante iniciou-se em 1847, quando deixou sua terra natal por conta de problemas familiares. Os caminhos de João Gabriel foram estudados por vários autores, que entre convergências e divergências discutiram suas trajetórias. Soares Bulcão⁷, Napoleão Ribeiro⁸ e José Carvalho⁹ foram os autores escolhidos para abrir o debate sobre o cearense, tendo em vista a riqueza narrativa de suas obras, que além de servirem como fonte, também apresentam outras fontes (anexada aos textos), que indicaram vários caminhos analíticos. Dentre a documentação anexada, estão cartas de João Gabriel, relatos de seus parentes, além de testemunhos de pessoas que conheceram o migrante, o que possibilitou pensar as práticas de pesquisa de cada autor, assim como mapear de modo mais nítido as situações vividas pelo Paroara em suas andanças entre o Ceará e o território amazônico. Portanto, a primeira questão que será enfrentada trata do exame do conteúdo narrado pelos autores, seus trajetos de pesquisa, suas conclusões, objetivando entender como foram elaboradas e com quais interesses; a segunda, tratará da análise das fontes utilizadas pelos autores, como meio de enxergar outros vieses do fluxo migratório. O mote da discussão recairá sobre a problemática

⁷ BULCÃO, Soares. O Comendador João Gabriel. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza: [s.n], 1932.

⁸ RIBEIRO, Napoleão. **O Acre e seus heróis**: contribuições para a história do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2008.

⁹ CARVALHO, José. **O matuto cearense e o caboclo do Pará**. Fortaleza: UFC, 1973.

do estudo das narrativas, não somente evidenciando sua forma, mas também as problematizando como fontes para a história.

As obras analisadas lidaram com elementos verossímeis, mesmo apresentando distinções. Diante dessa situação, foram percebidas como fonte, não cabendo descartá-las, ou ainda afirmar que uma está mais *certa*, e outra mais *errada*. As três narrativas estão recheadas de experiências de pesquisa, levando em conta que Bulcão, Carvalho e Ribeiro entraram em contato com pessoas que foram contemporâneas do migrante, e no caso do primeiro, com fontes produzidas pelo próprio João Gabriel.

Então, colocar-se-á em questão tais narrativas, utilizando-as como fontes para problematizar os passos do migrante, objetivando delinear uma espécie de painel sobre a trajetória de João Gabriel. Ao discutir os critérios dos autores, contrapondo-os e comparando-os, além de atentar a diversidade de estratégias de pesquisa e fontes utilizadas, serão focalizadas suas aproximações e distanciamentos no que tange a vida do cearense em sua travessia rumo à floresta. Em cada obra, guardadas suas especificidades, serão destacados lances significativos, índices para a pesquisa, resguardados em indicativos de fontes cotejados nos caminhos já trilhados pelos autores em suas reflexões. Portanto, é interessante reiterar que não somente as fontes apresentadas pelos autores devem ser tratadas com especial atenção, mas também todo o conteúdo de suas narrativas.

Por exemplo, analisando o trabalho de Soares Bulcão, que ao abordar a trajetória de João Gabriel fez questão de salientar a *veracidade* de sua escrita, o autor faz questão de publicar cartas do migrante no corpo de sua narrativa, como uma espécie de prova que vestia sua narrativa de verdade. Diante dessa condição, Bulcão buscava apresentar-se diante das discussões sobre o cearense como o representante *oficial* da história, criticando José Carvalho e Napoleão Ribeiro, por não terem a mesma atenção com as fontes, como *fabricantes de ficção*, pelo fato dos autores confiarem em contos populares ou relatos de terceiros, que não seriam dignos de crédito. Contudo, o próprio Soares Bulcão trabalhou com a oralidade, afirmando no texto ter conversado com um sobrinho de João Gabriel, que teria lhe contado todos os detalhes da decantada fuga do migrante. Ao analisar essas referências, aproveitando o itinerário de pesquisa e as narrativas desses homens, considera-se que a

aproximação do migrante ficará mais plausível. Será necessário, portanto, atravessar os caminhos dos autores, enchendo-os com perguntas, porém, não perdendo de vista a abertura de novas trilhas, oportunidade de pensar igualmente (e por outros percursos) a trajetória do migrante.

Após essa discussão, tendo em vista as indicações de caminhos examinados através das narrativas, serão analisadas outras fontes, que tratam da vivência de João Gabriel no mundo amazônico. A documentação visitada tem base principalmente no periódico *Estrella do Amazonas*, publicado a partir de 1854, na então Cidade da Barra do rio Negro, futura Manáos. O jornal registrava especialmente o movimento portuário da cidade, além de noticiar largamente os deslocamentos de pessoas que buscavam os altos rios da bacia. Na folha, puderam ser lidos os nomes das embarcações, e também dos passageiros, que diariamente chegavam a capital do Amazonas. Como no caso do Vapor Rio Negro, que em 18 julho de 1854 trouxera “grande número de passageiros, e entre eles alguns que tencionam fixar a sua residência n’esta Província, abrindo casas de commercio, ou applicando-se a extração de borraxa”¹⁰.

Dentre esses passageiros que chegavam todos os dias ao Amazonas estava João Gabriel, que desembarcou na Cidade da Barra também em 1854, com interesses semelhantes aos que foram destacados pelo jornal. Foi possível detectar suas movimentações graças a um cruzamento de fontes, entre elas o periódico *Estrella do Amazonas* e as cartas enviadas pelo cearense à família. O jornal serviu como meio de ler o contexto no qual João Gabriel estava envolvido, além de posicioná-lo na sociedade amazonense, pois seu nome aparece diversas vezes no periódico em nomeações de cargos públicos e em outros assuntos, que deixam entrever a importância devotada às ações do cearense no período. As cartas configuraram-se como espécies de relatórios das atividades do migrante, que se firmava como agente do sistema de aviamento e encarregado dos interesses provinciais no alto Purus, onde fixou suas explorações, e para onde encaminhou mais tarde muitos de seus patrícios após seus regressos ao Ceará. Ao observar o tom das missivas, tendo como pano de fundo os arrazoados do *Estrella do Amazonas*, foi

¹⁰ Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA, setor de periódicos. **Estrella do Amazonas**, 18 de julho de 1854. (microfilmado, sem numeração de rolo)

possível vislumbrar o inter-relacionamento do migrante com a possibilidade de arregimentar trabalhadores em outras terras, que não por acaso teve como alvo seus conterrâneos do Ceará.

Esse tipo de metodologia dialogará com a perspectiva analítica da micro-história, que tem nos detalhes, nos indícios e rastros, ferramentas que permitem enxergar dimensões pouco visíveis, mas que incidem sobre importantes dinâmicas do processo histórico. Em concordância com Jacques Revel¹¹, será esboçada uma variação de escala, ou seja, a todo o momento estarão no centro da discussão tanto elementos de cunho geral, como aspectos específicos, que entrarão em consonância com os caminhos de João Gabriel. Serão colocadas em questão tanto as amplitudes das atividades econômicas e dos interesses provinciais amazônicos na demanda de trabalhadores, como as ligações de João Gabriel com sua família e conhecidos, em seus trajetos de ida e volta como agente, importando salientar que essas dimensões não serão analisadas separadamente, e sim em diálogo, cujas tensões deverão ser postas em debate. É nesse sentido que discutir-se-ão as tintas do Paroara, observando a conformação de suas atividades no território amazônico, como uma espécie de *e/lo* entre a floresta e o Ceará.

João Gabriel retornou ao Ceará diversas vezes, uma delas em 1869, evento que será posto em evidência no texto. Sua passagem pelo porto de Fortaleza foi registrada no editorial do jornal Cearense no mês de outubro do referido ano, quando retornava para o Purus, e também no relatório do Presidente da Província do Amazonas João Wilkens de Matos de 1870, onde é parabenizado pelos seus esforços em acrescentar “braços” aos quadros de trabalhadores nas explorações dos altos rios. Nessa ocasião, foram encaminhadas 5 famílias, 53 pessoas, todas oriundas das proximidades da serra de Uruburetama, região onde nascera João Gabriel, e que também serviu como palco para suas ações como agente.

Além dos registros acima mencionados não foram encontrados nos percursos da presente pesquisa outras referências que denotassem mais aspectos da trajetória dessas pessoas, restando seguir outros caminhos. Com esse intuito foram pensadas alternativas de análise, e felizmente foi encontrada

¹¹ REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: **Jogos de Escala**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

uma referência viva sobre o tema, o sobrinho neto de João Gabriel, Mário Diogo de Melo, o descendente mais velho do migrante, com 98 anos, que vive ainda hoje na cidade de Boca do Acre – AM. Mário Diogo produziu três obras que contemplam a trajetória de seu tio-avô (e também a sua), a primeira “Do sertão cearense às barrancas do Acre”¹², uma espécie de biografia de João Gabriel, a segunda “Boca do Acre e seus povoadores”¹³, que fala sobre as trajetórias das famílias cearenses na confluência dos rios Acre e Purus desde o século XIX, e “Memórias”¹⁴, que trata das reminiscências do próprio Mário Diogo, desde sua infância até sua vida adulta de forte atuação política. Além das ditas publicações (que foram analisadas como fonte para este trabalho), o sobrinho-neto de João Gabriel foi entrevistado em sua casa na cidade de Boca do Acre, e suas falas também servirão de fonte no percurso da dissertação. A dita entrevista será aqui publicada como anexo, tendo em vista a importância do testemunho, configurado nas memórias de um homem de 98 anos que teve contato direto com pessoas que viveram o processo migratório no século XIX, ou seja, além de servir a presente pesquisa, o relato poderá ser útil a futuras investigações sobre o tema.

Ao tratar das reminiscências de Mário Diogo, entrarão em evidência as tramas da memória sobre o fluxo migratório, analisadas através de suas obras e da entrevista. Primeiramente, será contemplado, em diálogo com tais referências, o retorno de João Gabriel ao Ceará e seu contato com os antigos companheiros de sertão, onde estão presentes aspectos de suas relações familiares, assim como das redes de sociabilidade firmadas no processo de convencimento dos sujeitos que toparam o desafio da travessia. Será examinada, para esse efeito, a obra “Dos sertões do Ceará às barrancas do Acre”, como conteúdo narrativo e constructo de memórias.

Interessante notar a forte ligação alinhavada pelo sobrinho-neto de João Gabriel entre a ocorrência das migrações e o período de seca de 1877, característica compartilhada por muitas outras obras, que não somente referem-se às ocasiões de estiagem como integrantes do processo, mas como vetores primordiais do fluxo. Tendo em vista essa problemática, **o terceiro**

¹² MELO, Mario Diogo de. **Do sertão cearense às barrancas do Acre**. Rio de Janeiro: Editora de Publicações Científicas Ltda, 2002.

¹³ Id, **Boca do Acre e seus povoadores**. Manaus: Editora Valer, 2008.

¹⁴ Id, **Memórias**. Manaus: Editora Valer, 2006.

capítulo: Nem sina, nem acaso, será iniciado com questões relacionadas aos acontecimentos envoltos a grande seca de 1877-1879, quando houve um aumento significativo de pessoas dispostas a deslocar-se, milhares de retirantes que invadiam Fortaleza diariamente em busca de socorros.

Nesse contexto, foram pensadas políticas públicas na tentativa de aplacar tais problemas, e uma das saídas vislumbradas foi a subsídio de passagens para os migrantes, a maioria destinada às províncias do Pará e Amazonas. É nesse ponto que entra uma das reflexões centrais do presente trabalho, posto que, ao analisar os jornais e demais fontes de época, e mesmo as obras que tratam do tema, são encontradas muitas referências que trazem os migrantes como vítimas, alheios aos seus destinos, sem vontade.

Essa articulação será colocada em questão, tendo em vista as brechas deixadas nas fontes, onde podem ser lidas expectativas, desejos e escolhas dos sujeitos envolvidos nos deslocamentos. Além disso, dialogando com a perspectiva da *história como processo*, será evidenciada a densidade do fluxo migratório, que não foi iniciado em 1877, mas constituído através de um longo e complicado processo histórico, com uma pluralidade de fatores a serem considerados, desde os interesses oficiais e econômicos, até as vivências que ajudavam a atribuir sentido a possibilidade da travessia. Para esse efeito, questionar-se-á o papel dos migrantes na eleição dos destinos amazônicos, quando aparecem muitas vezes nos jornais, revelando suas intenções, e isto não somente nos anos de 1877-1879. Como pode ser observado no editorial do Cearense por diversas vezes em ocasião da década de 1840:

Quando gemíamos com o peso da mais terrível das seccas por que temos passado; quando o *povo fora de si só pensava achar salvação fora da província*, por duas veses o sr. Coitinho *offereceu as suas embarcações gratuitamente* ao governo provincial (...)¹⁵

Como se vê, em outro momento problemático de estiagem, em 1845-1846, também é possível visualizar a possibilidade do deslocamento, percebido como alternativa pelas pessoas, que no caso acima “só pensavam em achar salvação fora da província”, indicando seus desejos, suas escolhas. Será posto no debate o papel dos migrantes no palco decisório, levando em conta a

¹⁵ BPMP. *Cearense*, 06 de dezembro de 1846, setor de microfilmagem, números 01-209, rolo 94A.

articulação política em torno da subsidiação de passagens (em 1877), ou mesmo do oferecimento de embarcações gratuitamente (1845), ações articuladas em sintonia com os interesses das pessoas que almejavam deslocar-se, que comunicavam seus intentos, sem deixar-se levar sumariamente por decisões alheias, externas aos seus campos de possibilidades.

É importante lembrar que nesse ínterim, houve trinta e dois anos sem estiagens, e mesmo assim as migrações entre o Ceará e o território amazônico continuaram ocorrendo, vide a trajetória dos Paroaras, como João Gabriel, que certamente não foram os únicos vetores das travessias, o que ressalta a sua pluralidade, tanto de caminhos, como de intenções. Portanto, considera-se que o fluxo migratório não fora uma *sina*, que deveria ser seguida por todos sob as penas de decisões estatais ou intempéries climáticas, nem fora vivenciado ao sabor do acaso, sem nenhuma estruturação de elementos que dessem sentido a possibilidade do deslocamento.

Tendo em conta essa reflexão, que inclui pessoas, aspectos ligados ao nível das decisões, das redes de relações humanas, é preciso salientar que não é intuito deste trabalho dar vazão, ou mesmo levar em consideração somente a vivência migrante, como única maneira de entender o processo. É preciso, ao contrário, situá-los em suas inter-relações com o contexto, no qual estavam inseridos, mas que também ajudavam a construir, dialogando com as dimensões e determinações das tramas migratórias. Esse posicionamento advém da leitura de autores como Raymond Williams¹⁶ e Edward Thompson¹⁷, que trazem a lume discussões que tratam tanto da simultaneidade dos acontecimentos nas dinâmicas históricas (sem pensar necessariamente em sobreposição, ou hierarquização de fatores, levando em conta as ações humanas em seu conteúdo relacional), como das determinações existentes em seu bojo, não entendidas, nesse caso, enquanto subordinação sumária, mas como limites e pressões exercidas sobre os campos de possibilidades dos sujeitos.

¹⁶ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹⁷ THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Dessa maneira, não existe a intenção de delegar aos migrantes as rédeas do processo, não os tratando como titãs, dirigentes dos caminhos da história. Assim como não faz sentido tratá-los como vítimas, igualmente não é saudável qualificá-los como heróis. Em ambas as articulações estão presentes elementos que retiram os migrantes da alçada dos liames de suas vidas, ora como tangidos, sem vontade, fatalmente deslocados na iminência da morte, ora como heróis laureados por grandes feitos, portadores de super poderes, que escondem ou mesmo anulam a problemática da travessia, desumanizando-os.

Esse raciocínio será a base da crítica a várias obras que caminham no terreno dessas deduções. Autores como Craveiro Costa¹⁸, Samuel Benchimol¹⁹ e Arthur Reis²⁰, que possuem vasta obra inscrita dentre os clássicos da historiografia amazônica, serão discutidos no texto, de modo a identificar a composição da *tipificação* dos migrantes, ora como vítimas, ora como heróis. Interessante notar na produção dos referidos autores a presença de uma espécie de roteiro de suas narrativas, quando tratam do tema do deslocamento de cearenses para as terras amazônicas. O enredo inicia praticamente da mesma forma, baseado na ideia do *miserável tangido pela seca* que transforma-se em herói ao chegar na floresta, ganhando forças, impondo-se ante o tumulto da natureza, vencendo-a. O desafio estaria em conseguir transformar a Amazônia num local apto aos ímpetos civilizatórios, que por ironia, estava sendo levado adiante por homens robustos, mas inconscientes, que faziam “sem o saberem” o trabalho de titãs.

É nesse sentido que os autores falam das incursões dos migrantes, inclusive citando o trabalho dos que esforçavam-se para arregimentar trabalhadores para as matas, considerados os maiores heróis, cujos feitos poderiam ser extensivos a todos os outros. É com essas atribuições que João Gabriel aparece nas obras dos três autores, que o posicionam como um dos povoadores do rio Purus. Uma ocasião de significativa importância elencada,

¹⁸ COSTA, Craveiro. **A conquista do Deserto Ocidental**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

¹⁹ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

²⁰ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

principalmente por Arthur Reis, trata da expedição do navio *Anajaz*, dirigida pelo cearense e configurada como um *marco* para a história das migrações. Existe uma confusão quanto a data exata da incursão, uns falam no ano de 1877, e outros de 1878, mas o que importa é entender os “porquês” de sua importância.

Primeiramente, o momento foi considerado digno de nota por estar situado em plena época da grande seca, quando milhares de pessoas passaram a deslocar-se, e segundo pelo fato da referida expedição ter sido a primeira a chegar a confluência dos rios Acre e Purus, à época território litigioso entre Brasil e Bolívia, e que abriu caminho para muitas outras incursões que subiram ainda mais os dois rios, chegando ao que hoje corresponde ao estado do Acre. Em outras palavras, considera-se de modo geral a expedição do navio *Anajaz* como o “ponta pé” inicial da conquista do território do Acre, ocorrida algumas décadas depois, em 1903.

As tramas do heroísmo vinculado ao *Anajaz* não acompanham somente as obras clássicas, como também estão vivas em memórias e em lugares de memória ainda hoje. Por exemplo, em Boca do Acre (AM), local que corresponde atualmente a área onde desembarcaram os tripulantes da embarcação, existem uma série de referências ao dito episódio, mais especificamente ao seu líder. O nome de uma das ruas principais da cidade chama-se João Gabriel, assim como uma de suas escolas públicas, que carrega também o nome do cearense. Fora isso, muitas são as pessoas na cidade que se identificam como parentes de algum membro da expedição, como filhos e netos de cearenses, que reproduzem uma memória ligada aos feitos dos parentes mais velhos.

Mário Diogo de Melo pode ser destacado como um desses sujeitos. Nas falas de sua entrevista fora devotada grande atenção ao episódio do *Anajaz*, onde os cearenses aparecem como tenazes e corajosos, enfrentando as dificuldades. João Gabriel é posicionado como liderança ativa, legitimada por sua maior experiência e traquejo com os desafios encontrados nas matas. Sua indumentária de herói é costurada de modo bastante evidente, principalmente ao serem observados os gestos do entrevistado ao contar suas histórias, cuja largueza e firmeza foram contundentes, qualificando o tio-avô como legítimo e tenaz iniciador da colonização de cearenses na calha do rio Purus. Questionar-

se-á, portanto, a composição do *marco* do Anajaz, assim como do posicionamento de João Gabriel como herói, tendo em vista uma leitura crítica da memória, pensada em sintonia com sua dimensão seletiva e intencional.

Por fim, após caminhar pelo terreno da memória, observando suas interligações e distinções com a história, será finalizado o terceiro capítulo com a reafirmação da pluralidade das migrações, nesse caso, não somente em suas composições e diferentes trajetórias, mas também nas diferentes leituras do fluxo. Essa consideração leva em conta algo que está vivo, que permanece no dia a dia de muitas pessoas, que ainda hoje ouvem e contam histórias sobre as migrações.

CAPÍTULO I

AS POSSIBILIDADES DO MUNDO AMAZÔNICO

Rompendo vínculos, buscando outras terras, outros povos, enfrentando incertezas, os migrantes movem-se no rastro de possibilidades, de sonhos. O caráter movediço de suas vidas articula-se com a conformação de novas territorialidades, erigidas através do contato das vivências migrantes com outras maneiras de apreender o mundo, encontradas em seus destinos. A análise dos deslocamentos humanos deve levar em conta tal inter-relacionamento, presente na elaboração das experiências migrantes, de intervenções que incidem sobre os novos territórios.

Estas considerações podem ser compreendidas através do estudo do processo migratório de cearenses rumo ao território amazônico na segunda metade do século XIX, cujas paragens foram invadidas por milhares de migrantes, conectados ao avanço do extrativismo. A problemática a ser enfrentada refere-se ao papel desses migrantes na construção da floresta como zona de atração, inserindo-os como partícipes do processo, investigando como foi tecido o *lastro* das travessias. Afinal, por que tantos *escolheram* deslocar-se? Como foi possível a interligação entre áreas tão distantes e distintas do Império? O desafio de contribuir no esclarecimento destas questões passa pela crítica a alguns estudos que tratam da temática, posto que são poucos os trabalhos que consideram as trajetórias migrantes como aporte para o entendimento dos deslocamentos rumo à floresta.

Em geral, são combinados três fatores explicativos que dão conta do processo migratório. O primeiro diz respeito aos interesses da indústria internacional, capitaneada por ingleses e norte americanos, que demandavam o látex, à época somente extraída em terras amazônicas. A escalada ascendente do preço do leite das seringueiras, seguindo a argumentação, teria articulado a ida de milhares de pessoas à floresta, que necessitava de braços para responder a grande procura da matéria prima. O cerne do problema incidiria sobre a carência de mão de obra de um lado e da fartura de trabalhadores existente em outros lugares do Brasil (como no Ceará), que seriam atraídos pela alta de preços, fonte do encantamento de milhares de

peessoas diante das possibilidades de enriquecimento. “Essa enorme transumância indica claramente que em fins do século XIX já existia no Brasil um reservatório substancial de mão de obra (...) permitindo a economia mundial preparar-se para uma solução definitiva do problema”²¹.

Em sintonia com tal demanda de trabalhadores, a segunda matriz explicativa que comumente é acionada diz respeito ao *certeiro* momento inaugural das migrações, ocasião em que a Província do Ceará aparece como o reservatório de mão de obra. A grande seca de 1877-1879 é eleita como *razão* para as travessias, como evidencia Craveiro Costa, que afirma que “no correr dos anos de 1877-1879, quando o Ceará foi flagelado por horrorosa seca, o interior do Amazonas *começou a povoar-se* (...) Todo o imenso vale do Amazonas encheu-se de cearenses *tangidos da terra natal pelo fenômeno climático assolador*.”²² O vale amazônico é tido como um espaço vazio, fonte de riquezas ainda insondáveis, à espera dos braços desbravadores responsáveis pelo despertar de seu sonho edênico, transmutado a partir da labuta sistemática nos seringais em resposta a sanha da indústria internacional. A seca, portanto, torna-se a chave mestra para a discussão, pois é entendida como inerente ao processo migratório, posicionada como marco inicial do deslocamento de cearenses para a Amazônia.

Dessa maneira, estes *desventurados* somente teriam como alternativa migrar, como “verdadeiros esqueletos animados, com a pelle ennegrecida pelo pó das estradas e collada aos ossos”²³, transformados em *vítimas*, dignos de dó. A seca é percebida como fenômeno causador das migrações e de todas as dificuldades do sertanejo, levando-se em conta que, segundo esta abordagem, os problemas em torno da sobrevivência somente se apresentavam verdadeiramente em momentos de estiagem, como se os sertanejos vivessem harmonicamente, sem enfrentamentos em época de chuvas regulares. Esta perspectiva tece uma “história do inevitável, do fatal, do imutável. Os rios

²¹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. p. 137-139

²² COSTA, Craveiro. **A conquista do Deserto Ocidental**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. p. 36-37

²³ THEÓPHILO, Rodolpho. **História da seca no Ceará: 1877-1880**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. p. 97.

secam, os reservatórios secam, a terra seca, as plantas morrem, o gado morre... E o sertanejo ou morre, ou se retira”²⁴.

A terceira linha explicativa afina-se ainda com o momento problemático da estiagem, tendo em conta as ações do Estado em parceria com os interesses dos grandes proprietários e do mercado internacional. Isto, considerando a elaboração de políticas públicas de socorros à população desvalida, onde inseria-se a subsidiação de passagens para outras localidades do Império, não por acaso em grande medida rumo a floresta. Em virtude da enorme quantidade de pessoas que se deslocavam do interior da província para as cidades litorâneas nos momentos de estiagem (nomeadamente para Fortaleza) a classe proprietária (posicionada dentro do Estado) teria tomado a decisão de enviar para o Norte, que necessitava de braços, aqueles indesejados, refugos das secas, que erravam nos sertões e cidades do Ceará e teriam alguma serventia nas matas.

(...)no triênio 1877-1879, anos de dura seca, o Nordeste, em seu conjunto, e o Ceará, em particular, experimentaram outro tipo de deslocamento de trabalhadores: o dos pobres-livres-flagelados. A classe proprietária tomou a decisão de abrir – temporariamente – uma exceção ao controle desse reservatório de mão-de-obra e tornou disponível para outras oligarquias regionais. Inaugura-se, pelo menos oficialmente, a relação seca-migração. (...) Como observamos, o binômio seca-emigração é indissociável.²⁵

Sem vontade, sem rosto, sem rumo, os “pobres-livres-flagelados”, para utilizar a denominação de Verónica Secreto, tinham sua sina decidida sob os auspícios de *outros*, que guardavam a batuta da História. Seguindo a referida linha de raciocínio, acossados pela seca, o que restava a muitos desses infelizes era acatar a decisão superior e seguir rumo ao Norte. O que resolvia um duplo problema: diminuía a quantidade de pessoas que acorriam as cidades em busca de socorros, e de quebra ainda auxiliava no aumento necessário do número de trabalhadores espalhados pela bacia amazônica, *disponibilizados* pela província a outras oligarquias regionais, responsáveis

²⁴ MORAIS, Viviane Lima de. **Razões e destinos da Migração:** trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX. São Paulo: Dissertação de Mestrado - PUC, 2003. p. 31

²⁵ SECRETO, Verónica. **Soldados da borracha:** trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 37-39

pela produção do látex, matéria-prima de grande valia à época aos ímpetus capitalistas.

Esta versão da história das migrações Ceará-Amazônia não considera o papel dos sujeitos que sofreram o processo na pele, que viveram a travessia. As ações dos migrantes não são levadas em consideração, na medida em que são delegadas às estruturas econômicas e políticas as rédeas do processo, configurando uma história desencarnada, sem pessoas. Como resposta crítica a tal versão, busca-se inserir os migrantes enquanto partícipes na conformação dos deslocamentos, levando em conta também as implicações de suas ações, em diálogo com a variedade de outros fatores conjugados na trama das travessias. A problemática das secas, as ações do Estado e os interesses capitalistas não devem ser obliterados em nome das ações migrantes, mas sim entendidos em suas sincronias e diacronias, tendo em conta seus desvãos, tensões, considerando a pluralidade de fatores que corroboraram com o processo.

Essa tarefa de centrar a atenção nos migrantes reforça a intenção de vê-los em movimento, mas não necessariamente movidos por algo que lhes é exterior, movimentando-se no rastro das suas possibilidades, das suas intenções. Deslocar-se para o território amazônico tinha um sentido recheado de singularidades, onde situava-se uma pluralidade de *motivações*, que foram construídas também sob o arbítrio dos migrantes, afinal, por que tantos foram para o Norte e não para outro lugar? Esta questão que diz respeito a algo tão subjetivo não é impossível de ser analisada, pois apesar dos relatos serem encontrados nas fontes de maneira “exígua, dispersa e renitente”²⁶, não é razoável perder de vista o papel dos que de fato se *deslocaram*, e que com certeza tem muito a dizer sobre tudo o que passou, como se passou e porque se passou. “É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos (...) Trata-se de reunir dados dispersos e de esmiuçar o implícito.”²⁷

Perseguir os migrantes nas fontes não é uma tarefa fácil, visto que a maioria de seus reclamos foram registrados por *outros*, como no caso da maior

²⁶ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 22

²⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 13-14

parte dos trabalhadores pobres livres e escravos à época imperial. Um momento de significativa valia para localizá-los em movimento foi ambientado em ocasião da grande seca de 1877-79, quando os impressos davam largo espaço a discussão sobre a estiagem, deixando entrever a presença dos migrantes, geralmente tratados como maltrapilhos inocentes que recorriam ao Estado em busca de socorro. No entanto, no caminhar da leitura, principalmente dos jornais, é possível mirar desejos, intenções que não tratam necessariamente a desígnios alheios, analisadas em ocasiões nas quais o território amazônico era apontado como alternativa aos problemas enfrentados, como destino almejado.

Visitamos os arraiaes de emigrantes de Uruburetama e Imperatriz, que vieram pedir recurso na Capital e tivemos de lamentar o quadro mais pungente, que oferecem 8 famílias, coberta de farrapos, pálidas de fome, descrentes, quase desesperados. Um dos chefes dessas desventuradas famílias que as privações atirarão para longe das terras onde tiveram berço, manifestou-nos desejos *de ir procurar no centro do Pará ou Amazonas meios de subsistência que aqui lhe falecem*. O Estado das paragens que deixou pintou-nos o pobre valho do modo mais lamentável acrescentando que muito maior número de infelizes preparam-se para abandoná-las. Assim teremos de ver reproduzidas brevemente cenas por ventura mais desagradáveis do que as da ultima de 1845²⁸

Apesar de “descrentes e quase desesperados” no percurso da grande seca iniciada em 1877, é perceptível que esses migrantes buscavam alternativas, se manifestavam, como no caso do chefe de família que desejava “ir procurar no centro do Pará ou Amazonas os meios de subsistência que aqui lhe falecem”. Os “esqueletos animados”, costurados por vezes na obra de Rodolpho Teóphilo, nesse caso, ganham voz, e não no tom uníssono da esmola, mas afirmando um destino, que certamente já povoava seu imaginário.

E mais, o jornal, nesse contexto, afirma a iminência de “ver reproduzidas brevemente cenas por ventura mais desagradáveis que as da ultima grande secca de 1845”, o que implica em situar a problemática das migrações para Fortaleza, e quiçá para as terras amazônicas, em momentos anteriores aos de 1877. As Províncias do Pará e do Amazonas aparecem como rumo, como alternativa aos desvalidos em meio aos problemas enfrentados

²⁸Biblioteca Pública Menezes Pimentel, setor de microfilmagem. *Cearense*, quarta-feira, 18 de abril de 1877. Rolo nº084, dos números 02 a 108.

nos momentos da seca, indicando que antes das agruras aquelas pessoas já tinham conhecimentos sobre o destino almejado, inclusive apontando que lá havia meios de resistir à miséria. Com isso, é interessante destacar que, ao entrever as falas migrantes a partir da análise das fontes, não passa despercebida sua participação na eleição da floresta como rumo, certamente interferindo na elaboração das políticas públicas de subsídio de passagens, que foram empreendidas pelo governo provincial no percurso dos anos de seca.

Ainda considerando o discurso dos jornais, principalmente o *Retirante* e o *Cearense*, observa-se certa aversão para com as migrações rumo às terras amazônicas, consideradas doentias, permeadas de mazelas que ultrapassavam a problemática das secas enfrentadas na Província do Ceará. O Estado era avidamente criticado por permitir que número tão grande de cearenses deixassem a província, principalmente para embarcar na calha do longínquo rio Amazonas, de maneira a condenar os migrantes ao cativeiro da floresta, talvez os apartando definitivamente do seu torrão natal, que perdia população e, conseqüentemente, braços para o trabalho. Entretanto, em detrimento dos argumentos dos jornais, a possibilidade do deslocamento sedimentava-se no transcurso da estiagem, aumentando vertiginosamente o número de pessoas que desembarcavam diariamente de Fortaleza buscando os portos amazônicos.

Acha-se restabelecida a corrente de emigração para o Amazonas. Muitas famílias já seguiram e outras vem em caminho com igual destino. Segundo informam vão embarcar para ali cerca de 300 pessoas! O povo descrente lança mão desse meio, que qualificamos de recurso do desespero. Fogem à fome em sua província, para permanecerem nos pântanos do Amazonas, sob o jugo do mais tyrano cativeiro²⁹.

O que era considerado pelo jornal como “recurso do desespero”, como empreitada insana que objetivava estabelecer contato com o “mais tyrano cativeiro”, para os migrantes figurava como possibilidade, referenciada por um horizonte de expectativas, cuja raiz seguramente distanciava-se das representações de agruras, de mazelas superiores às enfrentadas na Província

²⁹ BPMP, setor de microfilmagem. *Cearense*, domingo, 20 de maio de 1877. Rolo nº084, dos números 02 a 108.

do Ceará. É possível detectar uma multiplicidade de imagens que referenciam o Norte amazônico, perpassadas pela leitura dos migrantes, compostas também em sintonia com suas experiências que foram sendo gestadas com as travessias. Urge identificar suas composições, as maneiras que tais arranjos foram estabelecendo-se, no intuito de entender como foi sendo efetuado o vínculo migratório entre o território amazônico e o Ceará.

Primeiramente é necessário entender como se estabelecia a comunicação do mundo amazônico com o restante do império, como foi possível a circulação de informações sobre a floresta e através de quais interesses. De olhos fitos no processo, faz-se necessário questionar os caminhos que levaram o território amazônico à categoria de zona atrativa no Império, investigando como foi possível a entrada de tantos migrantes em suas paragens, assim como a estruturação dos mundos do trabalho que recepcionavam estas pessoas. É dentro dessa discussão que pode ser situada, por exemplo, a abertura da bacia amazônica a navegação comercial em 1853, analisando suas implicações na viabilização de uma escalada ascendente do fluxo migratório. E dentro deste processo de aprofundamento da exploração econômica foi possível, por conseguinte, aprofundar também os conhecimentos existentes sobre os segredos da vasta planície, promovendo a intensificação de sua exploração. A viabilidade desse processo dependia da ação de trabalhadores, de mão de obra que convertesse a riqueza da natureza em riqueza econômica. Assim, a floresta foi estabelecendo-se na segunda metade do século XIX, ao lado do sul cafeicultor, como zona de atração, como destino de trabalhadores migrantes, como uma fronteira de muitos sentidos.

1.1 Os acenos do Norte

Nesta província onde o portentoso Amazonas, com seus braços dilatados e infinitos, abrange uma superfície de 80 mil braças quadradas, há, além de rios caudalosos, os imensos lagos e canaues, cujas margens e praias extensíssimas guarnecem ilhas, terras baixas e montanhosas, e altas serranias, sobre as quais se achão densas matas e campinas férteis cheias e produções as mais excellentes. Se nos rios e lagos, nas praias e nas margens ha peixes e tartarugas de grande vulto e de sabor especial, em quantidade tal, que dão para o sustento de centenas de milhares de famílias íncolas; nas terras toda sorte de madeiras e produções tão variadas e

expontaneas, que podem dar o necessário para os usos e gosos da vida a milhões de habitantes³⁰.

A floresta situada ao norte do Império brasileiro estava passando na segunda metade do século XIX por um drástico aprofundamento de sua exploração econômica. O Estado tinha pressa em acompanhar de perto o *rush* do devassamento dos rios e matas, que resguardavam as afamadas matérias-primas, tão cobiçadas pela indústria internacional. Na tentativa de organizar os caminhos da exploração dos recursos da floresta foram tomadas algumas medidas de controle direcionadas ao avanço das atividades extrativistas, objetivando firmar a presença do Estado no território. Foi criada em 1852 a Província do Amazonas, que passava a dividir com a Província do Pará a representatividade política naquelas paragens, fruto de alento aos poderes públicos preocupados com o *avanço civilizatório*.

Havia pressa em integrar o território da nova província as raias do desenvolvimento econômico do Império, e para tanto era necessário aproveitar o embalo gerado pela cobiça capitalista em torno das drogas da floresta, almejando promover a entrada de trabalhadores que a “povoassem”. O caráter panfletário da *falla* do presidente da Província João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha no ano de 1852 possibilita o exame de tais intenções, levando-se em conta que o Amazonas é qualificado como um território capaz de sustentar centenas de milhares de famílias com suas produções “variadas e expontaneas”. Fiando-se numa representação³¹ edênica da floresta, Tenreiro Aranha não faz alusão a dificuldades, a possíveis problemas enfrentados no devassamento das matas, como se o Amazonas estivesse à espera dos seus conquistadores, adormecido num sono inculto, pronto para despertar e “dar o necessário para os usos e gosos da vida a milhões de habitantes”.

A floresta era representada como um *Eldorado*, uma espécie de paraíso terrestre que teria a satisfação em ser explorado por seus invasores,

³⁰ ARANHA, João Baptista de Figueiredo Tenreiro. **Relatório de Presidente de Província do Amazonas, 1852**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/59/000002.html>> Acesso em: 10 mar. 2010.

³¹ “Representação” encampa diversos sentidos, que ao longo do tempo foram ganhando novas interpretações e utilizações, como no caso de “tornar presente” algo ou alguém que não está presente, também na acepção de “retratar”, ligada majoritariamente as artes em geral, ou ainda “significar” ou “simbolizar”, que remete, por exemplo, as imagens que representam a pompa e o luxo. WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p.353.

oferecendo suas riquezas gratuitamente, sem grandes sacrifícios. Destaca-se em tais imagens a ausência do conflito, como se o território amazônico nem fosse habitado por pessoas, incólume diante dos brios humanos, como uma fonte de riquezas recém-descoberta, ainda intocada. Aos bem-aventurados que se lançassem rumo aos grandes rios, farejando comércio, oportunidades de negócios, restaria como resultado a bonança financeira, garantida pelos altos preços das drogas das matas puxadas pelo látex, à época, largamente utilizado na indústria.

As lendas das mulheres guerreiras, dos monstros que guardavam o fundo dos rios, dos animais encantados, foram perdendo espaço no arsenal de representações que atravessavam as matas, passando a conviver com os adágios da mensagem capitalista, que clamava por sujeitos interessados em plantar suas sementes em meio à rica floresta. Este cenário ia paulatinamente sendo desenhado, visando atrair, chamando atenção para o mundo de possibilidades guardado no Norte amazônico.

No sentido de viabilizar um sistemático movimento de pessoas pela bacia, possibilitando o incremento de sua exploração, urgia um sistema de transporte eficaz que interligasse os principais portos do Brasil aos destinos amazônicos. Logo, em sintonia com a organização da nova província, foi articulada em 1853 a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, empreendimento que passou a monopolizar o transporte fluvial na bacia, sob os auspícios de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, dando início oficialmente as atividades de transporte comercial de pessoas e mercadorias, interligando o interior amazônico às diversas praças do Império. A companhia começou “a operar com três navios pequenos, dos quais o *Marajó* gastava 22 dias na viagem Belém-Manaus-Belém, o que significava uma velocidade sete vezes maior que a das embarcações tradicionais”³². O signo da produção, da velocidade, passava a se articular na floresta, dando vazão, segundo Ferreira Reis, a uma “obra de desbravamento econômico, pelas oportunidades que se abriam a produção regional”³³.

³² SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800- 1920**. São Paulo: Quatro, 1980. p. 55.

³³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringueiro e o seringal**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. p. 30

Os passos direcionados ao *desbravamento* da floresta se apressaram com a abertura oficial de linhas de navegação, pois a prestação do serviço de transporte facilitava o conhecimento das potencialidades econômicas da floresta, alimentadas na medida em que as embarcações iam singrando novos rios e os interligando as praças de comércio, estabelecendo contato com outras fontes de produtos das matas. Todavia, os planos iam bem além das incursões fluviais em busca de riquezas, acompanhando tais ações, estava em curso a tarefa de “povoar”, de fecundar o interior da floresta com a força de braços capazes de torná-la efetivamente produtiva, contribuindo para uma espécie de *desencanto* da floresta, aproximando-a dos interesses capitalistas, tornando-a campo aberto para a exploração econômica. Desse modo, ao ceder o monopólio da navegação da bacia, o Império requeria em troca que os deveres da empresa de Mauá fossem além das tarefas consideradas triviais para uma empresa de navegação, pois, obrigava que o empreendimento fomentasse a implantação de núcleos de povoamento pelo interior do território, dando conta tanto do transporte dos seus habitantes, quanto da manutenção dessas novas localidades. A trajetória dos serviços da Companhia de Navegação do Amazonas, portanto, não se resumia ao simples trabalho com o transporte, levando em consideração que no conjunto de seus acordos firmados com o Estado figurava a obrigatoriedade da implantação e sustentação de colônias de trabalhadores ao longo dos rios.

É possível afirmar que os interesses econômicos estavam de mãos dadas com a ideia de promover a entrada de migrantes, ocupados em tais colônias na exploração agrícola e extrativista. Nesse caminho, seguira as obrigações iniciais da Companhia, fardo que pesava sobre as despesas da empresa de Mauá, que demorou cinco anos para dar cabo dos primeiros compromissos firmados (de 1853 até 1858). O Barão considerava a tarefa um difícil encargo, tanto que em seu relatório apresentado a assembleia geral de acionistas do empreendimento, no ano de 1858, discorreu sobre o assunto quase num tom de desabafo, sem deixar de salientar que apesar de ter sido ruim para a lucratividade da Companhia, não o foi para o desenvolvimento das Províncias do Amazonas e do Pará, beneficiadas com a implantação das colônias.

Exonerados do pesado encargo de colonisar as margens do Amazonas e de alguns de seus tributários, encargo que resultára para a companhia o enorme sacrifício de perto de 30:000\$000 que, embora improfícuo para a empresa, o não foi por certo para as duas províncias banhadas por aquelle grande rio, pois que acarretou elle a introdução de mil trabalhadores robustos que vierão augmentar a sua população.(...) Grandes sacrificios serão por certo necessários para attrahirmos a corrente de emigração de que carecemos.³⁴

Com o comentário de Mauá é possível vislumbrar o projeto comum que estava em curso, no sentido de prover o território amazônico com “trabalhadores robustos”, pois apesar da insatisfação denotada com as enormes quantias gastas na implantação dos núcleos coloniais agrícolas, o Barão não deixava de ressaltar o benefício que o empreendimento trazia para as províncias. Ao analisar estas ações pode-se visualizar o compromisso do projeto de tornar a floresta *convidativa*, esforçando-se em aproximá-la do campo de possibilidades de trabalhadores que tivessem a probabilidade de deslocar-se rumo a outras terras.

A gravidade dessa questão ganhava a cada dia maior amplitude, podendo ser lida, inclusive, a partir dos escritos dos que criticavam o empreendimento monopolista de Mauá, como no caso dos estrangeiros que reivindicavam a abertura da bacia a livre navegação de embarcações de qualquer bandeira. Essas referências podem ser analisadas através dos testemunhos do Tenente da Armada dos Estados Unidos, F. Maury, que após viajar em missão oficial pela América do Sul publicou seus escritos de viagem na folha estadunidense *New York Herald* em 1853, onde podem ser encontradas reflexões sobre a importância da incorporação da floresta como área produtiva para o *mundo*, livre dos desmandos de qualquer empreitada monopolista (que se referia diretamente ao caso da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas). O texto do militar norte-americano foi organizado num folheto, onde condenava o protecionismo do governo imperial diante de uma área tão grande e de imensas potencialidades, que segundo Maury, poderia abarcar a iniciativa de diversos países sem prejudicar os ganhos nacionais.

³⁴ Grêmio Literário Português de Belém/PA, setor de periódicos. *Gazeta Oficial*, quinta-feira 27 de maio de 1858.

A acidez da crítica do militar só perdia vigor quando tratava da empreitada da colonização, posto que no seu entendimento a entrada de trabalhadores era um passo de imensa importância para transformar o território amazônico num espaço de significativa relevância para a economia mundial.

É interessante notar que as falas do norte-americano não passavam despercebidas pelos jornais do Império, a projeção que o assunto da colonização e abertura da bacia amazônica a livre navegação ganhava força em vários recantos, tomando como referência o largo espaço dedicado ao assunto na imprensa. O jornal *13 de maio* de Belém, por exemplo, traduziu o texto do militar, publicando-o entre o final de 1853 e 1854, e o jornal *Cearense*³⁵, que se correspondia com a folha da Província do Pará, quase que concomitantemente, também publicou os escritos completos (colhidos da tradução do *13 de maio*) de F. Maury em suas edições desde o dia 9 de dezembro de 1853 até 04 de abril de 1854. Seguem alguns trechos:

Quanto a mim, estou inteiramente entregue a este vasto assunto, porque sei que a menos de cem legoas de distancia existem aquelas grandes solidões cheias de thesouros, e occupando um espaço onde milhões de homens poderiam habitar na abundancia e prosperidade, onde anualmente desperdiça a natureza mais do que bastaria para sustentar commodamente a população da China, e onde as mais deliciosas frutas e as mais bellas flores crescem e florescem despercebidas.³⁶

A questão é a livre navegação do Amazonas. A introdução de barcas de vapores sobre seus affluentes seria acompanhada de muitos emigrantes, que em breve transformariam em perfeitos jardins os esplendidos campos ao longo de suas margens.³⁷

O pão cresce nas árvores do Brasil; o mel acha-se nos bosques. Há ahi uma árvore que sendo golpeada verte em abundancia um succo excellente de que pode fazer uso em vez

³⁵ Com esta iniciativa, o jornal tomava posição ao abrir amplo espaço para os escritos de cunho liberal do norte-americano, reafirmando sua plataforma política. A veiculação das informações nas páginas do jornal não deve passar despercebida, levando em conta o compromisso da folha com o ideário liberal, e também por conta das possibilidades de circulação dessas informações na Província do Ceará, que foi tornando-se, no decorrer da segunda metade do século XIX, o território de origem da maioria dos migrantes que adentraram a bacia amazônica. Todavia, seria ingênuo afirmar que a ligação entre áreas tão distantes geograficamente foi articulada somente a partir do trabalho desenvolvido na imprensa, pois a questão apresenta um terreno de análise complexo, e que deverá ser analisado com mais acuidade.

³⁶ BPMP, setor de microfilmagem. *Cearense*, terça-feira, 24 de janeiro de 1854. Rolo nº 94D, dos números 693 a 995

³⁷ BPMP, setor de microfilmagem. *Cearense*, terça-feira, 31 de janeiro de 1854. Rolo nº 94D, dos números 693 a 995

do leite. (...) Por estas e outras razões, a livre navegação do Amazonas, e a colonização de seu Valle, vem a ser um objeto do maior interesse, e de especial vantagem para este país. Incumbi, portanto aos Estados Unidos tomar a iniciativa em fazer franquear a todas as nações a navegação daquele rio. Assim pede a política de commercio, assim exigem as necessidades do christianismo.³⁸

Não temos senão de introduzir nelles machinas do commercio com a barca a vapor, os emigrantes, a imprensa, o machado e a charrua, para o vermos cheio de vida.³⁹

Pode-se afirmar que o *paraíso*, antes visto e alimentado pelos colonizadores na zona litorânea pelos idos dos quinhentos⁴⁰, é deslocado para as terras amazônicas no caminhar do século XIX. É marcante a associação da floresta com um conjunto de imagens bíblicas, que falam numa natureza dadivosa, que ofereceria gratuitamente, sem esforços, os meios de sobrevivência, como um presente divino, com pães amadurecendo nas árvores, mel nos bosques, e até uma árvore que poderia fornecer leite, elementos que são semelhantes aos que compõe o *Canaã* dos hebreus. Para Maury, infinitos tesouros estavam sendo desperdiçados, uma imensidão de terras desaproveitadas, um gigantesco potencial de produção de riquezas não se efetivava, tudo isso, porque o vale do Amazonas necessitava da força impulsionadora da *civilização*, que não poderia ser representada apenas por uma nação (no caso o Brasil), mas levada por todos os interessados em seus *trunfos*, que transformariam o vale num *esplendido jardim*. Era urgente a entrada de emigrantes para que tal tarefa fosse exequível, pois o paraíso amazônico, no entender do norte-americano, ainda estava *vazio*, pelo menos de pessoas comprometidas com seu desenvolvimento econômico, com o aproveitamento *adequado* de sua opulência, qualidades que o militar não atribuía aos povos indígenas residentes no território, considerando-os adormecidos em seus *sonhos selvagens*, assim como o Eldorado que habitavam. Logo, a articulação urgente da entrada de emigrantes, que

³⁸ BPMP, setor de microfilmagem. *Cearense*, terça-feira, 28 de fevereiro de 1854. Rolo nº 94D, dos números 693 a 995

³⁹ BPMP, setor de microfilmagem. *Cearense*, terça-feira 14 de março de 1854. Rolo nº94D, dos números 693 a 995.

⁴⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

carregariam as mensagens da *civilização*, viria, com mais força, através da abertura da bacia amazônica a todos os interessados em transformá-la em fonte de dividendos, independente da bandeira, transportando as *ferramentas* humanas necessárias para dominar aquele mundo de águas. O texto do norte-americano, portanto, contribuía no debate em torno da livre navegação de embarcações de todas as bandeiras (que aconteceu somente em 07 de dezembro de 1866) buscando evidenciar as vantagens que o engrandecimento do comércio proporcionaria ao vale.

A preocupação do norte-americano era semelhante aos anseios do Império (apesar de rivalizarem por muito tempo na questão da abertura da bacia), que tinha na ordem do dia ações que objetivavam deslocar para o interior amazônico um contingente populacional capaz de abrir e revelar seus segredos através do trabalho, de esforços sistemáticos. É interessante salientar que apesar do longo processo de escravização e incorporação de muitos povos indígenas ao mundo “branco”, as comunidades íncolas não eram contempladas como constituintes do grupo desses almejados trabalhadores, sendo vistas com desconfiança, tendo em conta o longo processo de resistência em defesa de suas terras. Com isso, costurava-se um ideal de trabalhador, que deveria servir como mola mestra do desenvolvimento das atividades produtivas nas províncias amazônicas.

Ao analisar as regras que deviam ser obedecidas pela Companhia de Navegação de Mauá no transporte até as colônias, contidas no decreto n. 2168 de 1º de maio de 1858, organizado por Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, *Ministro e Secretário D’estado dos Negócios do Império*, fica patente que havia uma preocupação com a entrada de migrantes, que teriam de estar em boas condições de saúde e aptos para a faina. Publicado na Gazeta Oficial da Província do Pará em 30 de setembro do mesmo ano, o regulamento tratava de questões que iam desde a lotação das embarcações, condições sanitárias, alimentação, até a preocupação com o *tipo* de trabalhador transportado, isto porque no capítulo I do decreto, mais especificamente em seu sexto artigo, há uma enumeração de características que podiam vetar a entrada de certas pessoas nas embarcações, inclusive prevendo sanções a quem desobedecesse.

Art. 6º Fica proibido aos navios de emigrantes transportar loucos, idiotas, surdos, mudos, cegos e entrevados, se não forem acompanhados por parentes ou indivíduos que se mostrem em estado de prover a subsistência daquelles, e que se comprometão a prestar-lhes soccorros, de que carecerem. O Capitão, que infringir as disposições deste artigo, soffrerá a multa do dobro do preço da passagem.⁴¹

O entendimento da interdição passa pela atenção a capacidade de trabalho do emigrante, que deveria arcar com sua própria sobrevivência e contribuir com o avanço da exploração de rios e matas. Os encargos com pessoas possivelmente inaptas ao trabalho eram sumariamente descartados pelo Estado, que tinha interesse não somente num aumento populacional do interior amazônico, mas no seu crescimento demográfico acompanhado de uma ascensão da capacidade produtiva.

A Gazeta Oficial do Pará, ainda tratando do ano de 1858, publicou vários textos semelhantes, que refletiam sobre a problemática da emigração. Além dos boletins oficiais, listas de passageiros embarcados e desembarcados no porto de Belém, tabelas com os valores cobrados aos trabalhadores ambulantes, arrecadação da alfândega, trânsito de mercadorias no porto, também eram veiculados alguns informativos sobre viagens que os correspondentes do periódico faziam ao interior da província, quando geralmente visitavam colônias.

Numa dessas ocasiões foi vistoriada a colônia de Nossa Senhora do Ó, localizada na Ilha das Onças, distante poucos quilômetros de Belém. No relato produzido a partir dessa visita, é possível perceber certo descontentamento do representante do periódico com a maciça presença de cearenses, que apesar das boas condições da colônia (ótima localização, possibilidade dos transportes, terras fecundas) não eram trabalhadores compromissados com a prosperidade geral.

Fecundidade das terras, proximidade de um grande mercado, e fácil meio de transporte, são circunstancias que poucas vezes se encontram reunidas, e que tornão o local desta colonia um dos melhores da provincia. Porém o empresário ahi lançou colonos do paiz, *pela mor parte do Ceará*, de poucas necessidades, e por isso mesmo talvez não activos nem

⁴¹ Grêmio Literário Português de Belém/PA, setor de periódicos. *Gazeta Oficial*, quinta-feira 30 de setembro de 1858.

perseverantes no trabalho. (...) Com taes elementos o progresso era impossível.⁴²

Esse tipo de empreendimento estava na ordem do dia dos interesses do Estado (tanto no Pará, como no Amazonas) que tentava estabelecer locais onde deveria ser desenvolvida a agricultura, de modo a fixar os trabalhadores a terra, visando sanar ou mesmo diminuir o problema da escassez de mão de obra. Ao atentar para os detalhes da origem da maior parte dos colonos, que segundo a *Gazeta Oficial* vinham do Ceará, é possível entrever os desdobramentos da articulação entre a estruturação de possibilidades de deslocamento (com as linhas de navegação e a fixação de colônias), em consonância com a divulgação das terras amazônicas como área atrativa. Essas referências certamente foram lidas pelos colonos emigrados do Ceará, migrantes que já em 1858 estavam presentes no território, tendo empreendido a travessia. Uma mostra do alcance da perspectiva que via a floresta como alternativa, fiada numa representação opulenta, interpretada pelos migrantes cearenses presentes nesse processo. Mesmo não sabendo rigorosamente os caminhos dessas pessoas, ou seja, como teriam chegado até o Pará, é preciso não perder de vista esse indício, que aponta não somente a possibilidade hipotética de migração entre o Ceará e o território amazônico na década de 1850, mas a materialidade de travessias já ocorridas, levadas a cabo pelos migrantes abordados pelo jornal.

Além dessas questões, é interessante não perder de vista o certo descontentamento do emissário do jornal para com os migrantes, tidos como não esforçados, alheios aos ímpetos oficiais, que almejavam trabalhadores *robustos*, sintonizados ao projeto geral de assenhoreamento da floresta. Quais seriam as poucas necessidades, fonte do pouco interesse pela labura? Por que a referência aos colonos do Ceará como “não activos nem perseverantes no trabalho”? Refletir sobre esses problemas pode revelar o quão complicado era o projeto de colonização das terras amazônicas.

A partir do relato, pode-se pensar na origem dos poucos encargos que tinham os cearenses, tendo em vista a sua situação privilegiada, pois, como ressalta o autor, havia uma reunião de boas condições que poderiam facilitar o

⁴² GLP de Belém/PA, setor de periódicos. *Gazeta Oficial*, quinta-feira, 20 de maio de 1858.

trabalho. No entanto, seguindo o mesmo raciocínio, as qualidades que classificavam a colônia na posição de uma das melhores da província (farta, e ainda próxima a praça de Belém), desdobravam-se num ritmo de trabalho, por parte de seus habitantes, abaixo do esperado pelos idealizadores do projeto, classificando-os como pouco esforçados, dedicando-se a quem do necessário para a manutenção do *progresso*. Tal situação pode ser considerada um indício da *preferência* que os trabalhadores tinham pelo extrativismo (em prejuízo da agricultura) que era classificado como um ofício de poucas qualidades, danoso à constituição de uma sociedade sedentária, baseada no trabalho sistemático.

Na passagem dos anos 1850 para os de 1860, o eco dessas insatisfações ganhou maior amplitude nas províncias amazônicas, na medida em que foi sendo condenado com veemência o trabalho baseado na obtenção dos *produtos espontâneos*. Na tentativa de combater a escalada ascendente do extrativismo, tido como fonte dos problemas, optou-se por um maior incentivo a produção agrícola nas colônias, entendida como atividade primordial para a organização da produção em bases adequadas ao progresso almejado. Entretanto, estava acontecendo justamente o contrário, levando-se em conta que significativa parcela dos colonos estavam paulatinamente largando as terras nas quais haviam sido fixados, em busca de locais ricos nos tais *produtos espontâneos*, puxados grandemente pelo látex. É interessante lembrar, como afirma Bárbara Weinstein, que “a vastidão do ambiente da Amazônia não apenas atuou no sentido de frustrar os esforços [...] de “racionalização” da produção, como ainda agiu profundamente sobre as atividades da população da região em relação à exploração dos recursos naturais.”⁴³ A corrida rumo aos seringais ganhava fôlego ao passo que, em contrapartida, eram elaboradas ações estatais interessadas em socorrer as colônias que sofriam um processo de esvaziamento. Nesse momento, é possível visualizar um descompasso entre as políticas públicas e os interesses econômicos, que até então tinham vivido um casamento sem grandes atribulações.

“Prefere-se antes a morte nos insalubres e desconhecidos longínquos rios, tão abundantes de ouro, representado na goma elástica, como de riscos e

⁴³ WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p.17.

privações, do que o cultivo da lavoura”⁴⁴, asseverava o Cônego Francisco Bernardino de Souza, refletindo sobre a temática em suas “lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas”. As opiniões do Cônego juntavam-se aos arrazoados da maioria dos homens vinculados ao Estado, que estavam testemunhando o escasseamento de gêneros alimentícios e seu encarecimento, os abandonos de antigos entrepostos comerciais, povoados e colônias ao longo dos rios, lidos como consequência da *febre extrativa*, condenada intensamente. Analisando estes fatores pode-se afirmar que o Estado estava priorizando a organização de um regime de trabalho que se distanciava do extrativismo, elogiando os benefícios das atividades sedentárias. As atitudes políticas remavam contra a corrente do *boom gumífero*, alimentando ações que privilegiavam a agricultura e a luta pela fixação do trabalhador a terra, numa tentativa de equilibrar a localização de braços na região, posto que, estava havendo uma rápida concentração de trabalhadores no ofício extrativo dos seringais. Nessa perspectiva, era estigmatizado o regime de trabalho voltado à extração do látex, como é perceptível na *falla* de Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Província do Amazonas, em 1864:

A irresistível tendência da população a empregar-se de preferencia na colheita de productos que a natureza esponeamente offerece, é um mal, cujas funestas consequências muitos começam felizmente a reconhecer: como sejam a falta dos gêneros alimentícios, o abandono dos povoados, a disseminação dos habitantes, o estrago das florestas, as moléstias, a miséria geral; sem fallar na perda do ensino, e perversão dos costumes, e em tudo mais que resulta dos hábitos da vida nômade (...) A questão magna, como vedes, questão a que todas as outras se prendem, não é outra na actualidade: consiste no abandono da indústria extractiva, origem principal de todos os males, que affligem a província, desde a pobreza de seus habitantes até o seu quase geral embrutecimento (...) Isto fere os olhos de quem percorre o interior destes rios. (...) Tudo ali jaz desaproveitado, porque ali a população não se fixa em parte alguma; move-se constantemente para todos os lados, em busca sempre de novos seringaes, que serão a seu turno desprezados, quando começarem a escassear.⁴⁵

⁴⁴ SOUZA, Cônego Francisco Bernardino. **Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas**. Belém: Typografia do Futuro, 1899. p.58.

⁴⁵ **Relatório do Presidente de Província do Amazonas Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda**, 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000042.html>> Acesso em: 10 mar. 2010

A motivação dessa argumentação está na cautela que os poderes públicos tinham para com o acelerado aumento da produção gumífera, percebida como uma “irresistível tendência” que motivava muitos trabalhadores a abandonarem ou relegarem para segundo plano suas atividades anteriores. Essa concentração de força de trabalho na extração de látex era tratada como um problema pelos poderes públicos amazônicos em virtude da crescente absorção da maior parte das “indústrias” e “profissões” do Pará e Amazonas, que desviavam braços e denegriam a produção agrícola.

A “origem principal de todos os males”, contudo, figurava como fator responsável pela escalada das terras amazônicas enquanto um dos focos de atração da economia mundial, vivificado pela indústria extrativa capitaneada pela produção gumífera. De maneira análoga as corridas por metais preciosos, sendo denominada a partir de palavras como *febre* ou *surto*, a procura por seringais despertava o interesse da maioria da população que buscava o território amazônico, causando, concomitantemente, o aumento populacional em algumas áreas e diminuição em outras, desembocando em imensa riqueza, mas também em ruína. Então, é judicioso destacar que em detrimento dos esforços do Estado a exploração da borracha só aumentou durante todo o século XIX, edificando uma rede produtiva que atuava em várias esferas no Brasil e internacionalmente.

QUANTIDADE DE BORRACHA EXPORTADA, 1825/1860.

Ano	Toneladas	Ano	Toneladas
1825	93	1844-1845	367
1830	156	1849-1850	879
1834-1835	175	1854-1855	2.868
1839-1840	418	1859-1860	2.531

Fonte: Exceto para o ano de 1825, Série Retrospectiva do Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40⁴⁶

36 Obs.- A estatística organizada por Palma Muniz, em *Imigrações e Colonização – História e Estatística – 1616/1916*, difere dos números acima, ora para mais, ora para menos. Mas as divergências não dizem respeito ao comportamento geral da série. In: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: Quieroz, 1980. p.55

Pode-se afirmar que, mesmo posicionando-se contra o ofício extrativo, as ações oficiais não interromperam seu alargamento, e também não interferiram diretamente no desenvolvimento dos formatos tomados pelo regime de trabalho altamente coercitivo que foi desenhando-se nos seringais. O fortalecimento do regime de trabalho vinculado majoritariamente à extração do látex teve sua sustentabilidade associada a uma rede de intermediários que dedicaram seus esforços e capitais na produção e comercialização da borracha. Esta rede sobrevivia com base no regime de *aviamento*, já conhecido e praticado antes do *primeiro surto da borracha*.

O *aviamento* significava uma prática econômica baseada no endividamento ou crédito que mantinha a cadeia de produtores das “drogas do sertão amazônico”, *aviando-os*, ou seja, fornecendo-os alimentos, armas, roupas, dentre outros gêneros, em troca dos produtos conseguidos na floresta. Esse tipo de modalidade econômica sobrevivia a partir da troca de mantimentos e mercadorias por matéria-prima, que relacionava os centros urbanos (que sediavam as casas de importação e exportação) com os mais recônditos lugares das matas. Com o fortalecimento das exportações da borracha, as configurações do *aviamento* foram tomando outros graus de complexidade, embora permanecesse com sua lógica de intermediação entre produtores e comerciantes.

A entrada de agentes econômicos estrangeiros interessados no látex foi promovida com vigor a partir da abertura da bacia a embarcações e empreendimentos de outros países (após longos anos de discussão), ocorrido em 1866, dando maior fôlego a circulação de produtos importados na Amazônia. Ao fixarem-se no território, estes agentes geralmente abriam casas comerciais relacionadas tanto à importação quanto à exportação, adaptando-se às características da *aviação*, trazendo mercadorias importadas em vistas de empreender a comercialização ou troca por borracha. Este cenário é exemplificado por Roberto Santos:

Nesse sistema, as funções de exportador e importador estão ainda confundidas em cada agente. Isto não significa que inexistissem outros negociantes dedicando-se ao comércio externo, mas sim que o exportador de borracha é ao mesmo tempo um importador de mercadorias de seu país.⁴⁷

⁴⁷ Id. Ibid, p. 124

A partir desses elementos foi dado um impulso à exploração dos seringais, tendo em vista o aumento da procura da borracha e sua consequente valorização, que motivou, de resto, uma maior presença de mercadorias importadas. É importante salientar que os formatos do sistema de aviamento aqui estudados se aplicam ao período em que o comércio gumífero estava em processo de expansão, porém num momento ainda muito distante do seu ápice, registrado no final do século XIX e primeiros anos do XX, quando vários outros elementos entraram no bojo do processo, dando outras feições a sua organização econômica.

A extração do látex tornou-se a principal atividade econômica da floresta, empreendida por uma quantidade crescente de trabalhadores, a maioria migrante, que para alcançar os seringais produtivos se entrelaçavam com o sistema de aviamento. Rapidamente os locais de extração mais próximos aos centros de comercialização foram sendo esgotados, forçando empreendimentos cada vez mais distantes, deslocados cada vez mais para o oeste, na busca por florestas ricas em seringa, que escasseavam nas áreas mais próximas a desembocadura do rio Amazonas. Essas ações divisaram um mundo ainda pouco conhecido aos olhos dos interesses econômicos, que financiou várias expedições de reconhecimento dos altos rios (como as várias ocorridas pelo rio Purus), além das encabeçadas por cientistas interessados nos mistérios da floresta e seus habitantes.

Afin de donner une idée plus claire des explorations réalisées sur les affluents du fleuve Amazone, et notamment sur le Purus, nous avons recueilli l'ensemble des informations existant sur les principales expéditions réalisées à la fin du XIXème siècle dans l'optique nouvelle de colonisation des vallées amazoniennes, c'est-à-dire une optique répondant aux impératifs d'ordre économique, la recherche des *drogas*, jusqu'à la prédominance absolue du caoutchouc. Certaines de ces expéditions ont été organisées par le Gouvernement brésilien, d'autres par des particuliers et d'autres encore avec la participation d'étrangers (...) Le Gouvernement brésilien a envoyé cinq expéditions dans la vallée du Purus: En 1847 –João Cametá, en 1852 -Serafim Salgado, en 1860- Manoel Urbano da Encarnação, en 1861- João Martins da Silva Coutinho, en 1866- Manoel Urbano da Encarnação.⁴⁸

⁴⁸ “Para dar uma idéia mais clara das explorações sobre os afluentes do rio Amazonas, incluindo o Purus, coletamos todas as informações existentes em grandes expedições realizadas no final do século XIX, no contexto da nova colonização do vale amazônico, isto relacionado aos imperativos de ordem econômica, em busca das *drogas do sertão*, até o

Essa movimentação certamente foi acompanhada pela entrada de migrantes, que, seja em consonância com as incursões oficiais, seja participando de empreitadas levadas a cabo pela Companhia de Navegação (no que se refere à colonização), seja por outros meios, estavam presentes nesse processo. De maneira geral, a sanha por novos seringais, a abertura de novos campos de exploração, puderam guiar, (viabilizadas pelo financiamento de várias casas comerciais, seguidas de perto pelo Estado), a ida de trabalhadores para locais tão longínquos das praças de Belém e Manaus.

Desenhava-se, portanto, uma situação de *fronteira*, ocasião em que um arsenal de expectativas era constituído em favor de *conquistar* o território. É importante sublinhar que as terras amazônicas como um todo aproximavam-se de um ideário de fronteira nos oitocentos, contudo, quando foi sedimentado o primeiro surto da borracha, e os seringais mais próximos dos locais de comercialização começaram a escassear, aumentara a gravidade dos problemas em torno do conflito, da invasão de terras indígenas, do confronto entre projetos de sociedade, em virtude da maior penetração das matas na cata de novas fontes de exploração, o que pode ilustrar uma situação clara de *frente de expansão*⁴⁹, de avanço do chamado *mundo civilizado* sobre terras alheias.

Violentos encontros e desencontros estavam na iminência de ocorrer, e a fronteira *em processo*.

1.2 Fronteiras de Sentido e os Sentidos da Fronteira

A fronteira é sempre princípio e final, ponto de chegada e de partida, âmbito do cotidiano e do desconhecido, geradora de medos e desconfianças, espelho e escudo, eterna contradição de um ser que necessita dos *outros*, ao mesmo tempo em que

predomínio absoluto da borracha. Algumas dessas expedições foram organizadas pelo governo brasileiro, outras por particulares e outras com a participação de estrangeiros. (...) O governo brasileiro enviou cinco expedições ao vale do Purus: Em 1847 – João Cametá, em 1852 – Serafim Salgado, em 1860 – Manoel Urbano da Encarnação, em 1861 – João Martins da Silva Coutinho, em 1866 – Manoel Urbano da Encarnação” – Tradução Livre. FOUCHER, Marilza A. de Melo. **La politique d’occupation dans l’Amazonie occidentale** : le cas de l’Acre. Paris : These de doctorat de troisieme cycle - Paris III ; Institut de Hautes Etudes de l’Amerique Latine, 1988. p.118.

⁴⁹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

necessita se diferenciar para continuar sendo esse, essencialmente humano.⁵⁰

Uma fronteira não deve ser definida simplesmente como uma linha divisória, nem como uma espécie de barreira entre sociedades mutuamente inacessíveis, pois, ao contrário, é salutar acentuar os contatos entre os mundos sociais, enquanto espaços de atrito entre valores. Entende-se, portanto, que para além das delimitações territoriais existem *fronteiras de sentido*, localizadas em meio aos conflitos entre projetos sociais que disputam o espaço, numa tentativa de satisfazer seus intentos.

As terras amazônicas foram e são palcos de tais contendidas, experimentadas, sobremaneira, pelas populações indígenas (marcadamente desde o período colonial), e pelas comunidades *amazônidas* em geral, que convivem com as altercações em torno da sobrevivência de seus valores e da manutenção de suas terras. A partir do século XIX, quando a floresta ganhava notoriedade nos debates da economia mundial, a velocidade e a quantidade das rusgas sobre seu território aumentaram de modo assombroso. De um lado, eram rastreadas suas possibilidades, lidas através de suas potencialidades econômicas, onde todos os esforços eram úteis a necessária *conquista* dos rios e matas, que deveriam ser *desbravados*, ou seja, limpos de suas características vistas como indômitas, alistando-se na marcha do progresso capitalista. Do outro lado, as populações que já habitavam o território, os *outros* que completavam um quadro delicado e conflitivo, onde saltava aos olhos a distinção dos seus modos de explorar as benesses da natureza, nem sempre afinados aos ímpetos dos invasores.

A problemática da violência entra em cena em nome da atribuição de *sentidos* ao território, em lutas que foram sendo empreendidas na lida diária, cujos desdobramentos incidiram em modificações significativas de ambos os *lados* em disputa. Esses mundos em confronto, ou melhor, em *fricção*, para usar expressão de Roberto Cardoso de Oliveira, delineavam influências recíprocas, que atingiam todos os envolvidos, que passavam a se reconhecer e a reconhecer os *outros* de modos diferentes, distantes dos juízos anteriores.

⁵⁰ VALCUENDE, José Maria (coord.). **História e Memória das três fronteiras**: Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo: EDUC, 2009. p. 19.

José de Souza Martins destaca que esses conflitos e seus desdobramentos em situações de fronteira são ao mesmo tempo ocasião de desencontro e de descoberta do outro, salientando que não se trata somente de rugas decorrentes do conjunto das distintas concepções de vida, pois “o desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.”⁵¹ As análises dessas ocasiões devem ser assinaladas através de suas especificidades *temporais*, não incorrendo no erro de estabelecer uma linha do tempo para situar os *atrasados* ou os *adiantados*, mas sublinhando a pluralidade de temporalidades na fronteira, que podem ser abrigadas num mesmo momento, mesmo carregando velocidades e vivências conflitantes, que se sobrepõem. Desse modo, igualmente, devem ser entendidos os aspectos ligados as linhas gerais das estruturas sociais (culturais, políticas, econômicas etc), que em larga medida são compreendidos (ingenuamente) como entes separados, ou ainda, hierarquizados, o que é pior.

Ela é fronteira de muitas coisas diferentes: fronteira da civilização (demarcada na barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem.⁵²

É notório que o conceito de fronteira tem características plurais, comportando uma série de definições, pois contempla ao mesmo tempo uma infinidade de maneiras de ler o vivido no processo de constituição das situações fronteiriças. É importante salientar que sua *inexatidão* não implica em deméritos, pois ao contrário, como adverte Reinhart Koselleck, “os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam as definições. Só é passível de definição aquilo que não tem história.”⁵³. Os *sentidos da fronteira* devem ser entendidos em consonância com os processos históricos que os constituem, que são múltiplos, e isto não implica num entrave, numa impossibilidade de qualquer esforço explicativo, pois incorre no erro quem imaginar que os *sentidos*, por serem sobrepostos e plurais, não podem ser alcançados, nem discutidos. Portanto, é possível

⁵¹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2009.p. 151.

⁵² Ibid, p.13.

⁵³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 109.

articular debates teóricos, sem que seja necessário “mobilizar um arsenal terminológico impressionante, apenas para concluir que o mundo é inexplicável, aleatório e inconsistente.”⁵⁴

La noción de frontera evoca dos conjuntos de ideas relacionadas pero no siempre consistentes. El primer conjunto deriva de la raíz latina *frons* que significa “parte superior” de la cara o frente”. Así fue que frontera vino a denotar a aquella parte de un país que se encuentra al frente o de cara a otro país. (...) El segundo conjunto de ideas evoca la imagen de una zona deshabitada, llena de recursos a la espera de ser aprovechados por alguien; una zona en la que pioneros emprendedores y perspicaces aventureros pueden encontrar incontables oportunidades para enriquecerse rápidamente. En una vena más romántica, evoca también la imagen de una tierra donde prevalece una total libertad; (...) opuesta a esta visión romántica, el término frontera también evoca la noción de una tierra sin ley donde el fuerte impone su voluntad sobre el débil. En suma, esta sería un área caracterizada por el desorden, la violencia y la inestabilidad.⁵⁵

Essencialmente, como ressalta Fernando Santos Granero, existem dois grupos de noções que vem delimitando o conjunto de sentidos da conceituação de fronteira. O primeiro consiste na perspectiva das delimitações em sua dimensão político/administrativa, baseando-se na raiz latina “frons”, que pode referenciar tanto as linhas divisórias que discriminam territórios, *um em face do outro*, quanto revelar uma conotação de cunho militar, fazendo alusão à extensão ocupada por uma tropa em formação de batalha. O segundo refere-se a um ideário que se aproxima da milenar representação⁵⁶ da *terra prometida*, que seria um paraíso desabitado, riquíssimo em meios para a sobrevivência, guardando-se para seus eleitos, para um povo *predestinado* a

⁵⁴ CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001. p. 39.

⁵⁵ GRANERO, Fernando Santos. BARCLAY, Frederica. **La frontera domesticada: Historia económica y social de Loreto - 1850-2000**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2002. p. 17.

“A noção de fronteira evoca dois conjuntos relacionados de noções, nem sempre coerentes. O primeiro conjunto deriva da raiz latina *frons* que significa “parte superior da face ou da testa.” Desse modo, fronteira veio a denotar aquela parte de um país que está com sua face voltada a outro. (...) O segundo conjunto de noções evoca a imagem da área desabitada, cheia de recursos, à espera de ser explorada por alguém, uma área em que empresários e aventureiros, pioneiros perspicazes, poderiam encontrar inúmeras oportunidades em vista de enriquecer rapidamente. Numa versão mais romântica, evoca também a imagem de uma terra onde prevalece a plenitude da liberdade; (...) oposta a essa visão romântica, o termo fronteira também evoca a noção de terra sem lei, onde o forte impõe sua vontade sobre os mais fracos. Em suma, esta seria uma área caracterizada pela desordem, violência e instabilidade.”
Tradução Livre

ser feliz, que teria espírito combativo, pronto para utilizar de maneira adequada a infinidade de recursos subaproveitados. No entanto, misturada a essa imagem edênica, aparece, em contrapartida, a possibilidade da desordem, da violência, de instabilidades sociais que contrastam com a percepção paradisíaca, o que reforça uma perspectiva multifacetada do processo de afirmação da noção de fronteira.

Dessa maneira, ao analisar tais sobreposições e multiplicidade de dimensões históricas do conceito, José de Souza Martins (que ocupou longos anos de sua vida vivendo a *fronteira*⁵⁷), enxerga duas grandes linhas de abordagem que tentam explicar não só as atribuições de sentido ao conceito, mas as circunstâncias da conformação social da fronteira, quais sejam, as *frentes pioneiras* e as *frentes de expansão*. O debate gira em torno dos eixos do avanço dos interesses econômicos e da mobilidade espacial da população, respectivamente, que nem sempre coincidem.

As *frentes pioneiras* são designações nascidas de discussões sobre o raio de ação dos poderes do capital, personificado em espécies de visionários, interessados em arriscar sua energia e dividendos financeiros em *terreno aberto* para investimentos. A atenção é voltada ao campo da *conquista*, da *descoberta*, onde o pioneiro é tido como um arauto do mundo civilizado, semeador da mudança, cujos motores têm pulsão na potencialidade econômica da lida na fronteira. “A frente pioneira é também situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social.”⁵⁸ Contudo, é indispensável salientar as duras penas desse processo de modernização, que invade e constrói novas territorialidades sob a batuta brutal da violência, seja com os povos habitantes das áreas de fronteira, seja com os trabalhadores que as buscam como alternativa, como enfrentamento da miséria.

Tais aspectos, que dizem respeito à questão dos *conflitos*, fazem parte das principais preocupações da elaboração explicativa das *frentes de expansão*, com uma atenção especial a fronteira como *fenômeno demográfico*,

⁴⁶ O autor tem obra dedicada às áreas de fronteira do Brasil, contando com mais de trinta anos de estudos, e destes, “dezesseis em diferentes ocasiões e em diferentes pontos da região amazônica”, inserindo-se nos grupos com os quais trabalhava, integrando-se, num notável exemplo de *observação participante*.

⁴⁷ MARTINS, Ibid, p.151.

atentando ao avanço populacional, sua sedimentação e estruturação enquanto *sociedade*, e não somente ao poderio e interesses econômicos de seus *pioneiros*. O objetivo é englobar a concepção de *frente pioneira* acrescentando a discussão sobre os processos sociais numa maior amplitude, incluindo os embates com povos indígenas, o estabelecimento dos mundos do trabalho, o lastro dos fluxos migratórios, em suma, o conjunto de ressignificações que encampam o território.

No caso da Amazônia oitocentista uma *frente de expansão* foi articulada, em suas grandes linhas, através da escalada impressionante do extrativismo, em detrimento, inclusive, dos esforços do Estado, que interessava-se muito mais pela agricultura. A faina extrativa era a principal atividade econômica amazônica desde os tempos coloniais, e na segunda metade do século XIX ganhou um impulso vertiginoso com o *rush* gumífero, que teve graves consequências para as comunidades indígenas, e também para os milhares de migrantes que rumaram para o território. O encontro entre a população errante e as comunidades da floresta teve enormes efeitos, cujos desdobramentos podem ser percebidos através da violência vivenciada, como assinala Eurípedes Funes, afirmando que “o genocídio e o etnocídio caminham juntos à expansão das frentes de ocupação, onde geralmente o trabalhador pobre, despossuído, é arma eficaz no processo de “limpar” a área”⁵⁹.

Na Amazônia, uma grande porção de terras eram classificadas como “de ninguém” já que estavam *desaproveitadas* pelo braço *civilizado*, restando aos devassadores dos seringais *limpá-las* para promover o corte da árvore do látex, estabelecendo, dessa maneira, conflitos com as populações indígenas. Assim, o extrator do látex estava susceptível a uma luta de vários formatos, pois brigava contra as doenças, contra as dívidas e ainda contra os índios, levando-se que em conta que o seringueiro também atuava no projeto de assenhoreamento e transformação daquela dita natureza *inculta*.

Gunter Kroemer, ao analisar a trajetória dos indígenas habitantes da região do médio Purus, debate sobre o impacto aterrador da presença desses invasores “brancos” a partir de meados do século XIX, conformados, em geral,

⁴⁹ FUNES, Eurípedes. El Dorado no Inferno Verde – Quem vive no inferno se acostuma com os cães. In: GONÇALVES, Adelaide; EYMAR, Pedro (org). **Mais borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfico, 2008. p. 03.

por homens emigrados de Províncias do Norte do Império, principalmente do Ceará. O autor fala sobre a redução drástica das populações que já habitavam o Purus antes da instalação dos barracões dos seringais, como consequência de epidemias (sobremaneira, de sarampo) e guerras (tanto intertribais, como entre índios e invasores), que além de objetivar subjugar os contrários ao avanço da exploração da floresta, almejava conseguir trabalhadores para auxiliar na labuta, atualizando os episódios coloniais das chamadas *guerras justas*. Kroemer alerta sobre a trágica sina vivenciada pelas populações indígenas “que se opuseram à economia extrativa, sendo perseguidos e exterminados. Dos 40.000 índios do rio Purus, restaram uns poucos agregados à freguesia do barracão, cedendo lugar à era do labor agrícola e industrial”⁶⁰.

A gravidade dessas querelas foi aumentando na medida em que foram acrescidos os interesses econômicos, quando articularam-se ações portadoras de *sentidos* que iriam tentar guiar os caminhos da exploração da floresta. É nesse cenário que entram desde órgãos estatais até empresas privadas, como as companhias de navegação, que foram responsáveis, mesmo que a apalpadelas, por um avanço concreto pelo interior amazônico. Portanto, os *sentidos da fronteira* foram sendo constituídos em diálogo com essas ferramentas, que objetivavam submeter o território amazônico ao chamado *avanço civilizatório*, tornando-o zona atrativa.

Foi nessa direção que o Tenente da Armada norte-americano, F. Maury, publicou seu folheto informativo sobre as potencialidades das “terras do amazonas”, após passagem pela bacia em missão diplomática.

O paiz regado pelo Amazonas, uma vez desincado (sic) dos selvagens e animais ferozes, e sujeito a cultura, seria capaz de sustentar com os seus productos, a população inteira do mundo. (...) O espírito do século animado por empresas particulares, procura todos os dias novos campos para seus pacíficos triumphos, mas em nenhum ponto do globo pode effectuar maravilhosos resultados iguaes àqueles que hão de assignalar os seus passos, percorrendo o Amazonas e outros grandes rios das encostas atlânticas da América meridional.⁶¹

Submeter a floresta a um exame minucioso por parte dos ímpetus econômicos era a peça chave da argumentação. As possibilidades estavam

⁶⁰ KROEMER, Gunter. **Cuxiuara**: o Purus dos indígenas. Ensaio étnico-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus. São Paulo: Edições Loyola, 1985.p.79.

⁶¹ BPMP, setor de microfilmagem. *Cearense*, sexta-feira 09 de dezembro de 1853. Rolo nº94C, dos números 491 a 692.

postas em função da atribuição de um *vazio* ao território amazônico, sofrendo com a ausência de “empresas particulares”, tendo em conta que as matas estavam em sua maior parcela nas mãos de povos indígenas, que teriam, assim como a própria floresta, de ser incluídos no processo de incorporação ao mundo *civilizado*. A preocupação com a selvageria enquadra no mesmo nível a fauna e os “selvagens”, que não eram adequados ao conceito de cultura a que F. Maury se referia. Os índios eram classificados como parte da natureza indomada que devia ser *enfrentada*, submetida à *cultura*, ao avanço civilizatório portador do “espírito do século”, que se realizado plenamente traria à floresta os louros de uma enorme produtividade, capaz de sustentar a população inteira do mundo. O toque da civilização, como num passe de mágica, transformaria o tumulto e a desordem de uma *natureza desaproveita*, em triunfos econômicos de toda ordem, como que dando vida, acordando a floresta de um sono edênico e estéril. Percebe-se a presença de uma narrativa com ares mitológicos, aproximando-se das representações de um paraíso, que necessitava ainda ser descoberto, mas que estava lá, a espera, aguardando a vinda de corajosos guerreiros.

É interessante notar que o país de origem de F. Maury passava por uma situação semelhante, vivenciando no século XIX um processo análogo de avanço sobre terras *ditas* vazias e livres, o que pode indicar um caminho para entender a constituição da argumentação do militar norte-americano. Nos Estados Unidos, da costa leste em direção ao litoral do oceano pacífico, milhares de *pioneers* caminhavam rumo aos locais onde residia um mito de liberdade, de opulência, como ressalta o historiador norte-americano Frederick Jackson Turner em sua obra *The frontier in the American History* (1893).

Thus American development has exhibited not merely advance along a single line, but a return to primitive conditions on a continually advancing frontier line, and a new development for that area. American social development has been continually beginning over again on the frontier. This perennial rebirth, *this fluidity of American life*, this expansion westward with its new opportunities, its continuous touch with the simplicity of primitive society, furnish the forces dominating American character. (...)In this advance, the frontier is the outer edge of the wave - the *meeting point between savagery and civilization*.⁶²

⁶² TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in american history**. New York: Dover Publications, 1996. p.04

Aproximando-se dos argumentos de F. Maury com relação as terras amazônicas, para Turner, a fronteira estadunidense foi vislumbrada como o limite entre a *civilização* e a *barbárie*, mas sem fazer referência a conflitos, nem violência, como se as populações que já habitavam o oeste norte-americano (os do lado da *barbárie*) tivessem se convencido de sua *impotência* e inferioridade ante os *pionners* (que travavam *pacíficos contatos* com a simplicidade *primitiva*), considerando que a *nação* e seus *trunfos* civilizatórios eram maiores, e de uma forma ou de outra iria engoli-los. Assim, a argumentação do autor associa a abundância em terras a oeste com as causas da consolidação da nação norte-americana como potência, destacando que o avanço sobre o oeste guardava a energia vital que alimentava a consolidação da sociedade *yankee*, que deveria estar sempre em *expansão*. “The existence of an area of free land, (...) and the advance of American settlement westward, explain American development.”⁶³ As terras livres teriam íntima relação com o desenvolvimento dos Estados Unidos porque serviriam como uma espécie de *safety valve* (válvula de segurança) para as tensões entre a população mais pobre, que teria na área de fronteira território livre para demarcar seus anseios, campo aberto e pleno de possibilidades, exemplificado, por exemplo, nas minas da Califórnia que estavam a espera, *sozinhas*, desaproveitadas, somente aguardando quem as explorasse, na alçada dos *pionners*.

São destacados significados que alimentam um referencial atrativo, que poderia dialogar com as expectativas de muitos, potenciais migrantes, dispostos a perseguir os sonhos de melhoria, guiados pelo projeto de incorporação do oeste às raias do desenvolvimento capitalista. Dessa maneira, guardando suas muitas especificidades, é possível afirmar semelhanças entre as características da chamada *marcha para o oeste* dos Estados Unidos e a

“Assim, o desenvolvimento da América não apresentou avanços apenas numa única linha, mas um retorno às condições primitivas em uma linha de fronteira que avança de modo contínuo, correspondendo a um novo desenvolvimento para essa(s) área(s). O desenvolvimento social americano tem continuamente início em novas fronteiras. Este renascimento perene, essa fluidez da vida americana, essa expansão para o oeste com as suas novas oportunidades, o seu permanente contato com a simplicidade da sociedade primitiva, fornece as forças dominantes do caráter americano. (...) Neste avanço, a fronteira é o limite exterior da onda - o ponto de encontro entre a barbárie e a civilização.” Tradução Livre

⁶³ “A existência de uma área de terra livre, (...) o avanço dos assentamentos (estabelecimentos) americanos para o oeste, explicam o desenvolvimento da América.” TURNER, Ibid, p. 04.

constituição de uma fronteira amazônica nos oitocentos, que foi elaborada também em sintonia com uma mensagem que tentava abrir os caminhos da *civilização* em território de *barbárie*, como afirmava F. Maury, para os triunfos do projeto de sociedade capitalista.

Tais mensagens *atrativas* foram afinadas com uma perspectiva de progresso que almejava englobar a floresta como área fornecedora de matérias-primas para a indústria. A natureza era pintada com fartura em riquezas inexploradas, como uma espécie de mãe generosa, onde se podia estabelecer uma sociedade rica economicamente sem grandes esforços. Para tanto, como afirma João Pacheco de Oliveira Filho, foi sendo elaborada uma *ideologia de fronteira*, cujo mote estava baseado no incitamento do deslocamento de trabalhadores para as áreas que demandavam mão de obra, que, em geral, tinham o aval da agência dos poderes públicos.

A expulsão de um conjunto de indivíduos de sua área de origem não gera automaticamente a existência de uma ideologia de fronteira: para isso é necessário além de outros fatores, que seja fabricada e difundida uma ideologia de fronteira, oferecendo aos migrantes potenciais um conjunto de informações e juízos sobre aquela área que se apresenta como alternativa as suas condições presentes.⁶⁴

Ações como a criação da Província do Amazonas (1852), a abertura oficial da bacia a navegação comercial em nível nacional (1853) e internacional (1866), a implantação de colônias de trabalhadores, estavam em sintonia com um tom de apelo a potenciais migrantes, que atribuía significados a uma Amazônia abastada em recursos naturais (economicamente viáveis) e, ao mesmo tempo, visualizada como paupérrima em gente apta a explorá-los, como uma terra a ser conquistada, erigindo representações de uma gigantesca fronteira verde e vazia.

As representações das *terras do sem fim* tinham predicados que aditavam aos sentidos do território amazônico, que funcionavam como combustível para o mito de um *Eldorado*, pleno de riquezas, a espera de sujeitos dispostos a conquistá-las. “O lócus por excelência da terra ‘ilimitada’ é, obviamente, a fronteira. Em outras palavras, a fronteira é um lócus privilegiado

⁵⁴ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o braço. In: Silveira, Ênio. et.al. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p.113.

para a ideologia clássica do *laissez-faire*.”⁵⁵ Portanto, é possível afirmar que as travessias aconteciam na alçada das melhorias, muitas vezes remotas, mas que participavam de um conjunto de *possíveis*, de expectativas elaboradas a partir dos traçados da *terra ilimitada*. Porém, não é possível perder de vista que as áreas de fronteira eram/são territórios de violência, de estorvo, de disputas sangrentas, e que os acenos da *liberdade*, em grande medida, podem ser considerados blefes que preparam armadilhas espinhosas. Guilherme Velho adverte que é interessante perceber a “fronteira mais como interpenetração do que como avanço, mais como uma relação com o meio do que como uma projeção sobre ele, mais como uma busca intermitente por um jardim das delícias do que como uma construção sistemática de um.”⁵⁶ Em suma, entende-se que o processo de constituição do território amazônico como área de fronteira entra em sintonia com elaboração de uma mensagem atrativa e com as expectativas dos potenciais migrantes, no entanto, a experiência do deslocamento e a vivência na floresta eram permeadas por dificuldades e estranhamentos, que serviam como um significativo entrave para a realização dos sonhos que alimentavam as travessias. As tintas do Eldorado, muitas vezes, desvaneciam diante da coleção de problemas que iam sendo enredados nas contendas do dia a dia.

Jornais das províncias do Ceará, Pará e Amazonas tinham em muitas de suas edições a presença de discussões sobre essas problemáticas dos mundos da fronteira, que incluíam debates sobre a pertinência do “povoamento” do território amazônico, incluindo longos arrazoados sobre as “verdades” e “mentiras” dos discursos vaporizados pelo Império. Num período de aguda migração de camponeses vivenciado na Província do Ceará, no percurso da grande seca de 1877-1879, vários eram os comentários dos periódicos locais sobre a *invasão* de pessoas vindas do interior da província para Fortaleza, que servia de local de embarque para muitos que rumavam aos portos amazônicos. O jornal *Retirante*, por exemplo, dava especial atenção a questão, alardeando em seus escritos a travosa recepção dos *ingênuos* que tinham a coragem de empreender a travessia. Em correspondência com

⁵⁵ VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL difusão editorial S/A, 1979. p.100.

⁵⁶ Id, Ibid, p.115.

periódicos das províncias amazônicas, o *Retirante* transcrevia em suas colunas várias passagens extraídas de outros jornais, que diziam respeito às condições de sobrevivência dos trabalhadores nas matas, com o objetivo de alertar a sociedade (incluindo os que almejavam migrar) sobre as inverdades daquele *Eldorado*. No intuito de discutir esses fatores, destaca-se um trecho da edição do *Retirante* de 24 de outubro de 1877, na qual foi transcrita uma matéria extraída do jornal *Amazonas* (mas não informa a data), onde existem referências sobre o “estado lastimável d’aquelles infelizes” que migravam.

Açoitados pela miséria, de preferência os cearenses teem (sic) procurado o valle do Amazonas e uma grande parte d’elles lá vai no caminho dos seringaes, esse *el dorado* tão ambicionado, mas do qual em vês de extrahir-se ouro só se extrahe lágrimas e sangue.

Pois bem: os cearenses emigram para o Amazonas, o Amazonas não tem lavoura, está pobre, ás portas da indigência [...] tudo o mais é illusório, é um engano; o Amazonas sem população precisa de emigrantes, os emigrantes chegam, elle os despreza!⁶⁷

O alerta indicava que não existia *Eldorado*, ou melhor, que a terra dos opulentos seringais não seria fonte de riqueza e contentamento, mas de dolorosas lágrimas de sangue, de pesar, de arrependimento. O *ouro negro* era de tolo, falso como tudo o mais naquela terra, rica somente em peste, pântanos, e feras, um mundo bem pior do que o pior pesadelo vivido em tempos de estiagem. Para o jornal tudo era embuste, fonte de devaneios para aqueles desgraçados migrantes, que viviam perseguindo enganos, ilusões, pois o Amazonas ao invés de terra maternal, plena em esperança e boas novas, vestia os trajes de madrastra cruel, muitíssimo antipática e avara.

O jornal tomava para si a responsabilidade de divulgar *outras* faces da fronteira, tentando desmistificar o apelo atrativo evidenciado através das representações de uma floresta opulenta, demonstrando seu lado tenebroso, que, segundo a folha, não guardava espaço para as possibilidades de melhoria tão almejadas pelos que empreendiam a travessia. A preocupação, nesse caso, estava com os migrantes, que tinham íntima relação com a conformação da *frente de expansão*, que era denunciada como território de sofrimento e morte.

⁵⁷ BPMP, setor de microfilmagem, *Retirante*, quarta-feira, 24 de outubro de 1877. Rolo 036, sem numeração.

Desta feita, para alguns os ares de um *inferno verde* turvavam as cores do *Eldorado*, que se mostrava cada vez mais no terreno do impossível, solapado pela dureza dos caminhos da fronteira, que iam dando relevo às experiências migratórias. O sonhado paraíso, desenhado por alguns com caminhos largos e retos laureados por uma natureza risonha e farta, dava lugar às estradas de seringa, espécie de labirinto cujas paredes eram matas seculares, que gruniam, piavam, rangiam, com estranhas presenças que observavam os passos do migrante. Isto, sem falar nos alertas sobre o regime de trabalho, tido como igualmente estranho, cujo ofício devia ser aprendido com presteza, um dia depois do outro num exercício estoico, para que houvesse produção satisfatória, e as dívidas (base da cadeia do aviamento) não se tornassem inimigas invencíveis, somando-se a legião de demônios que perseguiam os trabalhadores em sua lida diária. Verdadeiramente, para sobreviver no inferno teriam que se acostumar com os cães.

Ainda assim, mesmo com todos esses agouros, com todos os alertas dos jornais, o território amazônico continuava despertando paixões. Terra atraente aos inquietos, degredados, fugitivos, inclassificáveis, homens e mulheres errantes, perseguidores de seus sonhos, carregadores da ponta de lança da *civilização*, fardo pesadíssimo. O eldorado fazia *sentido* mesmo diante do inferno verde, pois, se não fizesse, não haveria espaço para a reprodução das mensagens atrativas, que dialogavam com o campo de possibilidades dos migrantes. Um estava no outro, misturados na situação de fronteira, na alçada do destino dos que se arriscavam a experimentá-los. Portanto, como salienta Isabel Guillen, entender o entremear desses jogos de luz e sombra:

(...) é de fundamental importância para que compreendamos que a Amazônia era apreendida por um imaginário constituído de elementos contraditórios, no que sobressaía a imagem da floresta verde e pujante, misto de éden e inferno verde.⁶⁸

Os mundos do trabalho que foram constituindo-se nos oitocentos na frente de expansão amazônica são palco privilegiado para entender as especificidades das referências atrativas e repulsivas dirigidas à floresta. O cotidiano do extrativismo, suas regras altamente coercitivas, as asperezas vividas com a adaptação à nova realidade, tudo isso ambientado numa terra de

⁶⁸ GUILLEN. Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva**: história da migração nordestina para a Amazônia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p.105.

promessas, que de longe parecia tão bonita, mas que de perto ia mostrando uma face diferente, sisuda, mas ainda bela, ou melhor, ora formosa, ora grotesca, ora... As interconexões entre o vivido e o imaginário (seriam *coisas* separadas?), suas influências recíprocas, ajudam a entender como as possibilidades de migrar tomaram forma, referenciadas pelas representações do mundo amazônico. É importante esclarecer que tal deslocamento de imagens tivera sua historicidade, modificando-se com o passar do tempo, gestando, de acordo com as contingências sociais, outros formatos. Com isso, a análise dos conceitos de *Inferno Verde* e *Eldorado* têm no seu cerne a convicção da fugacidade, a consciência da constante transmutação.

1.3 Mundos do trabalho na floresta: os ares do Inferno Verde

Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem amada das terras onde veio carinhosamente resguardada na alma anciada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Mas enfim, o inferno verde, si é a gehenna (sic) de torturas, também é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra da civilização, que os primeiros imigrantes, humildes e pobres *pionniers* do presente, esboçam confusamente entre blasfêmias e ranger os dentes.⁶⁹

O inferno *geralmente* é o *lugar* para onde mandamos os *outros*, contudo, o que ocorre quando nós mesmos queremos ir para o inferno? Incoerências à parte, pode-se argumentar que o inferno para uns seja o paraíso para *outros*, pois o que *aqui* é ruim *lá* pode ser bom, e que, portanto, o inferno pode transmutar-se em paraíso, e vice-versa. Alberto Rangel brinca com essas imagens quando classifica o Amazonas como *inferno verde*, personificando a natureza como madrasta assassina dos “insanos” que ousavam ir de encontro aos seus rios e matas, perturbar a sua paz “inculta”. Para o autor, transpor o desafio de *enfrentar* o inferno era tarefa que custava a vida de milhares de pobres *pionniers*, peões que iniciavam o avanço no tabuleiro, limpando o terreno para a ação triunfal e vitoriosa das *raças*

⁵⁹RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**: cenas e cenários do Amazonas. Tours: Typografia Arrault & Cia., 1927. p.281.

superiores. A floresta homicida de Rangel guarda ainda em sua elaboração discursiva a possibilidade de ser subjugada através do trabalho, de transformar-se um dia em Paraíso, depois de serem sorvidas as vidas dos subalternos pioneiros, que teriam seu sangue servido como oferenda contra as malvadezas da Amazônia.

Rangel disponibiliza um arsenal de referências sobre o tema do trabalho dos migrantes na floresta em sua obra. Pupilo de Euclides da Cunha, o autor tem em seus escritos uma forte influência do mestre⁷⁰ (que, inclusive, prefacia *Inferno Verde*⁷¹), tendo como inspiração também um grande sertão, porém verde e úmido (bem diferente do que consta na famosa obra de Euclides da Cunha), interessando-se, especialmente, pela vida dos “intrusos” que assaltavam a selva. A composição dos seus personagens tem base essencialmente na figura do *cearense*, sertanejo migrante, que, segundo o autor, na velocidade de uma *infestação* estabeleceu-se pelas matas, pagando duras penas pela audácia de enfrentá-la, sofrendo no cotidiano de trabalho dos seringais.

A onda imigratória, esses cearenses, como elle se exprime (...), em vago resaiço (sic) de desprezo e despeito, chofraria em praga, invadindo a floresta; mal sabe (...) a avidez da sociedade nova acampada no Amazonas, elle com seu caráter reservado, onde paira certa tristeza de exilado na própria pátria.⁷²

Ser um exilado, nesse sentido, significa ser um estranho, perdido diante da imensa floresta, que para Rangel não havia sido ainda incorporada à pátria, e isso, porque “ela” não queria! Ora, a Amazônia afinal tinha vontades, era impetuosa, e não lhe agradava a ideia de receber tão grande número de forasteiros, somente interessados em espoliá-la, sem dar grandes satisfações. Vista como vingativa, ela erigia todas as dificuldades, ajudando a construir uma sociedade desgraçada, condenada ao trabalho extenuante, que só poderia sobreviver através dos maiores sacrifícios.

⁶⁰ Marcado pela farta utilização de figuras de linguagem, combinadas entre termos de caráter técnico-científico e neologismos, empregados de maneira mais freqüente no vocabulário popular.

⁶¹ Trabalho de maior vulto de Alberto Rangel, publicado em sua primeira edição no ano de 1908.

⁶² RANGEL, Ibid, 1927. p. 45.

Essa personificação dava a floresta nome e sobrenome, era o *Inferno Verde*, registrado num cartório diferente dos convencionais, pois o documento era fabricado nos seringais, letra por letra, ou melhor, dia após dia, com um tinteiro de suor e sangue, e com o carimbo feito de *borracha*.

Pode-se considerar, dialogando com Rangel, que a constituição dos mundos do trabalho da floresta, em sintonia com o vertiginoso acréscimo de sua participação como fornecedora de matérias-primas ao mercado internacional, que ajudaram a conformá-la como fronteira, contribuiu com os ares da representação do *Inferno Verde*. É possível afirmar ainda que essa dedução teve a colaboração das experiências de milhares de trabalhadores, que participaram das tramas do cotidiano do regime e relações de trabalho, que modificou de maneira significativa as características dos caminhos da faina pelas matas.

O corte da seringa, principal atividade extrativa, era organizado a partir de uma longa cadeia de *aviamento*, forjado no decorrer do século XIX, que desaguava num regime de trabalho altamente coercitivo, que enclausurava as esperanças dos trabalhadores dedicados ao extrativismo da *Hévea*. Estes eram presos as dívidas, submetidos a doenças e as distâncias, que praticamente minavam as possibilidades de um breve retorno a terra natal. Nesse sentido, o *rush* gumífero foi portador das sementes de um *inferno amazônico*, erigido e vivenciado através das agruras de seus trabalhadores, que reelaboraram em seu cotidiano as mensagens atrativas dedicadas ao Norte das matas, lhes dando outros significados.

Existe também uma íntima relação entre a problemática das migrações e a evidenciação da floresta enquanto território de estorvo, pois ao deslocarem-se os migrantes estavam sofrendo um processo de mudança nos seus referenciais de sobrevivência, levando em conta as drásticas diferenças entre os meios de vida dos lugares de origem e os das matas e rios amazônicos. Havia transformações da lida com a natureza, dos hábitos alimentares, das relações e do ambiente de trabalho, nas práticas de cura (em resposta as novas doenças), ou seja, sentidas em dimensões fundamentais da vida. Os estranhamentos e a saudade perpassavam a vida dos migrantes que chegavam à floresta, que à época do *boom* gumífero geralmente buscavam os

seringais cada vez mais distantes, implicando num acréscimo das dificuldades, principalmente em se tratando das vagas possibilidades de retorno.

Estas feições dos mundos do trabalho da floresta deixaram Euclides da Cunha estarecido. Em seus escritos, fruto de sua participação como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto-Purus em 1905, destacam-se muitos aspectos da vida na floresta, o que ressalta a polivalência intelectual do autor, em comentários que vão desde teorias sobre a sinuosidade dos rios, até revoltadas críticas dirigidas aos ditames do cotidiano de trabalho da extração do látex.

Euclides classificava os seringais como o *paraíso diabólico* onde situava-se “a mais criminosa organização do trabalho que (...) engenhou o mais desaçamado (sic) egoísmo”⁷³. Essa condenação nasceu da observação do regime de trabalho dos seringais, onde o autor escandalizou-se com o sistema de aviamento, razão das imensas dívidas dos trabalhadores. Euclides da Cunha levou a lume em seus escritos a prestação de contas de um seringueiro vindo do Ceará, razão pela qual avaliava as feições das relações de trabalho como semelhantes as da escravidão, com a diferença de que no seringal os *homens trabalhavam para escravizar-se*, submetidos a dívidas impagáveis.

No próprio dia em que parte do Ceará, o futuro seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até o Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte num *gaiola* qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um *rifle* (carabina *winchester*) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no *barracão senhorial*, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira, e já deve 1:135\$000.⁷⁴

O exemplo que ilustra a obra de Euclides da Cunha permite uma análise sobre os caminhos que o cotidiano de trabalho desenhado nos seringais desde meados do século XIX foi processando. O trabalhador mesmo não sendo portador dos saberes da faina, considerado *brabo* (que ainda teria

⁷³ CUNHA, Euclides da. **À margem de História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.13.

⁷⁴ Id, Ibid, p. 13.

de passar por um processo de aprendizagem até adquirir certa destreza no corte das árvores e feitura das pélas⁷⁵), já apresentava uma considerável dívida. Além disso, pode-se perceber que no entender euclidiano as aproximações com o regime de trabalho escravo não ficavam representadas somente na ausência da liberdade de retornar a terra natal, em função do endividamento, mas também quando o autor refere-se ao *barracão senhorial*, sede da organização dos negócios do seringal, onde os trabalhadores iam prestar contas, oferecendo o material colhido em troca das mercadorias, cujos preços eram imensamente inflacionados, base dos lucros de toda cadeia produtiva do aviamento.

Havia ainda uma série de regulamentos aos quais Euclides da Cunha teve acesso, onde eram organizadas as interdições e penas destinadas aos trabalhadores aviados pelo *barracão senhorial*. As regras facultavam sanções a quem, por exemplo, fizesse um corte inferior ao gume do machado, com multa de 100\$000, ou mesmo a quem se atrevesse a comprar qualquer mercadoria que não fosse fornecida pelo armazém do seringal, cuja multa era equivalente a 50% do valor do produto comprado. O recurso da fuga era dificultado pelas enormes distâncias a serem percorridas, tendo em conta ainda uma espécie de acordo entre os patrões que “não aceitavam, uns os empregados dos outros, antes de saudadas as dívidas”.⁷⁶

A convivência com os códigos de conduta do seringal acompanhava o processo de aprendizagem da colheita do látex, pois ao passo que o trabalhador ia incorporando o conhecimento necessário para a faina, acontecia uma modificação da sua *classificação* no seringal, de *brabo*, quando ainda era pouco afeito ao ofício e as regras do barracão, passava a *manso*, visto como prático, com alguma experiência, e que serviria para dar continuidade aos ensinamentos do ofício, responsável por acompanhar os passos dos novos *brabos*, ensinando-os os misteres do trabalho com a seringa. Ser *brabo* significava ser renitente, estranho ao trabalho, enfrentando os medos, os receios, justapostos nos ritmos da labuta. Em contrapartida, o somatório de conhecimentos sobre o corte da seringa, os anos de dívidas, de isolamento,

⁷⁵ Consiste num processo de defumação do látex, que sofre coagulação ao entrar em contato com o calor, passando do estado líquido para o estado sólido. As pélas são feitas com o formato de circunferências, similares a bolas maciças de borracha.

⁷⁶ CUNHA, Ibid, p. 15.

forjavam o *manso*, entre os que conseguiam resistir diante das dificuldades de um cotidiano de trabalho altamente coercitivo. A *brabeza* ou a *mansidão* estavam interligadas às lutas pela sobrevivência na floresta, esta grandemente vinculada aos seringais que iam se tornando (no correr dos oitocentos) polos de aglutinação dos migrantes.

A menção a tais tipos de experiências podem ser analisados também a partir dos nomes atribuídos a algumas localidades que margeavam os rios. Os testemunhos de Euclides da Cunha mais uma vez servem como fonte, pois o autor teve a atenção de registrar as nomenclaturas que apareciam penduradas em tabuletas nas casas próximas dos ambientes de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias.

[...] das primitivas e das recentes povoações. Na terra sem história os primeiros fatos escrevem-se, esparsos e desunidos, nas denominações dos sítios. De um lado está a fase inicial e tormentosa da adaptação, evocando tristezas, martírios, até gritos de desalento e de socorro; e o viajante lê nas grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: *Valha-nos Deus, Saudade, São João da Miséria, Escondido, Inferno...* De outro um forte renascimento de esperanças e a jovialidade desbordante das gentes redimidas: *Bom Princípio! Novo Encanto, Triunfo, Quero Ver! Liberdade, Concórdia, Paraíso...*⁷⁷

A Amazônia para Euclides era uma terra sem história, onde os humanos eram intrusos portadores dos germens da “civilização”, com seus conhecimentos amesquinhados, obscurecidos diante da grandeza tumultuária da natureza. O gênero dito *civilizado* estaria fadado a uma vida de gigantescos sacrifícios, enfrentando dia a dia a ferocidade de uma natureza que só se deixaria *domar* a custa de muitas vidas, de muitas lutas, capitaneadas pelo trabalho extenuante e sistemático, arma humana para debelar a natureza. Nessa empreitada penosa estavam situados os trabalhadores migrantes, que iam escrevendo os primeiros fatos, mesmo *esparsos e desunidos*, da tal terra sem história. Analisando estas referências colhidas por Euclides, considera-se que as denominações dos lugarejos na floresta podiam revelar aspectos da leitura do cotidiano vivenciado, da *brabeza* e da *mansidão*, possibilitando o entendimento das maneiras como aquelas pessoas externavam suas ideias (ou

⁷⁷ Id, Ibid, p. 38.

sentimentos, que também são ideias, e vice-versa) em forma de palavras, de exclamações, que traduziam suas visões do mundo.

A chegada, os primeiros contatos, o estranhamento, a agonia da saudade da terra distante, eram materializados em “grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: *Valha-nos Deus, Saudade, São João da Miséria, Escondido, Inferno...*”, caracterizando experiências carregadas de pesar e sofrimento. As cores de um *Inferno Verde* se fortaleciam, cobrindo de arrependimento o migrante que lamentava. Assim, a travessia revelava mais elementos que certificavam as representações conturbadas dos trabalhadores na Amazônia.

Entretanto, havia também a leitura da floresta partindo de lugares com nomenclaturas que traduziam contentamento e esperanças, que informavam sobre “a jovialidade desbordante das gentes redimidas: *Bom Princípio! Novo Encanto, Triunfo, Quero Ver! Liberdade, Concórdia, Paraíso...*”. Isto deixa entrever outras interpretações do mundo amazônico, onde estão presentes mensagens positivas, que transparecem prosperidade mesmo diante das dificuldades do cotidiano do trabalho amazônico, contrapondo, assim, as representações negativas de outras tantas tabuletas encontradas pelos rios da região.

Qual seria, então, a fonte das diferenças entre as representações de locais com nomes de *São João da Miséria* e *Novo Encanto*? A resposta a este problema passa pelo entendimento das experiências dos trabalhadores na floresta como plurais, havendo, portanto, um misto de martírio e contentamento configurados nas vivências cotidianas. Deve-se levar em consideração o tempo de permanência em meio à floresta, tendo em conta que os iniciantes sofriam com o processo de adaptação, com o impacto do estranhamento e das mazelas da sociedade do trabalho extrativo. Na impossibilidade do retorno, devido ao endividamento e as enormes distâncias, o trabalhador ia sorvendo o cotidiano, e aos poucos se tornava habitante da floresta, seringueiro, conhecedor dos segredos das matas. A convivência no mundo do *outro* insuflava um processo de territorialização⁷⁸, em que novas relações iam sendo

⁷⁸ SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

tecidas, fortalecendo um conjunto de atribuições de significados aos locais de destino, posto que paulatinamente aprendiam a *ganhar a vida*.

Na arte de se tornar seringueiro o triste deserdado, ou esperançoso, do nordeste vai moldando sua vida à nova realidade, de brabo passa a manso, aprende a domar uma outra montaria, a canoa, e as pegadas do rio são marcas do tempo. Sua alma torna-se tão profunda quanto os rios: vivazes, agitados, inquietantes como as águas das superfícies [...] No interior da selva constroem seus diálogos e a hora de soltar os gritos.⁷⁹

A vida que ia se “moldando à nova realidade” também a modificava, com rasgos de agonia ou de sucessos, forjando vários aspectos da realidade amazônica, tendo por base as intervenções e mediações entre os trabalhadores e a sociedade espalhada pela Floresta. Essa perspectiva é ainda ligada a “cultura sertaneja, na qual o *real* e o *concreto* nunca se separam do *ilusório*”⁸⁰, reforçando frente à Amazônia uma grande diversidade de imagens, como atrativa ou repulsiva, como *Eldorado* ou como *Inferno Verde*. Isto implica dizer que as referências relacionadas à acumulação de bens ou ao ambiente atroz foram propagadas após o retorno de alguns desses sertanejos migrantes, pois além das notícias das doenças, do trabalho altamente coercitivo, da grandeza das águas e seus mitos, também chegava ao torrão natal a visão das possibilidades de prosperidade, de enriquecimento, fortemente estabelecida durante o *primeiro surto da borracha*.

Portanto, deve-se salientar que um dos fatores complicadores desse processo de territorialização era a condição *migrante* dos trabalhadores, que deslocavam-se de províncias distantes rumo à floresta, carregando costumes díspares, como no caso dos milhares de cearenses que singraram os rios amazônicos no século XIX, que não figurava como uma *novidade* no período do surto da borracha nos oitocentos. No entanto, foi nesse momento que houve uma migração maciça, que tomou corpo, sobremaneira, nos tempos da seca que atingiu a província entre 1877-1879.

Embora a estiagem não explique sozinha e nem seja razão do processo migratório, o evento ajuda a pensar o *lastro* do fluxo, na medida em que os

⁷⁹ FUNES, Ibid, p.04.

⁸⁰ LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre Árvores e Esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 editores, 1996. p.312.

sujeitos foram acionando seus campos de possibilidades e elegendo o território amazônico como alternativa. Isto implica em dizer que a *floresta* já estava presente no Ceará, povoando o imaginário das pessoas que migravam, alimentado por travessias que vinham acontecendo antes do período da seca. Logo, é judicioso analisar a trajetória desses migrantes, questionando como eram construídas suas escolhas, seus destinos. Nesse formato, é importante pensar a problemática que ligou tantos homens e mulheres do Ceará à Amazônia, examinando como se construíram esses vínculos que motivaram os deslocamentos entre *sertões* tão distintos e tão distantes.

1.4 Os migrantes e o horizonte amazônico

Esse tipo ignora fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos sabe transformar esse em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.⁸¹

Analisando as travessias atlânticas, Sergio Buarque de Holanda localiza no ato de migrar os germens da aventura. Somente a possibilidade de enriquecer rapidamente poderia motivar os muitos que enfrentaram o *mar tenebroso*, frequentado por monstros marinhos e sereias traiçoeiras, peitando meses de viagem pelo oceano, quase sempre com a boca seca, o estômago vazio e os olhos fitos no horizonte. As promessas eram muitas, dizia-se que a *zona tórrida* guardava o *paraíso*, que a América tinha habitantes nus, e que talvez estes fossem inclusive descendentes diretos de Adão e Eva. E mais, havia ouro, prata, riquezas ainda insondáveis, que mexiam com os brios de muitos. O horizonte, de tanto ser contemplado pelos viajantes, recebia o conjunto das expectativas, embora ninguém o alcançasse.

Para além devia haver alguma coisa escondida, os sonhos dourados edênicos, as possibilidade de ser rico para sempre. Ouvia-se dizer que estava além, sempre além. Navegar, viver... Errar era preciso. Aventureiro e migrante eram sinônimos. A exemplo dos *intrépidos* navegantes dos séculos XV e XVI, muitos migrantes ganhavam e ganham a alcunha de *aventureiros*, chegando

⁸¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.44

até a granjear ares de irresponsabilidade, desvario, desatenção a suas raízes, pois para estes afoitos as trilhas só existem quando são trilhadas, a principal tarefa é *ganhar o mundo*!

Para a felicidade dos historiadores não há caminho se não há pegadas, marcas que deixam entrever os passos. Ao examinar os sinais deixados no percurso, é bem provável que tenhamos a surpresa de descobrir quem passou por lá, e até de que maneira caminhavam, e para onde foram. Resta saber, por que foram? A partir desse problema busca-se analisar os caminhos dos migrantes do Ceará rumo ao território amazônico nos oitocentos. Seriam afoitos? Ambiciosos? Enfim, o que importa é inseri-los nas redes de sociabilidades que lhes atribuíam sentido, analisando como foram construídas suas movimentações.

No trabalho de Samuel Benchimol, os migrantes que rumaram à Amazônia aproximam-se do perfil *aventureiro*, atentos as riquezas guardadas nas opulentas matas que eram *subaproveitadas* pelos habitantes. Suas motivações estavam guardadas no brilho do afamado *ouro negro* que transformava pobres em afortunados, principalmente os migrantes do Ceará, vistos como habituados as asperezas da vida, que facilmente seriam prósperos numa *terra mole*, regada por um *milhão de rios*. Fatura em terras, rios imensos, a possibilidade de fazer fortuna nos seringais, seria o Paraíso?

Um milhão de rios, de índios, de matas, de drogas, de coisas para um tostão de gente. Só mesmo a ambição, a cobiça dos olhos com a mobilidade dos pés, ocupando os horizontes enormes, poderia corrigir a distância.⁸²

As imagens costuradas por Benchimol bebem do longo processo de elaboração do território amazônico como atrativo, recheado de mistérios e potencialidades, representações que permearam as travessias que atingiram a floresta, tendo nos potenciais migrantes seu alvo principal. Portanto, é interessante analisar quais as áreas de contato, ou melhor, de inter-relação existente entre as mensagens atrativas do mundo amazônico e os muitos que enveredaram o caminho das matas, assim como as vias pelas quais a Amazônia fora trazida até a Província do Ceará.

⁸² BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco – antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977. p.156.

O fluxo migratório entre a Província do Ceará e o território amazônico no século XIX teve significativa projeção na imprensa, na literatura, nas *fallas* oficiais de Presidentes de Província, nos relatos de cronistas, de viajantes, permeando, portanto, várias frentes do estrato social, que interpretaram e documentaram o processo migratório de maneiras diversas. Fala-se em *fluxo* e não em migrações aleatórias, tendo em vista a grande recorrência de registros que tratam dos cearenses em suas travessias por toda a segunda metade do século XIX. Um indicativo da multiplicidade de fatores envolvidos, que devem levar em conta também o papel do próprio migrante na leitura da possibilidade do deslocamento. Seguindo estas indicações, apontam-se os versos de Juvenal Galeno em “O Emigrante”, contida na obra *Lendas e Canções Populares* (1865), para iniciar a discussão sobre as trajetórias migrantes aqui destacadas. Percebe-se na trajetória de Galeno como literato preocupado em reunir retratos de *manifestações populares*, colhendo-as, interpretando-as e exteriorizando-as através de seus escritos, dando uma imensa contribuição aos estudos sobre as várias facetas da sociedade cearense nos oitocentos.

Vou deixar a minha terra,
Vou deixar para os matos d’além...
Que aqui não acho serviço
Para ganhar meu vintém!
Vou soluçando saudoso
Do Ceará, do meu bem!
[...]
Agora adeus, ó meus campos,
Adeus, brancos areais,
Que vou lutar pela vida
Nos desertos matagais...
Que vou enxugar meus prantos,
Com choros dos seringais!...⁸³

Ao tratar do fluxo migratório (do qual o autor era contemporâneo) Galeno dá vazão em seu poema ao posicionamento de um migrante no enfrentamento da travessia, indicando suas motivações e seus objetivos no bojo da migração, na medida em que afirma: “Vou deixar minha terra” [...] “Que aqui não acho serviço” [...] “Vou soluçando saudoso” [...] “Do Ceará, do meu bem!”, dando indicativos dos caminhos travosos vivenciados nos mundos do trabalho da Província do Ceará naqueles tempos. Todavia, a saudade logo em seguida dá

⁸³ GALENO, Juvenal. O Emigrante In: **Lendas e Canções Populares**. Fortaleza: Casa Juvenal Galeno, 1978. p. 526 e 528.

lugar as possibilidades vislumbradas “nos desertos matagais”, quando afirma: “Vou enxugar meus prantos” [...] “Com choros dos seringais”, enunciando, assim, a presença de representações do mundo amazônico no que diz respeito ao cotidiano extrativista, já capitaneado à época pelo referido “choro dos seringais”, pelo afamado látex que alimentava a sanha da indústria internacional. Com isso, ao analisar o poema de Juvenal Galeno urge questionar: como e quando os migrantes passaram a perceber a travessia como possibilidade? E ainda, quais os fatores que transformaram o mundo amazônico em alternativa para estes sujeitos?

Fitando alguns caminhos para satisfazer esses problemas, pode-se apontar a produção intelectual de Rodolpho Theóphilo, riquíssima em referência ao tema das migrações no Ceará. Em 1899 é publicada a primeira edição de *O Paroara*, obra que tem como mote os deslocamentos de cearenses rumo à floresta. Referenciado por seus testemunhos e experiências em períodos de estiagem (inclusive participando ativamente de campanhas de vacinação entre a população desvalida), Theóphilo fala no seu texto sobre o grande contingente de pessoas vindas do interior em direção a capital do Ceará, tratando, especialmente, dos dramas vividos pelos embarcados em direção a floresta. Seu personagem principal é João das Neves, marcado na obra por sua sorte amaldiçoada, por uma vida atravessada pela desgraça. Desde criança a sombra da morte perseguia-o, pois as primeiras lembranças da infância são relacionadas à sua separação da família, que vinda do interior da província para Fortaleza buscava socorros no pavoroso ano de 1877. Maltrapilhos e vagando pela capital, os pais de João da Neves decidem embarcar, tendo em conta a subsidiação das passagens articuladas pelo governo provincial, sendo que no ato embarque a família é separada, no tumultuado movimento de lanchas que levavam os retirantes a proa do Vapor *Pernambuco*.

Nesse fatídico dia, João das Neves não acompanha a família na travessia, retornando para a brancura das areias da praia, momento de grande dor, dividido com muitos outros que iam sendo apartados de suas famílias. Nos dois anos seguintes, marcados ainda por dura estiagem, o garoto João das Neves consegue sobreviver pelas ruas de Fortaleza, até que em 1880, com os primeiros prenúncios da estação chuvosa, muitos sertanejos retornam ao

interior da Província, inclusive a personagem de Theóphilo. Nas lembranças de João da Neves, morava a esperança de que um dia seus pais retornassem do Amazonas para buscá-lo, pois ano a ano chegavam notícias daquelas terras, trazidas por alguns conhecidos que retornavam, alguns até ricos, outros decadentes, acometidos pelas febres da floresta.

As terras do Amazonas e do Pará bailavam pela mente de João das Neves, cujos pensamentos eram fitos nas desventuras de sua família que havia migrado, e também pelas possibilidades que aquele mundo de águas vinha acenando ao sertanejo. Num ano em que se anunciava outro período de forte estiagem João das Neves teve notícias que um vizinho, gente próxima da família, retornara do Amazonas rico, com grossos cordões de ouro, anéis, chapéu-de-sol, e que estava promovendo um samba em comemoração ao batismo de uma criança da freguesia, regado a muita música e cachaça. João Simão, que todos naquele momento identificavam como *Paroara*, aproveitava o ensejo da animação para aplicar a sua *lábria*.

Aqui, a seca torrando as plantas, esgotando as fontes; lá, água por toda parte, o rio-mar correndo com uma estupenda majestade centenas e centenas de léguas, alimentado por milhares de tributários, que serpenteiam a sombra de crescidas e copudas árvores e se lançam nele, que como um oceano fluviátil rola indolente até topar com o mar. Os recursos naturais acham-se profusamente espalhados. *Homem para comer não precisa trabalhar*. A caça não era miúda como a daqui, era grande e de tal abundância que não se dava vencimento. (...) Qualquer espojeiro lá dava mais futuro do que qualquer lavra de quinhentos passos daqui. Não era isso ainda tudo. *Ter a barriga cheia era bom, mas a bolsa também ainda era melhor*. Qualquer caboclo ruim de serviço, mesmo lombando, tirava na roda do dia cinco quilogramas de borracha, que o patrão, embora estradeiro comprava por vinte mil réis. Aqui o trabalhador mais famanaz, alurado, o maior jornal que ganhava era oitocentos réis e isso a seca.⁸⁴

É possível, portanto, localizar na comemoração um momento ímpar, em que a figura do *Paroara*, mensageiro dos mundos do trabalho da floresta, toma forma de maneira mais nítida, pois entre uma libação e outra, ao sabor do *saracutiar* do samba, os efeitos do álcool e da música se misturavam aos sonhos de ser como o *Paroara* no futuro. A situação era certa para a mensagem do *agenciador*, que tinha como desígnio justamente arregimentar

⁸⁴ THEÓPHILO, Rodolpho. **O Paroara**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1974. p.107.

peessoas para a faina na floresta, cuja tarefa passava pela plantação das representações de uma terra opulenta.

A floresta aparece vestindo trajes de gala, sempre servindo como contraponto das mazelas que estavam sendo enfrentadas pelos antigos companheiros de sertão, posto que o próprio João Simão é identificado na obra como um antigo *sofredor*, já tendo vivido travosos tempos no Ceará, conhecendo bem as necessidades dos espectadores de sua fala. A água em abundância, as caças *que não eram miúdas* como as do Ceará, os recursos que estavam *profusamente espalhados*, davam conta de um mundo onde *não se precisava trabalhar para viver*, um verdadeiro paraíso, que convidava aqueles homens sofridos e bêbados utilizando como instrumento a voz do Paroara. E isso não era tudo, havia ainda a possibilidade real de enriquecer, de fazer fortuna como ele próprio o fez com a extração da borracha, pois as cifras do pagamento na faina do látex eram muito superiores a remuneração nos extenuantes *jornais*.

A análise da obra de Theóphilo indica um caminho para entender a articulação das possibilidades de migrar para a Amazônia. As mensagens do *Paroara* são enredadas num mundo farto e de fácil sobrevivência, acrescentado ainda pelos acenos da riqueza gumífera. A elaboração dessas referências não são simplesmente artimanhas dos recursos textuais e dramáticos utilizados pelo autor, pois podem ser verificadas em outras fontes, que discorriam também sobre o tema das migrações, inclusive externando opiniões que alertavam sobre o *cinismo* de homens como João Simão.

Como no caso do jornal *Retirante*, que no ano de 1877 publicou uma série de cartas⁸⁵ cujo autor é nomeado como *Caboclo Velho*, migrante que havia partido da Província do Ceará e que alertava a seus patrícios contra o trabalho dos Paroaras, considerados mentirosos, que iludiam seus irmãos com seu discurso cheio de falsas promessas. Os relatos informam sobre a trajetória de um velho migrante, que já no final da vida se ilude com o brilho das possibilidades amazônicas, empreendendo sua trágica travessia rumo a um seringal do rio Purus. Trata-se provavelmente de um pseudônimo, que

⁸⁵ Ao todo são três cartas, que foram publicadas originalmente, segundo o editorial do *Retirante*, em 1873 no *Cearense*, cuja edição não se encontra microfilmada na Biblioteca Pública Menezes Pimentel – Fortaleza/CE.

utilizando as referências conhecidas à época sobre as migrações, tentava desencorajar, com o malogrado destino do *Caboclo Velho*, os muitos que intentavam seguir o rastro das migrações.

Percebendo que naqueles momentos de estiagem tal fluxo migratório era engrossado pelas multidões de retirantes que chegavam diariamente a Fortaleza, o jornal militava contra as travessias utilizando as cartas como instrumentos de sua ação. Como “órgão das vítimas da seca”, o *Retirante* tinha como um de seus objetivos informar a sociedade sobre o destino conturbado sofrido pelas levas de migrantes que haviam embarcado nos portos amazônicos antes do período da grande seca de 1877.

O jornal condenava a política de subsidiação de passagens promovida pelo governo provincial, que arcava no ano de 1877, na gestão do presidente Caetano Estelita, com as “comedorias”, levando-se em conta que as Companhias de Vapores teriam se “oferecido” no sentido de transportar os maltrapilhos em troca somente da alimentação dos tripulantes. Estranhava ao *Retirante* este arranjo, inclusive considerando as notícias do processo de endividamento dos migrantes que as cartas do *Caboclo Velho* noticiavam, dando conta do conjunto de oferecimentos que os Paroaras faziam aos trabalhadores.

Meu velho, disse elle, nada mais simples, pago por você todas as despesas que aqui necessitar fazer; dou-lhe o dinheiro que quizer: pago-lhe a passagem até o ponto do nosso siringal: quando lá chegarmos lhe darei pelos preços correntes os aparelhos para o trabalho da seringa, e toda a sustentação precisa. Olhe que nada lhe faltará. *Repliquei, e por tanta bondade o que lucra V.S.?* Respondeu-me sorrindo, - uma pequena porcentagem, que não valles a pena falarmos agora nisso. Acreditei piamente em suas palavras, e com todos os demais companheiros agradecemos-lhe tão phylantrópicos favores.⁸⁶

Não é possível afirmar que havia relações entre os Paroaras e as Companhias de Vapores, conformando uma espécie de parceria que comungaria da ideia de fomentar a migração para a floresta, mas é salutar não perder de vista que nos escritos da carta do *Caboclo Velho* o Paroara oferecia em forma de adiantamento o pagamento da passagem até o *ponto do siringal*.

⁸⁶ BPMP, setor de microfilmagem, 2ª carta do “Caboclo Velho” ao redactor do *Cearense*, Hyutanahan, 28 de Junho de 1873. In: *Retirante*, Domingo, 12 de Agosto de 1877. Rolo n.036A, não contém numeração.

Mesmo não sabendo ao certo de onde hipoteticamente o *Caboclo* estava partindo em 1873 (provavelmente de Fortaleza), é judicioso perceber que o endividamento do migrante iniciava-se já com a passagem, que estranhamente era abatida no período da seca, atitude não despercebida pela crítica do *Retirante*.

É interessante ainda salientar que não era apenas a passagem que se adiantava, pois também eram incluídos, após a chegada no seringal, os instrumentos de trabalho e *toda a sustentação precisa*, que até mesmo o velho migrante classificava como um excesso de bondade, já que tudo isso seria em troca de uma pequena porcentagem para o Paroara. Esta conjuntura fazia parte da grande cadeia do *aviamento* praticado nas explorações extrativas desde tempos muito recuados, e que chegava a Província do Ceará através desses agenciadores. Esses homens podem ser considerados um dos elementos de ligação do território amazônico com os mundos do trabalho do Ceará, onde eram vaporizadas as promessas de melhoria na farta floresta, livre de carências e recheada de possibilidades.

Em outro trecho da carta aparecem as impressões que o migrante ia apreendendo no caminho até seringal, que se configurava nas piores possíveis, tendo em vista que as respostas dadas pelos patrícios, que haviam migrado anos antes, eram conformadas por exclamações de dor, de tormentos em meio à vida desgraçada que estavam levando. A esperança de fortuna tinha se transformado em desespero diante das enormes dívidas, que aumentavam mesmo para o mais estoico seringueiro que labutasse de sol a sol de maneira irrepreensível, pois os preços dos aviamentos fornecidos eram imensamente inflacionados, impossibilitando o saldo positivo nas contas com o barracão. Nesse sentido, entram em cena as facetas de um arrependimento da travessia, pois o decantado Eldorado não correspondia aos anseios, não entrava em concordância com a representação do *Paraíso* que povoava as mentes dos migrantes.

Ignorante do modo de viver, e negociar-se n'estas águas, comecei a informar-me dos diversos cearenses que nas barracas ia encontrando, sobre o estado de *riquezas* em que se achavam? Então todos *una voce* diziam-me: ah! meu pobre velho, em que desgraça veio você cair no seu ultimo quartel de vida! Aqui o nome de riqueza e liberdade já está riscado das nossas imaginações; aqui nem sequer vive-se; morre-se em

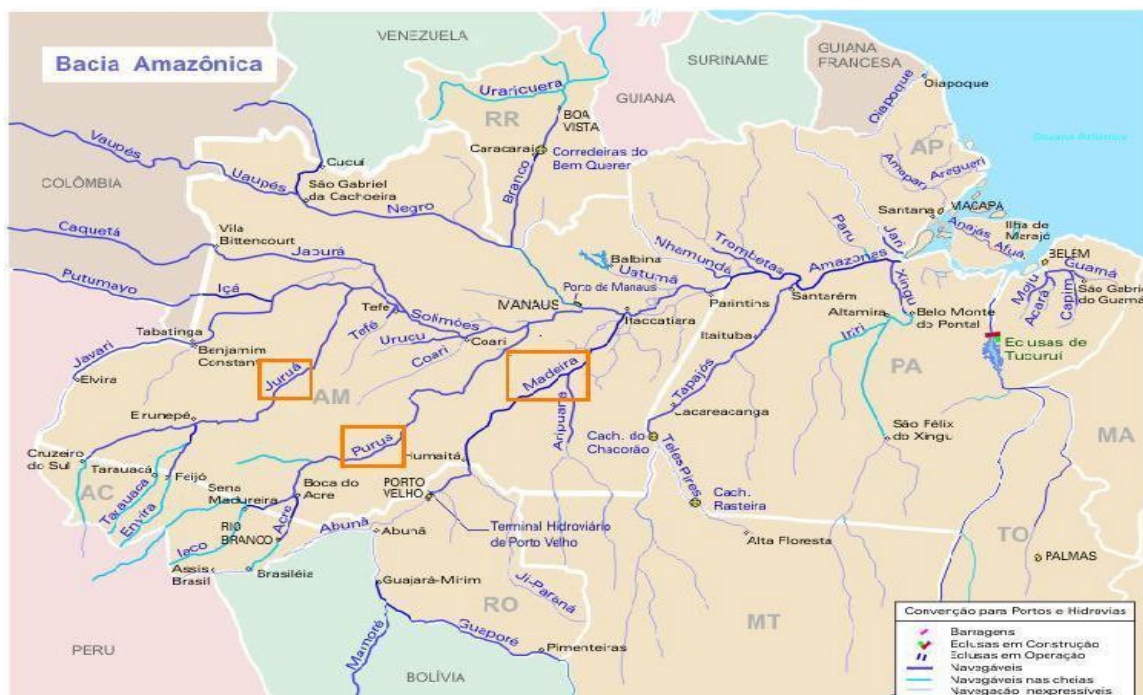
tormentos! Esses perfidos patrões, que V. por aí vê, são o refugio da sociedade humana, são os usurários mais desalmados do mundo; elles próprios vendidos não pagariam a centésima parte que devem no Pará, e entretanto vendem-nos aqui os objetos de primeira necessidade por 100 vezes mais do custo d'elles no Ceará; exemplo: lá na sua Meruoca custa uma terça da melhor farinha 50 reis, aqui, igual porção e podre, custa 5\$000! E o mais tudo é n'este gosto. Agora enquanto voce vai de viagem não nos acreditará, porém breve achará ser ainda mais do que dizemos; aqui por mais que se trabalhe, e se economise, nunca se salda contas com o patrão, pelo contrario a divida cresce espantosamente e sempre!⁸⁷

A narrativa dos patrícios abordados na viagem era atravessada por imensa desilusão. Desgostosos com a vida que iam levando, os cearenses encontrados no caminho pelo velho desaconselhavam de maneira incisiva a travessia rumo ao seringal, ainda mais no caso de um sujeito que entrava no *ultimo quartel da vida*, e que estava prestes a firmar os pés num mundo de tormentos. Os patrões eram um dos alvos principais dos reclamos dos patrícios, caracterizados como o *refugio da sociedade humana*, representantes do sistema de aviamento no qual os migrantes estavam submetidos. A luta pela sobrevivência se tornava mais difícil com o deslocamento na floresta, esta era a conclusão a que chegavam os cearenses que viviam pelas matas do Pará e Amazonas.

Para piorar a situação do Caboclo Velho seu destino era um seringal situado no distante rio Purus, território fronteiriço, que juntamente com os rios Juruá e Madeira configuravam fontes de seringais recém-descobertos, que estavam sendo uma espécie de imã do fluxo migratório.

⁸⁷ BPMP, setor de microfilmagem, 2ª carta do "Caboclo Velho" ao redactor do *Cearense*, Hyutananhan, 28 de Junho de 1873. In: *Retirante*, Domingo, 12 de Agosto de 1877. Rolo n.036A, não contém numeração.

Mapa 1



Fonte - Mapa elaborado no Banco de Informações e Mapas dos transportes da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes⁸⁸

À época o rio Purus situava-se em grande parte num território que não era definido oficialmente, pois Brasil, Peru e Bolívia tinham suas fronteiras ainda fluidas naquela área. A ausência do Estado reforçava o poderio dos donos de seringais, fiados nas enormes distâncias e no isolamento dos trabalhadores. Havia ainda a presença de várias comunidades indígenas, como os da nação Apurinã⁸⁹, conhecida como guerreira e árdua defensora de suas terras, que poderiam aumentar os percalços da difícil empreitada que esperava o velho migrante.

O conjunto dos possíveis problemas acenava, com cada vez mais clareza, à medida que o caboclo subia a calha do Solimões em direção ao Purus, momento em que começava a refletir sobre as ilusões que alimentara

⁸⁸ SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Mapa dos transportes**. Disponível em:

<http://www.achetudoeregiao.com.br/animais/mapa_rios_amazonas.htm> Acesso em: 14 abr. 2010. Os quadrados em laranja são grifos meus.

⁸⁹ Nesse sentido, que asseverava uma “imagem” dos Ipurinans no século XIX, tem-se o testemunho do Cônego Francisco Bernardino de Souza, em suas “Memórias e Curiosidades do Valle Amazonas” de 1873. **Segue o trecho:** “A tribu dos *Ipurinans* ou *Hypurinã* habita as margens do médio rio Purus. É tribo muito numerosa. Belicosos por índole e sempre preparando ou esperando o ataque, o Ipurinan deixa muitas vezes o arco e a flecha, desconfiado de quantos não conhece. Affirma o Sr. Tenente-coronel Labre, que os Ipurinans são de índole perversa e maós instictos e verdadeiros antropophagos, entregando-se exclusivamente aos negocios da guerra, pilhagem e assassinato.” SOUZA, op.cit, p.39

sobre a existência de um *Paraíso* naquelas matas. Lembrava do que se dizia corriqueiramente no Ceará sobre o Amazonas, que era visto como terra redentora, farta, e que naquele momento estava revelando-se uma terra madrastra, que guardava imensas dificuldades para a sobrevivência, talvez até maiores que a das piores atribulações enfrentadas no Ceará. Isto porque o velho estava *realizando*, por exemplo, que nem mesmo aquele mundo de águas, que na terra natal poderia ser sinônimo de riqueza, revelava boas perspectivas, pois formava um mundo molhado, *brejado*, que só trazia doenças e nuvens de insetos que acompanhavam diuturnamente quem se atrevesse peitar as matas.

As cores do sonho dourado iam desvanecendo, e as tormentas começavam a mostrar as garras com mais vigor. Ao chegar ao ponto do seringal no Purus, com pouco tempo de estada, o *Caboclo Velho* já se encontrava devendo tanto que não tinha noção de quanto tempo ainda tinha de labutar para saldar a dívida, lamentando profundamente sua migração até aquelas paragens. Sentindo na alma as dores do arrependimento, lembrava das promessas feitas pelo Paroara, de um mundo cheio de possibilidades, onde sem grandes esforços se poderia enriquecer. Tudo parecia naquele momento pura enganação, pois, com o cotidiano vivenciado, o caboclo ia percebendo as falácias montadas sobre as terras do Amazonas no Ceará, identificadas pelo velho como descaradas mentiras, principalmente quando o mentiroso tratava-se do Paroara, que utilizava e reforçava aquelas fantasias para convencer os irmãos de sua província a seguir aquele destino inglório.

“Então com ambas as mãos na calva dizia: Oh! meu Deus, como é que em tão poucos dias me acho forçadamente a dever 600\$000 reis, será possível que eu me possa libertar mais nunca?!”. A impotência diante da situação deixava o Caboclo Velho em estado de agonia, pois não aceitava o fato de em tão pouco tempo já estar devendo uma quantia tão grande, levando-o a crer que o objetivo de prosperar na floresta tinha se vertido em embuste de uma vez por todas. No seringal, os problemas eram acrescidos ainda com o sofrimento diante da azáfama de mosquitos hematófagos que atormentavam o migrante dia e noite, caracterizando seu estranhamento com a chegada num ambiente avesso aos seus referenciais de inter-relação com a natureza, anteriormente vividos no Ceará. Restava-lhe bradar contra a *infame súcia de pérfidos*

cearenses que guiavam para a rota da ilusão milhares de patrícios, que na visão do velho estavam condenados, assim como ele, a mais cruel e miserável escravidão.

O caboclo amaldiçoa uma série de homens que exerciam o ofício de Paroara, atribuindo-lhes a principal culpa de todo aquele sofrimento vivenciado no seringal. Esse aspecto revela um importante elemento para a análise da trajetória dos migrantes cearenses rumo a Amazônia, pois entre os nomes indicados pelo Caboclo Velho está o de João Gabriel de Carvalho e Mello, migrante cearense que desde 1854 estava em território amazônico, e que retornou ao Ceará diversas vezes no fito de conseguir trabalhadores para a floresta.

Semelhante ao personagem João Simão, Paroara que aparece na obra de Theóphilo, quando João Gabriel retornava ao Ceará causava alarme aos patrícios em função de sua riqueza, pois comprava fazendas, animais, dentre outros bens, trazendo aos conterrâneos imagens das terras amazônicas que simbolizavam a redenção da miséria, fiada inclusive na possibilidade de enriquecimento. Tudo isso era visualizado num “igual” que anos antes havia largado a família em função do fracasso como provedor do lar. A passagem de João Gabriel pela Província do Ceará ocupou os estudos de Soares Bulcão, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, que afirma em um de seus artigos sobre o tema:

Esses detalhes encontrei-os ainda comemntados pelos parentes e contemporâneos (...) a surpresa (com o retorno) já de si extraordinária, daria motivos para grandes festas e comemorações, mas Ella vinha acrescida da circunstância de ter o nosso heróe regressado rico, de uma riqueza que a imaginação daquelle povo modesto, habituado, naquela epocha, às pequenas fortunas da terra, logo qualificou de fabulosa e nababesca. (...) Comprou em Sobral, a D. Luiza (...) as fazendas de Santa Maria, Valentim, Touro, e Cruz das Almas, no Aracaty-assu, e situou-as com 1005 cabeças de gado vacuum, compradas a José Balbino, além de outras aquisições feitas a diversos. As fazendas custaram-lhe 30.000\$000, que naquele tempo representava uma fortuna. (...) Retornou ao Amazonas no mesmo anno, conduzindo consigo uma verdadeira caravana, de parentes e aggregados, além da família e seus velhos progenitores.⁹⁰

Essa problemática indica que João Gabriel estava situado entre os que adquiriram algum patrimônio, ou seja, entre a minoria que conseguiu estabelecer-se no território amazônico e retornar a Província do Ceará anos

⁹⁰ BULCÃO, Ibid, p.36-37

depois, porém, sem o indicativo de fixar residência, e sim com o objetivo de arregimentar trabalhadores para a labuta nos seus domínios na floresta. Essa atitude pode ser inserida dentro das atividades dos Paroaras, esforçando-se na tarefa de conseguir trabalhadores dispostos a fazer a travessia para a floresta.

Salienta-se ainda que João Gabriel de Carvalho e Melo foi um sujeito *que fugiu a regra*, figurando entre uma minoria que prosperou economicamente, estabelecendo-se enquanto proprietário de terras no território que atualmente situa-se entre os Estados do Acre e Amazonas. Através da análise de sua trajetória (possível através de vários registros documentais) é possível entrever outras dimensões presentes na constituição do fluxo entre o Ceará e o território amazônico, onde figuram fatores muitas vezes despercebidos, situados nas redes de sociabilidade, contatos pessoais, que também atribuíam sentido aos deslocamentos.

Seus passos foram seguidos através de relatos oficiais, jornais, cartas, crônicas, textos historiográficos, que deixam entrever várias facetas e interpretações sobre sua trajetória. Portanto, são muitas as narrativas que contemplam as experiências migratórias de João Gabriel, que o situam, em geral, de maneira privilegiada, como um pioneiro, um emissário que ajudou a fecundar o território amazônico com trabalhadores. Essa mesma elaboração discursiva também ressalta as circunstâncias de sua saída do Ceará, como um fugitivo, que não teria conseguido prover seu lar, e que num rompante de revolta, após o fracasso como chefe de família, teria abandonado os parentes. Resta entender a articulação dessas leituras, num esforço de visualizar a trajetória das narrativas que discutiram a vida de João Gabriel, assim como narrativas da trajetória do cearense.

CAPÍTULO II

TRAJETÓRIAS NARRATIVAS E NARRATIVAS DE UMA TRAJETÓRIA: JOÃO GABRIEL DE CARVALHO E MELLO, CEARENSE, MIGRANTE, PAROARA.

João Gabriel nasceu nas proximidades da serra de Uruburetama⁹¹ em 1816. Cresceu no sítio Mundahu, localidade vizinha a Vila de São Francisco, situada na região norte da Província do Ceará. Com 27 anos, casou-se com sua prima, Mariana Paz D'ávila, tendo com ela dois filhos, Antônia, nascida em 1844, e José Mariano, nascido em 1847. A sua família possuía terras no Aracaty-assu, para onde mudava-se na época dos prenúncios da estação chuvosa, deixando o sítio da serra. Essa movimentação era semelhante à de outros habitantes da província, que nos meses de chuva, normalmente situados entre janeiro e maio, desciam para o sertão, tangendo o gado e preparando-se para a semeadura⁹².

Com a iminência das chuvas de janeiro de 1847, João Gabriel mudou-se com a família para a fazenda Boqueirão, saindo do sítio Mudahú. Foi nesses tempos de mudança que nascera seu filho, ocasião de celebração, mas que também trouxe dissabores. No fito de conseguir labutar sem deixar em desamparo a esposa, que estava vivendo o período de repouso pós-parto, João Gabriel buscou um parente próximo, requerendo crédito para a compra de uma vaca, que forneceria o leite para o auxílio da alimentação de Mariana e dos filhos. No momento faltava-lhe parte do dinheiro, que seria pago com os dividendos dos trabalhos do “inverno” que se avizinhava. Certo de que teria seu desejo realizado, depois de laçar e aprontar o animal para ser transportado, João Gabriel fica sabendo da negação de seu pedido.

A referida situação revolta-o profundamente. Ao saber da negativa do parente, João Gabriel desaparece das terras onde nascera, abandonando sua casa e sua família. Todavia, antes de *ganhar o mundo*, deixa com um amigo a parte do valor que seria destinada a compra da vaca, para que fosse entregue a sua esposa, e afirma em tom de desabafo: “Terra em que um homem como

⁹¹ Região serrana e úmida, próxima ao litoral e circundada por terras baixas sem rios perenes, unindo num raio não muito grande serra, praia e sertão.

⁹² NEVES, Frederico de Castro. A lei de terras e a lei da vida: Transformações do mundo rural no Ceará do século XIX. In: **Estudos de História**, Franca: v.8, n.2, 2001.

eu não tem crédito para 2\$000 reis, eu não moro”⁹³, prometendo só retornar se um dia alcançasse a riqueza. Desaparece das vistas dos seus conhecidos, sem a mínima pista ou notícia de seu destino.

Na sutil mensagem de adeus estava resguardada a justificativa de sua arribada, os brios de um fugitivo, que seguia envergonhado e com o orgulho ferido por não possuir o suficiente para adquirir uma rês, assegurando que só regressaria se um dia conseguisse fortuna. A dita frase de despedida de João Gabriel, assim como a descrição de sua fuga, foi colhida pelo poeta e historiador Soares Bulcão, que afirmava ter ouvido de um irmão mais novo do migrante, Francisco de Salles Mello, com riqueza de detalhes. O membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará o conhecera em suas andanças⁹⁴ pelos altos rios amazônicos, encontrando muitos outros familiares do migrante, inclusive alguns que travaram contato pessoal com João Gabriel, espalhados principalmente pelas margens do sinuoso rio Purus. A existência dessas testemunhas, migrantes cearenses, deixava entrever o grau de envolvimento desses patrícios com as travessias.

Bulcão explorou a memória desses familiares como uma das fontes para elaboração de sua narrativa, embora ponderando sobre alguns lances que ele classificava como *fantasiosos*. O autor, ao entrar em contato com as memórias sobre o migrante, iniciou uma trajetória de pesquisa em outras frentes, coletando rico material privado, que estava em posse dos parentes, os mesmos guardiões das reminiscências do passado no qual estava situado João Gabriel. Esse procedimento fazia sentido nas suas práticas metodológicas de trabalho, guiadas sobremaneira pela lógica positivista de matriz factual, afeita a busca de fontes escritas. A ideia era combater o *falseamento* dos fatos, ou mesmo a transformação da trajetória do migrante numa peça pitoresca,

⁹³ BULCÃO, Ibid, 1932. p. 28.

⁹⁴ Bulcão fora Secretário Geral da prefeitura da cidade de Sena Madureira-AC no início da primeira década do século XX na administração do prefeito Godofredo Maciel. Alguns anos depois, em 1914, fez uma visita à cidade, sendo muito festejado, tendo sua passagem registrada no jornal *Alto Purus*, que na oportunidade transcreveu vários artigos do autor, retirados da *Folha do Norte* de Belém. Nesses textos, Bulcão objetivava principalmente divulgar notícias sobre o Ceará aos patrícios que estavam a tempos distantes da terra (como ele próprio informa), o título da série de artigos foi “As luctas do Ceará”, onde refletia sobre as contendas em torno das atribulações vividas durante o período acciolino no estado. **Obs. Essas informações foram retiradas através da leitura do jornal *Folha do Norte*, onde, como já foi dito, esporadicamente Bulcão publicava artigos.**

buscando fazer justiça aos *verdadeiros* caminhos do homem que ele classificava como o primeiro cearense a migrar rumo ao Amazonas.

Sua preocupação recaía sobre o dever de preservar a *cientificidade* da pesquisa, com base em comprovações, em *fatos*, que o facultassem escrever *notas verídicas e documentadas* sobre a trajetória do cearense. Bulcão produziu dois artigos publicados na revista do Instituto do Ceará, o primeiro de 1932⁹⁵ e o segundo de 1939⁹⁶. Os dois textos tratam das idas e vindas de João Gabriel entre o Ceará e o Amazonas, diferindo em poucos lances, quando no segundo artigo o autor aponta “retificações”, indicando novas fontes e modificando algumas datas.

Essas referências que Bulcão considerava dignas de fé, eram cruzadas aos relatos colhidos pelo autor, cujo conteúdo era analisado e dividido entre *fatos verídicos e fabulações*. A intenção era esquadrihar as lembranças dos parentes, contrapondo-as às outras fontes conseguidas através das pesquisas em arquivos, estas consideradas verdadeiramente dignas de confiança, servindo-lhe de contraprovas. Objetivava escrever como *historiador*, cercandose de uma grande quantidade de documentação, como certidões de nascimento, casamento e óbito, cartas, escrituras de terras, inventários, relatórios de Presidentes de Província, dentre outros. Esboçava, portanto, uma ideia de História, encampada numa metodologia que, apesar de levar em consideração testemunhos orais, tinha maior atenção às fontes escritas, que na sua visão tinham o poder de atribuir veracidade aos seus arrazoados.

Outros autores trabalharam com a trajetória de João Gabriel. Soares Bulcão cita em seus artigos José Carvalho e Napoleão Ribeiro, contemporâneos de Bulcão, que salienta em seu texto as diferenças entre os trabalhos, chegando inclusive a apontar possíveis incorreções nas obras dos demais. Logo no início do seu artigo de 1932, Bulcão delineia suas diferenças com o texto de José Carvalho⁹⁷, que também fora membro do Instituto do Ceará, e que igualmente travara contato com aspectos da vivência do migrante. Seus escritos, bem diferentes de Bulcão, não apresentavam maiores

⁹⁵ BULCÃO, Ibid, p.28.

⁹⁶ BULCÃO, Soares. O Comendador João Gabriel (retificações ao artigo de mesma epígrafe, publicada na Revista do Instituto, no ano de 1932, pág. 25) In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza: [s.n], 1939.

⁹⁷ CARVALHO, José. **O matuto cearense e o caboclo do Pará**. Fortaleza: UFC, 1973.

preocupações com a devassa de documentação escrita sobre o assunto, motivo pelo qual Bulcão reitera que a produção do colega de Instituto tratava-se de “folk lore”, sem atenção a cânones científicos, somente preocupado em colher adágios populares, frutos somente da oralidade, que não teriam correspondência com a *verdade*, crendices sem credibilidade para um trabalho de historiador.

Em *O matuto cearense e o caboclo do Pará*, José Carvalho enumera uma série de *contos populares* num esforço de distinguir as características de cearenses e paraenses, dividindo espaço na floresta. Carvalho deixa claro que seu objetivo é realmente contribuir com o folclore nacional. Seu texto foi publicado, assim como os artigos de Bulcão, nos anos 1930, mas originalmente alguns dos contos (como o que intitula a obra) fizeram parte das edições de jornal *Unitário*, folha publicada na cidade de Fortaleza, durante o ano de 1917. Desfilam narrativas sobre botos, serpentes gigantes, e outros encantados, mas também sobre situações diversas onde situa-se a figura do cearense e do caboclo paraense (e por vezes, generalizando, amazonense ou amazônico). Carvalho tenta diferenciar, inclusive, o comportamento e a índole de ambos, erigindo *tipos* de conduta característicos de cada um, afirmando: “o cearense é audaz, atrevido e falador. O caboclo é frio, suspicaz, discreto. O cearense faz, sempre, valer o seu direito, agindo, discutindo, brigando, já o caboclo vence, quase sempre...cedendo!”⁹⁸ É entremeado nessa discussão que João Gabriel aparece no texto, como exemplo de audácia e orgulho, modelo considerado típico da conduta dos cearenses.

Ao analisar o título da obra, é possível perceber um esforço de distinção, uma tentativa de delimitar o que era característico de cada *tipo*, além de indicar experiências constituídas no processo de *adaptação* de ambos à convivência com o *outro*. Os caboclos amazônicos são apresentados em sintonia com os tempos da natureza, sustentando-se graças à riqueza da floresta, onde havia profusão em alimentos, conseguidos com a destreza adquirida após longos anos de vida pelas matas. Os cearenses, estranhos ao ambiente, aparecem como aprendizes inquietos, dispostos a lidar com os novos formatos da sobrevivência em meio a floresta, mas diferente do caboclo,

⁹⁸ CARVALHO, *Ibid*, p.15.

ambicionavam fazer fortuna, alimentada pela ideário da possibilidade de enriquecimento que viria através do trabalho nos seringais. É nesse ponto que figura a trajetória de João Gabriel, na qualidade de *exemplo*, que serve para o autor como fio condutor para erigir o perfil do *matuto cearense*.

É perceptível, nesse caso, o alheamento de José Carvalho à diversidade de experiências que poderiam caracterizar tanto a vida dos *caboclos* como dos *matutos*, não só no que tange a convivência entre os dois *tipos*, mas também diante de outras dimensões sociais, como o cotidiano de trabalho e a própria experiência migratória. A preocupação de Carvalho não estava situada na discussão dos percalços da travessia dos cearenses, ou mesmo, nos problemas enfrentados pelos habitantes da floresta, pelo contrário, elaborava o sentido de sua narrativa com base num alheamento dos conflitos.

Essa característica é compartilhada também na obra de Napoleão Ribeiro (também citado nos artigos de Bulcão). Cearense radicado no Acre, Ribeiro escreveu o livro “O Acre e seus heróis: uma contribuição para a história do Brasil”⁹⁹. A partir do título da obra pode-se pensar nas questões evidenciadas na discussão, num esforço de situar na *história do Brasil* os acontecimentos considerados dignos de nota do território do Acre. O autor inicia o texto enumerando uma série de eventos relacionados ao período conflituoso do final do século XIX e início do XX que redundaram na incorporação oficial das terras do Acre ao Brasil, em 1903. Após esse ponto, ele discorre sobre o que seriam as *raízes* da legitimidade da posse brasileira, baseadas no longo processo migratório de cearenses. Muitos migrantes aparecem na narrativa de Ribeiro, na qual são situados nomes e trajetórias de pessoas consideradas heróis na história do Acre, é com esse mote que João Gabriel aparece no texto.

Ao passo que José Carvalho aponta tipos característicos do território amazônico, Napoleão Ribeiro apresenta ao leitor o rol dos heróis envolvidos com a conquista do Acre, situados de acordo com o peso de suas façanhas, que para o autor deveriam ser alçados ao panteão cívico brasileiro. A indumentária dos personagens de Ribeiro é traduzida através de figuras de pessoas pobres, que após longos anos de trabalho e resignação conseguiram alcançar suas conquistas, como no caso de João Gabriel.

⁹⁹ RIBEIRO, Napoleão. **O Acre e seus heróis**: contribuições para a história do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2008.

Não há no decorrer das páginas do livro referência sobre o trato metodológico no qual o autor se baseou. No entanto, ao ler o texto presume-se que seja fundamentado em testemunhos orais, costurados numa narrativa com *diálogos*, indicativos de como teriam sido as falas e conversas entre os personagens em suas aventuras pela floresta. Bulcão, ao comentar a obra, classifica-a como um *romance*, enumerando uma série de possíveis incorreções, afirmando que o autor confunde “nomes e lugares, datas e figuras”¹⁰⁰. Uma dessas confusões indicadas pelo membro do Instituto do Ceará diz respeito à *comenda* que João Gabriel teria recebido, pois em todo o texto Ribeiro se refere ao cearense como *Commendador João Gabriel*¹⁰¹. Tal detalhe é rebatido por Bulcão, que não nega a existência do título, mas afirma que o migrante o recebera em idade avançada, em época distante da referida por Ribeiro. Percebe-se, portanto, diferenças entre as abordagens dos autores até aqui discutidos.

2.1 As leituras da fuga

É interessante notar que, mesmo diante dessas distinções, suas narrativas aproximam-se em muitos momentos, mesmo um assegurando escrever “notas verídicas”, o outro desejoso em contribuir com o folclore nacional, e o terceiro preocupado em fazer justiça aos obliterados heróis do Acre. Para ilustrar esse raciocínio, pode-se usar como exemplo a base comum do enredo de fuga (narrada logo no início do capítulo), que é praticamente a mesma nos três autores, as diferenças existentes aparecem somente após a escapulida, quando tratam dos caminhos de João Gabriel após sair do Ceará rumo às terras amazônicas.

Para Carvalho, o cearense “atirou-se no mundo e, quando deu por si, estava em São Luiz do Maranhão”¹⁰², onde teria se arranchado num convento. Nesse local, teria trabalhado por alguns anos, em troca de abrigo e comida, frequentando em suas horas de folga aulas ministradas pelos religiosos, alfabetizando-se, aprendendo o suficiente para *garatujar* uma carta e assinar o

¹⁰⁰ BULCÃO, Ibid, p.36.

¹⁰¹ O assunto será discutido com mais profundidade no terceiro tópico deste capítulo.

¹⁰² CARVALHO, Ibid. p.159.

próprio nome. Depois disso, segundo Carvalho, “ganhou a Amazônia, como todo cearense, menos uma pequena parte”¹⁰³.

Napoleão Ribeiro também fala sobre a passagem de João Gabriel por São Luiz, mas de modo ligeiramente distinto. “Passou dois anos como criado dos frades, neste tradicional Convento do Largo do Carmo (...) aprendeu a ler e a escrever. Inteligente, encheu-se de aspirações, sendo, entretanto, o seu maior ideal, ser rico para poder voltar a terra natal”¹⁰⁴.

A versão defendida por Bulcão trafega num percurso parecido, afirmando que o migrante teria vagado durante algum tempo sobrevivendo com dificuldades até chegar ao Maranhão, mas sem fazer referência a cidade de São Luiz, nem a possível estadia num Convento. Para Bulcão, João Gabriel, à duras penas, teria conseguido comprar um sítio e trabalhado por alguns anos no interior do Maranhão, na localidade de *Chapada*. Nessa oportunidade, constituiria uma nova família, com uma viúva, tendo dois filhos com ela, Antônio e José. Certo tempo depois, foi sofrendo pressões, impelido pela família da nova companheira, que queria a realização do casamento. O migrante, por já ser casado, e ainda receando algum tipo de violência se tal notícia fosse revelada, teria fugido, seguindo para São Luiz, onde teria ficado apenas de passagem. Lá, após ter tido notícias sobre as possíveis riquezas do Amazonas, sem refletir muito e ainda no calor da nova fuga, rumaria à floresta.

Vê-se, portanto, que a versão de Bulcão diferencia-se de Carvalho e de Ribeiro, inclusive, colocando em xeque os dois autores. Bulcão considera inverídica a passagem do migrante por um convento, questionando principalmente o possível momento de alfabetização do cearense, que teria aprendido a ler e escrever na localidade do sítio Mundahú, nas terras onde nascera, assim como muitos de seus irmãos e parentes, e não em um convento no Maranhão. Sua argumentação tem como base no exame de fontes cartoriais, onde estariam presentes inventários contendo os autógrafos de muitos da parentela. O autor aponta que os familiares do migrante eram letrados, logo, provavelmente, o próprio também o seria, portanto, não tendo lastro a sua passagem no convento. Inferência certamente plausível, mas não irrefutável.

¹⁰³ Id, Ibid, p. 159.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Ibid. p.27.

Interessante notar que mesmo salientando sua preocupação com as fontes enquanto *provas do acontecido*, Bulcão não indica documentação que *autentique* a aventura extraconjugal de João Gabriel no Maranhão. Isto implica em deduzir que ele levou em consideração os depoimentos colhidos em suas viagens pelo Amazonas, dando-lhes estatuto de fonte, influenciando no seu posicionamento diante das narrativas (assim como o fizeram José Carvalho e Napoleão Ribeiro), que teve origem em histórias contadas, em artefatos da memória.

Mesmo diante do conjunto de versões, se João Gabriel constituíra uma segunda família no Maranhão (tendo já sido alfabetizado no Ceará), ou se aprendera a ler e escrever ensinado por frades num convento em São Luiz, tudo leva a crer que ele em algum momento da vida adquiriu a habilidade da escrita, pois redigira pelo menos duas cartas a família, as quais Soares Bulcão transcreveu e discutiu em seu primeiro artigo na revista do Instituto do Ceará. As missivas datam de 1854 e 1858¹⁰⁵: a primeira, escrita em Belém e endereçada ao pai do migrante, José Gabriel de Mello; e a segunda, redigida em Manáos e encaminhada a esposa, Mariana Paz D'ávila. Bulcão afirma em seu texto possuir os originais das mensagens, o que lhe viabilizou uma análise da grafia de ambas. Nesse sentido, atentara para o detalhe da dessemelhança entre a assinatura e o formato das letras restantes do primeiro documento, e da similaridade desses mesmos caracteres na segunda carta, presumindo que a primeira missiva teria sido ditada, mas assinada pelo migrante, e a segunda, totalmente escrita por João Gabriel. Outro ponto interessante, e que ajudara Bulcão a ganhar fôlego em sua hipótese, foram as últimas palavras da segunda carta, onde o migrante afirmara: "São 11 horas da noite e já não sei bem o que estou escrevendo, portanto leia quem souber"¹⁰⁶.

Além do detalhe do processo de alfabetização do cearense, afirmada pelos autores de maneiras distintas, é interessante notar alguns pormenores, que estão situadas nas duas missivas, quais sejam as intenções de retorno do

¹⁰⁵ As duas cartas foram recebidas pela família do cearense, pois seguindo a pesquisa de Bulcão, que teve acesso a vários documentos cartoriais, os filhos de João Gabriel foram situados no inventário dos avôs maternos (que faleceram no período em que o migrante esteve sumido) como órfãos de pai, e as cartas foram utilizadas como provas para sustar o processo. O autor exalta em sua narrativa a importância desses testemunhos escritos do migrante, como um meio de entender as atividades que João Gabriel estava empreendendo nas terras amazônicas.

¹⁰⁶ BULCÃO, Ibid, p.33

migrante, que objetivava regressar como um homem rico. Uma das cartas fora encerrada com as seguintes palavras:

V.mces, roguem por mim, que com a ajuda do mesmo Deus pretendo dar a vocemecês com o que passarem o resto de seus dias.

Adeus meus queridos Pais. Abenção. Aceitem o coração do obidiente filho João.¹⁰⁷

Esse índice não passa despercebido por nenhum dos autores, que, de maneiras diferentes, fazem questão de frisar em suas narrativas os passos de João Gabriel como um sujeito que migrou pobre e em descrédito para as terras amazônicas, mas que tinha sempre o intuito de enriquecer, para se redimir de suas faltas do passado.

Com relação a esse ponto há uma espécie de consenso, os autores falam das atividades do migrante pelo território amazônico como um *explorador*, subindo os rios em busca de novas fontes de matérias-primas, como a borracha. O rio Purus é indicado como área onde o cearense sedimentara suas atividades, conseguindo acumular grande fortuna com o extrativismo. A casa comercial do português Elias José Nunes da Silva, (também conhecido como Visconde de Santo Elias), sediada em Belém, é apontada como a financiadora das empreitadas de João Gabriel, situado, portanto, nas malhas do sistema de aviamento.

Ribeiro ressalta a predileção do comerciante português, dono da casa aviadora paraense E. J. Nunes da Silva & Cia, por cearenses. Seguindo sua narrativa, ao chegar a Belém, vindo do Maranhão, João Gabriel objetivava conseguir cumprir sua promessa feita no momento da fuga, disposto a subir os distantes rios em busca das afamadas matérias-primas que abundavam em suas margens. O autor evidencia que essa *disposição* era generalizada entre os homens vindos do Ceará que aportavam na capital do Pará. Tanto que, Elias José Nunes da Silva os ansiava como *fregueses*, contando que os filhos do Ceará sempre estariam dispostos a atravessar a floresta em busca de novos seringais, castanhais e demais gêneros. O comerciante é descrito como um benemérito, que estava *ajudando* os migrantes, além de contribuir para o progresso das terras amazônicas.

¹⁰⁷BULCÃO, *ibid*, p.31

Para se avaliar o que foi esse benemérito no progresso da Amazônia, basta dizer que ele, na sua simplicidade costumeira, em mangas de camisa e seu inseparável suspensório, na frente de seu estabelecimento comercial indagava aos transeuntes: *bosmicê é sareense e save lere e escrebere?*¹⁰⁸

Ao observar a predileção do comerciante por cearenses que soubessem ler e escrever, percebe-se o mote do momento inicial dos negócios de João Gabriel (que possuía tais atributos) com a casa aviadora no Pará. Este é o eixo de ligação que inter-relaciona a narrativa de Ribeiro com a discussão em torno da alfabetização do migrante, nesse caso, vinculando diretamente a oportunidade da aviação por uma casa comercial com a possibilidade de alcançar fortuna. As histórias sobre o cearense, portanto, convergem no que tange a suas habilidades de leitura e escrita e, atrelado a esse fator, sua busca por riqueza. Os negócios com o Visconde de Santo Elias são considerados o pontapé inicial das suas andanças pela floresta, como agente do sistema de aviamento, responsável por descobrir novas fontes de produtos exportáveis.

A época indicada pelos autores corresponde a meados do século XIX, momento em que várias ações foram empreendidas de modo a facilitar a penetração na bacia amazônica. Além da criação da Província do Amazonas e da implantação da Companhia de Navegação e Comércio, foram criadas várias comissões oficiais responsáveis por esquadrihar as riquezas dos altos rios, onde foram implantados núcleos avançados de exploração, utilizadores, sobremaneira, de mão de obra indígena, mas que também já empregavam o trabalho de pessoas de outras origens, como os cearenses. Portanto, o momento era caracterizado pela permanência do secular conflito que tinha como motor as invasões de terras indígenas, nesse momento agudamente concentradas nos territórios dos rios da Amazônia ocidental, como Juruá, Purus e Madeira. Outro ponto importante a destacar sobre o contexto diz respeito ao grande interesse comercial que incidia sobre as ricas fontes de matérias-primas existentes nesses locais, cobiçadíssimas pelo mercado internacional.

Foi envolvido nessa atividade que João Gabriel, tendo como referência as narrativas dos três autores, iniciara suas atividades no Norte amazônico. Não são feitas menções aos graves conflitos que certamente o migrante

¹⁰⁸ RIBEIRO, op.cit. p. 22.

encontrara (e também participara) nessas suas incursões, principalmente no que compete aos formatos da frente de expansão que avançava sobre os cobiçados altos rios. Somente é indicado pelos autores que João Gabriel estabelecera-se como explorador às margens do rio Purus, onde teria fixado suas atividades como emissário da casa comercial de Belém, sem alusão a contendas sociais de qualquer natureza. Ou melhor, o conflito, no caso, era travado com a própria floresta, lida como impenetrável, valorizando ainda mais os lances de *heroísmo* do migrante cearense, que teria alcançado finalmente sua fortuna *arrancado-a* das matas e não da exploração do trabalho humano.

É evidenciado, nesse íterim, que havia escassez de pessoas dispostas a seguir para as lonjuras dos altos rios devido à fama dos perigos que lá existiam, ilustradas não nos conflitos de fronteira, mas nas malvadezas da floresta. Essa situação impelia os agentes das casas aviadoras a conseguir meios de arregimentar pessoas, inclusive de outras Províncias, interessadas em topar os riscos da aventura. Teria sido com essa incumbência que João Gabriel após longos anos finalmente retornaria ao Ceará, tanto para redimir-se do passado (agora como um homem rico), como para encaminhar seus patrícios para as terras amazônicas.

Napoleão Ribeiro *conta* que foi retornando de uma dessas empreitadas ao Ceará que João Gabriel subira o rio Purus até a confluência com o rio Acre, à época território boliviano. O episódio é evidenciado pelo autor como sendo bastante conhecido, lembrado como uma espécie de *marco* para o atual estado do Acre, pois teria sido a primeira ocasião em que brasileiros se fixaram no território, sendo esses pioneiros cearenses. É ambientado nessas circunstâncias que o migrante é apontado como um dos heróis da história do Acre.

A trama é a seguinte, João Gabriel, regressando do Ceará, em 03 de fevereiro de 1878, trazia consigo uma turma de patrícios, que seriam destinados a novas áreas de explorações que situavam-se acima das conhecidas, bem no alto rio Purus. Os trabalhadores foram embarcados em Belém no Vapor Anajaz, de propriedade da casa aviadora E. J. Nunes da Silva & Cia, em 05 de janeiro do mesmo ano. A viagem foi feita em época que os rios não estavam totalmente cheios, o que aumentava os perigos, pois o nível das águas em alguns locais poderia estar baixo, e o risco de naufrágio seria

iminente. Tanto que, a certa altura, num dos muitos meandros do Purus, o comandante do Anajaz, chamado Carepa, insistiu com a tripulação para que a viagem fosse cancelada, pois se continuasse navegando no rio não conseguiria mais retornar com a embarcação para a capital do Pará.

Ao ser notificado o comendador João Gabriel desta resolução, ponderou os prejuízos que aquele ato lhe resultaria, empregou todos os meios amigáveis, inclusive farta gratificação, e como a nada o comandante atendesse, declarou que, em virtude daquela obstinação, estava disposto a empregar a violência e, armando seu pessoal, teve o *Anajaz* que subir, embora com o comandante enfezado, que passou três dias sem se alimentar.¹⁰⁹

Essa é uma mostra da gravidade dos interesses envolvidos na trama, em que pode ser lida a importância da execução da tarefa de encaminhar aos devidos destinos os migrantes, cujo transporte e alimentação estavam sendo pagos com dinheiro da casa aviadora (que seria cobrado com muitos juros mais tarde), e, por isso, qualquer atraso, ou mesmo o retorno em virtude das condições do rio redundaria em grandes prejuízos. Essa possibilidade foi refutada de modo veemente por João Gabriel, que inclusive usa da força, “armando seu pessoal”, impelindo o líder da embarcação a seguir viagem, mesmo sob todos os riscos.

Com o comandante rendido, seguiram uns poucos quilômetros além da foz do rio Aquiri, que deságua no Purus. Nesse local, que ficou conhecido como Anajaz, teriam desembarcado os cearenses, juntamente com as mercadorias trazidas para aviá-los, que seriam trocadas pelos produtos explorados nas matas. Na ocasião do desembarque os tripulantes teriam avistado a chegada de 19 canoas cheias de índios Carapanãs e Aripuanãs (sic), juntamente com o chefe Camicuan, que demonstrou hostilidade com os recém-chegados a localidade. João Gabriel, homem “bem avisado”, já experimentado nesse tipo de situação, teria acionado dois índios que trazia entre os tripulantes, que prontamente, celebrando a paz com Camicuan, distribuíram espelhos e miçangas para agradar os nativos e aplacar sua hostilidade.

Instalada a barraca com os gêneros (utensílios de todo ordem e alimentos) e situados os trabalhadores em seus respectivos locais de

¹⁰⁹ RIBEIRO, op.cit. p.22

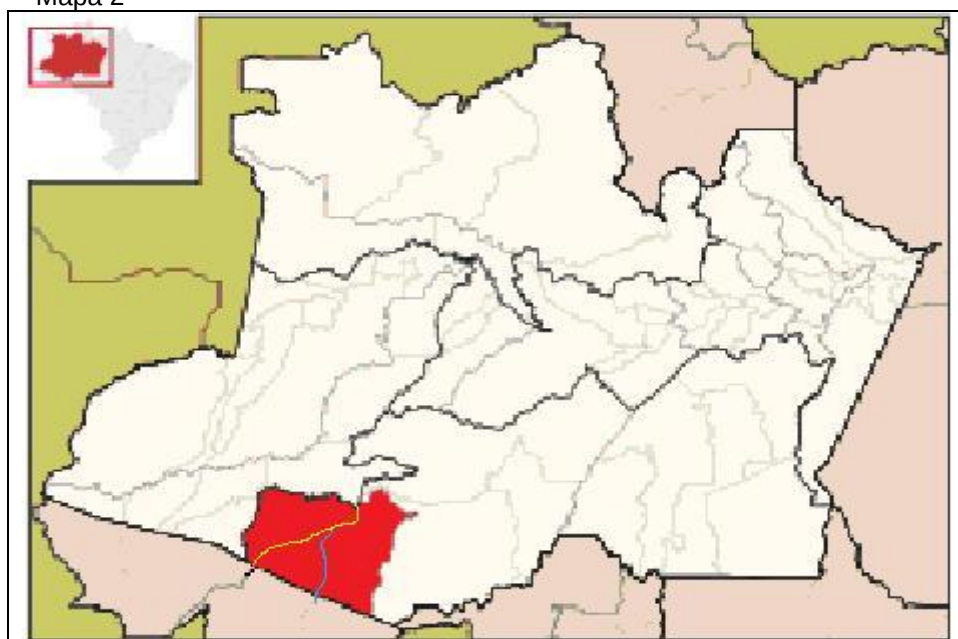
exploração, o vapor Anajaz deveria retornar para a capital do Pará. Em seu regresso, levaria os pedidos de mercadorias encomendadas para o ano seguinte, que seriam *trocados* pelos produtos extraídos da floresta. Na mensagem escrita por João Gabriel, na qual constavam os pedidos para abastecer a incursão, além de figurarem os pedidos em si, estava escrito abaixo o nome do local – *Boca do Aquiri* – destino das mercadorias.

Ao chegar às mãos dos funcionários da casa de Elias José Nunes da Silva, as encomendas começaram a ser organizadas, mas uma dúvida teria pairado entre todos, pois ninguém conseguia decifrar através da grafia de João Gabriel o nome do rio. José Carvalho e Napoleão Ribeiro salientam em suas narrativas que a letra do migrante estava *garatujada*, incompreensível, dificultando a leitura da mensagem. Ao final das contas, após debates sobre qual seria o nome do local de destino das mercadorias solicitadas pelo aviado do Purus, os funcionários entraram em consenso sobre a nomenclatura, lida como *Boca do rio Acre*. Esse foi o nome escrito nas caixas de gêneros que desceram a bacia de volta para o Purus, uma corruptela do nome *Aquiri* escrito pelo cearense. Como pode ser exemplificado em José Carvalho:

Como, porém, se deu o fenômeno? É o que o leitor por certo não sabe. Nem o leitor, nem o Instituto, nem a Academia, nem todos os filólogos daquém e dalém-mar(sic). Não houve queda, nem troca de sons consoantes, nem vocálicos, nem lei de menor esforço, nem nada. Houve o seguinte: Tendo percorrido parte do rio “Aquiri” e visto seus imensos e riquíssimos seringais, o cearense resolveu fazer sua exploração antevendo inteligentemente fabulosos resultados. (...) Já a esse tempo negociava ele diretamente com uma casa comercial do Pará – a conhecidíssima casa do Visconde de Santo Elias. (...) Foi, então, que o arrojado aventureiro escreveu a seu correspondente, aviador, uma carta avisando-o da exploração e reconhecimento que fizera do rio, das esperanças que nutria, e, ao mesmo tempo, lhe pedia um carregamento de mercadorias que deviam ser destinadas – caso o vapor pudesse lá chegar – à “Boca do rio Aquiri”. (...) Essa carta – como facilmente se deve prever – não era propriamente escrita – era garatujada. Homem rude, do povo, sem nenhuma instrução, dedicado exclusivamente ao serviço braçal da enxada, na sua terra, do remo e do “jamaxi”, no Amazonas – já era muito que pudesse garatujar uma carta! No escritório em Belém, o empregado da correspondência passou, por certo, um bom quarto de hora a decifrar os hieróglifos e mistérios ortográficos da missiva comercial. Compreendeu-lhe, afinal, a significação, destrinçou-lhe(sic) o sentido e comunicou ao chefe da casa os desejos do aviado do Purus – João Gabriel. Um vocábulo, porém, da carta ficou sem significação –

era o nome do rio! Por mais que trabucasse o empregado, por muito que trabucassem todos os empregados da casa, inclusive o chefe, jamais houve quem soubesse, ao certo, positivamente, que sílabas eram aquelas, que nome era aquele! Aproximava-se muito de “acre”, mas, não era positivamente “acre”; havia mais alguma coisa; o nome era maior, divisando-se mais alguns caracteres; mas estes eram tão complicados, indecisos e incongruentes, que não havia glote humana que pudesse reduzir aquilo a um som mais ou menos articulado e harmônico. (...) E como era preciso que seguissem as mercadorias – porque o freguês tinha crédito e o velho negociante tinha nele toda confiança, - ficou decidido que o tal nome indecifrável ficaria sendo, condicionalmente, “Acre”!¹¹⁰

Mapa 2



A localidade que ficou conhecida como “Boca do Acre” (atualmente onde existe um município homônimo) fica na confluência dos rios Purus (em amarelo) e Acre (em azul). Atualmente localiza-se no Estado do Amazonas (grifo meu).¹¹¹

O episódio é contado de maneira bastante semelhante entre Carvalho e Ribeiro, mas grandemente questionado por Bulcão, que, mais uma vez, coloca em questão os outros autores, afirmando ser o episódio uma tentativa de deturpar a personalidade e os feitos do cearense. Isto, demonstrando preocupação com os formatos que a trajetória de João Gabriel estava tomando, que seria futuramente lembrada principalmente através do referido episódio,

¹¹⁰ CARVALHO, Ibid, p. 160-161

¹¹¹ MAPA DE BOCA DO ACRE. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Amazonas_Micro_BocadoAcre.svg> Acesso em: 18 maio 2009.

considerado *ridículo* por Bulcão. O autor manifestara sua insatisfação diante da maneira como o assunto é tratado, incomodando-se com os lances considerados por ele pitorescos, alçando as raias do cômico. Para Bulcão, era preciso fazer justiça aos passos de João Gabriel, que deveriam ser situados na história de maneira satisfatória, sem lampejos burlescos, tratando-a com seriedade e rigor.

Ao seu nome não tem sido feita devida justiça. Outros, de menor actuação daquelle tempo, chefiando fáceis e rendosas commissões officiais na exploração no Purús, na descoberta de suas nascentes, e na demarcação dos limites com as repúblicas vizinhas têm o seu na história. Delle, que era um modésto heróe, à mercê do seu próprio esforço, mal se fala para lembrar-lhe o episódio romântico de sua fugida do Ceará e deturpando-lhe a personalidade e os feitos, dando-lhe a responsabilidade de um erro ridículo, de que nasceu o nome do rio de que elle foi o primeiro povoador. A origem desse nome, deturpação grosseira de Aquiry, seria de certo de algum de seus companheiros, talvez o próprio Alexandre de Oliveira Lima, o decantado Barão da Bocca do Acre, se é que ele sabia garatujar o nome, ou de alguém que lhe servia de guarda-livros, como conheci ainda muitos no Acre, que mal assignavam e se intitulavam como taes.¹¹²

Ao analisar as palavras de Bulcão, é interessante notar sua cruzada em nome da reputação de João Gabriel nos anais da história. Ele não queria que seu herói modesto e esforçado fosse lembrando através de letras mal traçadas, atribuindo a responsabilidade do episódio à terceiros. A legitimidade de sua argumentação, em detrimento dos outros autores, é apontada através da sua preocupação com uma análise criteriosa das fontes, que o ajudariam a discorrer com mais precisão sobre os passos do cearense. Entretanto, no caso acima destacado, o autor não aponta referência que *autentique* sua dedução.

Ao analisar os três autores, é possível afirmar que o sentido de suas narrativas, mesmo diante das contendadas apresentadas, aproxima-se de um ideário heróico, de um João Gabriel orgulhoso, pronto a enfrentar os obstáculos, e obstinado a cumprir sua meta de retornar à terra natal rico. Num esforço de ilustrar a estrutura de trabalho dos três autores, é possível ler, primeiramente, as circunstâncias da fuga, momento problemático e vergonhoso, depois o sofrimento diante da travessia e fixação no território amazônico, onde aos poucos o migrante foi habituando-se à nova vida e pondo

¹¹² BULCÃO, Ibid, p.39.

em prática seu projeto, e por fim, a redenção, o regresso ao Ceará. Porém, apesar de uma mesma estruturação de trama, suas abordagens divergem, por vezes, apontando acontecimentos díspares, distinguindo-se em alguns momentos.

Evidenciando o referido problema, divisam-se algumas das possibilidades analíticas das narrativas sobre João Gabriel, lidas como fontes, cujas referências e especificidades metodológicas podem ser utilizadas como ferramentas para continuar a *perseguição* ao migrante. Ao contrário de Bulcão, que deslegitima o trabalho de Carvalho e Ribeiro, é interessante não perder de vista nenhuma referência, mesmo as consideradas errôneas, pois estas devem ser consideradas índices analíticos que podem ajudar a revelar o verossímil.

Esse tipo de exercício, de maneira corriqueira, tem atravessado os debates em torno do estatuto da produção do conhecimento histórico, que tem sido questionado em sua capacidade de travar contato com os acontecimentos do passado. Ao ter em conta as narrativas como fonte é necessário destacar os debates em torno desse tipo de possibilidade de abordagem, que tem gerado muita discussão, entremeadas às reflexões sobre a diversidade de fontes utilizadas pelos historiadores, questionando a capacidade desses profissionais produzirem textos verossímeis. Diante desse cenário, muitos autores colocam em questão a própria produção historiográfica como gênero textual, tratada por alguns autores como ficção¹¹³. Em outras palavras, não é somente a possibilidade da utilização das narrativas como fonte que é posta em jogo, mas também a própria produção do conhecimento histórico, que também tem base narrativa.

Esse tipo de debate vem sendo tecido no bojo do debate historiográfico do século XX, levando em conta a abertura de novos campos para a história, considerando a utilização de fontes infinitamente variadas e o diálogo profícuo com diversas áreas do conhecimento. Atualmente é possível examinar desde processos gerais, em suas dimensões macro, até algo impensável décadas atrás, como os passos do migrante cearense aqui estudado em suas dimensões micro, sem a preocupação de estar faltando com a *verdade*, ou melhor, com o verossímil. Essa possibilidade vem sendo construída graças ao

¹¹³ WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 1993

alargamento do campo de atuação do pesquisador da história, viabilizado através de novas práticas, pensadas em debates como os ocorridos no grupo dos *Annales*, passando pelos desafios da história social inglesa, pelo arrojo metodológico da micro-história italiana, pela diversidade temática da nova história cultural, entre outros.

Ao acompanhar essas linhas de pensamento, foi sendo analisada a trajetória de João Gabriel de Carvalho e Mello, acompanhada através das contribuições das narrativas sobre sua travessia. No percurso de pesquisa sobre o migrante foram encontradas novas fontes, para além das utilizadas pelos autores discutidos no tópico, que são elemento fundamental para elaborar *outra* narrativa. Para tanto, faz-se necessário visualizar o contexto, importando analisar suas experiências como meio de chegar a outros migrantes, estes anônimos, que não deixaram relatos (nem seus, nem de outros), e que foram a maioria entre os emigrados.

Considera-se importante colocar em questão os percursos de João Gabriel no mundo amazônico, tendo em conta uma análise dessas várias outras fontes que trazem informações sobre sua trajetória numa maior amplitude. A ideia é situá-lo diante do processo histórico através do diálogo com essas novas referências, almejando enxergar sua participação na construção do lastro migratório entre a província do Ceará e a floresta.

2.2 João Gabriel de Carvalho e Mello no mundo amazônico

Barra do rio Negro, 18 de julho de 1854

O Vapôr Rio Negro trouxe grande número de passageiros, e entre eles alguns que tencionam fixar a sua residência n' esta Província, abrindo casas de commercio, ou applicando-se a extração de borraxa, que é abundantíssima, como se sabe, em muitos lugares d' ella, e alcança hoje um elevado preço.¹¹⁴

O jornal *Estrella do Amazonas* tinha especial atenção ao trânsito das embarcações no porto da cidade da Barra do rio Negro, centro político e administrativo da novíssima Província do Amazonas. O movimento de pessoas e mercadorias esquentava suas colunas, que noticiavam as idas e vindas dos muitos que se dirigiam, ou que simplesmente estavam de passagem, pela

¹¹⁴ Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA, setor de periódicos. *Estrella do Amazonas*, 18 de julho de 1854.

cidade da Barra, futura Manáos¹¹⁵. A atenção ao trânsito portuário marcava as páginas do jovem periódico¹¹⁶, indício da grande importância devotada aos bem-aventurados navegantes que chegavam até o porto, espécie de estação para os que almejavam seguir rumo aos altos rios da bacia.

O *frisson* causado pelas possibilidades de negócios, pelo encontro de novos gêneros e matérias-primas, era um dos vetores que tornava possível o crescente movimento de vapores, e a paulatina sedimentação da localidade como posto avançado dos interesses políticos e econômicos no mundo amazônico. As casas de comércio, em particular as aviadoras, cujo maior contingente tinha sede em Belém, enviavam seus agentes para mapear as riquezas da Província do Amazonas, onde destacava-se a borracha, que já figurava como elemento de significativa importância na pauta dos interesses econômicos.

João Gabriel de Carvalho e Mello foi um desses agentes, aviado pela casa comercial do português Elias José Nunes da Silva, sediada na capital do Pará. Na segunda metade do século XIX, ele vivenciou o processo de devassamento da floresta, singrando rios, abrindo varadouros, exercendo atividades integradas ao sistema de aviamento. Notícias de riquíssimos rios, cheios de seringueiras, salsa parrilha, tartarugas, óleo de copaíba, dentre outros produtos, deixavam em alerta os comerciantes. Todavia, ao mesmo tempo, esses locais afortunados eram carregados de relatos de mortes atrozes, naufrágios, doenças e mazelas de toda ordem. Configuravam-se como territórios fronteiriços, marcadamente violentos, onde eram plantadas sementes

¹¹⁵ “Lei n.68 de 4 de Setembro de 1856. Muda o nome da cidade da Barra do Rio Negro para Manáos.

João Pedro Dias Vieira, Bacharel formando em Sciencias Jurídicas e Sociais pela Academia de S. Paulo, Oficial da Ordem da Roza e Presidente da Província do Amazonas.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou e Eu Sanccionei a lei seguinte:

Artigo 1º A Cidade da Barra do Rio Negro denominar-se-há d’ora em diante – Cidade de Manáos.

Artigo 2º Mando revogar as disposições em contrário.” IGHA. Setor de periódicos e microfilmes. Estrella do Amazonas, 17 de Setembro de 1856.

¹¹⁶ Semanário cujo primeiro número circulou em Manaus no dia 07 de janeiro de 1852 em substituição ao jornal 5 de setembro, primeiro periódico publicado na cidade da Barra, Província do Amazonas. In: SANTOS, Francisco Jorge (org). **Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950):** catálogo de jornais. Manaus: Umberto Calderato, 1990. p. 90 – 91.

de conflitos (a maioria deles em torno do uso da terra), deflagrados pelo avanço dos exploradores rumo a terras habitadas por povos indígenas¹¹⁷.

Dessa maneira, pode-se pensar num deslocamento de fronteira, pois houve na segunda metade do século XIX um significativo avanço geográfico dentro do território amazônico no sentido leste-oeste. Victor Leonardi afirma que “é válido dizer que uma espécie de colonialismo interno continuou caracterizando as relações das frentes pioneiras,”¹¹⁸ pois à semelhança do que acontecera no período colonial, essas incursões aos altos rios eram marcadas por diversas contendas.

Nesse clima de expansão rumo ao oeste amazônico eram publicadas nas folhas de Belém e Manaus muitas matérias que divulgavam as dificuldades enfrentadas pelos exploradores, situando-os ante ao clima de violência que acompanhava suas movimentações. Várias eram as notícias alardeadas sobre o destino de alguns que seguiam rumo aos altos rios da bacia, o próprio João Gabriel foi tido como morto em 1858, segundo o editorial do *Estrella do Amazonas*, onde teria sido vítima da onda de violência que estava se espalhando pelas margens do Purus, local onde tinha suas explorações.

À Pedido

Por uma carta particular consta que fora assassinado Martinho Barata em casa de um tal Braga no lugar Araratuba, no rio Purús, e corre vagamente que o fôra João Gabriel no mesmo Rio, que se vai tornando teatro de atrocidades: a longinquidade deste Rio para com a capital, os raros habitantes delle, e a immensidade de pessoas que todos os annos ali se reúne em numero de quase mil, vinda de differentes pontos, e destacadas distantes umas das outras naquelle grande deserto, para extracção de castanha, estopa, oleo salça (sic), facturação de manteiga e peixe, proporciona ao máo toda a sorte de distúrbio contra a propriedade e a segurança do cidadão pacífico e laborioso (...) Não ha duvida que estes factos não passam desapercibidos à vigilancia da Policia; com tudo é indispensável alguma providencia que ali embarace a reproducção das scenas desagradáveis de surras, e assassinatos que se tem dado.¹¹⁹

¹¹⁷ É preciso salientar que esses exploradores não devem ser confundidos com os homens de ciência estrangeiros, que organizados em comissões estudavam a floresta enviando informações para as academias europeias. Diferente de Avé-Lallemant, Paul Marcoy, Spix e Martius, para citas alguns exemplos, tais exploradores eram enviados com interesses comerciais muito claros, sendo que o principal consistia em localizar novas fontes de matérias-primas, estas destinadas às grandes casas aviadores de Belém e Manaus.

¹¹⁸ LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15; Editora da Universidade de Brasília, 1999. p.52.

¹¹⁹ IGHA, setor de periódicos e microfilmes. *Estrela do Amazonas*, 26 de junho de 1858. (sem número de rolo)

Além de noticiar a provável morte de João Gabriel, o jornal enumera uma série de motivos que qualificavam as novas frentes do extrativismo, como o rio Purus, enquanto áreas violentas. As enormes distâncias e o isolamento deixavam campo aberto para “toda sorte de distúrbios contra a propriedade e a segurança do cidadão pacífico e laborioso”, pista da rala vigilância de órgãos oficiais que pudessem fornecer garantias de vida aos que seguissem esses caminhos. A folha ainda destaca a grande quantidade de pessoas, de origens diversas, que todos os anos dirigiam-se para a calha do rio em busca das drogas da floresta, empreitada na qual o cearense estava envolvido desde pelo menos 1854.

No dito ano, sete anos depois do seu sumiço do Ceará em 1847(segundo os indicativos de Bulcão, Carvalho e Ribeiro) João Gabriel enviara pela primeira vez uma carta à família, endereçada ao Pai, José Gabriel de Mello. A missiva fora escrita em Belém, quando o migrante estava se preparando para embarcar pela primeira vez para a Província do Amazonas, seguindo em direção a cidade da Barra do rio Negro, última base antes da subida para o Purus.

As calhas dos rios Purus, Juruá e Madeira, eram objeto de fascínio, mas também de muitos problemas, como já foi ressaltado. Presume-se que a ocasião do envio da carta tenha relação com tais circunstâncias, pois os perigos da travessia eram notáveis. João Gabriel, depois de tantos anos longe de casa, manifestava preocupação com a preservação de sua memória pelos parentes, levando em conta o delicado momento, às vésperas de uma viagem tão perigosa.

Meu amantíssimo Pae

Pará, 22 de setembro de 1854

Primeiro que tudo estimo a Vmce. minha Mãe e toda a minha família esteja logrando saúde; e Vmces. me deem sua benção.

No dia 17 do corrente aqui cheguei sem novidade. Está ancorado no porto desta cidade o Vapor Rio Negro, em que devo seguir para a cidade de mesmo nome, Província do Amazonas onde pretendo estar até o dia 10 de outubro vindouro. Tenho tido nesta cidade muito má informação do commercio daquela, e se for como me afirmão, logo que desponha das fazendas que levo, voltarei; é muito longe, e são grande as despesas; só a minha passagem custa 200\$000

reis, e por cada conto de reis em fazendas serão nunca menos de 100\$000 reis, isto é, vindas do Maranhão como as minhas.

Não me recomendo ahi a ninguém, porque o curto período de 7 anos já gastou a lembrança delles para com este aventureiro; mas eu ainda me lembro de 8 que são: o Illmo. Sr. José Gabriel de Mello, a Snra. Da. Rosa Maria de Jesus; a Snra. Da. Mariana Paz de Ávila e Mello, a Illma. Da. Antonia de Carvalho e Mello, o Sr. Meu innocente filho José Mariano de Mello, a Snra. Francisca Antonia da Palma, Antonio Paz de Ávila e Jacinta Maria de Jesus; quanto eu não desejo saber das brilhanturas desse illustre Povo!

V.mces, roguem por mim, que com a ajuda do mesmo Deus pretendo dar a vocemecês com o que passarem o resto de seus dias.

Adeus meus queridos Pais. Abenção. Aceitem o coração do obidiente filho João.

N. B. Estou bastante aterrado de medo nesta cidade, por haver nela bexiga verdadeira e febre amarela; porém Deus é grande. É bastante doentio este canto do mundo; hoje 25 do corrente fico de saúde.

Seu Filho João.”¹²⁰

Vê-se que João Gabriel estava na iminência de embarcar rumo a Cidade da Barra em 1854, no *Vapor Rio Negro*. Embarcação que, assim como as demais que aportavam na capital da Província, destacava-se nas linhas do Estrella do Amazonas como transporte dos que “tencionam fixar a sua residência n’esta Província, abrindo casas de commercio, ou applicando-se a extração de borraxa”. Na mensagem, é possível ainda ter uma ideia do preço de passagens, taxas de frete, interesses comerciais, que no geral pareciam preocupar menos o migrante do que o receio diante da varíola e da febre amarela. Disposto a seguir para a Província do Amazonas, envolvido no movimento geral de incursões comerciais, o migrante não esqueceu de assinalar no seu relato o impacto diante do que estava experienciando, pedindo a família que rogasse a Deus pela sua proteção e saúde. Isto aponta uma mostra dos *estranhamentos* vivenciados por ele no território amazônico, “aterrado de medo” ante as doenças, e quiçá, perante outros elementos desconhecidos e que lhe causavam temor. Circunstâncias que agregavam ao processo de reterritorialização de João Gabriel em meio a nova realidade, tendo em vista, inclusive, sua preocupação em enviar notícias aos parentes no Ceará, vivos em sua memória. Ele não deixa de citar a saudade dos familiares, listando aqueles dos quais ainda lembrava, dedicando seu carinho e palavras

¹²⁰ BULCÃO, Ibid, p. 30-31

de afeto. Portanto, essas referências revelam bem mais que o paradeiro do cearense e suas atividades, deixando entrever sua forte ligação com os parentes, mesmo após sete anos sem contato. Há, inclusive, um indicativo de retorno, ocasião em que o migrante promete prover a si e a família pelo resto de seus dias.

Contudo, para conseguir alcançar sua meta ele teria que trabalhar e sobreviver no mundo amazônico, tarefa que não era das mais fáceis. Essa mensagem era claramente estampada nos periódicos, que referiam-se corriqueiramente a violência das áreas de fronteira. Lugares estes que tiveram a presença de João Gabriel, que chegara a cidade da Barra em 1854, como consta em sua carta, seguindo posteriormente para o Purus em 1858, como consta no *Estrella do Amazonas*.

Esse itinerário estava sendo feito por várias outras pessoas, envolvidas no movimento em curso, cujo vetor tinha na migração de pessoas uma de suas características. É destacada, através da leitura das páginas do principal jornal de Manaós à época, uma forte articulação de interesses direcionados as oportunidades de exploração, levadas a cabo muitas vezes por pessoas de outras províncias, como João Gabriel que não pode ser lido em suas ações isoladamente. O migrante estava envolvido no processo de deslocamento populacional, que levou até as terras amazônicas milhares de pessoas durante a segunda metade do século XIX.

É preciso salientar, em meio ao contexto ora abordado, a tessitura e pluralidade de um *fluxo*, que não fora constituído somente por agentes de casas aviadoras, mas também por outros, muitos outros, de interesses diversos, que nem sempre estavam ligados diretamente as demandas comerciais. Feita essa observação, todavia, torna-se importante não perder de vista que as referidas demandas, em articulações com os poderes oficiais, levaram a cabo uma forte campanha que tinha como mote, além do apelo por migrantes e trabalhadores de modo geral, a tarefa de esquadrihar ainda mais o território, visto como desconhecido e ainda como campo aberto para a exploração econômica. Portanto, a entrada de migrantes e o avanço rumo ao oeste amazônico e seus altos rios estavam interligados, sendo possível posicionar dentro dessa conjuntura tanto as ações dos sujeitos migrantes (em

sua pluralidade), como as empreitadas estruturadas e pensadas em nível político e econômico.

Unindo as duas pontas desse cenário, destacando outras facetas do processo, podem ser elencados os casos de homens incumbidos diretamente pela Província do Amazonas à chefia de comissões de reconhecimento e exploração da floresta e seus rios. Manoel Urbano da Encarnação, prático de embarcações e Diretor de Índios, foi um dos sujeitos envolvidos nesse tipo de incursão, que conjugavam muitos interesses, desde o levantamento de informações sobre o curso dos rios e suas potencialidades, até o contato com comunidades indígenas, em vistas da arregimentação de força de trabalho. Nascido em terras amazônicas, e considerado um hábil conhecedor dos meandros dos rios, o mulato Manoel Urbano, por incumbência oficial, foi responsável pelo envio de informações sobre o rio Purus. Em seu relato, foram enumeradas a quantidade e diversidade de malocas indígenas, as áreas propícias a exploração, evidenciando seus produtos, além de serem mapeados os caminhos do rio e seus exploradores (situados nas margens do rio juntamente com trabalhadores, muitos destes migrantes), tudo isso no intuito de inteirar a Província das ações empreendidas na área.

É nesse sentido que Gunter Kroemer fala sobre os passos de Manoel Urbano, como um emissário da província que tinha grande participação nas mais variadas empreitadas. Ele era tido como um dos melhores conhecedores dos meandros dos rios, que eram paulatinamente esquadrihados, como na exaustiva investigação dos canais que ligassem o Purus e o Madeira, e também na busca do “acesso livre ao Mato Grosso, afim de ligar a província aos centros do império como também por causa dos problemas fronteiriços com a própria Bolívia e do “boom” da borracha que começava a se delinear.”¹²¹ Outra questão que ocupava grandemente Urbano era a coleta de informações sobre as comunidades indígenas, como assevera José Moreira Brandão Castelo Branco, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que

¹²¹ KROEMER, Ibid, p.57.

falando da trajetória do explorador afirma que “calculou Manoel Urbano, a população aborígene do rio em 5000 almas”¹²².

No que se refere ao contato com os povos indígenas, Urbano teve um papel de destaque no trabalho com as tribos do Purus, como encarregado da diretoria de índios, vide os regulamentos de 1845, que garantiam a particulares o direito de também “catequisar” as comunidades (tendo como finalidade sua incorporação ao corpo de trabalhadores da província). O objetivo principal do dito decreto era a criação de aldeias, nascidas das missões, para onde os índios, de variadas etnias, deveriam ser deslocados para receberem a doutrina cristã, numa tentativa de torná-los aptos, como mão de obra utilizável nos negócios dos interessados. Manoel Urbano iniciou seu envolvimento com as questões indígenas como informante da Província em suas várias viagens em direção ao Purus, chegando em 1854 a ser nomeado como encarregado nos trabalhos de reconhecimento dirigidos pela Diretoria dos índios. Uma das tarefas de Urbano era relatar seu itinerário de contatos com os variados povos, a fim de facilitar a entrada dos agentes missionários (e também de outros exploradores e migrantes), como pode ser analisado através de uma de suas cartas enviadas ao Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna.

Participo a V.ex^a do rezulttado da minha diligencia, que cheguei a certa altura, no afluente denominado Pao-iny com a catechese dos Indígenas, fasendo ver os ditos a Ordem do Governo, vendo paragens suficientes na margem a fim de se aldearem, os demais junto convidei para esta aldeia; não hove entre elles repugnancia alguma, de todas as malocas me dicerão que estavam –ilegível- para o dito fim, não cheguei a terça parte das tribus, a pressa cheguei a vinte e uma malocas.
(...)

Deos guarde a V.ex^a

Aldea de Arimã 9 de junho de 1854

Manoel Urbano da Encarnação, Encarregado¹²³

A aldeia de Arimã era uma espécie de base para as operações dos encarregados que buscavam contatos com as comunidades, de modo a fazer valer a “Ordem do Governo”. Manoel Urbano trabalhou durante muitos anos nesse ofício, prestando serviços caros aos olhos do poder provincial, sendo

¹²² BRANCO, José Moreira Brandão Castelo. Caminhos do Acre. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1947. p. 109.

¹²³ Arquivo Público do Amazonas. Livro da Diretoria de índios 1854.

nomeado Diretor Parcial dos índios do rio Purus em 1861, responsável pela área que ia “desde o lago Jaciré e o rio Tapauá: e a cima da maloca Capana em diante”¹²⁴. A partir de então, Urbano passou a possuir um cargo de comando na diretoria, que concentrava a organização das incursões dos encarregados, assim como o aparelhamento das missões. Vê-se que a incorporação dos povos indígenas aos quadros da força de trabalho da província era uma questão chave, ligada diretamente aos interesses de exploração dos altos rios, que para efetivar-se precisaria da atuação maciça de trabalhadores.

Manoel Urbano, como Diretor Parcial, participou de várias expedições oficiais, inclusive no período em que João Gabriel já estava instalado no Purus. Em 1862, por exemplo, foi um dos membros da comissão que acompanhou o engenheiro militar João Martins da Silva Coutinho, este incumbido, como muitos outros, de escrever relatos sobre as condições gerais do rio, visando principalmente suas potencialidades econômicas. No relatório de Coutinho é possível localizar, inclusive, o paradeiro de João Gabriel no Purus, que é citado como informante da comissão, ao lado de outras pessoas que já no início dos anos 1860 estavam fixados com explorações no médio curso do rio.

O snr. João Gabriel informou-nos que no Berury encontrara uma pequena plantação da salsa e tem continuado em maior escala. Nas margens do lago Abufary, do Purús, consta-me também que José Martins Lopes empreheendeo esse gênero de lavoura, mas teve de interrompe-la *porque os índios Mura o abandonaram*. O mesmo fizera um lavrador no lugar de Janauary, em frente á capital, mas em pequena escala.¹²⁵

É possível pensar através do relato do engenheiro militar sobre uma questão importante: os interesses comuns dentre os vários tipos de exploradores. Percebe-se, no caso acima, que trata especificamente de agentes do sistema de aviamento, que todos eles tinham no trabalho indígena sua base para conseguir as drogas da floresta nos idos de 1860, incluindo João Gabriel, que tinha contato com os índios Paumari, na foz do rio Jacaré. Os serviços indígenas eram vistos como base para a manutenção das explorações, pois sem seu auxílio, como aconteceu na incursão de José

¹²⁴ IGHA, setor de periódicos e microfilmes. *Estrela do Amazonas*, 16 de janeiro de 1861. (sem número de rolo)

¹²⁵ *Breve notícia sobre a extracção da salsa e da seringa. Vantagens de sua cultura*. João Martins da Silva Coutinho in. Relatório de Presidente de Província do Amazonas Sinval Odorico de Moura, 1863.

Martins Lopes com a fuga dos Mura, eram inviabilizados os trabalhos por falta de braços para a labuta.

Desse modo, esses homens eram beneficiados se o trabalho da Diretoria de Índios obtivesse sucesso, concentrando os vários povos em aldeias comuns, que serviriam de ponto de apoio para os exploradores de drogas, que poderiam prover-se de mão de obra. Os agentes das casas aviadoras passavam a fazer parte do projeto de “civilização” dos índios, levando-os para realizar trabalhos de interesse da província, dando-os “utilidade” dentro do projeto comum de conquista da fronteira.

Em vista desses objetivos, é interessante salientar a grande preocupação com o estabelecimento e manutenção das missões, um dos maiores desafios percebidos pelos poderes públicos, que as viam não somente como um reduto para a *salvação das almas*, mas também como local seguro para conseguir mão de obra, bastante escassa na província, principalmente nas primeiras décadas do período pós-cabanagem¹²⁶. Isto levando em conta que após as grandes tensões sociais ocorridas no período cabano (de modo geral situado entre 1835-1840) houve um decréscimo populacional significativo, que era uma tendência observada desde as últimas décadas do século XVIII, quando os formatos dos missionamentos indígenas passaram a vigorar com o diretório pombalino, que franqueava também à particulares a administração das missões¹²⁷. Os casos de fuga, de rebeliões e refregas de todos os matizes eram corriqueiros no cenário das últimas décadas da Colônia e primeiros anos do Império, principalmente porque os povos indígenas se negavam a servidão e demais pesadelos advindos dos trabalhos forçados.

O trabalho das comunidades nativas era um recurso cada vez mais escasso, por isso tornava-se um precioso bem aos olhos dos planos oficiais, como pode ser observado nas inúmeras requisições feitas pelos presidentes de província aos Diretores de Índios, ordenando a disponibilização de indígenas para a construção de obras públicas, além de outras empreitadas. É perceptível em algumas dessas requisições os métodos empregados para a “conquista da aquiescência” dos índios, como pode ser analisado através do

¹²⁶ LEONARDI, Ibid, 1999.

¹²⁷ SANTOS, Francisco Jorge. **Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

comunicado escrito por Francisco Antônio Rodrigues em 1855, Diretor de índios do rio Abacaxis, afluente do rio Madeira.

Tendo recebido a 11 do corrente a Portaria de V. Ex^a de 9 de Agosto ultimo, na qual me ordena V. Ex^a que com brevidade apresente seis índios ao Agente da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas para serem empregados nas obras que a mesma Companhia empreendeu fazer na Freguesia de Serpa (...) não será possível satisfazer a determinação de V. Ex^a sem detrimento desta povoação (que perderia braços para os trabalhos da própria comunidade e de particulares, mexendo com os interesses dos exploradores – grifo meu), *além do que ordenando-me essa presidência que não use de violência para com os índios, não sei como proceder sem rigor para que elles vão prestar serviços, aturados* (sic) que sua índole não tolera que prestem e ainda fora de seus lares. (...)

Deos guarde a V. Ex^a

Abacaxis, 15 de Dezembro de 1854

Francisco Antônio Rodrigues, Diretor.¹²⁸

A mensagem do Diretor de índios é clara quanto aos métodos empregados para arregimentação dos índios ao trabalho, pois ao receber o conselho do Presidente no sentido de não usar de violência com os indígenas, Francisco Antônio Rodrigues assevera não saber outro caminho para alcançar o objetivo. Interessante notar ainda a ressalva feita sobre a índole dos habitantes do Abacaxis, que não toleravam o trabalho longe de seus lares, levando-se em conta que nesse caso seriam destinados para a Freguesia de Serpa pela Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas. Além da questão da violência, percebe-se certa tensão no relato do diretor, que mesmo sendo obrigado pela Portaria a fornecer os seis índios aos serviços pedidos pelo presidente, titubeava ante a perda de braços da própria aldeia, que seguramente estavam também sendo utilizados em trabalhos de particulares, e não somente para o bem-estar dos próprios indígenas. Esse cenário deixa entrever conflitos, ou mesmo um certo “desacerto” entre os interessados do lado *oficial*, pois, como se vê, havia pessoas a espreita de trabalhadores (disputando a força de trabalho indígena) desde os funcionários das aldeias, exploradores de casas aviadoras, até o palácio da presidência da província.

O reconhecimento do problema de falta de braços trazia aos relatos oficiais muitas vezes um tom de apelo à migração de trabalhadores, que seriam uma alternativa ante a rarefação de braços nativos, pintando no Norte

¹²⁸ Arquivo Público do Amazonas. Livro do Diretório de índios 1854.

amazônico um cenário atrativo, um *eldorado*. Então, além do investimento no estabelecimento de missões, havia uma especial preocupação com a entrada de pessoas aptas ao trabalho na província, que serviriam como ponta de lança dos interesses políticos, pois, estes sujeitos em sua maioria, encaminhavam-se para os altos rios, como no caso do próprio João Gabriel. Portanto, é perceptível na leitura das *fallas oficiais*, e também de outros trechos de documentação da mesma natureza (como o livro do Diretório de Índios) que o problema de esvaziamento de mão de obra não poderia ser equacionado somente com o estabelecimento de missões, levando em conta as grandes dificuldades impostas pelas comunidades indígenas, que corriqueiramente entravam em conflito com os intentos provinciais.

Embutida nessas questões ainda havia a preocupação com uma *adequada* exploração dos recursos naturais, percebida como predatória, como no caso da salsaparrilha. Algumas das práticas extrativistas levadas a cabo por particulares (como os agentes de casas aviadoras) eram condenadas pelas constantes movimentações dos extratores, que ao perceber o escasseamento dos gêneros já partiam em busca de outros locais, prejudicando ou até mesmo esgotando as fontes de recursos, e ainda auxiliando na possibilidade da fuga dos índios.

Diante desse quadro, mesmo ressaltando a gravidade dos problemas que o inadequado manejo dos recursos poderia causar a continuidade da produção, quando se tratava de fazer referência aos exploradores o tom das falas se tornava menos grave, inclusive chegando a raias elogiosas. A condenação da faceta predatória das explorações dos recursos naturais se apequenava diante da necessidade premente da incorporação de mão de obra, pois o Estado estava de olhos fitos não só nas riquezas produzidas, mas também no projeto geral de assenhoreamento da floresta. Nas atividades de homens como João Gabriel, estavam resguardados muitos interesses provinciais, levando-se em conta que, como pondera Gunter Kroemer, eles eram responsáveis não só pela exploração das drogas da floresta, mas também travavam contato intenso com várias comunidades indígenas, auxiliando o próprio projeto do Diretório.

Desse modo, é importante refletir sobre os métodos de aproximação entre os exploradores e as comunidades, que, como noticiavam os relatos dos

próprios diretores e também dos jornais, não deviam ser dos mais amistosos, levando em consideração os grandes confrontos da área fronteiriça. Os povos residentes às margens do Purus sofreram o impacto da chegada dos agentes de casas aviadoras, que no início de suas atividades, estabelecidas pelo menos desde a década de 1850, valeram-se da força de trabalho indígena para colocar adiante seus intentos.

Na foz do Abufari, morava José Martins Lopes, que trabalhava na salsa com os índios Mura; no rio Jacaré, havia a feitoria de *João Gabriel*, nesta foz encontrava-se também a primeira maloca dos índios Paumari. No Arimã, havia reunido Manoel Urbano 600 Paumari e Juberi, fazendo um grande roçado e levantando uma capela, onde Frei Pedro tencionara formar uma aldeia. No lago Itapá, em Canutama, Manoel Urbano fez um roçado a pedido daquele religioso.¹²⁹

Muitos desses índios, não aceitando a condição servil diante do avanço sobre seus territórios, entraram em conflito com os objetivos gerais dos invasores, havendo muitas vezes luta direta, com grande número de mortos de ambos os lados da disputa. Nessas contendias, muitos indígenas refugiavam-se em locais distantes dos seus originários, ganhando uma injusta alcunha de indolentes, que fugiam do trabalho. É possível afirmar que “os seringais invadiram as terras indígenas, e aos índios restou emigrar para o centro da mata ou vaguear de um lugar para outro. Esta nova situação fez com que fossem conhecidos como preguiçosos, malandros e mendigos, enfim, atrapalhando o progresso”¹³⁰.

A culpa dos problemas enfrentados na província, como a carestia dos alimentos, o arruinamento de edificações públicas e até de cidades inteiras, a falta geral de infraestrutura, tudo isso pesava sobre ombros indígenas, condenados por sua falta de apego ao trabalho. Dessa maneira, “através desse artifício ideológico desprestigiador”, como assevera Victor Leonardi, os povos da floresta no século XIX, majoritariamente conformado por índios, foram considerados os responsáveis pela escassez de mão de obra, enquanto os verdadeiros provocadores desse esvaziamento do quadro de trabalhadores – os invasores – ficaram isentos de qualquer responsabilidade. É lícito afirmar que foi “o despovoamento que acompanhou a chegada dos europeus, nos

¹²⁹ KROEMER, Ibid, p.60.

¹³⁰ KROEMER, Ibid, p. 89.

séculos XVII e XVIII, e não o povoamento”¹³¹, e esse desdobramento também pode ser lido no século seguinte. As inúmeras guerras de conquista, somadas as epidemias e demais mazelas, tiveram como vetor o avanço dos invasores sobre as terras amazônicas, que deflagraram a referida rarefação demográfica. Esse processo perdurou durante longo período do século XIX, com novos colonizadores, encaminhados majoritariamente pelas casas aviadoras, acompanhados de milhares de migrantes.

Esse lado da moeda era percebido com muita nitidez pelos poderes públicos, que andava de braços dados com os interesses comerciais numa relação sem muitas atribulações. Homens como João Gabriel, Manoel Urbano, José Martins Lopes, Francisco Antônio Rodrigues, e tantos outros, eram louvados por seus trabalhos (relacionados ao violento processo de arregimentação de trabalhadores), recebendo inclusive honrarias e cargos públicos no sentido de incentivar a continuação de suas atividades. No que se refere ao cearense, é possível observá-lo diversas vezes no jornal *Estrella do Amazonas*, assim como nos relatos dos Presidentes de Província do Amazonas, sendo congratulado por seus trabalhos. E por ter seu nome diversas vezes registrado nesses documentos, certamente, o migrante tinha alguma notoriedade na sociedade amazonense.

Por exemplo, em 1856, João Gabriel aparece nas páginas da folha da Cidade da Barra, ocasião em que era convocado a fazer parte do corpo de jurados do *Tribunal de Jury* da capital. Segundo o edital convocatório, somente *cidadãos aptos* poderiam fazer parte desse grupo, escolhido diretamente pelo Delegado de Polícia, que instaurava uma Junta para analisar os selecionados. Eram inquiridas as trajetórias de cada pessoa, que deveria ser *digna de fé*, para que suas opiniões fossem levadas em consideração. Isto, porque ao fazer parte da lista seriam chamadas a ponderar sobre questões de peso, como crimes, partilhas, dentre outras.

O Juiz Interino da Comarca, Marcos Antonio Rodrigues de Sousa, recebeu a lista convocatória e publicou-a no *Estrella do Amazonas*, para que pudesse chegar a todos os cidadãos chamados ao dever. Na relação, constam os nomes de 206 pessoas, além de João Gabriel.

¹³¹ LEONARDI, Ibid. p.59

Editaes

Doutor Marcos Antonio Rodrigues de Souza, Juiz de Direito Interino da Comarca, e Presidente do Tribunal de Jury desta Capital do Amazonas.

Faço saber a todos os habitantes do termos reunidos desta Capital e Barcelos, que no dia 2 de Janeiro do corrente foi instaurada a Junta de revisão da lista apresentada pelo Delegado de Policia dos cidadão aptos a serem jurados, e que attendidas as reclamações, como se vê nas respectivas actas, formou a referida junta a lista geral de cidadãos, que devem servir de jurados no corrente anno de 1856, pelo modo seguinte:

Álvaro Botelho da Cunha

Antonio José Moreira

Antônio Lopes Braga

(...)

José Gonçalves Ferreira Leite

José Pedro Paraguassú

João Gabriel de Mello

Jozé Pedro Garcia de Vasconcellos

(...)

E para que chegue ao Conhecimento de todos mandei passar o presente que será publicado na imprensa.

Cidade da Barra do Rio Negro 10 de Janeiro de 1856 – Eu Ignácio da Cunha Arruda e Sá, escrivão interino do Jury que o escrivi(sic).

Marcos Antonio Rodrigues de Souza¹³²

Vê-se que as atividades empreendidas pelo cearense no Amazonas conjugavam-se com interesses políticos da Província, que tinha pressa em tornar possível a exploração de áreas distantes e pouco conhecidas. Convocar João Gabriel como membro do corpo de jurados da capital era uma maneira de situá-lo entre as pessoas que trabalhavam pelas causas do Estado, como um *cidadão apto*, ou seja, participativo, pelo menos no que diz respeito aos negócios exploratórios. Além do mais, essas circunstâncias permitem vislumbrar sua movimentação entre os locais de exploração e a Cidade da Barra, nas ocasiões em que fosse chamado a ocupar seu lugar de jurado. Em suas estadias na cidade certamente divulgava notícias de suas atividades, que, ao que tudo indica, eram bem recebidas pelos cidadãos, reforçando seu lugar de destaque.

Foi numa dessas viagens feitas à capital do Amazonas que João Gabriel enviou mais uma carta para sua família que havia ficado no Ceará. Já

¹³² IGHA, setor de periódicos e microfilmes, *Estrella do Amazonas*, 25 de janeiro de 1856. (sem número de rolo)

como homem de notoriedade econômica na província, João Gabriel indica na mensagem os locais de suas explorações, além de quantias gastas, um demonstrativo da circulação de dividendos em seus empreendimentos comerciais. Na mensagem, suas atividades são discriminadas com riqueza de detalhes, indicando os passos de seu trabalho como agente e explorador financiado pelo sistema de aviamento. Além disso, assim como na primeira missiva, estão esboçadas suas intenções de retorno ao Ceará, dessa vez, inclusive, afirmando que casaria a filha com um rapaz do Maranhão.

Mariana.

Manáos, 8 de Novembro de 1858

Se a sorte não tem permitido que eu possa chegar aos vossos braços, e adorar os meus tenros filhos, consolar os meus velhos Paes, ao menos quero de quando em quando fazer chegar estas linhas que são testemunhas de que ainda tens marido, teus filhos pae, e teus sogros filho. Até hoje fico sem novidade, graças a Divina Providencia.

A 5 de Abril do anno p. passado segui desta cidade para o rio do Purus, que fica para as partes da Bolívia, e muito no interior da Provencia(sic) em que estou, levando commigo 8 contos de réis em fazendas: no dia 7 de Setembro do mesmo anno saltei no Itapá adonde descarreguei o meu Barco, conduzindo para aquelle lugar 40 famílias para ali tirarmos os gêneros seguintes: seringa, salsa, óleo de capahiba, manteiga e outros muitos gêneros; em fins de Outubro do citado anno fiquei sem ter farinha, e até Maio, deste anno não a pude mais obter, e por essa causa me ficarão 13 contos de réis fiados, trazendo gêneros para apenas oito contos, e por este motivo torno agora para o dito logar(sic) a ver se cobro o meu dinheiro; levo apenas 4 contos de réis em generos de primeira necessidade; vou me empregar com todos os meus devedores na seringa por estar por 25\$000.

Não sei attribuir qual é a razão de não ter sido mais feliz do anno passado pra cá; rogue a Deus por mim, peça aos santos para que me ajudem em cobrar todo o nosso dinheiro e que elles mesmos me farão voltar ao seio dos meus parentes, pois já estou velho e já não posso andar só no mundo. Tenha todo cuidado com a nossa filha que pretendo breve ir caza-la, e é com um moço do Maranhão.

Adeus: acceite o amoroso coração rateado com mil abraços e boquinhos entre os meus a quem Deus os abençõe.

Do vosso primo e marido

João Gabriel de Carvalho e Mello

São 11 horas da noite e já não sei bem o que estou escrevendo, portanto leia quem souber.¹³³

Pode-se considerar a carta como uma espécie de relatório sobre as atividades de João Gabriel pelo mundo amazônico. A área do rio Purus na qual

¹³³ BULCÃO, Ibid, p. 32 - 33

ele se refere na missiva, o *Itapá*, situa-se nas proximidades da sua foz. Como se vê, João Gabriel estava fortemente envolvido com a exploração das drogas da floresta e com as teias da *aviação*. Transportava *fazendas*, mercadorias de toda ordem, para os locais de exploração, no fito de trocá-las por “seringa, salsa, óleo de capahiba, manteiga e outros muitos gêneros”, que eram, por sua vez, extraídos e enviados às casas de comércio (fornecedoras das *fazendas*) onde seriam negociados nas cidades ou exportados. É possível visualizar nesse exemplo alguns dos mecanismos de funcionamento do sistema de aviamento, onde estavam situados os interesses comerciais sobre o extrativismo, do qual João Gabriel era um dos agentes, em suas idas e vindas entre Manáos e o Purus.

Percebe-se, mais uma vez, que havia premência por mão de obra, tanto que o cearense não deixa de situar a presença de 40 famílias que seriam encaminhadas ao Itapá, destinadas à devassa das matas naquela área. Soares Bulcão, que também comentou a carta do cearense, sugere que esse grupo de famílias era conformado por maranhenses e cearenses, que estavam no Maranhão, emigrados desde o ano de 1845, ocasião de forte estiagem. O autor não dá maiores informações sobre a sua dedução, talvez tendo relacionado simplesmente (e de maneira reducionista) a presença dos cearenses no Maranhão em decorrência do ano de seca. Contudo, mesmo não tendo outros indícios de como estas famílias teriam se deslocado até as terras maranhenses, pode-se questionar, pelo menos, como elas teriam entrado em contato com a possibilidade de migrar para o Amazonas. Como João Gabriel articulou-se com essas pessoas? Por quais vias estas famílias enxergaram a migração para o Purus como alternativa?

Como já foi discutido, havia na Província do Amazonas um grave problema relacionado à mão de obra, que paulatinamente via seus quadros sendo esvaziados, principalmente em decorrência da resistência dos povos indígenas, que vivenciavam uma luta diária contra os invasores. Esse cenário prejudicava de modo significativo os intentos comerciais que avançavam sobre a floresta, levando em conta a demanda crescente por produtos das matas, que no avançar do século XIX tiveram sua procura aumentada e seu preço elevado, como a borracha. Esse cenário deixava em alerta as casas comerciais, pois existia um déficit cada vez maior de pessoas direcionadas aos

trabalhos extrativos, a par de um aumento da procura das drogas, sendo necessário vislumbrar a possibilidade de buscar trabalhadores de outros locais, que poderiam substituir os braços indígenas faltosos na labuta. Portanto, agentes aviadores como João Gabriel desempenharam o papel de emissários dos mundos do trabalho da floresta, como indica o próprio cearense que arregimentara 40 famílias originárias do Maranhão.

Outra questão importante a enfrentar trata do estabelecimento da relação entre essas famílias e a possibilidade de migrar para a floresta. É bem provável que, assim como João Gabriel enviava notícias para seus familiares, outras pessoas também o fizessem para os mais diferentes locais, configurando uma rede de informações que circulava e dava forma às expectativas de muitos. Ainda no terreno das deduções, ao ler a segunda carta percebe-se a intenção do cearense de casar sua filha com um moço do Maranhão quando retornasse ao Ceará, deixando entrever que havia uma relação de proximidade ou pelo menos de confiança com o rapaz, e provavelmente algum conhecimento sobre a sua vida e trajetória. Logo, é provável que João Gabriel tenha tido algum tipo de contato com essas pessoas (incluindo seu possível genro) antes que as mesmas se destinassem ao Itapá, ocasião em que poderia ter divulgado notícias sobre o local de destino, que passaria a posicionar-se em seus campos de possibilidades.

Mesmo não podendo afirmar que o cearense teria pessoalmente ido ao Maranhão arregimentar as 40 famílias citadas na missiva, é sabido que este tipo de trabalho estava em pauta em suas atividades. Nesse caso, não se trata de dedução. Após longos anos longe de sua terra, João Gabriel retornou ao Ceará, mas especificamente para a serra de Uruburetama, em 1869, passando poucos meses na Província, e regressando novamente para o Purus juntamente com 53 pessoas.

Portanto, é interessante notar que João Gabriel não enviava notícias do mundo amazônico somente através de suas cartas, ele próprio foi um emissário que levou informações ao Ceará, inclusive, arregimentando trabalhadores para acompanhá-lo. O apelo de seu *exemplo* tinha base numa trama muito forte na sua província de origem, configurada na imagem do patrício fugido em descrédito que agora retornara rico, e ainda disposto a *ajudar* quem tivesse coragem de seguir semelhante destino. Seu itinerário pode

ser analisado a partir do editorial do jornal *Cearense*, que registrou a passagem de João Gabriel por Fortaleza.

Noticiário

Chegara no vapor Madeira de volta desta província o Sr. João G. de C. e Mello levando em sua companhia, afora a sua, mais 5 famílias em número de 53 pessoas afim de seguir para o Purus onde o Sr. Mello tem sua Barraca, para com estas pessoas crearem um povoado afim de desenvolverem e dar incremento necessário, pelo meio e actividade do homem, predcados estes que é muito reclamado¹³⁴.

Ao retornar ao Ceará, João Gabriel cumpria a promessa feita nas cartas enviadas à família. Regressava como um rico explorador, mensageiro dos interesses comerciais que grassavam pelo mundo amazônico. Além de rever os familiares, conseguira 53 pessoas, 5 famílias, que assim como as 40 citadas na carta enviada a esposa, seriam encaminhadas para o longínquo Purus, onde o jornal afirma ter o migrante sua barraca. Há o indicativo da criação de um povoado, que geralmente servia como base de apoio que facultava mais segurança as explorações nas matas, tendo em conta que, à época, os confrontos eram recorrentes, e a área do Purus conhecida pelas violentas contendas.

O empenho em encaminhar essas pessoas para o ofício extrativo não tinha ligação somente com a atividade econômica em si, pois, além disso, ao concentrar a população, esboçavam-se núcleos de povoamento. Essas pequenas localidades habitadas tinham serventia também na proteção das explorações ou mesmo na intimidação das práticas de violência (como ataques indígenas), que eram mais recorrentes em ambientes nos quais não havia adensamento de pessoas. Assim, é lícito conceber que o envolvimento de João Gabriel nesse processo, que engloba tantas questões, não se resumia a sua relação com o sistema de aviamento.

A época de sua incursão ao Ceará, João Gabriel já tinha sido encarregado como Subdelegado do rio Purus, reforçando ainda mais os laços entre suas atividades e os intentos oficiais. O cearense fora nomeado pela Chefia de Polícia da província Subdelegado em 1861, cargo que enfeixava obrigações do ponto de vista da segurança da área. A partir desse momento,

¹³⁴ BPMP, *Cearense*, 26 de Outubro de 1869, setor de microfilmagem, números 145 – 290, rolo 085.

como servidor do Estado, João Gabriel esteve oficialmente ligado ao processo de aprofundamento das explorações do rio, agora não só como informante das comissões provinciais e do Diretório dos Índios, mas responsável pelo encargo das armas. Desse modo, ao conduzir os 53 cearenses às margens do Purus em 1869 existia, por parte do patrício, preocupações com suas obrigações enquanto Subdelegado, entre as quais a mais importante era garantir as bases para que continuassem o avanço sobre as margens do rio.

A nomeação foi publicada no *Estrella do Amazonas*, numa das portarias da *parte oficial*, e poucos dias depois, no mesmo jornal, consta a divulgação de um ofício no qual o Chefe de polícia facultava ao Subdelegado do Purus “des armamentos completos”.

Governo da Provincia

Extrato do expediente do governo no mez de junho de 1861

- Dia 7 –

(...)

Portarias, nomeando João Gabriel de Carvalho e Mello subdelegado do rio Purús. De igual teor nomeando Joaquim Bruno de Souza, João d’Almeida Pincanço, e Luiz José Cardeal para os logares vagos de 1.º, 2.º e 4.º suplentes do dito delegado. Communicou-se, em resposta, ao chefe da polícia.¹³⁵

Continuação do dia 12

Officios, Ao alferes encarregado do armazém de artigos bellicos, determinado em vista de requisição do chefe de polícia, que faça entregar des armamentos completos ao subdelegado de polícia do Purús, João Gabriel de Carvalho e Mello para as diligencias do serviço publico daquelle districto.¹³⁶

Até o momento da escrita deste trabalho, não foram encontrados indícios sobre a participação do cearense em algum episódio que houvesse recurso às armas. Entretanto, o fato de alentar essa possibilidade não seria inócua, levando em conta o grande alarde sobre cenas de conflitos do Purus na época, que seguramente não cessaram com a nomeação de João Gabriel como Subdelegado. O cenário de confronto estava posto pela conformação de uma situação de fronteira, e ao passo que chegavam migrantes das mais variadas localidades, incluindo os cearenses de 1869, esse quadro se

¹³⁵ IGHA, setor de periódicos e microfilmes, *Estrella do Amazonas*, 10 de julho de 1861. (sem número de rolo)

¹³⁶ IGHA, setor de periódicos e microfilmes, *Estrella do Amazonas*, 27 de julho de 1861. (sem número de rolo)

agravava, contando que, certamente, muitos desses sujeitos eram engajados nas frentes de expansão, participando das lutas em torno do domínio das terras e populações, objetivando garantir o avanço exploratório.

Pode-se considerar, portanto, que João Gabriel era funcionário da província e um explorador encarregado de uma área fronteira, o que aumenta de maneira significativa a complexidade de suas atividades no território amazônico, pois, ao mesmo tempo, agira como membro do sistema de aviação, atuara como Subdelegado, e na junção dessas duas funções, fora um emissário do mundo amazônico em outras terras. O trabalho de arregimentar pessoas para o Purus unia e auxiliava todas as suas atividades, pois de um lado, garantia a presença de trabalhadores, que atuavam na extração de matérias-primas, e ainda contava com esses mesmos sujeitos na linha de frente das guerras do avanço exploratório.

Esses esforços não passavam despercebidos pelo Estado. Tanto que, no Relatório do Presidente da Província do Amazonas João Wilkens de Mattos, do ano de 1870, João Gabriel fora parabenizado pelas suas ações, em ocasião de sua chegada à Manáos em 1869. Além de congratulá-lo, o Presidente afirma a disposição de auxiliar no transporte dos migrantes até o local de destino, indício da satisfação dos interesses da província em receber os trabalhadores vindos do Ceará.

Do Ceará, o cidadão João Gabriel de Carvalho e Melo trouxe uma colônia de 53 cearenses para o rio Purus. Chegou a este porto à bordo do Vapor Madeira, no dia 4 de Outubro de 1869. Sendo este bello esforço daquele cidadão, que procura alargar os horizontes da indústria extractiva em que se emprega ha tantos anos, prestei-lhe todos os auxílios para facilitar o transporte da colônia ao seu destino¹³⁷.

Mattos destaca a longevidade dos trabalhos do congratulado cidadão. Segundo consta nos registros até aqui levantados, pelo menos desde 1858 (ano alusivo ao transporte das 40 famílias vindas do Maranhão) João Gabriel esteve envolvido com encaminhamento de trabalhadores para o Amazonas. Interessante notar que os esforços para alargar as explorações estão, na fala do presidente, ligados aos empenhos em torno da arregimentação de pessoas,

¹³⁷ **Relatório do Presidente de Província do Amazonas João Wilkens de Mattos**, 25 de Março de 1870. Disponível em:<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/79/000032.html>> Acesso em: 11 abr. 2009.

atrelando diretamente a vinda de migrantes com o avanço do extrativismo. Mais uma vez, vê-se que as atividades do cearense eram interligadas, cuja lógica tinha relação direta com os interesses do Estado, que nessa época, ao contrário de épocas anteriores, estava também interessando-se nos dividendos do extrativismo.

Tudo levar a crer, portanto, que o seu retorno ao Ceará estava imbricado nessas circunstâncias. Além de rever os parentes, contar as novas de tantos anos de aventuras pelos rios e matas, João Gabriel aproveitava para cumprir seus deveres como integrante dos negócios da *aviação* e da província, que se coadunavam.

Diante dessa sintonia entre interesses, pôde-se entrever em algumas fontes com bastante clareza que esse tipo de trabalho era enaltecido. Tanto que, acompanhado dos 53 cearenses de Uruburetama, João Gabriel por diversas vezes aparece no editorial do *Correio de Manáos* de 1869, que em muitas de suas edições dedicou atenção especial a chegada do grupo de cearenses, sempre apresentados num tom elogioso, pedindo, inclusive, que o governo rendesse homenagens ao líder da expedição.

O Sr. João Gabriel não cessou de convidar seus patrícios para emigrarem para cá, e não foi com pouco sacrifício e despesas que transportou para aqui essas novas famílias.

O Sr. João Gabriel é digno de uma recompensa do Governo Imperial pela dedicação a causa do engrandecimento e progresso do Amazonas; chamamos atenção ao presidente da província para esse acto de grande alcance que ficará registrado nos annaes da historia d'esse povo.¹³⁸

Eram ressaltadas as dificuldades enfrentadas e as grandes despesas com a travessia, que teriam pesado sobre os ombros do agente, apresentado como um esforçado defensor dos interesses da província. Todas essas honrarias eram fruto das expectativas em torno das atividades que os migrantes encaminhados ao Purus poderiam empreender, vistos como espécies de multiplicadores que corresponderiam positivamente os anseios do Estado. Se todos os membros daquelas 5 famílias levassem adiante os intentos sonhados pela Estado, de seguir para o Purus e iniciar um processo sistemático de exploração das riquezas daquela área, estariam levando a

¹³⁸ Universidade Federal do Amazonas – UFAM Laboratório de História da Imprensa do Amazonas – LHIA, *Correio de Manáos*, 08 de outubro de 1869, n.10, p.03. rolo : jornais diversos 1867-1898

frente um projeto que a muito tempo (pelo menos desde a criação da Província do Amazonas - 1852) estava em pauta nas discussões políticas.

Contudo, tais projetos oficiais não saíram como o planejado, tendo em vista a pluralidade de intenções envolvidas na trama migratória (considerando os sujeitos que empreenderam a travessia), que decidiram trilhar outros caminhos. Estas pessoas, para desapontamento geral dos entusiastas das migrações, não se comportaram conforme a receita “pré-estabelecida” pelo Estado e interesses econômicos gerais, fugindo do “modelo” previamente pensado.

Ao chegarem a Manáos, houve por parte de alguns a recusa de continuar subindo a bacia amazônica em busca da localidade de Tauariá, onde iriam se estabelecer. Provavelmente, as notícias que circulavam na cidade sobre o local de seus destinos não eram das mais benfazejas, tendo em vista a gravidade das tensões vivenciadas na área. Fora isso, certamente havia por parte dos migrantes a leitura de outros possíveis caminhos, como possibilidades de trabalho e negócios na própria cidade de Manáos, levando-os a *desertarem* da expedição. Ao analisar essa ocasião podem ser observadas *escolhas* diante da situação vivenciada, onde os migrantes afirmavam seus desejos, inclusive contrariando aqueles que tinham lhes trazido até o Amazonas. Cumpre notar que tal *descaminho* foi veementemente condenado, não passando despercebido pela imprensa. O *Correio de Manáos* condeou-se ante os prejuízos causados pelo posicionamento dos que não seguiram adiante, e foi nesse cenário que o periódico abriu espaço para a publicação de uma carta de João Gabriel que reclamava da “ingratidão” de seus patrícios no referido episódio.

Ao publico

O Sr. João Gabriel de Carvalho e Mello e a emigração cearense

Quem conhecer das dificuldades com que se luta, na aquisição dos meios de transporte para esta provincia, far-me-há justiça e me dará razão do pensar que me assiste pela ingratidão que alguns patrícios meos me acabão de fazer.

Tendo eu ganho alguma fortuna no interior d’esta provincia e tendo de cumprir um dever e ao mesmo tempo uma promessa, procurando minha família de quem o capricho da sorte me havia apartado por mais de 22 anos, regressei a minha provincia natal, o Ceará, donde unindo-me a minha família chamei, a troco de sacrificios e trabalhos, alguns patrícios e parentes, para que partilhassem comigo dos lucros

que podessemos auferir do nosso trabalho na extracção dos gêneros naturaes d'esta ubérrima terra; eis porém que dia depois de nossa chegada a esta capital, alguns d'elles, sem, motivo algum justificado abandonão-me quase no fim de nossa jornada, dando-me como justa recompensa a satisfação de suas passagens, *esquecendo-se do amor de Pai que lhes havia consagrado* e dos trabalhos que lhes havia dispensado.

Pouco importa que os ingratos Srs. José Trajano de Freitas, Sabino Lopes da Paixão, José Luis da Silva, Antonio Joaquim Thiago de Mello, Francisco Xavier da Silva e Antonio Alves da Rocha Lima preferissem a companhia d'outrem a minha, quando só me animava no ato benemérito que lhes havia prestado, proporcionando-lhes meios de adquirir fortuna, e ter o prazer, e orgulho mesmo, de formar no Purus uma povoação de Cearenses, adquirindo para minha província essa gloria em relação ao Amazonas.

Trasendo-os em paz, embora ingratos, lhes desejo toda a felicidade, com o que tenho alcançado o meu *desideratum*.

Sirva esta para firmar ainda uma vez o axioma – *o dia do benefício é a véspera da ingratidão*.

Manáos, 10 de outubro de 1869

João Gabriel de Carvalho e Mello¹³⁹

O sentimento de ingratidão é esboçado através de um viés paternalista, onde João Gabriel se posiciona como um pai traído pelos filhos, que teriam buscado outros caminhos. Como meio de enfatizar a legitimidade de seus reclamos, o agente fala sobre sua trajetória como migrante, descrevendo sua saída do Ceará e abandono de sua família como um “capricho da sorte”, e os anos de trabalho no Amazonas, que a “troco de sacrifícios” teriam lhe rendido sua fortuna. O retorno a terra natal é apresentado na missiva como o cumprimento de uma promessa, que nesse momento não tinha somente relação com sua redenção diante da família, pois também estava ligado aos interesses na arregimentação de trabalhadores para o Amazonas. Seu empenho em conseguir mão de obra é posto no mesmo nível de sua dedicação como *benemérito* de seu povo, que deveria ser grato aos seus esforços. Em outras palavras, para João Gabriel os migrantes advindos do Ceará em sua companhia teriam de corresponder às suas expectativas e também aos largos investimentos financeiros da empreitada, condição que não foi acatada por todos.

Ao listar os nomes dos envolvidos no ato de “desobediência”, pode ser visualizada a intenção de apresentar a cidade os migrantes que não eram

¹³⁹ UFAM - LHIA, Correio de Manáos, 11 de outubro de 1869, n. 11, p. 03. rolo : jornais diversos 1867-1898

dignos de fé, pois ao serem acusados de ingratidão no periódico, tendo ainda como agravante a notoriedade das palavras de João Gabriel na sociedade amazonense, estavam sendo alvo de um argumento que os desprestigiava. Provavelmente, quem conhecesse o agente e suas *paternais* intenções, tendo lido a mensagem publicada no *Correio de Manáos*, se precaveria diante de possíveis pedidos de guarida ou trabalho daqueles homens que debandaram de tão importante incursão, e que, afinal, poderiam fazer o mesmo com outras pessoas, causando ainda mais prejuízos. Com isso, mesmo afirmando desejar a felicidade dos seus “ingratos” patrícios, João Gabriel não deixa de asseverar que em relação àqueles homens sempre seria preciso lembrar que “*o dia do benefício seria a véspera da ingratidão*”. É possível inferir que, após a debandada, os caminhos dos migrantes desertores não devem ter sido dos mais fáceis, tendo em conta a sua desqualificação perante a sociedade manauara.

Considera-se que essa postura que associa a negação do seguimento da viagem com um sentimento de traição ou ingratidão, pode esconder a perspectiva coercitiva que estava posta nesse cenário migratório. Isto, tendo em vista que os trabalhadores em questão se encontravam endividados, após certamente terem suas passagens e despesas pagas pelo agente até aquele ponto travessia. O posicionamento de João Gabriel, ao expor seus reclames no jornal, era a do homem que não queria *perder* seu investimento, deixando entrever que provavelmente impelira sistematicamente o grupo a continuar o caminho até as terras do Purus, onde conseguiria recursos que garantiriam seus lucros. Apesar de não conhecer ao certo os formatos desse tipo de relação, questionando quais foram os métodos empregados para tentar assegurar a chegada de todos ao destino, sabe-se, ao menos, que tal tarefa não fora realizada com sucesso. Os migrantes, ao entrarem em contato com o mundo amazônico, foram fazendo suas próprias leituras sobre as possibilidades ou os estranhamentos, talvez bem distantes das propagandeadas no Ceará, e desse modo, entrando em desacordo com o projeto que os levara até ali, tomaram a decisão de abandonar o grupo.

Essa é uma mostra da complexidade das situações que envolviam a tessitura do fluxo migratório, cujo conjunto de intenções nem sempre entravam em sintonia, apresentando características destoantes, e por vezes, como no

caso acima mencionado, conflituosas. Pode-se conceber com mais nitidez a pluralidade de interesses encarnados no referido processo histórico, de modo a entrever não somente o lado de João Gabriel, mas também dos migrantes que o acompanharam, que nem sempre compartilhavam dos mesmos objetivos. Portanto, na conformação das referidas travessias e em seus desdobramentos não estavam em jogo apenas as ações do agente do sistema de aviamento ou as atividades empreendidas pelo Estado, mas também as intervenções dos próprios migrantes no processo. Apesar de acompanharem o agente, tendo certamente firmado acordos de cooperação e de trabalho nas distantes terras do Purus, alguns dos homens no meio do caminho mudaram de ideia, visualizando diferentes possibilidades.

Outro aspecto digno de nota diz respeito ao posicionamento plural dos migrantes em seus anseios ante a travessia rumo ao Amazonas, que nem sempre eram apenas vinculados a busca de dividendos e fortuna, almejando seguir o exemplo propagado na figura de João Gabriel. Isto pode ser analisado através de uma carta também publicada no *Correio de Manáos*, escrita por Benedicto Gil Ferreira d'Oliveira, um dos membros da celebrada incursão vinda do Ceará, que, ao invés de apresentar seus planos de devassa do território, seus anseios de acumulação financeira, comunicava em sua mensagem o desejo de rever o pai, emigrado em 1847.

A pedido

A suplica d'um filho

Eu abaixo assignado, tendo vindo a esta capital em companhia do meu parente João Gabriel de Carvalho e Mello e desejando saber noticia de meu pai Luiz José D'oliveira venho por este pedir a aquellas pessoas, a quem este meu pequeno pedido chegar e que o conhecer, se digne dar noticias da minha chegada a esta provincia.

Ausentando-se meu pae em 1847, do Ceará da povoação de Almofala, retirou-se para o Pará e Amazonas, *a procura de melhor arranjo* e algum tempo depois escreveo por intermédio de José Joaquim dos Santos, declarando se achar no Bacuri panaã no Amazonas e chamando a sua mulher para o lugar de sua residencia.

A família, porém, não permitio annuir aos seus desejos e minha pobre mãe carregada com os filhos menores que deixou meu pai, vio-se na impossibilidade de seguir ao seu chamado a cuja recusa protestou elle não nos escrever mais.

Hoje porém que me acho aqui, sem saber onde ele existe, desejo citada a sua benção e dar noticias de nossa família.

Manáos, 14 de outubro de 1869

Vê-se que as enormes distâncias não impediram a comunicação entre o pai de Benedicto e a família, que chegara a receber uma carta onde havia o convite para rumarem em direção ao Amazonas, para a localidade de Bacuri Panãa. Contudo, sem a concordância dos parentes da esposa, esta foi impedida de seguir o caminho do marido, que continuou residindo nas terras amazônicas, sem, desde então, mais enviar notícias. A ausência das mensagens e os vários anos de separação não foram o suficiente para desencorajar Benedicto, que seguindo ao Amazonas em companhia de seu parente João Gabriel, ao chegar a cidade de Manáos, fez o pedido ao jornal, que publicou sua mensagem como “A suplica d’um filho”, de modo a contribuir com o presumível reencontro.

Possivelmente, à semelhança do pai, Benedicto também migrara em busca de um *melhor arranjo*, baseado na figura do parente que o agenciara, que estabelecia-se nesse momento como um *exemplo*. Porém, esse não era o único motivo que impelira seu deslocamento, pois tinha entre seus objetivos conseguir notícias do pai, revê-lo, ou simplesmente saber algum detalhe dos caminhos de seu progenitor naquelas terras, para que fosse possível comunicar à família que havia ficado no Ceará sobre sua sorte ou azar.

Observando a partir de um plano mais geral, variando a escala de análise, acredita-se que o caso de Benedicto não deveria ser isolado. É bem provável que muitas missivas circulassem, e que outras pessoas buscassem parentes (tendo em conta o lastro do fluxo observado), de modo a constituir uma *rede de comunicações*, onde não estavam somente notícias relacionadas a aspectos familiares, mas também informações sobre as alternativas de sobrevivência e melhoria encontradas no território amazônico. Tem-se, além disso, uma ideia da ancestralidade das travessias entre Ceará e Amazonas (tendo o pai de Benedicto emigrado em 1847), e dos variados aspectos que constituíam sua conformação, que não tiveram como veículo somente ações empreendidas em nível estrutural, mas também na alçada das pessoas comuns, que se deslocavam, trocando e divulgavam informações sobre suas vivências. Portanto, é importante salientar que as experiências dos migrantes envolvidos

¹⁴⁰ UFAM - LHIA, Correio de Manáos. 26 de outubro de 1869. rolo : jornais diversos 1867-1898.

nas movimentações entre o Ceará e o território amazônico também ajudam a entender importantes dimensões das travessias.

Não é possível perder de vista esses indícios, que complicam o processo migratório de cearenses pelo Brasil no século XIX. Para chegar a tais arrazoados foi preciso refletir sobre uma *trajetória* e seus desdobramentos, o que forçou um exercício de redução da escala de observação, ou melhor, uma variação no ângulo de análise das fontes. Outros fatores entraram no jogo, alentando também novos problemas.

Os deslocamentos de migrantes para a floresta e a sua comunicação com a família permitem entender, através da experiência migratória, uma *circularidade de informações*, que perpassava o mundo amazônico nos oitocentos. Isto, não necessariamente na perspectivas de inter-relação entre os universos letrados e iletrados¹⁴¹, e sim no deslocamento de ideias, na circulação de notícias, de um conjunto de significados amazônicos, transmitidos ao restante do Império, em especial à Província do Ceará. Considera-se que as missivas destinadas ao Ceará levavam consigo uma série de acepções, que eram interpretadas através da leitura por pessoas que nunca tinham se deslocado para as lonjuras amazônicas. Os vapores, o comércio, as mercadorias, os mistérios, a saudade, os medos, as doenças, eram levadas até o Ceará resguardadas nas palavras dos patrícios.

Pode-se perceber que o deslocamento dessas notícias sobre a floresta tinha ligações com experiências de vida comuns, estas muitas vezes distantes dos exemplos relacionados aos relatos de pessoas de renome, como os celebrados viajantes estrangeiros em suas missões oficiais, que divulgavam suas pesquisas pelo mundo. O que importa frisar é que tanto um como os outros foram responsáveis pela atribuição de valores e significados às terras amazônicas.

No caso de João Gabriel compreende-se que seus testemunhos tiveram como destino a família, conterrâneos que há tempos estavam sem notícias do parente desaparecido, pessoas comuns que eram informadas sobre a vida na floresta. Portanto, é possível entrever que para além dos relatos oficiais, palavras de cientistas e viajantes, cujas obras foram publicadas e largamente

¹⁴¹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

discutidas, havia outras dimensões que foram conformando e divulgando uma ideia de Amazônia. Tudo leva a crer que um caminho alternativo para entender esses canais de informações tenha base simplesmente no ir e vir das pessoas, que por uma infinidade de motivos diversos ocasionalmente circulavam pelos portos da floresta, e nessas oportunidades, por meio de mensagens, cartas, recados, enviavam a outras paragens referências, que eram reelaboradas e passavam a constituir representações amazônicas.

Certamente, esse foi um dos vetores que viabilizou as possibilidades de migração para a floresta, que no decorrer do século XIX foi estabelecendo-se como área atrativa. Fatores delineados em nível político e econômico, como a criação da Província do Amazonas, a abertura da navegação da bacia, a premência por mão de obra, estão entranhados e interligados nessa perspectiva. Dessa maneira, aqui é esboçada a noção de *simultaneidade* dos acontecimentos, espécies de inter-relacionamentos entre as diversas dimensões sociais, que evidenciam suas conexões e influências recíprocas, com atenção as ações dos sujeitos na história, situando suas escolhas e trajetórias diante do processo.

É possível afirmar que as notícias sobre os ritmos da vida na floresta ajudavam a atribuir sentido aos deslocamentos rumo as Províncias do Pará e Amazonas, ao passo que entravam em contato com as expectativas dos possíveis migrantes. Sabe-se que João Gabriel foi um dos componentes dessa rede de informações, não só por conta de sua correspondência com a família, mas também porque ele próprio conseguira retornar ao Ceará em duas oportunidades (1869 e 1877), levando consigo parte dos familiares e também trabalhadores para labutar em seus domínios pelas matas. De fugitivo a rico explorador, configurou-se num *exemplo* para muitos.

2.3 As tintas do *Paroara*

Em 1852 registrou-se a primeira localização no Purus: Manoel Nicolau de Melo, pernambucano, situou-se no lago Aiapuí, abrindo caminho aos outros. Em 1857 o imigrante cearense João Gabriel de Carvalho e Melo, com quarenta famílias do Maranhão e do Ceará, estas tangidas para àquela Província pela seca de 1845, estabeleceu-se na foz do Purus, no Itapá, de onde se deslocou, em 1862, para o Berurí, e para o Tauariá,

entre o igarapé Mapixi e a ilha Purupuru-Carneira, onde iniciou o cultivo da salsa. (...) Em 1869, outubro, chegava a leva de 45 cearenses de Uruburetama, que João Gabriel de Carvalho e Melo trouxera, indo estabelecê-los no Tauariá. Em 1870, era a vez do maranhense Rocha Thury, que fundara, no Solimões, o povoado de Codajás, e vinha agora com algumas centenas de maranhenses e paraenses do Baixo Amazonas.¹⁴²

Arthur Reis¹⁴³, em sua obra *O seringal e o seringueiro*, aponta uma série de deslocamentos de migrantes no século XIX para o território amazônico. Além de João Gabriel, outros homens são identificados pelo autor como partícipes do processo, como agenciadores, que encaminhavam pessoas para a floresta, mais especificamente para localidades situadas às margens dos altos rios da bacia. Infelizmente, não há referências na obra sobre caminhos de pesquisa, indicações de fontes, ou qualquer coisa do gênero.

É possível afirmar que o território amazônico, no entender dos dirigentes provinciais, demandava trabalhadores, que serviriam como espécies de colonos destinados às áreas de fronteira. Não foram poucos os que se ocuparam da arregimentação de pessoas para a floresta, e também não eram exíguos os interesses em torno da atividade. O sistema de aviação e os governos provinciais amazônicos, que muitas vezes divergiam¹⁴⁴, conjugavam seus arrazoados nesse caso. A par desses interesses estava em funcionamento o projeto de assentamento da bacia amazônica pelas embarcações a vapor, que passaram a singrar seus rios, indo cada vez mais longe, tornando mais rápido e eficiente o deslocamento pela imensa floresta.

No *acontecimento* desses campos de possibilidades, imbuídos em ações voltadas ao transporte de pessoas de outras províncias para o território amazônico, muitos homens colocaram em circulação informações sobre a floresta e seus mundos do trabalho. Foi sendo processada uma estruturação de redes de comunicação, onde certamente pesavam mais os significados que traduziam o território amazônico como atrativo, tendo em vista as expectativas dos possíveis migrantes procurados pelos agentes.

¹⁴² REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. p.32

¹⁴³ Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de várias outras instituições nacionais e internacionais de pesquisa em história. Produziu vasta obra principalmente tratando de assuntos relacionados à historiografia amazônica.

¹⁴⁴ Ver capítulo I

Ao abordar o retorno de João Gabriel à Província do Ceará em 1869, longos anos após sua fuga, é possível questionar suas feições como agenciador. As tintas do *Paroara* foram esboçadas diante dos conterrâneos das proximidades da serra de Uruburetama, encaminhados para o longínquo rio Purus, onde o patrício tinha seus negócios e estava envolvido com o sistema de aviamento. Resta analisar esse contato, entre o mundo amazônico e o Ceará, através da incursão de João Gabriel.

Existia um lastro para os deslocamentos, uma trama de intermediações entre o território amazônico e o Ceará, que estava ligado a interesses que iam além dos político-econômicos (se é que existe algum processo histórico estritamente político-econômico), já que, simultaneamente, tinham suas dimensões e valores atravessados por questões relacionadas ao âmbito das redes de sociabilidade, caras ao entendimento do processo migratório. É importante entender como foi o *constituir-se* das *escolhas* dos migrantes, como foram articulados os caminhos que os levaram até o Amazonas.

Uma questão a ser levada em conta trata das representações transportadas e reelaboradas no âmbito dos deslocamentos, interrogando sua relevância ante os que apreendiam sua mensagem. A figura do *Paroara*, ricamente descrita na obra de Rodolpho Theóphilo, era um dos vetores de disseminação desse tipo de informação, apresentando aos seus conterrâneos um mundo farto resguardado na distante e rica floresta. Esse quadro tem sido base para discussões sobre a conformação das representações do *Eldorado*, que tinha seu contrário no *Inferno Verde*, espécies de antípodas alusivos igualmente ao território amazônico.

Esses significados, largamente discutidos por autores como Euclides da Cunha e Alberto Rangel, não tiveram sua constituição e disseminação somente através do olhar letrado do final do século XIX e início do século XX, pois sua base é anterior, na qual estavam presentes (entre outros fatores) as expectativas dos que se dirigiam para o Amazonas, em busca de sonhos de melhoria de vida, em consonância com as experiências dos que chegavam à floresta, que vivenciavam o cotidiano de trabalho nas matas. Essa afirmação indica que o movimento de pessoas estava posto como um dos meios que viabilizaram a composição de uma ideia de *Amazônia*, que nessa dimensão (a

das experiências cotidianas) aparece como plural e diversa, distinguindo-se da visão dos autores clássicos, que tendiam a homogeneizá-la.

Tentar localizar com exatidão essas representações da floresta no tempo, tentando fixar o momento de sua gênese, seria uma aventura improfícua e ingênua, mas é possível deduzir que dentro do processo de afirmação dessas imagens estavam presentes as experiências de migrantes que viveram a travessia no século XIX, como os saídos da Província do Ceará. O trabalho de João Gabriel estava contido dentro desse movimento, que deve ser entendido em sua amplitude, posto que os Paroaras não eram os únicos responsáveis pelo processo migratório, que tinha uma infinidade de outros fatores. Contudo, o que interessa aqui é estudar a trajetória da relação entre João Gabriel e os seus seguidores, de maneira a somar e contribuir para o entendimento dos deslocamentos entre o Ceará e o Amazonas no século XIX.

Como foi afirmado anteriormente, foram encontrados registros sobre o primeiro retorno do migrante para a terra natal no ano de 1869, quando foram encaminhadas 53 pessoas de Uruburetama para o rio Purus. Afora essas fontes, não foram localizados outros indícios sobre a chegada do cearense e seu inter-relacionamento com os patrícios. Contudo, existe um testemunho de grandiosa valia que remete diretamente a situação da passagem de João Gabriel pelo Ceará, essas informações foram organizadas por Mário Diogo de Melo¹⁴⁵, sobrinho neto do migrante, que publicou um livro sobre o assunto, intitulado *Do sertão cearense às barrancas do Acre*¹⁴⁶

A obra está atualmente na sua quinta edição, tendo sido publicada inicialmente na década de 1970. Mário Diogo de Melo tem 98 anos e vive na cidade de Boca do Acre, local habitado por muitos outros parentes do migrante, na confluência dos rios Acre e Purus. Seu livro remete as memórias dos familiares mais velhos, indicadas como fonte pelo próprio autor, que foi também entrevistado¹⁴⁷ nos percursos da presente pesquisa.

¹⁴⁵ Filho de Vicente Diogo de Mello e neto de Diogo José de Carvalho e Mello (irmão de João Gabriel) nasceu às margens do rio Purus em 15 de março de 1913, em terras pertencentes ao seringal Xapuri, distante três quilômetros da cidade de Boca do Acre.¹⁴⁵ Como a maioria dos membros da parentela cresceu ouvindo as histórias contadas pelos mais velhos sobre o patriarca, ou ainda, o pioneiro da família nas terras amazônicas, João Gabriel.

¹⁴⁶ MELO, Mário Diogo de. **Do sertão cearense às barrancas do Acre**. Rio Branco: Editora Preview Ltda, 2008.

¹⁴⁷ A entrevista está transcrita, e consta como anexo da dissertação.

Mário Diogo afirmara que quando criança presenciou a passagem de Napoleão Ribeiro por sua casa, quando o autor percorrera a calha do Purus pesquisando para escrever *O Acre e seus Heróis*, conversando com os membros mais velhos da família em busca de informações sobre a trajetória do cearense. E parecido com Napoleão Ribeiro dos anos 1930, Mário Diogo organizou seu texto sobre o tio-avô em pequenos capítulos, onde cada um representa uma passagem da vida de João Gabriel, destacando-se três eixos maiores: fuga do Ceará - chegada no mundo amazônico - retorno ao Ceará. Outro ponto importante a salientar sobre a obra diz respeito ao sentido da sua narrativa, que comunga também com Ribeiro, apresentada sem conflitos, pintando João Gabriel como herói desbravador, conciliador e interessado grandemente em ajudar seus *irmãos*. A diferença é que Mário Diogo apresenta novas referências da passagem de seu tio-avô pelo Ceará, narrando num tom de epopeia as andanças de João Gabriel em seu primeiro retorno à terra natal.

Segundo sua trama, após os longos anos de trabalho pelos rios e matas amazônicas o cearense teria conseguido um grande saldo, acumulado muitos dividendos com a casa comercial que o financiava, a firma do Visconde de Santo Elias (portanto, é perceptível que Mário Diogo não se desvia do mote utilizado pelos autores clássicos que tratam do tema). Em Belém, após regressar do Purus para acertar as contas com a empresa aviadora, teve conhecimento da fortuna acumulada, e ainda, recebera com surpresa o título de *Comendador* facultado ao migrante por intermédio de Elias José Nunes da Silva, gerente da casa comercial, que havia solicitado a comenda como resposta aos esforços de seu freguês na exploração de distantes e perigosos rios.

Apesar de toda essa consideração devotada aos seus esforços, traduzida no recebimento do título, segundo Mário Diogo, o que mais inquietava João Gabriel em seu regresso ao Ceará era o reencontro com os parentes, principalmente com o fazendeiro que lhe havia negado o empréstimo para a compra da rês no passado. Na narrativa, o proprietário da fazenda é João Paz, padrinho e sogro do migrante, que era um rico criador de gado. Nesse sentido, diante da iminência de chegada nas proximidades da serra de Uruburetama, ao desembarcar em Fortaleza, João Gabriel teria procurado imediatamente informações sobre as condições do sertão e sobre seu

padrinho, e após algumas conversas fica sabendo da ruína de João Paz, que havia perdido grande parte de sua fortuna, e agora vivia do auxílio dos familiares. Ao saber do fatídico destino do fazendeiro, antes de encaminhar-se para seu sítio no interior, o migrante teria escrito uma carta a João Paz anunciando sua chegada, e oferecendo um conto de réis em dinheiro, guardado numa mala, encaminhada juntamente com a missiva.

Meu caro padrinho, essa mala e o que nela contém lhe ofereço com profundo respeito e dedicação.

Não pense que pretendo com isso humilhá-lo ou diminuir sua dignidade com essa pequena oferta, pois, creia-me, nunca me passou pela mente essa idéia. Devo ao senhor, em parte, por sua rigidez, alguns êxitos alcançados nas lutas que sustentei durante esses anos, mas também não posso recompensar-lhe o estímulo que em mim por sua pessoa despertado, com o que estou lhe enviando. No meu entender, estou, isto sim, apenas procurando lhe ajudar a sair de possíveis dificuldades. Comece de novo e sua fazenda ressurgirá mais próspera e feliz. Há 22 anos daqui saí e somente agora volto mais pelas lutas empreendidas durante este tempo, pedindo a Deus poder continuar lutando pelo bem comum até o fim da minha existência. Antes da volta ao Amazonas, irei visitá-lo.

Até breve.¹⁴⁸

Não foram encontrados indícios sobre a materialidade da carta, Mário Diogo não aponta a possibilidade de sua existência (nem no seu texto, nem na entrevista), o que leva a crer que o conteúdo da mensagem tenha sido articulado como um recurso narrativo, auxiliando na intenção do autor em pintar a personalidade do migrante como um herói sem rancor, disposto a ajudar seu parente João Paz. Os longos anos de estada no território amazônico e a riqueza alcançada teriam sublimado os sentimentos de revolta e de ingratidão que o teriam guiado para longe de sua província natal. Sua preocupação principal estava em reencontrar a família e ajudar os mais necessitados, inclusive seu algoz do passado, apresentando aos conterrâneos sua grande riqueza e generosidade.

As analisar esses detalhes, considera-se que Mário Diogo toma ares de narrador de uma odisseia, ocasião em que João Gabriel é pincelado com as tintas de um Ulisses em sua longa viagem, recheada de audácia e pertinácia, que assim como o herói de Homero, tinha o objetivo de retornar um dia a terra natal. Dialogando com François Hartog pode-se afirmar que “excedendo o

¹⁴⁸MELO, Ibid, p. 55-56.

instante, a viagem estende-se para o futuro que permite ao viajante contemplar-se, memorizar o que há para se ver e saborear o prazer de se ver”¹⁴⁹. Percebe-se que Mário Diogo, assim como outros membros da parentela que cultivam a memória de João Gabriel em Boca do Acre, vê-se como representante da obra do pioneiro da família naquelas terras.

É conhecido na cidade de Boca do Acre o episódio (reproduzida também nas narrativas de Mário Diogo), do reencontro de João Gabriel com sua esposa, Mariana, que havia ficado no Ceará, carregando o pesado encargo de criar os filhos do casal sem o auxílio do companheiro. Conta-se que em seu primeiro retorno ao Ceará o migrante pensava em fazer uma surpresa para a esposa, presenteando-a com um cordão de ouro tão grande que poderia servir de laço, dando várias voltas em torno dela.

O cordão pode ser caracterizado como signo da redenção, como símbolo de sua volta triunfal, como um homem rico, que havia migrado como um fugitivo de uma vida de dificuldades, mas que retornara próspero economicamente, como *exemplo*. Dessa maneira, não são feitas alusões a possíveis reclamações da esposa, ou desentendimentos em virtude dos longos anos de solidão e abandono, como se tudo fosse resolvido na base do “laço do cordão de ouro”. Ao contrário, tudo era motivo para festejar, afinal havia retornado aquele que ia dar cabo da miséria, que após longos anos desaparecido e formado na escola das dificuldades da vida, retornara para garantir um presente e um futuro de fartura, pois o devir estaria garantido nas distantes terras amazônicas.

Tratando ainda do retorno de seu tio-avô, Mário Diogo chama atenção para o fato da filha de João Gabriel, Antônia, estar às vésperas de seu casamento, num momento em que ninguém mais esperava o retorno do migrante e que, em sua revelia a família, já estava fazendo os preparativos da cerimônia. Entretanto, Mariana, ao saber do retorno do marido e de sua riqueza, manda cancelar o casamento e os festejos, levando-se em conta que o pretendente era um moço pobre, filho de lavradores, e não seria um par adequado a filha de um homem de cabedais como o agora afamado João

¹⁴⁹ HARTOG, François. **Memória de Ulisses**: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Gabriel. Ao saber de tal postura, o pai da noiva toma as rédeas da situação, como o legítimo chefe da família, e desautoriza Mariana a cancelar o casamento em função da pobreza do noivo, numa atitude que o faz lembrar os períodos de dificuldades, e que ao mesmo tempo recorda aos outros tantos (familiares e convidados) que a pobreza não era sinônimo de vergonha, e que o pobre, como ele próprio, poderia vencer a miséria.

Essa combinação implica na elaboração da representação benemerita de João Gabriel, distante da malfazeja imagem do Paroara pintada por Rodolpho Theóphilo¹⁵⁰ no final do século XIX. Ao cruzar essas duas matrizes de significados sobre a figura do agenciador, vê-se como os pontos de vista articulavam-se diante das intenções e experiências construídas através de diferentes narrativas. Theóphilo, ao contrário de Mário Diogo, estava preocupado em denunciar os travosos destinos dos cearenses que eram encaminhados para a floresta, alertando sobre as falácias dos Paroaras, funcionários do sistema de aviamento, grandemente interessados em explorar as esperanças de melhoria dos conterrâneos. João Simão, que figura como personagem do agenciador em Theóphilo, bem diferente do João Gabriel da narrativa de Mário Diogo, não apresenta características positivas, sem nenhuma atenção a família, sendo pintado como interesseiro, mentiroso, cujo discurso prometia a redenção da miséria na farta floresta, falsamente esboçada como uma espécie de paraíso.

Seguindo ainda a trama de Theóphilo, ao chegar à terra natal João Simão rapidamente chama a atenção de todos pela sua riqueza (associada aos anos de trabalho rendoso pelo Amazonas), utilizada como ferramenta do *iludimento*, que paulatinamente ia convencendo outros a buscar igual destino. O objetivo do Paroara de Theóphilo fica bem claro, pois intentava conseguir trabalhadores para o ofício extrativo na floresta, interessado no lucro que essa tarefa lhe proporcionaria.

Essas referências são bem diferentes das tintas utilizadas pelo sobrinho-neto de João Gabriel, que afirma-o como um benfeitor, que ao retornar a terra natal não esquecerá dos amigos e parentes, tendo o fito de

¹⁵⁰ THEÓPHILO, Rodolpho. **O Paroara**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção social, 1974.

ajudá-los a melhorar de vida encaminhando-os para o Amazonas. Essa ideia pode ser ilustrada através da narração dos seus passos até chegar ao Ceará, quando no caminho até a localidade de seu sítio, nas proximidades da serra de Uruburetama, organizara um comboio que carregava provimentos para a viagem, e no primeiro dia de percurso pernovernou na casa de um antigo amigo, Manoel. Ao chegar à casa do sertanejo, este prontamente começou a perguntar sobre a origem do viajante, e João Gabriel começou a falar sobre as coisas do Amazonas, objetivamente referindo-se a sua tarefa no Ceará, que era conseguir trabalhadores dispostos a seguir rumo a floresta.

Bem, eu vim do Amazonas, onde trabalho, e vim para conseguir trabalhadores para levá-los para os serviços nos seringais, meu caro amigo. Um homem trabalhador, lá no seringais, ganha muito bom dinheiro, mas o sacrifício também é muito grande.¹⁵¹

Na trama do sobrinho-neto do migrante não existe lugar para problemas, onde o caráter de João Gabriel é apresentado como incorruptível, alheio a conflitos de qualquer ordem. Foi com essa indumentária, esboçada na narrativa de Mário Diogo, que o migrante retornara ao Ceará. Mesmo assim é possível afirmar que a leitura de *O Paroara* aproxima-se das narrativas de Mário Diogo de Melo, que, de maneira semelhante, destaca o momento de estiagem (a grande seca de 1877) como ponto de inflexão na trajetória dos migrantes cearenses rumo ao território amazônico. Para Mário Diogo, João Gabriel, aproveitando o momento da seca, teria comprado uma infinidade de terras, cujos valores haviam decrescido em função dos problemas acarretados pela estiagem. Isto ia ajudando a delinear sua fama *nababesca*, pois era incompreensível para a realidade local um sujeito gastar sua fortuna naquele momento, quando a maioria da população economizava, passando por maus bocados. Essas ações podem ser perfiladas ao lado das demais que incidiam no *exemplo*, onde um conjunto de expectativas era corporificado na pessoa de João Gabriel, que guardava o *segredo*, os traçados corretos da trilha para a redenção da pobreza.

Mesmo diante desse quadro, é lícito afirmar que na narrativa de Mário Diogo o trabalho de seu tio-avô como agenciador não é obliterado, sendo esboçado com clareza. Apesar de não questionar o processo da

¹⁵¹ MELO, Ibid, p.58

arregimentação, o autor não nega que o retorno de João Gabriel ao Ceará tinha objetivos muito bem delineados, compromissados com as necessidades da província do Amazonas, que tinha na questão da falta de braços um problema a ser enfrentado. Todavia, ao fazer alusão ao trabalho do tio-avô, Mário Diogo o perfila como benemérito, que estava disposto a auxiliar a família e os demais conhecidos a *vencer na vida*. É interessante problematizar a referida interpretação, posto que na construção do ideário sobre os Paroaras não foram esboçados somente elementos de ordem positiva, elogiosa ao trabalho desses agentes.

Na contrapartida das representações benfazejas, constam as referências sobre os Paroaras como algozes do seu povo, interesseiros dispostos a tapear seus conterrâneos (como poderia ter feito o próprio João Gabriel), alardeando falsas promessas de prosperidade no mundo amazônico. Similar ao exemplo do cearense de Uruburetama, os Paroaras eram tidos como homens que migravam pobres, em miséria, e retornavam exalando riqueza, vestidos com roupas caras, chapéus de sol, distribuindo sorrisos e dinheiro, apadrinhando recém-nascidos e promovendo festas e bebedeiras. A fama desses homens corria rapidamente pelos sertões, como afirma Theóphilo, como exemplo para quem estava disposto a migrar. Porém, todos os acenos de gentileza, todas as falas incentivadoras (dirigidas geralmente às audiências de homens embriagados), todas as festas promovidas, tinham objetivos que passavam longe de sentimentos de carinhos ou consideração pelos patrícios. A viagem dos Paroaras, por esse mote, tinha o fito de lucrar e explorar ao máximo o trabalho dos conterrâneos, encaminhando-os para os longínquos seringais. Após a chegada nos destinos não eram reproduzidas as mesmas cenas de alegria e afeição vividas no Ceará, nas ocasiões de *convencimento* dos migrantes.

Depois da longa viagem rumo a floresta o antigo amigo da terra, o conterrâneo caridoso, transformava-se num avaro patrão, e o migrante, por sua vez, antes feliz diante da possibilidade de uma vida farta pelo Amazonas, tornava-se um escravo de dívidas impagáveis, já chegando ao barracão extrativista com imensos débitos. Entrava em cena a face cruel e coercitiva do trabalho na floresta, que nem de longe pareciam com as doces palavras do Paroara ditas no Ceará. É possível falar sobre esse tipo de cenário tendo em

conta os relatos do *Caboclo Velho* (já discutidos em parte no primeiro capítulo deste trabalho), autor dos testemunhos publicados no jornal *Cearense* em 1873, que descrevia com riqueza de detalhes essa faceta indistinta apresentada pelos agentes do sistema de aviamento.

Então com ambas as mãos na calva dizia: Oh! meu Deus, como é que em tão poucos dias me acho forçadamente a dever 600\$000 reis, será possível que eu me possa libertar mais nunca?! No Ceará ninguém acreditar-ma-há, entretanto isso é a pura verdade, e esta é a história de todos os cearenses que para cá tem vindo. Depois atormentado pelas densas nuvens de piuns e carapanãs, que de dia e de noite me faziam desesperar em completa allucinação comecei a gritar: - malditos sejam os Joãos Gabriéis, Pinheiros, Duartes, Telles, Severianos, Nogueiras, e toda essa infame súcia de pérfidos cearenses que com as mais descaradas mentiras tem ido iludir seus incautos patrícios para aqui vil-os a mais cruel e miserável escravidão.¹⁵²

A condenação de João Gabriel é explícita nas palavras do Caboclo, ele é perfilado como um dos homens que enganavam seu povo com as mais “descaradas mentiras”, iludindo-os com falsas promessas. Ele é posicionado no mesmo rol dos outros agenciadores, como egoísta, interesseiro, mentiroso, envolvido com uma das facetas mais cruéis do regime de trabalho na floresta, que levava à ruína financeira e física larga parcela dos trabalhadores. Não é possível deixar de atentar as características da *aviação* esboçadas no relato do Caboclo Velho, que fala abertamente das dívidas contraídas pelos trabalhadores, que conformavam a base do funcionamento do sistema. Portanto, o ponto de vista do autor do relato elabora uma imagem do Paroara como mau caráter, mercador egoísta das esperanças dos migrantes.

Ao ler os testemunhos do *Caboclo Velho* contrapondo-o a narrativa de Mário Diogo de Melo, é possível enxergar possíveis e diferentes facetas de João Gabriel. Chama atenção a distância interpretativa dos dois, pois um eleva-o a condição benfeitor de seu povo, como um arrojado aventureiro, e o outro classifica-o como um sujeito malfazejo, mesquinho em seus propósitos, que enganara seus patrícios com promessas de riqueza. Tanto um, como outro, baseiam sua descrição na relação que o cearense teve com seus patrícios no retorno ao Ceará, sendo esta, portanto, o fio condutor das duas

¹⁵² BPMP, setor de microfilmagem, 2ª carta do “Caboclo Velho” ao redactor do *Cearense*, Hyutananhã, 28 de Junho de 1873. In: *Retirante*, Domingo, 12 de Agosto de 1877. Rolo n.036A, não contém numeração.

deduções. O relato do Caboclo Velho pode ser interpretado como produto da preocupação do periódico liberal com a saída indiscriminada de trabalhadores da Província do Ceará rumo ao Amazonas. Já Mário Diogo de Melo ateve-se a tarefa de celebrar a memória de sua família, narrando a trajetória de João Gabriel num tom de epopeia, uma aventura quase fantástica, cujo herói era o tio-avô que trouxera todos os parentes do autor para a área de Boca do Acre, onde muitos residem até hoje.

Vê-se que as questões perseguidas pelas duas interpretações são bem distintas, assim como são diferentes os contextos onde as narrativas foram elaboradas, uma na década de 70 dos oitocentos, e a segunda construída durante o século XX, e elaborada através do texto de Mário Diogo como um constructo de memórias familiares. O certo é que as duas perspectivas ajudaram a construir as tintas do Paroara João Gabriel, que comunga dos elementos de ambas as representações. Definir e amarrar o cearense como uma coisa ou outra significaria desumanizá-lo, dando-lhe a alcunha de malfeitor ou herói, permitindo que um lado da moeda anulasse o outro. Dessa maneira, as duas perspectivas devem ser levadas em consideração, pois João Gabriel, como agente do sistema de aviamento e articulador dos negócios da Província do Amazonas, tinha interesse sim em encaminhar mão de obra para a floresta, provavelmente lucrando enormemente com o trabalho. No entanto, mesmo como agenciador ele continuava, como é possível observar em suas cartas, fazendo alusão aos parentes e conhecidos, falando da saudade e da grande vontade de retornar ao Ceará para revê-los e ajudá-los, almejando redimir-se das faltas do passado. Logo, presume-se que as duas facetas devem ser lidas simultaneamente, assim como seu inter-relacionamento com os migrantes.

A trajetória de João Gabriel como agenciador foi enredada por essas referências, que lidas em sua pluralidade podem revelar com mais nitidez a complexidade do processo migratório. É interessante salientar a longevidade das atividades do cearense, que repetidas vezes retornou a terra natal em busca de pessoas dispostas a acompanhá-lo de volta ao Amazonas. Parte dessa longa trajetória foi esboçada no decorrer do presente tópico, que discutiu de maneira mais detida o retorno de João Gabriel em 1869, apontando várias referências sobre o evento. Contudo, ocorreram outras incursões que

marcaram grandemente o processo migratório, como as sucedidas nos anos de 1877 e 1878, caracterizadas como períodos de estiagem no Ceará.

Essas empreitadas não podem passar despercebidas, levando em conta que foram vivenciadas dentro de uma periodicidade tratada por grande parte da historiografia como momento “gênese” das migrações. O período da seca de 1877-1879 é caracterizado como momento em que os dirigentes da Província do Ceará e os grandes proprietários de terra teriam tomado a decisão de expurgar a imensa quantidade de retirantes das ruas de Fortaleza, de modo a aliviar os problemas enfrentados na cidade com a superpopulação. Essa dedução, que exclui os migrantes do processo, torna a migração uma incumbência prévia do Estado e dos detentores do poder econômico, que teriam subsidiado as passagens dos indesejados da urbe.

Como se viu até aqui, foram apresentados outros caminhos para pensar o referido processo, analisando os formatos da estruturação de um lastro migratório, de como foi erigida a possibilidade de deslocar-se do Ceará para a floresta, tendo como referência ocasiões não marcadas por estiagens. A trajetória de João Gabriel tem, nessa perspectiva, sua importância no exame da rede de sociabilidade que foi sendo esboçada, ou seja, incluindo na balança a experiência de quem viveu o processo, que é anterior ao período da seca de 1877-1879. Contudo, sabendo do peso que a conjuntura da estiagem teve para o engrandecimento do fluxo migratório, não é possível perder de vista sua importância, cabendo analisá-la, porém sob uma perspectiva diferente.

CAPÍTULO III NEM SINA, NEM ACASO

3.1 A seca e as migrações

A seca de 1877-1879 é tida como um marco na historiografia cearense. Em geral, é observada pelos historiadores como um momento de mudança de perspectiva, tendo em conta a presença de sua problemática nos debates das rodas da Corte Imperial, como um assunto de interesse nacional.

A visibilidade desse processo pôde ser analisada através dos jornais dos centros decisórios, como os do Rio de Janeiro. Emissários desses periódicos eram enviados ao Ceará para coletar informações sobre o espinhoso período, como no caso do jornalista José do Patrocínio. Nesse cenário, fora estabelecido um significativo envio de verbas em socorro aos milhares de retirantes que lotavam algumas das cidades, principalmente Fortaleza, pesando politicamente para as elites decadentes, que passaram manobrar ante o cenário caótico. Foram organizadas comissões de socorros públicos, que distribuíam alimentos e encaminhavam os retirantes para a labuta, meio de combater o ócio, visto como danoso e vicioso.

No que se refere à questão das migrações, milhares de pessoas tiveram passagens subsidiadas para deixarem a província, a grande maioria dirigida ao Pará e Amazonas¹⁵³, onde a época estava em curso o estabelecimento do primeiro surto da borracha. Os vapores singravam a costa do Ceará rumo à bacia amazônica abarrotados de migrantes, a maioria auxiliados pelo Estado na travessia, que firmou parceria com as Companhias de Vapores na condução dos migrantes para outras províncias do Império. Segundo o Presidente da Província Caetano Estelita, as Companhias de Vapores se “ofereceram” para o transporte dos trabalhadores em troca somente das “comedorias” que seriam disponibilizados pelo Estado. Esse quadro pode ser analisado através da *Falla* de 1877:

Cumpro um dever registrando com o mais vivo reconhecimento os oferecimentos feitos pelas companhias de paquetes –

¹⁵³ As interpretações dessa estratégia política pelos historiadores têm classificado o período da seca como o responsável pela conformação do fluxo migratório entre o Ceará e as terras amazônicas, perspectiva criticada nesta dissertação.

brasileira, maranhense e inglesa – para conduzirem os retirantes, que desejassem emigrar para fora da província, pagando sómente o governo as comedorias.¹⁵⁴

Essa ação foi em parte responsável pelo deslocamento de migrantes em direção aos portos da floresta, onde os aguardava as tramas do sistema de aviamento, cuja força de trabalho era grandemente concentrada nos seringais. Levando em consideração esses aspectos, comparando-os com outras ocasiões de estiagem, tal quadro não pode ser lido como uma novidade no pavoroso ano de 1877.

Sem querer pontuar necessariamente outra data, mas sim apontar um problema, é possível localizar em outro período de seca, 1845-1846, componentes similares. Essa possibilidade aparece não só em relação à problemática das migrações, levando-se em conta que através da leitura de jornais oitocentistas, como o *Cearense*, podem ser encontradas várias outras referências sobre estratégias políticas direcionadas ao trato com os desvalidos. É notório que as migrações para Fortaleza (e para outras províncias), seja ou não em época de estiagem, são mais antigas do que o *marco* da seca de 1877-1879, tratada às vezes como momento inaugural das políticas de Estado no combate a seca.

Com esta argumentação, não se intenta trocar *seis por meia-dúzia*, e afirmar que os eventos de 1845-1846 detêm os *germens* das referidas políticas públicas, sendo, no entanto, necessário salientar que esse posicionamento teve sua genealogia construída desde longa data, dialogando com o processo no qual os sujeitos históricos envolvidos tiveram que enfrentar o desafio de migrar, e necessariamente invadir e interferir no espaço do *outro*. É salutar lembrar que em 1845-1846 houve também organização pública de socorros, contratação de turmas de trabalhadores para executarem obras diversas, assim como o planejamento da construção de açudes no interior da província.

IMPÉRIO – Aviso de 18 de setembro de 1846

Mando formar turmas de trabalhadores para se empregar em abertura de estradas, de quaesquer outras obras públicas geraes de que a província tenha mais necessidade, e mui principalmente na construcção de assudes.

Illmo. e Exmo. Sr. – Sendo presente sua Magestade o Imperador, que em consequência da terrível secça, por q' tem

¹⁵⁴ Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u218/000030.html>> Acesso em: 30 out. 2010.

passado essa provincia, se achão agglomerados na capital, e em outras povoações d'ella muitos habitantes do campo, sem meio algum de subsistencia, por falta de trabalho, em que possão proveitosamente empregar-se, e convindo prevenir os perniciosos effeitos de contrahirem taes individuos o habito de viver em perfeita occiosidade, à custa dos soccorros publicos , que até aqui lhes tem sido ministrados. (...) Para dirigir essas obras se sollicita n'esta data do Ministério da Guerra a nomeação d'um official d'Engenheiros (...) o encarregue V.Exc de organizar, e remetter com toda urgencia a esta Secretaria d'Estado dos Negocios do Império a planta e orçamento (das obras – grifo meu) que correrem pela Repartição a meu cargo.¹⁵⁵

É perceptível que havia políticas pensadas no sentido de enfrentar o período de seca, importando lembrar que essas ações não eram idealizadas somente em nível provincial, tendo em vista que as orientações vinham diretamente da Corte. O Império conhecia as demandas da estiagem, como a aglomeração de pessoas em Fortaleza, não sendo possível, portanto, que seus desdobramentos tenham alcançado somente amplitude local. Vislumbra-se, inclusive, a preocupação com medidas consideradas preventivas, como a construção de açudes, índice dos debates que vinham sendo empreendidos no âmbito decisório sobre a periodicidade das secas, entendidas como eventos que iriam, hora ou outra, se repetir. Ainda é possível visualizar uma preocupação com a presença e movimentação de migrantes, objetivando segurá-los no campo, ou, na impossibilidade desse efeito, ocupá-los nas frentes de trabalho almejando evitar os *perniciosos efeitos do ócio*, grandemente ameaçador aos projetos burgueses de sociedade.

Tendo em conta a análise da fonte, muitas das ações empreendidas no âmbito de 1877-1879 já tinham sido realizadas anteriormente, e certamente essas experiências deram base para as diversas estratégias aplicadas no período. No entanto, especificamente no que se refere às migrações interprovinciais, não é possível visualizar em 1845-1846 uma política dirigida abertamente pelo Estado no fito de enviar pessoas para outros locais do Império, nem mesmo os formatos de um *boom* gumífero, que demandasse imensa quantidade de trabalhadores. Apesar disso, é importante não deixar de perceber que essas movimentações existiam, inclusive, com algum auxílio

¹⁵⁵ BPMP, *Cearense*, 08 de novembro de 1846, setor de microfilmagem, números 01-209, rolo 94A.

oficial. Essa referência pode ser alentada através da leitura do jornal *Cearense*, que debateu amplamente sobre a referida estiagem, não deixando de fazer alusão ao tema das migrações. Foi nesse sentido que o periódico organizou entre suas colunas uma menção honrosa dirigida a Antônio Carlos de Asevêdo Coitinho (sic), que auxiliou na travessia de migrantes para fora da Província.

Os serviços que o mui digno primeiro tenente da nossa armada o sr. Antônio Carlos de Asevêdo Coitinho tem prestado a nossa infeliz província, durante o terrível flagelo da secca, que a tem assolado, não podem deixar de ser comemorados em testemunho de nossa gratidão. (...) Quando gemíamos com o peso da mais terrível das seccas por que temos passado; quando o *povo fora de si só pensava achar salvação fora da província*, por duas vezes o sr. Coitinho offereceu as suas embarcações gratuitamente ao governo provincial, e nellas emigrarão para o Maranhão centenas de nossos comprovincianos.¹⁵⁶

A estiagem foi a primeira registrada nas páginas do *Cearense*, que em meio ao clima de caos instalado na cidade, elogiava a atitude considerada humanitária de Antônio Carlos Asevêdo Coitinho, homenageado na folha pelos serviços prestados em prol dos desvalidos. O tenente da armada era proprietário de algumas embarcações que foram disponibilizadas ao Estado, que articulou como medida de socorro o encaminhamento dos migrantes ao Maranhão. Ao referir-se ao povo como “fora de si”, o jornal classificava-o como desnorteado, como se essas pessoas não estivessem minimamente ajuizadas de seus intentos, desvairadas, sem rumo. A possibilidade de migrar era classificada como um artifício do desespero, o último recurso que as forças públicas recorriam, expatriando os sertanejos. Na visão do jornal, esses migrantes eram *vítimas* do processo, sem esperança, que buscavam o auxílio do Estado quase na iminência da morte.

Entretanto, em meio a essas deduções, analisando com mais vagar a fonte, é possível perceber que a ação de Antônio Carlos Asevêdo Coitinho aliada aos poderes provinciais, não foram as únicas responsáveis no episódio da migração. Quando atenta-se com mais acuidade ao conteúdo do documento é interessante notar que o “povo fora de si só pensava achar salvação fora da província”, ou seja, os desnorteados não estavam tão perdidos assim, pois *pensavam*, ajudando provavelmente na elaboração da ação migratória. Logo, é

¹⁵⁶ BPMP, *Cearense*, 06 de dezembro de 1846, setor de microfilmagem, números 01-209, rolo 94A.

possível afirmar que essas pessoas não foram simplesmente encaminhadas pelo Estado, elas próprias comunicaram seus desejos, afirmaram um posicionamento diante do problema, querendo procurar alternativas de sobrevivência fora da província.

Nesses termos pode-se analisar através do jornal uma brecha que possibilita enxergar as intenções dessas pessoas classificadas como *fora de si*. A migração estava posicionada no campo de possibilidades desses homens e mulheres, que certamente detinham informações sobre o local de destino, no caso acima o Maranhão, onde eram guardados seus anseios de melhoria. Mesmo sem ter a materialidade de seus reclamos, nem suas próprias palavras impressas nas páginas do periódico, não é possível desconsiderar a participação dos próprios migrantes na eleição de seus destinos, que podem ser lidos nas fontes esgueirados nos testemunhos de terceiros.

Seguindo essa mesma orientação metodológica, mas fazendo referência ao período da seca 1877-1879, é visível que esse tipo de posicionamento dos migrantes persistia. Um número muito maior de pessoas recorreu ao pedido de passagens para fora da província, um indicativo de que continuava havendo a ideia da alternativa de sobrevivência em outras terras, dessa vez grandemente relacionada ao território amazônico. Tanto que, ao contrário de 1845-1846, a política de subsidiação de passagens era uma das principais ações do governo provincial já nos primeiros indícios da estiagem em 1877, tendo em vista a grande demanda por parte dos próprios retirantes, que ansiavam migrar.

A emigração está ahi a provar à toda luz que o governo abandonou este infeliz povo, justamente quando devia ampará-lo.

É pungente a scena que testemunhamos a bordo de todos os vapores que seguem para o Norte. Centenas d'essas vítimas vão procurar nas margens pantanosas do Amazonas os recursos que o torrão natal ingrato os nega!¹⁵⁷

O jornal *Retirante*, de onde foi extraído o trecho acima, colocava-se diante da sociedade como defensor dos interesses dos desvalidos, não deixando de registrar o trânsito dos vapores que seguiam para o Norte, cheio de migrantes. Como o título do periódico por si só denota, o jornal discutia sobre os problemas enfrentados na seca iniciada em 1877 num tom de

¹⁵⁷ BPMP, *Retirante*, Domingo, 29 de Julho de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contém numeração.

fiscalização frente as políticas públicas presentes na Província naqueles tempos de enfrentamento da estiagem. Críticas ácidas eram feitas ao governo do Presidente Caetano Estelita, e também a corrupção em meio as ações do Estado, principalmente no que tange a figura dos *Comissários*, que eram responsáveis por organizar a distribuição dos *socorros*. Muitas notícias foram publicadas sobre a situação calamitosa do interior, principalmente das cidades, dando especial atenção a vinda dos *retirantes* rumo a capital.

A subsidiação das passagens era classificada como uma *política de abandono* por parte da província, que no entender da folha preferia expatriar os retirantes em vez de tentar segurá-los na terra, elaborando medidas de socorro para ajudá-los na luta pela sobrevivência. Uma das intenções do periódico, portanto, era alertar para os possíveis perigos da travessia, sempre referindo-se ao território amazônico como local de grandes perigos, destino inglório para os já tão debilitados sertanejos. A decisão de migrar era tida como ingênua, sintonizada com o desespero que deixava as pessoas *fora de si*, referência semelhante à já mencionada opinião do jornal *Cearense* em momentos anteriores. Mas, mesmo diante do alerta da imprensa, o movimento migratório rumo a floresta só crescia, dia após dia saíam de Fortaleza vapores abarrotados.

Emigração: No dia 25 do corrente seguiram para o norte, a bordo do vapor inglês *Bernard*, 169 emigrantes, que vão em busca de trabalho para manter sua subsistência.¹⁵⁸

[...]

Emigração: No vapor *Pará* seguiram no dia 19 para o norte 203 emigrados e ontem no vapor inglês *Cearense* 126, ao todo 329, entre homens, mulheres e crianças!!! Infelizes escravos! Lamentamos vossa sorte!¹⁵⁹

[...]

Emigração: A bordo do vapor *Pernambuco* seguiram em busca de trabalho 121 migrantes! Já se eleva à 1,139 o número desses infelizes!¹⁶⁰

Ao analisar esses dados pode-se perceber que houve no decorrer da seca de 1877-1879 um significativo acréscimo das migrações para fora da

¹⁵⁸ BPMP, *Retirante*, Domingo, 29 de julho de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contém numeração.

¹⁵⁹ BPMP, *Retirante*, Domingo, 26 de agosto de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contém numeração.

¹⁶⁰ BPMP, *Retirante*, Domingo, 16 de setembro de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contém numeração.

Província do Ceará. Esse aumento se deve a sedimentação de um *fluxo*, que já vinha ocorrendo, e que na ocasião da referida estiagem tinha no território amazônico o principal destino, local largamente publicizado na segunda metade do século XIX como atrativo, opulento. Nunca é demais salientar que esse tipo de deslocamento, tendo em conta a participação do Estado (como na ocasião ilustrativa de 1846), ou mesmo sem ela, já estava ocorrendo desde épocas anteriores, como já foi sublinhado, mas sem ter similar volume de pessoas dispostas a fazer a travessia. As migrações interprovinciais de 1877 não eram uma novidade para os poderes públicos no Ceará, e menos ainda para os próprios migrantes, que certamente tinham conhecimento das possibilidades de sua empreitada para longe da terra natal, engrossando as filas dos que almejavam passagens para o Norte.

Tendo em vista esse cenário, pode-se afirmar que nos 32 anos que separam 1845 e 1877 houve um aumento das travessias, especialmente direcionado para o território amazônico. Assim, entre os dois momentos de seca abordados até aqui, o fluxo migratório interprovincial de cearenses não cessou, ganhando força através de outros caminhos, dialogando com táticas tecidas, por exemplo, em consonâncias com redes de sociabilidade. Independente de haver ou não períodos de estiagem, as pessoas continuaram deslocando-se. Tudo leva a crer que um fator importantíssimo para o entendimento da conformação do fluxo esteja nas experiências dos próprios migrantes em sua tomada de decisão. Por isso, não se pode classificar a migração de cearenses para a bacia amazônica somente como um assunto de Estado, que teria *tangido* sujeitos *fora de si* em ocasião das estiagens, encaminhando-os para os seringais, alheios aos seus destinos.

Busca-se ir além do raciocínio alusivo à migração percebida dentro desse tipo de cenário, fazendo uma leitura crítica das interpretações que apontam como razão das migrações de cearenses para o território amazônico as *causas e consequências* relacionadas às secas, ligadas ao fatalismo da fome e do *orquestramento estatal da travessia*, ou ainda dos formatos aventureiros em nome do *apetite de seringa*. Isto, não no sentido de desconsiderar totalmente esses fatores, mas com o objetivo de enxergar outros vieses. Contemplando esta argumentação, aponta-se a escrita de Franciane Gama Lacerda como referência, onde a historiadora afirma que:

A história desses grupos passa a ser compreendida dentro de um processo mais complexo, que implica investigar os conflitos, as redes de solidariedade, os elementos constitutivos da identidade do grupo, os sentidos atribuídos a família, as relações de trabalho, ao cotidiano.¹⁶¹

Critica-se, portanto, as deduções que comumente associam seca-migração via Estado, ou ainda, que superdimensionam os fatores de ordem econômica (como os presentes no surto da borracha), pois estes tendem a menosprezar as ações dos diretamente envolvidos nas travessias, os próprios migrantes, que são pensados como *vítimas*, anestesiados pelos problemas, guiados por *forças superiores*. As secas e o Estado tomariam as rédeas do processo histórico, transformados nos únicos agentes, que com poderes incalculáveis anulariam completamente a capacidade de ação dos sujeitos.

É importante salientar que é praticamente inexistente no Ceará uma discussão que trate das migrações de trabalhadores pobres livres em âmbito não caracterizado por estiagens, como se nos períodos de chuvas regulares não houvesse problemáticas que pudessem desencadear a possibilidade do deslocamento, sendo ainda marcante a presença do ideário ligado uma espécie de *programação* das travessias. Em outras palavras, ao criticar a dedução que caracteriza os migrantes como *vítimas*, existe o indicativo de posicioná-los como sujeitos da História, dando atenção às suas ações no bojo do processo. Entende-se que os migrantes não tiveram que cumprir uma *sina* predestinada por fatores externos a sua vontade, e nem seus caminhos foram feitos ao acaso, sem nenhuma reflexão sobre as possibilidades da travessia. Refuta-se o posicionamento que articula seus argumentos através da anulação das ações humanas nos processos históricos, que consideram os sujeitos impotentes diante de imperativos estruturais, lidos através de cânones teóricos que superdimensionam os poderes de ordem econômica e política.

Em apreciação afiada a tais tipos de análise, Edward Thompson empreende crítica ao que o autor nomeia de *miséria da teoria*¹⁶², tendo como base uma leitura do trabalho de Louis Althusser, um dos representantes do pensamento marxista ancorados em exames teórico/estruturais da realidade.

¹⁶¹ LACERDA, Franciane Gama, **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência** (1889-1916). São Paulo: Programa de pós-graduação em História Social - USP, tese de doutorado, 2006. p.03.

¹⁶² THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.

Thompson alerta para a importância da leitura do *processo* histórico não como algo necessariamente planejado, mesmo sabendo que a “mente tem dificuldades em resistir a conclusão de que a história deve (...) ser programada de alguma maneira”¹⁶³, e sim incluindo as ações humanas, que não tem um *fim* determinado, alheias a definições pré-estabelecidas. A convergência de cenários e ocasiões impeliria à ideia de uma programação (alheia a ideia de processo), com causas e consequências justificadoras e, portanto, atraente pela sua linearidade e coesão. Como se fosse atribuído a cada sujeito uma grande missão, um dever, uma sina, em seu lugar e tempo específicos.

Entender a história como processo, portanto, não implica em defini-la a partir de um cânone teórico, apontando para um programa, um fim, como um procedimento alheio a vontade humana, mas sim como processo que inclui suas ações, visualizando suas sincronias e diacronias, formulando questões ao campo teórico, como um *problema*. “O conceito de história como processo suscita imediatamente as questões de inteligibilidade e intenção. Cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos, amplamente separados no tempo e espaço (...) revelam regularidades de processo.”¹⁶⁴ As simetrias entre os eventos históricos que permitem interligá-los, promovendo o entendimento dos seus movimentos e seus desdobramentos, não apontam necessariamente para um *vir a ser*, para um fórmula de *futuro* que corresponderia as tendências do processo lidas na análise da história. Isto justamente porque o que está em jogo são as ações humanas interferindo no processo, e tais obras não são susceptíveis a juízos que as reduzam a programas, ou atando-as a camisas de força teóricas.

Entra em jogo, nesse sentido, o que Thompson destaca enquanto o “termo ausente”, a *experiência*, que não é contemplada nas *programações*, pois a análise de tais aspectos orbita o nível do rotineiro, do vulgar. As manifestações da experiência têm estreita relação com o entendimento da história como processo, pois se ressalta a agência humana em perspectiva, ou seja, em suas interligações entre as gerações, guardadas, em grande medida, nas seleções da memória, que permitem uma interlocução com o passado lido no presente, divisado entre rupturas e permanências.

¹⁶³ Id, Ibid, p. 102.

¹⁶⁴ Id, Ibid, p. 97.

O trato com a vida e seus problemas proporciona a articulação dos costumes, consagrados na esfera das experiências comuns, que tangenciam as diversas formas de conviver e enfrentar as dificuldades. Portanto, a experiência não é uma atitude em si, mas o processo de constituição das atitudes, num constante compartilhamento, comunicação. Sua elaboração é delineada pelo processo, que serve como fio condutor que interliga muito do que foi *vivido* e o que está sendo vivenciado.

E quanto a experiência fomos levados a reexaminar todos os sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que em sua totalidade, compreende a genética de todo o processo histórico, sistemas que reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria sua pressão sobre o conjunto.¹⁶⁵

As experiências por si mesmas têm um significado confuso, pois fora de um universo maior de atribuição de sentidos é difícil interpretá-las, seu desencadeamento é misterioso, imprevisível. Nem como sina, nem como acaso, as ações embebidas nas experiências, devem ser situadas em seus respectivos contextos. Foge-se, assim, dos *determinismos*, contudo sem se distanciar da perspectiva das *determinações* existente dentro das dinâmicas históricas. É importante diferenciar essas duas perspectivas, que comungam da mesma raiz de palavra, mas que apresentam significados bem distintos.

Raymond Williams auxilia no discernimento dessas ideias, quando alerta para a confusão existente na utilização e entendimento das derivações dessas palavras. O autor orienta que o significado das determinações deve ser analisado através da ação dos sujeitos inserida em *campos de possibilidades*, onde existem limites e pressões, ou seja, *determinações*, estabelecidas pelas dimensões sociais, que tanto influenciam como são influenciadas pelas experiências e vivências das pessoas. Essa dedução é bem diferente da noção que comunga com o significado dos *determinismos*, pensados como espécies de leis da sociedade (ditadas pela economia, intempéries climáticas etc.) nas

¹⁶⁵ THOMPSON, op.cit, p.189.

quais não haveria espaço para burla, esgotando as práticas sociais, que seguiriam receitas sumariamente pensadas e impostas.

Esse tipo de determinação – um processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões – está na própria totalidade do processo social, e em nenhum outro lugar: não num “modo de produção” abstrato, nem numa “psicologia” abstrata. Qualquer abstração do determinismo, baseado no isolamento das categorias autônomas, que são consideradas como *controladoras*, ou que podem ser usadas para a previsão, é então mistificadora de determinismos específicos e sempre correlatos que constituem o processo social real – uma experiência histórica ativa e consciente, bem como, por omissão, passiva e objetificada.¹⁶⁶

Trocando em miúdos, Williams critica a noção de determinação como *imposição*, não pregando a extinção de sua utilização, mas destacando outro significado, este carregado da ideia do *limite*, que não minaria as ações dos sujeitos, e sim impeliria pressões em sua trajetória, posto que, afinal, as próprias pessoas também seriam componentes na elaboração das ditas determinações.

É nesse sentido que devem ser considerados os fatores referentes ao contexto no qual os migrantes estavam inseridos, onde havia limites, que conformavam seus campos de possibilidade, no qual estavam situados os deslocamentos rumo ao território amazônico. Nunca é demais salientar que ao optar pelos “migrantes” como chave de análise não se pode perder de vista o *contexto* no qual tais sujeitos estavam inseridos, caso contrário, incorre-se no risco de delegá-los uma espécie de *gerência* das travessias (um erro com sinal trocado), em prejuízo dos vários fatores que estavam também envolvidos.

Dessa maneira, não é possível perder de vista a argumentação de Victor Leonardi relacionada aos cuidados com a abordagem de processos históricos que contemplem “os vencidos”, pois aí mora o perigo justamente no fato de privilegiar, de jogar a rédeas do processo somente nas mãos dos “de baixo”. Leonardi ainda destaca que a História é recheada de ambiguidades, posto que, ao contrário seria “como se a história dos vencidos não tivesse contradições”, que devem ser devidamente analisadas, dialogando com os outros fatores em sua pluralidade.¹⁶⁷

¹⁶⁶ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 91 - 92

¹⁶⁷ LEONARDI, Ibid, 1999. p.85.

É preciso ponderar que para além das ações dos poderes públicos, problemática das secas e das demandas do látex (que não devem ser obliterados, e sim conjugados aos demais fatores, pensados simultaneamente) existiam outras dimensões do processo, gestadas principalmente no âmbito das relações de parentesco, vínculos de solidariedade, informações compartilhadas entre vizinhos e conhecidos, que devem ser igualmente levadas em consideração.

Nessa perspectiva é que podem ser inseridas as ações dos Paroaras, como João Gabriel, que tinham no vínculo com suas comunidades de origem a chave do sucesso de sua empreitada de arregimentação de migrantes, engajados através do seu *exemplo*. Esse é um dos caminhos que explicam por uma via alternativa a densidade do fluxo de pessoas entre o Ceará e o território amazônico, sem incorrer no erro de imaginar que essa tenha sido a via mais importante, ou mesmo a única possível. Seria ingênuo afirmar um *mote principal*, levando em conta que certamente houve múltiplos caminhos, vários vetores diferentes que alentaram a possibilidade da migração, até porque não foram somente as turmas que acompanharam os Paroaras que conformaram as travessias. Portanto, é imperioso abrir caminho para estudos dessas novas dimensões das migrações, que não se anulam, complementando-se mutuamente, entendidas em sua pluralidade, evitando empobrecedoras explicações monocausais.

Outro ponto importante a destacar trata do *constituir-se* do fluxo migratório enquanto um trabalho compartilhado também pelos próprios sujeitos, deixando entrever a ação das pessoas diante dos campos de possibilidades das movimentações, em suas leituras e expectativas sobre a alternativa da migração e seu destino. Nesse sentido, entram em evidência as representações do mundo amazônico, que devem ser lidas historicamente, no intuito de ter uma ideia das composições de imagens que ajudaram a atrair pessoas (ou mesmo repelir), e que fizeram parte do arsenal de perspectivas dos migrantes, que ao interpretarem o apelo atrativo também intervinham na conformação de seus formatos.

Deve ser levado em conta o papel das travessias não só na dimensão do deslocamento em si, mas também nas intervenções dos sujeitos sobre e nos locais de destino, ajudando a atribuir novos elementos à territorialidade. O

estudo dessa relação entre as migrações e recodificações do território amazônico é cara a um entendimento mais profundo das ações dos que se deslocaram, extrapolando a dimensão do fluxo, com vista a analisar os impactos e recodificações construídos socialmente na nova terra.

3.2 Migrações, representações e a territorialidade amazônica

A chegada de milhares de migrantes transformou de maneira significativa os formatos do *vivido* no mundo amazônico. Essa afirmação não se refere somente aos deslocamentos do século XIX, tendo em conta os longos períodos de contatos e conflitos ocorridos desde o período colonial. As travessias devem ser analisadas como componentes da escalada das transformações vivenciadas ao longo do tempo no território, que foram experimentadas por pessoas de origens diversas, de culturas distintas. O olhar do outro, do invasor, do estrangeiro, do migrante de maneira geral, esteve presente na construção de territorialidades, que ajudaram a conformar muitos dos significados que traduziram e vem construindo uma ideia do território amazônico, usualmente também denominado de maneira homogeneizante e generalizante como Amazônia.

Terra de mulheres guerreiras, paraíso terrestre, eldorado, inferno verde, ao longo dos séculos muitas foram as designações, todas sintonizadas as vivências dos envolvidos no processo de devassa das matas. Essas referências apresentam facetas ambíguas, levando em conta que, ao mesmo tempo, dividem espaço representações que fazem alusão a um Eldorado de possibilidades, mas também a um Inferno Verde cheio de sofrimentos. Em meio a fluidez e dissonância dessas imagens entraram em cena no século XIX os avanços de grandes interesses comerciais voltados aos recursos da floresta, acompanhados de perto pelo Estado, o que deflagrou um forte esquadrinhamento dos rios e matas. Fortaleceu-se, nesse momento, um apelo que enfatizava um ideal atrativo, levado adiante por diversos vetores, que incluíam os poderes provinciais, casas comerciais, agentes aviadores, além das muitas pessoas que, movimentando-se pela floresta, levavam aos mais distantes locais notícias sobre o território amazônico.

Apesar da evidenciação de referências positivas, é preciso reiterar que elas continuaram dividindo espaço com aspectos que denotavam valores negativos, que ao invés de anunciarem boas novas, faziam coro aos que publicizavam uma terra com ares infernais. O processo do *constituir-se* dessas representações tinha raízes que não poderiam ser apagadas no lustro de algumas décadas, sendo recodificadas com o tempo. Para além das visões promissoras, ainda estavam presentes as lembranças e relatos de tempos difíceis, quando os habitantes do território amazônico enfrentaram graves dificuldades.

Nesse cenário recheado de ambiguidades, impressiona a diversidade de atribuições de sentido ao território, considerado paraíso e ao mesmo tempo inferno, sendo visto, inclusive, em algumas ocasiões, como zona de degredo, de estorvo, como asseverou o jornalista João Brígido ao se referir ao Pará em um de seus artigos na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, que tratava da trajetória do cearense Eduardo Angelim.

Em 1825, mais ou menos, tempo, para o Ceará, de fome, pestes, combates e patíbulo, Eduardo foi ter ao Pará; o que não era pouca energia, com a rara navegação, perigosa e difícil, que então se fazia, de sorte que, do Pará só conheciam no Ceará o horror do Rio-negro, pela circunstancia de ser para alli que mandavão os condenados a degredo, os quaes, cedendo a influencia do clima, e tolhidos pela distancia, raras vezes regressavam aos seus lares.¹⁶⁸

Brígido conheceu Angelim pessoalmente, afirmando que fizera “conhecimento com ele em 1869”, época em que exercia o cargo de “secretário da presidência do Pará”. Angelim nascera no Crato, vila localizada na região sul do Ceará, e em idade adulta dirigiu-se a Belém onde participou do levante cabano, conflito arraigado nas terras amazônicas em grande parte dos últimos decênios da primeira metade do século XIX¹⁶⁹. As leituras feitas sobre esses momentos de graves contendas certamente fizeram parte do arsenal utilizado por Brígido para fazer alusão aos horrores do rio Negro, percebido pelo autor como destino inglório, carregado com problemas de toda ordem, que faziam parte da rotina de pessoas vistas como condenadas ao degredo.

¹⁶⁸ BRÍGIDO, João. Homens da terra: Eduardo Francisco Nogueira Angelim. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza: [s.n], 1909. p.03.

¹⁶⁹ Sua trajetória entre o Ceará e o Pará, assim como os meios que impeliram seu deslocamento merecem atenção, mas, infelizmente, no exíguo espaço e tempo servidos ao presente trabalho não será possível contemplar a referida tarefa.

Inexistia para Brígido um referencial atrativo ligado as terras amazônicas, tanto que no decorrer de seu texto nem mesmo fez referência aos caminhos que teriam levado Angelim a Belém, não questionando, portanto, as razões de sua migração. Seu interesse estava voltado grandemente à exaltação da memória de mais um “homem da terra”, leia-se do Ceará, que deveria ser lembrado pelos seus feitos no período cabano, e não pela sua trajetória de deslocamento interprovincial. Foram evidenciadas somente as agruras do conflito, assim como os espinhosos formatos dos destinos amazônicos.

Outros testemunhos corroboraram e enfatizaram essa faceta negativa, podendo ser encontrados em várias fontes, como na obra literária de Inglês de Sousa, autor paraense nascido em Óbidos em 1853, que publicou em 1893 seus *Contos Amazônicos*, onde figura um conto – O Rebelde – que também fala sobre o período cabano, imbuído em representações dantescas do território amazônico.

Seu relato é envolvido em memórias, destacadas pelo próprio autor no percurso do texto, tendo em conta que o narrador de seu conto é a figura de uma criança (que também pode ser encontrada em outros textos), uma espécie de alterego de Sousa, que viveu seus primeiros anos de vida em Óbidos, tendo contato com as histórias contadas sobre os tempos do conflito cabano.

Naquele tempo nada causava mais horror à gente branca do que a cabanagem que começava a lançar as garras sangrentas sobre as duas margens do Amazonas. (...) os cabanos levavam a todas as povoações o morticínio e o roubo, não respeitando velhos, crianças nem mulheres.

Os viajantes que passavam por Vila Bela narravam a meia voz as façanhas desses fanáticos caboclos, vítimas de uma dupla alucinação religiosa e patriótica, e o faziam com tal exagero que infundiam terror aos mais destemidos. Diziam de homens queimados vivos, de mulheres violadas e esfoladas e do terrível correio, suplício que inventara a feroz imaginação de um chefe. Consistia em amarrar solidamente os pés e as mãos da vítima e embarcá-la assim em uma canoa que, entregue à correnteza do rio, abria água com poucos minutos de viagem. Era o suplício preferido pelos brandos, pelos que não queriam derramar sangue, e mais usado com os que militavam em favor da legalidade.¹⁷⁰

O conto trata diretamente dos tempos de subversão, falando sobre os idos dos anos 1830, quando o personagem da narrativa conta suas vivências

¹⁷⁰ SOUSA, Inglês de. **Contos amazônicos**. São Paulo: Martin Claret, 2005. p.110.

de infância ambientadas no período cabano. Trata-se de um garoto, filho de um marinheiro português, à época Juiz de Paz de Vila Bela, que é perseguido por Matias Paxiúba, um dos líderes cabanos. Descrevendo sua fuga diante da perseguição de Paxiúba o garoto fala sobre a situação de pânico vivida, relatando a crueza dos castigos, e do terror causado pela passagem dos cabanos pelo interior amazônico. Esse tipo de ação fugitiva é ressaltada como uma das alternativas mais utilizadas, razão da dispersão da população por matas distantes, que igualmente levava a mortes e problemas de toda ordem, transformando o território amazônico em sinônimo de terror. “Uns queriam subir o rio em direção determinada, outros pretendiam internar-se por igarapés e furos, tentando achar no desconhecido do sertão um refúgio contra os caboclos da cabanagem.”¹⁷¹

Essa ordenação de trama pode ser encontrada em vários outros relatos que tratam do período, onde se multiplicam os elementos relacionados a valores negativos, que muito distante de atraírem, repeliam a ideia do deslocamento em direção as terras amazônicas. Contudo, essa designação cheia de valores problemáticos, sofreu após a segunda metade do século XIX uma significativa transformação, momento em que a balança passou a pesar mais do lado de referenciais sedutores, que traduziam visões diferentes da época cabana. A floresta passou a ser pintada mais fortemente como Eldorado, como local que apesar das asperezas poderia revelar grandes triunfos para os que almejassem topiar o desafio de “enfrentá-la”.

Ao analisar a mudança ocorrida nesses decênios, entre 1830 e 1850, é possível compreender alguns aspectos do processo de transformação da territorialidade amazônica, que de área majoritariamente lida como tensa, malsã, passou a figurar como atraente, destino de milhares de migrantes. Essas referências não devem ser lidas como estanques, ao passo que dividiam espaço no terreno das representações, ora sobressaindo a perspectiva ligada aos problemas, ora entrando em evidência uma feição de uma terra promissora. Resta entender esses movimentos e referências no tempo, questionando o papel das travessias, das experiências migratórias no bojo desse processo. Afinal, como um território pensado como área de degredo, foi

¹⁷¹ SOUSA. op.cit, p.112.

sendo também evidenciado como local de destino de pessoas que buscavam melhoria?

A argumentação em resposta a essa questão passa por vários níveis do extrato social, levando em conta desde aspectos gerais, como a abertura da navegação da bacia, até lances cotidianos, concomitantes às mudanças estruturais, relacionados ao crescente movimento de pessoas, e consequentemente de ideias, que adentraram a calha do grande rio Amazonas. Relatos exemplificadores desse argumento são as primeiras *fallas* dos presidentes da Província do Amazonas, onde pode ser percebido um esforço elogioso, enfatizando as possibilidades das terras e rios, objetivando enfraquecer representações negativas. Era patente o grande interesse em incentivar a entrada de pessoas na província, levando em conta que tais deslocamentos ajudariam no projeto de aumento populacional, que redundaria também num acréscimo de mão de obra, grandemente visado pelos interesses comerciais.

Foi nesses termos que Herculano Ferreira Pena, que por duas vezes presidiu o Amazonas, em 1853 e 1854, falou que a época eram bastante conhecidas as necessidades da província, que dependia “absolutamente da entrada de Colonos em número suficiente para cultivar essa imensidade de terras”¹⁷², e também para outros trabalhos, que incluíam ofícios urbanos, pois “em certa Províncias, principalmente a do Ceará, não faltarão carpinteiros, pedreiros, e ferreiros nacionaes que queirão vir aqui residir; como já vieram alguns para a capital do Pará”. Herculano ainda afirma que não pouparia esforços, tendo a “melhor disposição” para remunerar condignamente os que quisessem fixar residência no Amazonas, oferecendo “um salário superior ao que ordinariamente se paga em outras Províncias”¹⁷³.

Fala-se corriqueiramente da urgência do aumento dos quadros de trabalhadores, e da disposição do Estado em investir nessa empreitada. Desse modo, percebe-se que a articulação desses objetivos foi se estabelecendo em sintonia com um tom elogioso voltado as terras amazônicas, de modo a distanciar-se dos valores negativos que repeliavam a vinda de pessoas. Entraram

¹⁷² **Relatório do Presidente de Província do Amazonas Herculano Ferreira Pena, 1853.**
Disponível em: < <http://brazil.crl.edu>.> Acesso em: 26 nov. 2010.

¹⁷³ **Relatório do Presidente de Província do Amazonas Herculano Ferreira Pena, 1854.**
Disponível em: <<http://brazil.crl.edu> >Acesso em: 26 nov. 2010.

em cena disputas no campo das representações, incidindo diretamente nos formatos da territorialidade amazônica.

Ao levar em consideração este postulado, é necessário frisar que as lutas de representação são tão importantes quanto as lutas econômicas e políticas, envolvendo dinâmicas de confronto muitas vezes negligenciadas nos processos históricos. Como fonte de problematizações, o que é *representado* incita questões. Afinal, as representações podem ser consideradas espécies de reflexos da realidade? Ou são partícipes da cadência dos ritmos da vida?

Estas perguntas têm grande importância nos debates sobre as utilizações de fontes retiradas do lastro do chamado *imaginário social*, que ganha espaço na medida em que a historiografia abre caminho para as dimensões consideradas (até a pouco tempo) como ilegítimas para a produção do conhecimento histórico. Logo, considera-se que as elaborações que deságuam em representações não podem ser entendidas como simples reflexos da realidade, na condição de cópias acionadas ou dispensadas ao sabor das tramas humanas, como um ente separado, entendendo-as como parte da própria tessitura do *vivido*.

Diante dessa argumentação, é possível afirmar que promessas de melhoria foram sendo enfatizadas como meio de *representar* o território amazônico, tendo em sua elaboração não somente a participação do Estado, levando em conta o papel dos que interpretaram essas mensagens. Muitos migrantes chegaram aos rios e matas, ajudando a conformar uma rede de sociabilidade ligada a um fluxo de pessoas, onde movimentavam-se as informações que encampavam significados sobre a floresta, também ligados a constituição das expectativas do deslocamento. Ambientados nessas movimentações, os migrantes que adentraram as terras amazônicas ajudaram a costurar novas facetas do território, travando contatos com a nova realidade, que para a maioria passava longe dos adágios da mensagem carregada pelos formatos de um Eldorado.

A solidez desse processo migratório em direção as terras amazônicas pode ser visualizada através das estatísticas publicadas nos relatórios províncias, que apesar de não falarem diretamente sobre a entrada pessoas, apontam para um significativo crescimento demográfico, que dificilmente pode ser visto como simples produto do aumento vegetativo dos habitantes. Por

exemplo, houve um agudo acréscimo da população da Província do Amazonas entre os anos de 1830 e 1850. Em 1839, segundo estatística apresentada por Herculano Ferreira Pena¹⁷⁴, possuía 18.843 habitantes, passando a contar, em 1856, segundo estatística de Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães¹⁷⁵, Secretário Interino da província, com uma população de 41.609 pessoas, entre livres e escravos.

Vê-se que a população mais que duplicou em menos de 20 anos, num período delimitado entre o arrefecimento do conflito cabano e a criação da nova província, que pode ser lido como sintoma da chegada de novos habitantes, vindos dos mais diferentes locais, incluindo os do Ceará. E ao avançar na leitura dos dados estatísticos advindos dos relatos oficiais, vê-se que a população das Províncias do Amazonas e do Pará só aumentou durante toda a segunda metade do século XIX, acompanhando a efusão do *boom* gumífero, que pode ser elencado como um dos fatores postos em evidência nesse quadro.

O gradativo acréscimo do contingente populacional pode ser apontado como um dos fatores que influenciaram de modo *determinante* nos novos formatos da territorialidade amazônica, que também passava a interferir na vida dos recém-chegados. Ao mesmo tempo em que as ações dos sujeitos modificavam o território, este, como constructo social fundado no espaço amazônico, também interferia na vida das pessoas, sendo possível, portanto, enxergar nessa relação uma reciprocidade.

É nesse sentido que Milton Santos considera a convivência no mundo do *outro* como parte fundamental do processo de territorialização, no qual novos conflitos vão sendo tecidos, fortalecendo a atribuição de significados dada pelos migrantes aos locais de destino¹⁷⁶. É interessante lembrar que as terras amazônicas eram permeadas pelas territorialidades de vários povos indígenas, que se relacionaram com os recém-chegados, que enfrentavam os desafios da alteridade.

¹⁷⁴ **Relatório do Presidente de Província do Amazonas Herculano Ferreira Pena**, 1853.

Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>> Acesso em: 26 nov. 2010.

¹⁷⁵ Mappa Estatístico da população da Província do Amazonas. In: **Relatório do Presidente de Província do Amazonas João Pedro Dias Vieira**, 1856. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>> Acesso em: 26 nov. 2010.

¹⁷⁶ SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

O cotidiano de trabalho é outro aspecto destacado pelo autor, como constituinte do processo de territorialização migrante, considerado um dos ambientes onde se travavam contatos com muitas das dinâmicas da sobrevivência, relacionadas a remuneração, a interação entre os trabalhadores, e também ao próprio ofício (muitas vezes distinto do local de origem). É nesse processo que se aprendia paulatinamente a *ganhar a vida*, ajudando a atribuir parte dos significados da nova terra.

Dentro dessas dinâmicas pode-se enxergar o desdobramento e conformação de territorialidades, elaboradas através de vivências que tanto atribuíam sentido como eram influenciadas pelo novo espaço habitado. Como orienta Joel Bonnemaïson, que discute os formatos dessa conceituação, é interessante ter em conta a interação entre *aspectos móveis e fixos*, os primeiros ligados aos itinerários e experiências humanas, e os segundos aos lugares (inscritos no território) que são influenciados e influenciam essas mesmas experiências¹⁷⁷. Nessa perspectiva, a fixidez não deve ser pensada como um dado rígido e alheio a possibilidades de mudanças, assim como a mobilidade não deve ser confundida simplesmente com uma transitoriedade efêmera, estranha a qualquer marca que denote sedentarismo. As duas dimensões convergem, influenciando-se mutuamente, ante o processo de constituição das territorialidades.

É evidenciado que a noção de território está diretamente ligada às ações humanas, que inscrevem suas vivências, códigos e símbolos no espaço, transformando-o. Através dessa perspectiva, enxerga-se uma visão relacional da noção de território, na qual é possível entrever interações permeadas por conflitos, inscritas nas tramas das disputas de poder e nas somas e confrontos das dimensões culturais.

Dois aspectos bastante significativos podem ser elencados ainda em diálogo com as ideias de Bonnemaïson, que tratam da interconexão dos migrantes com o mundo amazônico. O primeiro refere-se ao processo de adaptação que passavam os recém-chegados, principalmente os que se dirigiam para o trabalho extrativo nos seringais, submetidos às regras do regime de trabalho extrativo e as várias modalidades de coerção do barracão

¹⁷⁷ BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

(de *brabos a mansos*). O segundo aspecto trata das nomenclaturas atribuídas aos locais habitados por migrantes ao longo dos rios, sobremaneira aos barracões dos seringais, onde podiam ser encontradas designações que faziam alusão as províncias de origem da população adventícia.

Essa referência também podia ser encontrada no nome das embarcações que singravam diariamente os rios da bacia, que tinham nomes como *Cearense*, *Sobral*, *Iracema*, *Parnahyba*, dentre outros¹⁷⁸. Essas informações estão inseridas dentro do processo de atribuição de sentidos vivido pelos migrantes, que não obliteravam suas memórias e suas referências anteriores. Isto não correspondia a uma *recriação* do mundo de origem, mas numa rearticulação de valores e costumes, que compunham a territorialização dos envolvidos nas travessias.

A leitura das dimensões do estabelecimento territorial dos que se deslocaram é bem diversa, principalmente no que tange a descrição dos migrantes e suas ações na floresta. Alguns autores, na maioria das vezes sem observar a tessitura social plural que marcava os contornos das migrações e de seus desdobramentos no território, foram responsáveis por configurar perspectivas generalizantes dos sujeitos como *vítimas* e/ou *heróis*, que marcam grandemente a elaboração discursiva das travessias entre o Ceará e o norte amazônico.

Essa dedução leva em conta não somente a chegada na floresta e o processo de territorialização, mas também a saída da terra de origem, como dois polos de uma trajetória, cujos sujeitos eram vistos como vítimas da fome, da seca, em sua saída, e transformados em titãs, heróicos e aventureiros em sua chegada. Uma noção ambígua, que marcava e ainda marca de maneira significativa a historiografia.

3.3 Migrantes, de vítimas no Ceará a heróis no território amazônico

Euclides da Cunha pode ser considerado um dos autores de maior influência na literatura sobre a floresta no século XX, contribuindo grandemente para a constituição homogeneizante que se aglutinou na denominação

¹⁷⁸ MENDES, J.A. **A crise amazônica e a borracha**. Porto: Typografia Santos, 1908.

Amazônia, e também no que se refere à representação usualmente utilizada para denominar os migrantes, principalmente os cearenses, como *vítimas* e/ou *heróis*. Seus textos são obrigatórios para qualquer pessoa que se aventure nos estudos da problemática migratória na Amazônia.

A escrita vibrante de Euclides posiciona os leitores a bordo de um vapor, com os olhos fitos nas margens, apreciando um *mundo* cheio de *exotismos* aos olhos dele, ou seja, do *outro*, onde habitavam homens e mulheres que tinham de enfrentar um duríssimo cotidiano de trabalho para conseguir sobreviver.

O autor esteve no território amazônico em 1905, como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto-Purus, difundindo em seus testemunhos uma crítica mordaz ao sistema de aviamento e sua lógica baseada no endividamento dos trabalhadores, apresentando preciosas referências, como códigos de convivência e regulamentos dos seringais. Nessa ocasião, os homens que sobreviviam diante de todas aquelas dificuldades visualizadas pelo autor de *Os sertões* foram nomeados como *Caboclos titânicos*, caracterização que focalizava a vivência dos migrantes na labuta. Ao *suportar* toda a carga de problemas nas matas, depois de enfrentar uma travessia cheia de agruras até chegar ao território amazônico, os migrantes encontrados por Euclides eram vistos também como *amansadores de deserto*, fazendo “sem o saberem” um trabalho de titãs.

O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo da campanha formidável. (...) O recém-vindo do Sul chega em pleno desdobrar-se daquela azáfama tumultuária, e, de ordinário, sucumbe. Assombram-no, do mesmo lance, a face desconhecida da paisagem e o quadro daquela sociedade de *caboclos titânicos* que ali estão construindo um território.¹⁷⁹

O olhar do homem do sul, como o próprio autor assevera fazendo referência a si mesmo, não reconhecia sua face naqueles rios e matas, assombrando-se ante o que considerava alheio aos seus valores. A floresta é caracterizada por Euclides como um ambiente hostil e desértico, que necessitava ser *amansado*, o mesmo objetivo que os invasores (colonizadores

¹⁷⁹ CUNHA, Euclides da. **À margem da história**: Euclides da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1999. P. 29 e 30.

e exploradores em geral) tinham para com os povos indígenas, que deveriam ser afeitos aos valores do “mundo dos brancos”. A tarefa de transformar o deserto num *território habitável*, susceptível e compatível a civilização (vista pelos olhos de um homem de vida urbana, como Euclides), era uma tarefa de dificuldades gigantescas, que só poderia ser executada por titãs, traduzidos na figura dos *cearenses, paraibanos e sertanejos nortistas em geral*. Esses eram os heróis ingênuos de Euclides, representados em homens, que apesar da largueza de sua campanha, não tinham noção da gravidade de seus *feitos* para os interesses do Brasil, cumprindo suas tarefas absortos, ganhando seus míseros tostões diante de enormes dívidas, para depois se juntar aos ritmos dos demais habitantes da floresta, que só viviam “drinking, gambling and lying – bebendo, dançando, zombando – na mesma doloríssima inconsciência da vida...”¹⁸⁰

Um dos momentos mais marcantes do texto euclidiano trata da descrição das comemorações do *sábado de aleluia* dos habitantes das localidades visitadas, onde não havia lugar para “missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lava-pés tocantes, nem prédicas comovidas”¹⁸¹. Em alternativa aos ritos considerados tradicionais, os seringueiros organizavam-se em torno na montagem da figura de Judas, representado num boneco que seria mais tarde esfolado como castigo aos crimes do algoz de Jesus Cristo. Segundo Euclides, a figura a ser malhada era feita como uma espécie de auto-imagem dos seus construtores, esculpido como uma retaliação voltada aos próprios migrantes. O *monstro* era montado e jogado no rio para ser fuzilado a medida que passava nas proximidades das habitações, até que finalmente, à deriva, perecia e desaparecia nas águas.

É um triunfo doloroso. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vingasse de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jogou, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram¹⁸².

¹⁸⁰ Id, Ibid, p.11. **Obs.** Existe um equívoco na tradução feita por Euclides da Cunha, pois “drinking, gambling and lying” significa em português “bebendo, jogando e mentindo” (e não “bebendo, dançando e zombando”). Todavia, entende-se que a expressão e a sua utilização no texto não perdem seu valor explicativo.

¹⁸¹ Id, Ibid, p.52.

¹⁸² CUNHA, Ibid, p. 55.

Judas, nesse cenário, é associado ao judeu errante, Judas-Asvero, condenado a vagar eternamente como punição por seus pecados contra Cristo. As representações são posicionadas pelo autor como meio de exemplificar a trajetória dos migrantes como uma sina irretorquível, condenados pela sua *inconsciência* a vagar pelo mundo, pela falta de reflexões ponderadas sobre seus destinos, sofrendo em terras alheias sem nunca conseguir retornar a terra natal. A vida para essas pessoas, no entendimento do autor, ia passando, e a única alternativa seria a *ignorância de si*, até que o trabalho extenuante e as dívidas dessem cabo da errância sem fim.

Desse modo, o migrante é posicionado como trabalhador inconsciente, mas heróico, pois fazia, sem o saber, um trabalho de gigante, sob as penas de sua decisão infundada e irrefletida de migrar. Esses arrazoados foram tomados como referência para a confecção de várias outras obras que perpassaram o tema dos deslocamentos ao território amazônico. A ideia do trabalhador robusto, mas inconsciente, que seguia seus caminhos sem reflexão, sem atentar aos problemas, foi um dos moldes largamente atribuídos a representação dos migrantes. Os cearenses foram utilizados como *tipo*, mesmo caracterizando uma imensa e heterogênea parcela de pessoas que empreendiam a travessia. A lida com essa dedução teve sua raiz no consenso entre os autores no que se refere à origem do maior grupo de migrantes, conformado por cearenses, que teriam sido expatriados de suas terras pelas secas, fracos e incapazes de interferir em seus destinos, mas que ao adentrarem na calha do gigantesco amazonas passavam a impor-se diante dos desafios com a tenacidade de verdadeiros *heróis*. Essas referências podem ser analisadas em riqueza de detalhes na obra de Craveiro Costa, que também contribuiu com a sedimentação dessas representações.

Assim, acossados da terra natal pela inclemência do sol, penetraram ousadamente a mata opressora em cujo seio úmido a morte imperava. E subiram os rios amplos cujas margens dominava o selvagem, que se precavia, se amoitava, nas sebes e no cimo das árvores, de tocaia, à espreita do invasor para feri-lo mortalmente; e transpuseram os saltos perigosos das correntes encaichoeiradas, realizando a audácia dos primeiros dos primeiros avanços através desses precipícios vertiginosos; iniciaram a entrada pelos igarapés torcicolantes, mata adentro, buscando as nascentes no perlongamento dos meandros traiçoeiros, à cata da seringueira... E, no verdor

eterno da floresta virgem, disputando ao índio a terra e a água e ao clima inóspito a própria vida, escondiam as saudades torturantes das campinas natais, afogavam a nostalgia intensa que os devastava, dos lares ermos da sua solicitude. Mas a terra deflorada pelo *cearense heróico*, que excedeu em pertinácia e arrojo ao *bandeirante*, a floresta que ele feria, abrindo caminho para frente, lançando a semente da abundância ao redor das primeiras habitações, restituía dadivosa, com prodigalidade infinita, aquelas rudes canseiras incessantes...¹⁸³

O jogo de imagens se movimenta com a travessia, pois na terra natal os migrantes são percebidos como *acossados pela inclemência do sol*, e nos rios e matas amazônicos, como audaciosos, corajosos, guerreiros. Essa ambígua transformação está fortemente presente no texto de Craveiro Costa¹⁸⁴, alagoano radicado no Acre, que publicou em 1924 a primeira edição de *A conquista do deserto ocidental*, originalmente impressa com o título *O fim da epopéia*.

É interessante não perder de vista a escolha desses títulos, tendo como ideias chave as palavras *epopéia* e *conquista*, que traduzem o raciocínio do autor quanto ao destino dos migrantes cearenses pela floresta. A primeira ideia advém do gênero narrativo ligado às grandezas da aventura, dos perigos enfrentados em busca de tesouros e mistérios, e a segunda antecipa ao leitor o *sucesso* dos participantes da incursão, que, no entender do autor, alcançaram seus objetivos. O território amazônico teria sido tomado de assalto pelos cearenses, numa *epopeia de conquista*, que audaciosos e cheios de coragem, quiçá até ultrapassando os *lendários bandeirantes*, chegaram aos mais distantes rios, desafiaram os mais poderosos indígenas, em busca dos afamados dividendos das seringueiras. A floresta, guardiã das ricas árvores, não passava nesse contexto de um deserto, que deveria ser fecundado pela força desses homens.

Todavia, embora exista a construção da faceta heroica, toda a articulação do cenário, no qual o migrante é o protagonista, tem uma base que se inicia de maneira muito distante das representações de força e coragem

¹⁸³ COSTA, Craveiro. **A conquista do Deserto Ocidental**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. p. 37

¹⁸⁴ Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, onde possui vasta obra. Participou no Acre da criação do primeiro jornal a circular na cidade de Cruzeiro do Sul em 1906, foi ainda Inspetor da mesa regional e exerceu a presidência do Conselho Municipal da capital do extinto Departamento do Alto Juruá de 1912 a 1915.

apresentadas acima. No começo da epopeia o personagem heroico não tem as mesmas características, ou seja, no início de sua travessia o cearense é lido como um miserável, vitimado pelas secas, andeio que mal pode com o próprio peso, esquelético, embrutecido pela fome, tendo sido expulso de sua terra quase morto, *tangido* pela estiagem. Seguindo esse raciocínio, ao chegarem aos portos amazônicos a sorte dessas pessoas não mudava, pois nos primeiros contatos ainda não são cobertos de honrarias, mas *jogados* nas embarcações como parte das mercadorias, destinando-se aos altos rios e suas florestas cheias de látex.

Levas numerosas de flagelados aportavam a Belém e Manaus com os organismos cambalidos pela fome, e eram logo recrutadas pelo comércio e metidos no bojo dos *gaiolas*, para a longa e torturante jornada da qual muitos nunca mais voltavam a ver as serras natais, mortos nos barrancos ao abandono da mais elementar assistência, pelas endemias reinantes e peculiares às regiões desertas e úmidas.(...)

Os comerciantes largavam esses homens seminus e esqueléticos aqui e ali, a margem dos rios navegáveis, com grande cópia de mantimentos, armas e munições, à mercê dos fardos incertos, à fabricação da borracha já então ardentemente procurada pelas novas indústrias que surgiam na Europa.¹⁸⁵

É visível uma mudança na faceta dos migrantes, que iniciam a empreitada “seminus e esqueléticos”, e depois são alçados a pedestais de deidade, vestindo-se com a indumentária de conquistadores audazes. De esfaimados passam a figurar como ponta de lança da almejada exploração das matas, lutando contra as asperezas da floresta, objetivando conquistá-la, subjugar-la. Pode-se perceber que essas duas referências subsistem, atribuindo significados a figura dos migrantes, mesmo apresentando representações dispares.

A construção dessa noção não é uma particularidade da obra do membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Craveiro Costa, levando em conta a repetição desse tipo de dedução em outros autores, que caminham por um percurso parecido. Samuel Benchimol, por exemplo, não deixa de salientar que “a superioridade do imigrante cearense é flagrante. Quando se fala com ele sente-se estar na presença de algo estranho e inacreditável em sua

¹⁸⁵ COSTA, Ibid, p.36

personalidade de homem livre.”¹⁸⁶ Mais uma vez, a alusão é feita através de um tom elogioso, o cearense é tido como *ideal* de trabalhador, destacando-se ante todos os outros os migrantes em sua personalidade, pois fareja riqueza e aventura, com *apetite de seringa*, que o tornaria *superior*.

É importante destacar que o autor possui um amplo e rico trabalho¹⁸⁷ sobre a problemática dos migrantes cearenses pelo Amazonas, entrevistando muitas dessas pessoas nos idos dos anos 1940. Essa época fora caracterizada pela *Batalha da borracha*, quando havia uma propaganda aberta pelo governo Vargas, além de incentivo estatal, no sentido de possibilitar o deslocamento de trabalhadores para os seringais, em demanda da produção de látex destinada aos países aliados.

Referindo-se não só ao contexto da guerra, mas a toda a *aventura* das travessias, Benchimol evidencia que todas as facetas do deslocamento de migrantes desde o século XIX tiveram razão através de dois caminhos, sendo ora “tangidos pela seca – imigração por fome –, ora simplesmente atraídos pelo apetite de seringa – imigração por cobiça, fortuna e aventura, ou simultaneamente por ambos.”¹⁸⁸ Percebe-se de maneira clara que a enumeração de motivos elencados não é muito variada, apesar da grande quantidade de indícios deixados pelos migrantes nas entrevistas colhidas pelo autor, apontando uma pluralidade de razões, que embora analisadas e discutidas no texto, são resumidas e amarradas aos fatores climáticos e/ou econômicos. A trajetória de todo um contingente de migrantes “que geralmente procediam das zonas agrestes e sertões do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte”¹⁸⁹ são resguardadas numa caracterização ambígua, como *duplamente famintos*. Nesse caso a iminência da morte por inanição estava a par da busca pela riqueza do látex.

Interessante notar que Benchimol utilizou como metodologia de seu trabalho um “inquérito antropogeográfico”, buscando através de suas questões voltadas aos migrantes esclarecer as *razões* do deslocamento de todas

¹⁸⁶ BENCHIMOL, Ibid, p. 180.

¹⁸⁷ Esse trabalho serviu inicialmente para dar base ao trabalho intitulado “Cearense na Amazônia – um inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante”, publicado em ocasião do X Congresso Brasileiro de Geografia, em 1944 no Rio de Janeiro.

¹⁸⁸ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. Manaus: Editora Valer, 2009.p. 153.

¹⁸⁹ Ib, Ibid, p.153.

aquelas pessoas, no fito de entender quais os principais motivos que as impeliam. No conteúdo das falas dos homens e mulheres entrevistados salta aos olhos com agudeza o lastro de experiências de deslocamento, podendo ser visualizadas a grande importância da ancestralidade do fluxo, assim como das redes de sociabilidade. “Assim é que alguns dos imigrantes vinham para repetir a façanha de um tio, de um irmão, do próprio pai”¹⁹⁰. Um caminho ainda hoje pouquíssimo evidenciado, salvo raras exceções, no que trata a análise de migrações de cearenses.

Além disso, é colocada em evidência a força dos *boatos* sobre o Amazonas, notícias espalhadas sobre as possibilidades de melhoria na floresta. Como foi para Severino Barbosa, de Santa Rita, Paraíba: “Vim por causa dos boatos. Diziam que o Amazonas era a nossa salvação, e eu estava com vontade de conhecer também. (...) Quase não havia seca. Eu era pedreiro e pintor e ganhava bem, embora o trabalho não fosse constante”¹⁹¹. E também no caso de Alfredo Constantino, cearenses do Crato, que afirmou: “(...) nunca tinha me passado pela cabeça vir para o Amazonas. Vim por influência. Eu era agricultor e trabalhava no sítio com minha família. Parece que o diabo me tentou”. E continuando sua fala o migrante aponta o foco de onde foram apreendidas as notícias que o impeliram a migrar: “Começou a correr os boatos, que os jornais espalhavam que no Amazonas precisava-se de agricultores, que todos nós iríamos ter terras e auxílio do governo para plantar.”¹⁹²

O sentido das travessias era vivenciado e construído pelos sujeitos envolvidos, na cadência dos enfrentamentos e problemáticas sociais diversas que compunham seus campos de possibilidades, não movimentando-se ao acaso, e nem tendo uma sina a cumprir. Benchimol colheu ao todo 56 entrevistas, que ao serem analisadas divergem grandemente da conclusão do autor, que explica o fluxo migratório através da dupla seca/cobiça. Esse raciocínio ainda tem peso na historiografia, corroborando com a constituição de um olhar reducionista voltado ao tema, onde são levados em consideração um par de fatores, como determinantes.

¹⁹⁰ Id, **Amazônia**: um pouco antes e além depois. Manaus: Editora Umberto Calderato, 1977. p. 197.

¹⁹¹ Id, *Ibid*, p. 266.

¹⁹² Id, *Ibid*, p.267-268.

Similar a Craveiro Costa, Benchimol armou seu esquema explicativo baseado nas modificações das facetas dos sujeitos durante a travessia, mas diferente do autor alagoano (que afirma a mudança de perspectiva durante o percurso, de esfaimado a audacioso conquistador), para Benchimol havia a possibilidade da união das duas características na figura do migrante, que ao mesmo tempo estaria fugindo da seca e ambicionando fortuna.

Um ponto de divergência entre os dois autores diz respeito a atitudes e indumentárias representativas de seus *heróis*, pois um refere-se ao cearense como um *novo bandeirante*, desafiando todos os problemas em nome da conquista do *deserto*, da aventura, e o segundo fala do migrante como um *caçador de fortuna*, com apetite de acumulação financeira, que viria através do látex. Apesar das distinções entre Costa e Benchimol o cerne de suas reflexões incide sobre uma elaboração discursiva similar, construída com base numa referência homogeneizante das migrações, chegando a eleger *razões* singulares para a travessia e perfis gerais dos migrantes.

Outro autor que se aproxima desse teor argumentativo é Arthur Cezar Ferreira Reis, que publicou sua primeira obra em 1931, chamada *História do Amazonas*. O livro é dividido de acordo com temporalidades políticas, esboçando uma tentativa de abarcar todos os acontecimentos dignos de nota do estado natal do autor, desde o período colonial até os primeiros governos da república velha. Ao falar sobre a migração cearense, Arthur Reis elabora uma trama também cheia de lances de heroísmo, afirmando que apesar de todos os problemas “esses cearenses, contratados pelos pioneiros, não recuaram a um embaraço, (...) O nordestino em páginas de heroísmo, bandeirante, sertanista do século XIX, devassou o vale ocupando-o sem desfalecimentos.”¹⁹³

Apequena-se no texto o teor problemático do trabalho nos seringais amazônicos em nome da faceta heroica das travessias, além dos demais problemas vividos no processo de reterritorialização dos migrantes, que figuram como aspectos acessórios, amesquinhados diante da empresa conquistadora. O importante era avançar heroicamente, incorporando novas fronteiras ao território brasileiro.

¹⁹³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: editora Itatiaia, 1989. p.220 e 221.

Esse tipo de raciocínio caracteriza grandemente a obra do autor, não só em relação aos cearenses, mas a todas as cruzadas de exploração e conquista, seja no apresamento dos índios e correrias visando o trabalho compulsório, seja no caso dos formatos degradantes do sistema de aviamento, considerados percalços necessários à obra maior da *civilização* que estava em curso.

A análise do trabalho dos *pioneiros* que chegaram ao território amazônico é arraigado nos escritos de Arthur Reis, como na obra *O seringal e o seringueiro*, de 1953, publicada pelo Ministério da Agricultura do governo Vargas. O livro busca descrever o sistema e o ambiente de trabalho dos seringais, contemplando as técnicas e manuseio dos instrumentos da faina, as áreas de maior concentração das *heveas*, além de indicar um histórico do avanço dos exploradores em direção aos altos rios. Esse último ponto é tratado com especial atenção pelo autor, que considera o avanço das explorações uma “expansão sensacional, mas desordenada”, configurando uma “outra etapa do deslocamento da fronteira, quando os seringueiros penetraram no território dos altos rios Purus-Acre e Juruá, que desbravaram e transformaram em áreas utilizadas pela ocupação e pela exploração econômica.”¹⁹⁴ Arthur Reis acompanha em sua narrativa muitos desses pioneiros em suas travessias rumo ao oeste amazônico, inclusive fazendo alusão as investidas de João Gabriel ao Ceará (inclusive no ano de 1869, não caracterizado como momento de seca) em busca de trabalhadores, que são registradas com notoriedade na obra do autor.

Em outubro de 1869 chegou a primeira leva de cearenses. Era de cinquenta homens. Dirigia-a João Gabriel de Carvalho e Melo, *pioneiro, ousado, heróico*, que se fixara no baixo Purus, para onde levou os nordestinos, trazidos da Serra de Uruburetama.¹⁹⁵

Esse é um registro da primeira incursão do cearense à terra natal, depois de longos anos vivendo no território amazônico. Como já foi esboçado anteriormente, João Gabriel fora como representante do sistema de aviamento em busca de trabalhadores. Essa incursão do migrante é tratada como digna de nota não só na obra de Arthur Reis, mas também em Craveiro Costa e

¹⁹⁴ Id, *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. p. 31.

¹⁹⁵ Id, *História do Amazonas*. Belo Horizonte: editora Itatiaia, 1989. p.219.

Samuel Benchimol, que igualmente falam da trajetória do *heroico* João Gabriel. A figura do cearense aglutina os valores exemplares do *pioneiro*, que se tornam extensivos a todos os migrantes em suas *peripécias* pela floresta, que passam a comungar das mesmas características mesmo diante da heterogeneidade de suas experiências.

Arthur Reis faz alusão às movimentações de João Gabriel não falando somente do ano de 1869, pois acompanha sua trajetória desde 1857, quando afirma que o cearense encaminhou “quarenta famílias do Maranhão e do Ceará, estas tangidas pela seca de 1845, estabeleceu-se perto da foz do Purus, no Itapá, de onde se deslocou, em 1862, para o Berurí, e para o Tauariá, entre o igarapé Mapixí e a ilha Purupuru-carneira.”¹⁹⁶ O autor mapeia os deslocamentos do agente pelo território amazônico no sentido de visualizar as etapas de avanço sobre o rio Purus, assim como para perceber o desenrolar do fluxo migratório de cearenses, no qual João Gabriel é situado como pioneiro.

Ao ler todas as referências organizadas por Arthur Reis sobre o assunto, é significativo um episódio em particular, que fala sobre outras duas incursões do cearense a sua terra natal. Essas movimentações foram vivenciadas nos anos de 1877 e 1878, períodos de agudas dificuldades decorrentes da problemática da seca na Província do Ceará. Nessas ocasiões as migrações em direção ao território amazônico foram grandemente acentuadas, não passando despercebidas pelo autor, que avalia a influência da estiagem nos deslocamentos, considerando-a decisivas, “forçando a retirada de milhares de indivíduos (...) um verdadeiro inferno.”¹⁹⁷

Um aspecto digno de nota nos arrazoados de Arthur Reis são as listas de passageiros das duas viagens (arroladas em seu texto), infelizmente sem nenhuma indicação de fonte. O destino dessas pessoas, que fizeram parte da tripulação do vapor Anajaz (1877) e do vapor Tapajóz (1878), foi a boca do rio Aquiry, atualmente Acre, onde se estabeleceu e sedimentou-se uma povoação que perdura até hoje, o município de Boca do Acre/AM. A expedição do Anajaz foi a segunda vinda do Ceará sob a responsabilidade de João Gabriel. É perceptível que o cearense subia progressivamente o rio em suas idas e

¹⁹⁶ Id, Ibid, 1953. p.32

¹⁹⁷ Id, Ibid, p. 34

vindas, desde a sua desembocadura até as proximidades das áreas limítrofes com outras nações, indício da devassa feita em busca de cada vez maiores fontes de produtos das matas, possíveis graças ao número crescente de migrantes presentes nesse processo. Mais uma vez, João Gabriel é posicionado no texto no rol dos heróis da floresta, responsável pela abertura de novas frentes para a exploração, além de ser um sujeito comprometido com a entrada de trabalhadores, considerados tão necessários ao *desenvolvimento* da província.

Carvalho e Melo, com uma nova leva de dezesseis cearenses de Uruburetama à cata de aventuras, ardendo por outras situações onde abundasse o leite tentador da hévea, foi o iniciador dessa ocupação. Aviado da firma paraense “Elias J. Nunes da Silva”, Carvalho e Melo, viajando no “Anajaz”, do comando do piloto Simplício Gonçalves, chegou a 3 de Abril de 1877 á boca do Aquirí, onde deu desembarque, lugar chamado Anajaz, pouco acima da bôca do Acre, à margem direita do alto Purus. Seus companheiros eram: Francisco Inácio Pinto, Alexandre de Oliveira Lima, Francisco Chagas Souza, José Joaquim de Matos, Monoel Paes D’ávila, Quirino José Uchoa, Antonio Pereira de Santana, Manoel Tombador, José Francisco Catuaba, Manoel Nobre, Francisco Xavier Barbosa, Ricardo Pompeu, Ricardo Carneiro, Antonio Clemente, João Terço de Graciano de tal. No ano seguinte, em fevereiro, Carvalho e Melo trazia, no vapor “Tapajoz”, outro grupo de doze emigrantes que se foram distribuindo, como os anteriores, pelas margens do Aquirí e do alto Purus. Chamavam-se: José Duarte de Negreiros e seus filhos José e Vicente Duarte, Francisco Seleiro, Alexandre de Melo, Antonio Severiano, Joaquim Raimundo, Joaquim Francisco, Benedito Pereira de Matos, Francisco Pinheiro Bastos e os irmãos Antonio e Adelino Catunda.¹⁹⁸

A *aventura* de João Gabriel é situada como um dos marcos iniciais da conquista do território que atualmente que corresponde ao município de Boca do Acre, e que desdobrou-se na continuidade da subida dos rios Acre e Purus. Esse caso é ilustrativo tendo em vista o período de estiagem, outro *marco* considerado por muitos o pontapé inicial do fluxo migratório. O peso dessa argumentação recai principalmente sobre a primeira expedição, a do Anajaz, largamente registrada não só como representante do pioneirismo no Acre, estendendo-se, pois, como exemplo para todo o território amazônico. O fio

¹⁹⁸ Id, Ibid, p.33-34

condutor da idealização dos migrantes como heróis do desbravamento da floresta, como ousados aventureiros que marcam a história, pode ser analisado através da expedição Anajaz.

Essa dedução erige um duplo problema, reforçando a seca de 1877-1879 como razão das migrações (ou até mesmo como ocasião gênese), e atribuindo aos integrantes da expedição, nomeadamente para João Gabriel, que estava “à cata de aventuras, ardendo por outras situações onde abundasse o leite tentador da hévea”, um rótulo heroico, situado fora do contexto problemático de *fronteira*. Ou melhor, a situação fronteira é considerada, nessa argumentação, um dos componentes que valorizam ainda mais os tripulantes da embarcação, entrando em evidência a *vitória sobre as dificuldades*, que são amesquinhas diante da força dos cearenses do Anajaz.

É interessante perceber que ao vestir os cearenses como heróis são silenciados os problemas motivadores das migrações. Essa dedução indica que ao vencer a distância, enfrentar a fronteira, tendo sido expulsos pelas secas *fora de si* e em miséria, essas pessoas chegariam à floresta tomando ímpetos de aventureiros heroicos, em combates diários nos longínquos seringais, divorciando-se assim de sua condição de trabalhador pobre, e cobrindo-se da aura dos “grandes feitos”. De uma ponta a outra dessas representações existe uma estruturação narrativa que remete a *migrantes desumanizados*, ou seja, transformados em vítima sem vontade, ou em heróis, cujos ímpetos encobrem a problemática social no qual estavam inseridos.

Essa leitura que descreve a *saga* dos cearenses seguindo a receita do heroísmo extrapola as páginas das obras clássicas aqui analisadas, sendo integrante igualmente das memórias compartilhadas sobre as migrações. Um dos guardiões dessas reminiscências é Mário Diogo de Melo, sobrinho neto do líder da expedição do Anajaz, morador de Boca do Acre, onde está situada a *Escola Estadual João Gabriel e a Rua João Gabriel*.

É salutar não perder de vistas esses aspectos, enriquecedores do conhecimento de outros vieses do deslocamento, que conformam memórias e lugares de memória, vivos ainda no dia a dia de muitas pessoas. Foi com essa intenção que foi entrevistado Mário Diogo de Melo, mais um representante que contribuiu para a constituição das referências sobre o fluxo migratório de cearenses para o território amazônico.

3.4 Memórias e migração

O documento possuía uma centena dessas linhas, que não eram nem mesmo divididas por palavras. Parecia ter sido escrito há muitos anos e, na folha de papel grosso coberto pelos *hieróglifos*, o tempo já depositara sua pátina amarelada. [...] Precisamos da “senha” para abrir um cofre de segurança; precisamos da “cifra” para ler um *criptograma* desse tipo. Por isso, é o que veremos, o documento resistirá às tentativas mais engenhosas de decifrá-lo e nas circunstâncias da mais alta gravidade.¹⁹⁹

As marcas do tempo vão além do *amarelado* dos papeis. Estão impressas nos gestos, nos gritos e na mudez, no que é belo e no que é feio, no que é considerado vivo e no que é decretado como morto. O passado é presente, ou melhor, está sendo presente, pelo menos desde que o tempo e a História se encontraram, num *rendez-vous* tão íntimo que muitos confundem um com o outro. Eles estão juntos, mas se distinguem, pois só encontram-se quando entram em cena as ações humanas, que interferem, modificam, imprimem seus significados no mundo, seja através da memória, seja em “folha de papel grosso coberto pelos *hieróglifos*”.

Verne em sua narrativa fantástica sobre as *800 léguas pelo Amazonas* destaca logo de início o encontro entre o capitão do mato Torres com um documento cheio de letras e linhas das mais indecifráveis, caracterizados como *hieróglifos*, isto não por fazer referência direta a escritos egípcios, mas por conter um significado obscuro, difícil de entender, como uma porta sem chave ou um cofre sem senha. Tratava-se de uma carta, que para alegria de Torres guardava informações que ele, com algum esforço, conseguiria decifrar, na qual estariam informações sobre a possibilidade de fazer fortuna nos horizontes amazônicos, ciência com a qual se fiaria no decorrer das páginas do livro.

A trama de Verne proporciona uma série de reflexões de cunho metodológico, principalmente quando desenha a relação do capitão do mato com a carta em questão. No cotidiano da pesquisa, os historiadores deparam-se sempre com textos que “resistem as tentativas mais engenhosas de decifrá-los”, resguardados nas letras, imagens, falas e gestos de outros tempos, de um

¹⁹⁹ VERNE, Julio. **A Jangada**: 800 léguas pelo Amazonas. São Paulo: Planeta, 2003. p.11-12.

passado que é estrangeiro, que fala uma língua diferente da fluência do presente, até mesmo dentro de expressões de um mesmo idioma.

Perceber os *outros* a partir das fontes reserva grandes responsabilidades ao profissional de História, na medida em que se lida com o que é vivo, com um passado lido no presente, em que o jogo entre a lembrança e o esquecimento está em pauta de maneira constante. Nessa senda, percebe-se a História como terreno de disputas, em sintonia com as tramas seletivas da memória, que podem pôr em evidência ou relegar ao ostracismo os eventos históricos.

Ao abordar as tramas da memória é salutar ter especial cuidado com os caminhos pelos quais passam sua elaboração, com as especificidades que permeiam sua inter-relação com a história. Lembrar é um exercício fundamental dos seres humanos, que remete não somente a situações vivenciadas, mas também a narrativas passadas em outros tempos, apreendidas de diversas maneiras (por exemplo, através do contato com pessoas mais velhas), que encampam construções identitárias individuais e coletivas. Por isso, a memória conforma uma tipologia de fonte de riquíssima valia, que abre um significativo campo de possibilidades para perseguição do vivido, incluso no que vai sendo experienciado pelas pessoas.

É em diálogo com tais arazoados que empreende-se a análise das memórias de Mário Diogo de Melo sobre a saga do Anajaz, advindas de uma entrevista concedida em Boca do Acre-AM, na data de 30 de julho de 2009. Nascido em 13 de março de 1913 no lugar denominado 11 de junho, nas terras do seringal Xapuri, margem direita do rio Purus, o sobrinho-neto de João Gabriel é filho de Vicente Diogo de Melo e de Francisca D'ávila Pinto de Melo, que fazem parte da primeira geração de filhos de cearenses da família nascidos no Amazonas. Seus avós vieram de Uruburetama-CE, sendo da parte paterna Diogo José de Melo (irmão de João Gabriel) e Rita Francisca do Nascimento Melo, e pela parte materna, Francisco Inácio Pinto e Maria Theolina de Ávila Pinto.

Imagem 1



Rio Purus, nas proximidades do seringal onde nasceu Mário Diogo de Melo. Foto de 01/08/2009 – Antônio Alexandre Isídio Cardoso

Mário Diogo faz parte da terceira geração de descendência cearense no Purus, vindo no bojo das incursões de João Gabriel, tendo crescido envolto as histórias contadas pelos mais velhos, que reproduziam os episódios das migrações de tantos parentes que fizeram a travessia. Sua fala é marcada pela referência ao livro *Dos sertões cearenses às barrancas do Acre*, sem deixar de citar suas outras duas obras, *Boca do Acre e seus povoadores* e *Memórias*, de onde são feitas alusões diretas, do tipo “conto tudo isso lá”, sempre evidenciando sua ancestralidade, afirmando que *só falava a verdade que os mais velhos diziam*.

O elemento que unem essas três obras é o elogio a migração cearense para as terras amazônicas. Os textos exploram os *grandes feitos* dos cearenses, tratados como desbravadores das matas, como responsáveis pelo povoamento e instalação do mundo civilizado em meio a *barbárie* amazônica. *Dos sertões cearenses às barrancas do Acre* trata especificamente da biografia de João Gabriel de Carvalho e Mello, contando seus passos rumo a floresta, recheados de indicações de fontes, valiosíssimas no entendimento das migrações e do papel dos *Paroaras*. Já em *Boca do Acre e seus povoadores*, Mário Diogo discorre sobre a marcha da família já instalada na região do Purus, dando atenção a compra de terras, rusgas familiares, cargos administrativos alcançados pelos membros da parentela, dentre outros pontos, que ajudam a mapear sua ação nas matas, ainda hoje relacionadas à extração do látex nas

terras pertencentes a família. Em *Memórias*, o autor descreve sua infância na floresta, seu contato com os parentes (principalmente com seu pai, irmão de João Gabriel, que chega ao Purus em 1874), e os passos de sua formação intelectual e profissional, desde suas primeiras letras até alcançar o cargo de Promotor de Justiça do Estado do Amazonas e Prefeito de Boca do Acre.

Entre minhas perguntas e suas respostas foram aproximadamente duas horas de diálogo, com palavras vibrantes, que acendiam seu semblante quase centenário. Sua fala transcorreu sempre na vizinhança dos acontecimentos da vida do seu tio-avô, valendo lembrar que a presença de João Gabriel é marcante em Boca do Acre não só nas reminiscências de Mário Diogo, mas também servindo como denominação da Escola e de vários outros locais da cidade, como monumentos da memória. É notável ao caminhar pelas ruas conversando com os habitantes da cidade, a quantidade de pessoas que se identificam como parentes do cearense.

Imagem 2



Escola Estadual João Gabriel, Boca do Acre – AM.
Foto 30/07/2009 – Antônio Alexandre Isidio Cardoso



Detalhe da rua e a frente da Escola João Gabriel, Boca do Acre – AM
Foto 30/07/2009 – Antônio Alexandre Isídio Cardoso

Esses aspectos podem ser vistos como produtos da memória construída a respeito da incursão do Anajaz, que faz parte não só das lembranças, mas também de lugares de memória, que indicam a importância devotada ao episódio, nesse caso grandemente relacionando a trajetória de João Gabriel. Um ponto importante a destacar ao observar as fotos, trata da força da atualização do episódio no presente, tendo em vista que não se deve analisar a problemática da memória somente como algo inerente ao passado, e sim como constituinte das demandas do tempo vigente, esboçadas nas ações e intenções que são conjugadas durante um jogo perpassado pela seletividade.

Muitos foram os esquecidos, poucos os lembrados, e essa seleção não deve ser entendida como aleatória, mas sim problematizada de modo a promover um entendimento dos caminhos de sua elaboração. Por isso, é judicioso questionar os porquês dessa construção, para que a memória não seja confundida com a história, mas utilizada como fonte para uma nova abordagem dessa mesma história.

Nesses caminhos, é possível apontar, além das contribuições de alguns autores clássicos da historiografia amazônica, também o trabalho nas esferas do poder, levando em conta a longa trajetória de Mário Diogo como político em Boca do Acre, atuando como prefeito repetidas vezes desde a década de 1950,

e também nas esferas do judiciário como promotor²⁰⁰. Sabe-se que essas posições no cenário decisório oficial podem vir a atuar como uma espécie de caixa de ressonância que divulga ideias, que mesmo não sendo apreendidas de maneira crua, tais e quais as intenções esboçadas previamente, levam mensagens e são interpretadas pelas pessoas que refletem sobre seus formatos. Assim, a memória aqui analisada não é pensada somente como uma referência pessoal, carregada somente de subjetividades, ou ainda como um elemento surgido do inconsciente, que submerge do passado, mas sim como um artefato atravessado de intencionalidades, ponderado conscientemente através das lembranças, e que vem contribuindo para a conservação do episódio do Anajaz como algo digno dos anais da história.

Portanto, é notável que na entrevista de Mário Diogo, e mesmo ao questionar de maneira impessoal os moradores de Boca do Acre, quase sempre é feita alusão somente a tripulação do Anajaz, sem nenhuma referência a expedições anteriores. Talvez esse aspecto seja fruto simplesmente dos destinos distintos das incursões precedentes, tendo a do Anajaz chegado no que hoje é Boca do Acre, e daí viria a sua forte presença na memória da cidade. Mas, por outro lado, como explicar a presença da empreitada também nos livros de autores clássicos, que situaram a dita expedição como uma espécie de pontapé inicial, pioneira, emprestando a João Gabriel uma indumentária de herói. Tendo em conta essas questões, resta reiterar que a referência ao Anajaz não deve ser naturalizada, e sim questionada em sua raiz, afinal, porque pensar na expedição como *marco*?

Nesse sentido, pode-se questionar vários dos formatos do processo de maneira alternativa, como no caso das dimensões que definem a origem majoritária dos migrantes, vindos do Ceará. Para Mário Diogo, essa explicação tem uma lógica que remete a ancestralidade do fluxo, pois quando questionado sobre o tema, ele falou dos contatos entre os que migravam, muitos conhecidos entre si, percorrendo caminhos que outros já tinham percorrido anteriormente.

Essa dedução afina-se com a ideia da constituição de uma rede de contatos, ao contrário da versão que define toda a composição do

²⁰⁰ MELO, Mário Diogo de. **Memórias**. Manaus: Editora Valer, 2006.

deslocamento sendo deflagrada pela estiagem ou decisões estatais. Por outro lado, essa mesma memória que fala das migrações, considerando as especificidades da travessia, dá vazão aos contornos de um deslocamento com lances de heroísmos, que escondem ou diminuem os problemas vivenciados pelos migrantes.

3.4.1 Reminiscências de Mário Diogo de Melo

Olha, outra coisa, eu tinha uma carta de um que foi pro Ceará, e que teve aqui, e passou uns tempos, e fez uma carta pro meu avô, que dizia assim: *Ainda me lembro bem daquele dia que nós chegamos no navio Anajaz. No dia 3 de fevereiro de 1878, o navio atracou...* fala na carta de uns índios que vinham atravessando o rio, dizendo que ele tava com muita saudade, e que ele ia voltar pro outro ano. Ele era casado com uma irmã da minha avó.²⁰¹

As falas do descendente mais velho de João Gabriel é atravessada por referências de cartas, de testemunhos de outros parentes, resguardadas em vivências e experiências de família que comungam de um posicionamento comum, que homenageia o pioneiro do clã em Boca do Acre, esforçando-se para posicioná-lo como pacificador, alheio aos conflitos e grande iniciador da migração cearense. O ponto principal que atesta tal heroísmo é esboçado através da saga do vapor Anajaz, tendo sido o primeiro a chegar àquelas paragens. Embora haja uma discordância no que diz respeito ao exato ano (para uns 1877, para outros 1878), o que importa é analisar através das reminiscências de Mário Diogo a configuração do *marco*, examinando o roteiro que descreve a trajetória da vinda da embarcação em suas minúcias.

Nas respostas do sobrinho neto de João Gabriel, pode ser notada fortemente a presença da fala dos antepassados, ou pelo menos, de como teriam sido suas palavras, como no caso da referência feita à carta recebida pelo avô Diogo José de Melo, que é esboçada nas palavras do entrevistado, tais e quais teriam sido escritas. Afirma-se, “*Ainda me lembro bem daquele dia*”, que significa a ocasião símbolo, o mote de memórias de várias gerações, que vinculam a fala de Mário Diogo e as palavras que teriam sido redigidas no

²⁰¹ Entrevista de Mário Diogo de Melo – Boca do Acre – AM, 30 de julho de 2009. Todo o seu conteúdo virá como anexo do presente trabalho.

passado. Existe uma espécie de fusão entre a linguagem escrita e a oral, na medida em que vem a tona um trecho de missiva verbalizado através da fala, utilizada para descrever o dia da chegada dos primeiros migrantes.

A referida carta teria sido escrita por Benedito Pereira, que estava presente na incursão de 1878²⁰². Quando questionado sobre o paradeiro da mensagem, se esta ainda existia materialmente, Mário Diogo fala de um antigo arquivo de sua mãe, no qual estavam guardados vários papéis velhos da família.

Benedito Pereira... eu não me lembro muito bem, mas sei que tinha Benedito Pereira.
Ah! essa carta... eu achei essa carta no arquivo da minha mãe, mas já tava toda ruída assim, de traça entendeu? Mas eu li mais ou menos isso...²⁰³

A existência da carta ou mesmo do arquivo não foi contemplada nas respostas, o que indica um posicionamento de proteção dos objetos de memória da família, ou seja, coube ao descendente mais velho a posição de guardião desses fragmentos da memória. Contudo, esse aspecto não inviabiliza os caminhos de exame do episódio da travessia, ao contrário, é mais um indício que ajuda a perceber os caminhos de elaboração das memórias sobre o Anajaz, tidas como algo a ser *conservado* pela família em seus detalhes materiais ou documentais, externado somente através da oralidade. Essas circunstâncias demonstram o elo entre as duas formas de linguagem, a escrita e a oral, sendo que existe uma tentativa de conservar os aspectos da primeira, até porque as histórias contadas sobre a expedição fogem ao controle dos membros da família de João Gabriel, que dificilmente poderiam isolá-las. Tais memórias têm sido atualizadas a cada geração, a cada conversa entre as pessoas da cidade, inclusive entre as muitas que se dizem parentes de algum tripulante que veio na embarcação. A versão de Mário Diogo, nesse sentido, divide espaço com as demandas dos vários tempos que se cruzam no episódio, tendo sua fala contida dentro dessa problemática.

Desta feita, concordando com Eclea Bosi, é salutar entender que “o instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a

²⁰² Como consta na lista de passageiros publicada na obra de Arthur Reis “O seringueiro”.

²⁰³ Entrevista de Mário Diogo de Melo – Boca do Acre – AM, 30 de julho de 2009.

imagem lembrada e a imagem da vigília atual.”²⁰⁴ Diante dessa orientação, é preciso ainda salientar que na confecção da ideia do *marco* não estão presentes somente os componentes da oralidade e da documentação possivelmente guardada pelos familiares, mas também as utilizações e interpretações desse material, pois vários foram os autores²⁰⁵ que se referiram ao tema, evidenciando, mais uma vez, os contatos entre as linguagens, que não está presente somente na fala e escritos de Mário Diogo. Esse é o caso da obra já citada de Napoleão Ribeiro – *O Acre e seus heróis* – que também exaltou a trajetória de João Gabriel, não deixando de fazer alusão a expedição do Anajaz. O autor se refere aos tripulantes da embarcação como os “Hércules que desbravaram o Acre”, listando muitos dos passageiros, fazendo questão de citar os que ainda estavam vivos na época em que empreendeu a pesquisa para confecção do livro.

Todo o carregamento do vapor pertencia ao comendador João Gabriel de Carvalho e Mello, natural de Uruburetama no Ceará, *desbravador e povoador do Acre*. O vapor sob as ordens do comendador transportava: cinquenta e seis cearenses, um amazonense, um paraense, um piauiense e um português. Entre os quais Leonel da Encarnação, o amazonense filho de Manoel Urbano, *desbravador* do seringal Arapixy no rio Purus; Carolino Dutra, o paraense natural do Mocojuba, município de Cametá, *desbravador* do seringal Cametá no rio Purus, e depois grande proprietário no rio Juruá; Antônio Escolástico de Carvalho, o piauiense, que em sociedade com o cearense Felismino Alves dos Santos, exploraram o rio Antimary dentro do Acre; José Gomes, explorador do seringal independência dentro do rio Purus; os cearenses, Antônio Geraldo da Silva natural de União, que dois anos depois se tornou o maior proprietário e o mais importante comerciante do rio Juruá; o capitão José de Matos; o major Francisco Inácio Pinto, proprietário do seringal Bem Posta; o capitão Antonio Mariano Pereira de Santana; Alexandre de Oliveira Lima, proprietário da Boca do Acre e consagrado pelo povo com o título de Barão da Boca do Acre, parente de D. Mariana, mulher do comendador João Gabriel; Ricardo Alves Carneiro; Francisco Xavier de Freitas; Jerônimo Correa Padre; João de Pontes Nogueira;

²⁰⁴ BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.56.

²⁰⁵ Obras listadas em ordem cronológica: José Carvalho – *O matuto cearense e o caboclo do Pará*, 1917; Craveiro Costa – *A conquista do deserto ocidental*, 1924; Napoleão Ribeiro – *O Acre e seus Heróis*, 1930, Soares Bulcão – *O Commendador João Gabriel*, 1932; Soares Bulcão – *O Commendador João Gabriel retificações*, 1939; Arthur Cezar Ferreira Reis – *O seringal e o seringueiro*, 1953; Mário Diogo de Melo – *Dos sertões do Ceará às barrancas do Acre*, 1970. É preciso salientar que a referida lista provavelmente não está completa, contando com a possibilidade existirem outras obras sobre o tema não contempladas no decorrer do tempo de feitura desta dissertação.

Francisco Fernandes; Anselmo Melgaço e outros que seus nomes ficaram esquecidos. Na época em que o livro foi escrito, 1930, de todos eles apenas era vivo, Ricardo Alves Carneiro, proprietário do seringal Monte Verde, logo abaixo da Boca do Acre.²⁰⁶

O autor empresta larga visibilidade a ideia do *desbravamento*, referindo-se a todos como *desbravadores* ou *exploradores*, ou ainda reiterando a posição do *capitão*, do *major*, do *barão*, cuja obra trazia ao território amazônico significativas mudanças, vivências que passavam a interferir nos ritmos considerados *bravios* da floresta. A constituição de seringais e demais explorações, a intitulação dos migrantes como proprietários, como comerciantes, e até mesmo com títulos honoríficos, é um indicativo da pluralidade das experiências (não baseada apenas na vida de seringueiros presos ao sistema de aviamento), que ao mesmo tempo esboça uma obliteração das duras penas do regime de trabalho dos migrantes seringueiros, que conformavam a maioria dos que empreendiam a travessia, cuja sorte não era a mesma dos celebrados *proprietários de seringais* e *pioneiros*. Essa articulação de informações contribuiu com o objetivo geral do autor, que era eleger os heróis do Acre, não localizados entre os trabalhadores dos seringais, mas entre os seringalistas, apagando os primeiros, ou melhor, anexando-os aos feitos dos *pioneiros do Anajaz*.

Toda essa gama de referências foi elencada através de relatos de parentes dos ditos desbravadores, e por isso é importante salientar que Napoleão Ribeiro teve contato com as famílias de alguns dos migrantes à época da confecção do livro, o que pode ser entendido como um constructo de memórias, alinhavadas pela narrativa de Ribeiro com claros intuitos voltados ao ideário heroico. Mais uma vez recorrendo a Eclea Bosi, é interessante entender que a memória é construída com o arsenal de possibilidades e intenções do presente, o que lhe atribui novos elementos, advindos de demandas do tempo vigente. Ao contar com essa referência é interessante notar que Mário Diogo lembra-se da obra de Napoleão Ribeiro no momento da entrevista, quando o assunto era pautado nos trajetos de João Gabriel, tendo em conta uma convergência de intenções, que projeta Ribeiro como baliza.

²⁰⁶ RIBEIRO, Napoleão. **O Acre e seus heróis**: contribuições para a história do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2008. p.22 e 23

Naquele tempo eu era menino quando apareceu um senhor aqui chamado Napoleão Ribeiro. E eu tava na casa do meu avô, que era bem perto da nossa casa, e ele tava lá conversando com meu avô, e com o José Paz, e um outro chamado Zé Benedito Pereira, era Benedito o nome dele... Benedito Pereira de Souza, que era casado com uma parenta da minha avó, com uma irmã da minha avó. Essa gente tava conversando com Napoleão Ribeiro, explicando essa viagem, essa trajetória que fizeram do Ceará e tudo, e ele escreveu um livro chamado... *Desbravadores do Acre*... Parece que era, não me lembro mais o nome desse livro. Esse livro contava a trajetória das explorações por aqui... Assim, umas certas crônicas que ele fazia, não sabe? *E tinha uma sobre o João Gabriel que era a maior*, relatava mais ou menos aquela parte que eu falei lá do Ceará...²⁰⁷

Ao reafirmar a postura do autor dos anos 1930, Mario Diogo atualiza a elaboração narrativa que remete aos formatos da trajetória do Anajaz como epopeia. A versão contada pelo sobrinho neto de João Gabriel afina-se com a de Napoleão Ribeiro, tanto que o entrevistado fundiu as duas variantes da trama, não apontando diferenças entre ambas, e sim indicando complementaridade. Num livro lembrado como *Desbravadores do Acre*, onde existiam umas “certas crônicas”, a maior delas se referia ao cearense de Uruburetama, e porque não dizer *a mais importante*. Dentro dessa conjuntura narrativa, as demandas de 1930 se encontram com as do tempo presente, dando uma ideia da atualização ocorrida no campo da memória. É possível afirmar, desse modo, que o trabalho da lembrança não é articulado de maneira aleatória, e sim refletido conscientemente, pensado de acordo com intenções. Não é possível perder de vista que a tessitura da “memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição.”²⁰⁸ Em diálogo com o referido raciocínio de Bosi é possível pensar de maneira crítica os formatos da memória em torno da saga do Anajaz, analisando o relato de Mário Diogo como fonte. A memória é carregada de intencionalidades, e por isso seletiva, conjugando várias temporalidades, mas grandemente pertinente a situação vivenciada no presente.

²⁰⁷ Entrevista de Mário Diogo de Melo – Boca do Acre – AM, 30 de julho de 2009.

²⁰⁸ BOSI, *Ibid*, p.55.

É nesse cenário que foi sendo elaborado o episódio do Anajaz como *marco*, situado-se tanto na memória de Mario Diogo como dentro de vários trabalhos que remetem a história do território amazônico.²⁰⁹ É entremeadado nessa relação entre memória e História que o entrevistado situou sua fala, pois como já foi ressaltado anteriormente, em muitos momentos foram feitas referências às publicações sobre o tema, como se seu relato fosse duplamente legitimado, tanto pelos antepassados, como pelas obras escritas que davam veracidade ao conteúdo narrado. Foi por esse caminho que Mário Diogo iniciou sua fala sobre os caminhos do Anajaz, fazendo alusão ao que ele próprio já escrevera sobre o episódio anos atrás.

Esse meu livro ele passa a contar mais ou menos o desbravamento que ele (João Gabriel) fez quando chegou com esse pessoal no navio Anajaz, o navio chamava-se Anajaz. Ele saiu de Belém nesse navio, daqueles que tinha roda meia nau, quando chegou acima da boca do Pauini, ele (o comandante), chamava-se Carepa, ele (o comandante) não quis continuar a viagem, porque ele (o comandante) achou que o rio tinha ficado estreito, e podia o navio se sacrificar, aí tomou rumo pra fazer uma clareira pra descarregar o pessoal e as mercadorias, ainda muito distante da boca do Acre, e João Gabriel discutiu com ele muito, mas ele foi irredutível. Aí João Gabriel disse: “bem, nesse caso vou tomar minhas providencias”, aí combinou com os outros homens, pediram o mestre do navio pra abrir uma caixa de bala.²¹⁰

Ao entrar nos detalhes da viagem, a primeira cena que vem à tona na fala de Mário Diogo trata da relutância do comandante da embarcação, chamado Carepa, em seguir viagem, receando o escasseamento das águas, que tornava o rio mais raso e estreito a medida que empreendiam a subida de seu curso. Tal decisão incidiria diretamente no destino de todos que estavam a bordo, que não seriam desembarcados no local combinado, além do que a larga distância da confluência com o rio Acre era um indício de que ainda havia um longo caminho até a chegada aos locais onde estavam situadas as maiores fontes de látex, castanhas, salsa, dentre outro produtos, cuja abundância seria conhecida e almejada por João Gabriel. Esse problema teria tomado especial atenção do agente cearense, que inconformado com a decisão do comandante

²⁰⁹ Autores como Craveiro Costa, Napoleão Ribeiro, José Carvalho, Arthur Reis e o próprio Mário Diogo, dentre outros, são exemplos de autores cujas obras podem ilustrar essa dedução.

²¹⁰ Entrevista de Mário Diogo de Melo – Boca do Acre – AM, 30 de julho de 2009.

resolve, em acordo com os demais tripulantes, forçar Carepa a seguir o real destino do Anajaz, sem mudanças de rota.

Dentro desse cenário, Mário Diogo mais uma vez arma-se com o que teria sido a fala de seu tio-avô, afirmando “bem, nesse caso vou tomar minhas providências”, que incidiria mais tarde na insurgência dos tripulantes diante da tomada de decisão do comandante. Foi possível notar a vivacidade gestual feita pelo entrevistado nesse momento, a mudança no tom de voz, no semblante do olhar, no arqueamento das sobrancelhas, como se naquela ocasião João Gabriel retornasse incorporado no seu sobrinho-neto, que ao contar suas peripécias, reavivaria o acontecido, contribuindo com a preservação da memória do *grande feito*.

Ao captar esses detalhes e afirmá-los como constituintes da fala, intenta-se apontar as possibilidades de levar em conta na entrevista os sinais trabalhados pelo corpo, em sua multiplicidade de realizações gestuais, que semelhante à fala também geram comunicação, sendo aspectos que compõem as tramas da memória, que igualmente podem falar ao historiador. Entende-se que as lembranças não são carregadas de imagens estáticas, mas de cenas e pessoas que se movem no tempo e no espaço, articulados em interpretações de contextos e experiências que são lembradas e atualizadas no presente. Portanto, o gestual captado na entrevista de Mário Diogo em referência a viagem do Anajaz deve também ser tratado como componente de sua memória, articulada no momento da fala, organizada e trabalhada com contornos bem definidos.

As intenções são explicitadas de maneira ainda mais clara quando é levado em conta um conjunto maior de formas de expressão do entrevistado. Foi fiando-se nesse argumento que se observou o andamento do relato de Mário Diogo, que continuou falando sobre os acontecimentos ocorridos após a negação, por parte do comandante da embarcação, do seguimento da viagem. A trama caminhou para um conflito de interesses entre a tripulação, na qual Carepa estava isolado, pois fora o único que não quisera prosseguir, tendo em vista a pressão dos demais em vista da continuação da viagem. Diante dessa situação, agindo sorrateiramente, sem o conhecimento do comandante, João Gabriel teria planejado uma maneira de neutralizar o dirigente da embarcação, passando a presidir os destinos do Anajaz.

(...) e quando a noite estava um pouco assim dentro (sic), eles estavam encostados pra deitar... aí ele (João Gabriel) se combinou com o pessoal pra de manhã render o comandante, pra ele assumir o comando do navio. Aí prendeu, *nesse livro aqui eu conto isso*, prendeu. Quando de manhã eles subiram um bocado pela escada de frente, outros pela escada da meia nau do navio, e ele (o comandante Carepa) tava no café. Aí chegaram lá e ele disse: “*O senhor tá preso, recolha-se, agora eu sou o comandante, eu vou assumir o comando do navio*”. Aí ele (o comandante Carepa) não teve alternativa, ficou preso no camarote, e ele (João Gabriel) desceu conversou com o prático, pra ajudar a guiar o navio né.²¹¹

A combinação entre o grupo de passageiros é destacada sob a liderança de João Gabriel, que agindo sem o conhecimento de Carepa, teria conseguido surpreendê-lo, rendendo-o aos seus intentos, que consistia em seguir rumo a boca do rio Acre. Ao apontar que o agente assumiu o comando da embarcação armado e com a ajuda dos migrantes, esboça-se uma ideia de unidade de interesses, ou ainda do poder de liderança do tio-avô de Mário Diogo, que teria, em nome das *demandas comuns*, empreendido a tomada do Anajaz. Essa dedução remete a ideia de uma conjunção de objetivos entre os tripulantes insurgentes, como se os amotinados da embarcação estivessem todos afinados aos interesses de João Gabriel, que seria grandemente prejudicado com a mudança de trajetória da embarcação, pois não honraria seus compromissos com a empresa aviadora, sem alcançar as maiores fontes de produtos da floresta situadas no local de destino originário.

Ao contar os detalhes dessa parte da trama Mário Diogo toma um tom mais grave, fala por vezes com a voz mais baixa, gesticulando pouco, como se estivesse contando um *segredo*. Essa característica pôde ser observada de modo mais explícito quando ele fala dos detalhes das ações do plano de tomada do Anajaz – *Quando de manhã eles subiram um bocado pela escada de frente, outros pela escada da meia nau do navio, e ele (o comandante Carepa) tava no café* – e logo após esse momento ocorre uma significativa mudança, pois entra a fala que o próprio João Gabriel teria proferido - *O senhor tá preso, recolha-se, agora eu sou o comandante, eu vou assumir o comando do navio* – sendo que nesse momento o tom de voz não é mais o do *segredo*, e sim o da altivez, digna do novo comandante da embarcação. Dando

²¹¹ Entrevista de Mário Diogo de Melo – Boca do Acre – AM, 30 de julho de 2009.

continuidade a cena, Mário Diogo sorri, esboçando satisfação pelo sucesso do plano, afirmando a falta de alternativas deixadas ao comandante Carepa, que teria ficado preso até a chegada na boca do Acre.

Aí assim fez. Ele veio (João Gabriel comandando o Anajás), quando atracou o navio aí (na boca do rio Acre), que descarregou nas barracas, tinham umas barracas que eles tinham deixado já da outra vez que tiveram aqui né. Aí tinham umas barracas, e eles aumentaram as barracas, e fizeram um barracão grande assim de improviso pra botar as mercadorias né, fazer um armazém.

Imagem 4



Boca do rio Acre (confluência com o Purus) e beiradões. Do lado esquerdo da imagem o município de Boca do Acre. Foto 01/08/2009 – Antônio Alexandre Isidio Cardoso

A organização da expedição em terra teria sido a primeira medida realizada pelos tripulantes do Anajaz, que desembarcaram pouco acima da confluência dos rios Acre e Purus, que serviu de base para o que hoje se tornou o município de Boca do Acre (observado na fotografia). É destacada a presença de algumas barracas edificadas anteriormente, que também serviam aos intentos extrativos. As primeiras medidas tinham como meta a edificação do barracão, mesmo de improviso, que serviria como armazém para as mercadorias trazidas na embarcação. Essas características eram usuais na organização social das explorações dos altos rios, que tinham no sistema de aviamento sua base de financiamento, representado no *armazém*, onde eram guardadas as mercadorias que seriam comercializadas com os trabalhadores, em troca da produção nas matas. A empreitada iniciava com o trabalho fiado

no endividamento dos migrantes, e a par dessa ação estava o contato com os povos que habitavam a região, que não era despovoada.

Quando questionado sobre a presença de outros povos nas imediações do desembarque, Mário Diogo fala dos indígenas que habitavam a área, não deixando de fazer referência a relação que essas pessoas teriam empreendido com os tripulantes do Anajaz. O cerne do contato é narrado através das ações de João Gabriel em seus diálogos com uma das lideranças das comunidades indígenas, que segundo o entrevistado fizeram uma aliança, na qual não havia espaço para hostilidade.

Ele falou com o índio, e pediu... que queria fazer uma aliança. Ele não hostilizava os índios, queria ajudar. Aí eles compreenderam logo, porque ele deu logo um terçado. Mas adiante ele tava conversando com o *Tuchau*, aí veio um Cujubim, um pássaro que tinha muito, era um pássaro que se não foi extinto só existe nessas matas muito longe, mas o Cujubim era uma excelente caça, pra alimentação né. E o Cujubim veio e sentou numa árvore, e o João Gabriel veio e atirou no Cujubim, aí o índio ficou encantado com aquilo. Aí ele disse, *eu vou lhe dar isso aqui, só tem uma coisa, você não atire em gente, nem em outro índio, você só atire nos animais quando você caçar*, e ele concordou. Nunca houve nada com esses índios, ainda hoje quando a FUNAI chegou, muitos já eram eleitores, casados, tinham família, muitos já tinha comprado alguma propriedade, acabaram com esse negócio de maloca pra aqui pra acolá... A FUNAI chegou e pegou uma área indígena ali nas terras do meu avô, e estabeleceu uns índios lá, mas eles nem moram lá. Olha, uns são seringueiros, uns trabalham com agricultura, tem uns até que são professores ali na terra firme, num povoado que tem. De maneira que nunca houve hostilização com os índios, por causa do João Gabriel.

A argumentação de Mário Diogo sobre a problemática indígena tem como mote a ideia de incorporação, de assimilação desses povos a uma *sociedade nacional*. Dentro dessa perspectiva João Gabriel teria contribuído significativamente para o referido projeto, como um dos que guiaram esses povos para as explorações extrativas baseados no endividamento, auxiliando na retirada dos índios de suas malocas. A abordagem dos índios era baseada na troca de objetos, como no caso do terçado, ou da carabina que poderia abater a caça com facilidade, assim celebrando boas relações com os membros do Anajaz. No que se refere especificamente a arma de fogo, o agente cearense teria sido bem claro com o líder Camicuã – *eu vou lhe dar isso aqui, só tem uma coisa, você não atire em gente, nem em outro índio, você só*

atire nos animais quando você caçar – explicando ao chefe indígena que não era razoável utilizá-la para fins de violência. Interessante notar que essa mesma observação talvez não fosse muito bem entendida pelos outros recém-chegados do Anajaz, e mesmo por outros membros de expedições similares, que utilizavam da violência, não descarregando suas armas somente nos animais caçados.

Os presentes e orientações de João Gabriel também tinham intenções direcionadas a conquista de mais força de trabalho, levando em conta que os índios eram conhecedores da área, e após os ensinamentos sobre o manejo *adequado* dos instrumentos da faina poderiam ser úteis no projeto de assenhoreamento das fontes de drogas. Essa referência pode ser analisada também através da fala de Mário Diogo, quando afirma que os exploradores utilizavam a força de trabalho dos povos indígenas, que igualmente eram submetidos ao sistema de aviamento, e incorporados dentro dos quadros de trabalhadores, ou seja, os índios labutavam juntamente com os migrantes. “Os seringalistas vendiam o que eles precisavam. Precisavam de roupa, precisavam de comida, essas coisas assim. E eles aviavam e recebiam a borracha. Até no tempo do meu pai nós tínhamos uma porção de fregueses que eram índios.”

Apesar do *cuidado* destacado pelo entrevistado no que se refere ao trato com os povos indígenas, esse tipo de contato não era atravessado por circunstâncias amenas, sem conflito. O próprio Mário Diogo fala sobre um acontecimento que teria ocorrido logo nos primeiros tempos após a chegada do Anajaz, quando houve um sério confronto, que tivera em ambos os lados índios, uns aliados aos interesses dos exploradores, e outros defendendo o espaço de suas terras.

Diante da complexidade da situação é salutar destacar não somente dois lados em disputa, mas também os múltiplos contornos das relações sociais trabalhadas através do relacionamento entre povos indígenas e migrantes. A contenda teria ocorrido por conta do avanço de Alexandre de Oliveira Lima, mais tarde conhecido como Barão de Boca do Acre, sobre as terras dos índios, que teriam atacado os envolvidos na empreitada.

Quando o Barão de Boca do Acre, que era o Alexandre de Oliveira Lima, fez umas explorações até nas cabeceiras do

Sapatiní, eles se arreviaram (sic) contra isso né. E resolveram fazer um ataque no barracão do Barão, que era o Alexandre de Oliveira Lima. O *Camicuã* que era um chefe Apurinã, que chamava também de *Tuchau*, veio e avisou o Alexandre de Oliveira Lima, que botavam o nome de barão porque era bonachão né. Disse que eles vinham atacar, já marchando de lá pra cá... Aí ele (Camicuã) se ofereceu pra ir atacar eles antes que eles chegassem aqui. Aí o Barão juntou um pessoal, e ele levou outros apurinã dele, e tiveram um encontro numa certa área, já dentro das explorações do Barão, encontraram outros índios que vinham do lado do Ituxí. Aí eles tavam fazendo um acampamento pra pernoitar, quando eles atacaram com uma chuva de flechas, assim... o *Camicuã* foi logo atingido. Aí eles reagiram atirando nos outros né, fizeram uma batalha muito grande, morreu um *apurinã* e o *Tuchau* ficou ferido. Pois bem, mas o *Camicuã* morreu, pegou uma flechada no peito, o *Tuchau*, aí botaram numa rede e logo adiante ele morreu.

Os passos do conflito descrito por Mário Diogo podem ilustrar os formatos de muitas outras contendadas no território amazônico oitocentista, ocorridos em consonância com a frente de expansão. Os embates aconteciam não somente no campo da luta direta, mas também nas pelejas em torno da atribuição de *sentidos* ao território, em meio aos encontros e desencontros dos tempos da fronteira. A expedição do Anajaz deve ser entendida dentro desse processo histórico, como mais uma incursão destinada a um local fronteiro.

Logo, o conflito apontado por Mário Diogo deve ser analisado como um produto desse cenário, onde estavam presentes interesses diversos que entravam em desacordo, deflagradores de ondas de violência que caracterizavam (e caracterizam) a territorialidade de áreas limítrofes.

Mesmo afirmando por várias vezes a ausência das contendadas, evidenciando a amizade entre migrantes e índios, o entrevistado não deixa de fazer alusão ao avanço de Alexandre de Oliveira Lima até o Sapatiní, afluente do Purus, que certamente tivera como objetivo a exploração de mais fontes de produtos das matas, invadindo áreas cujo uso da terra era indígena. Na descrição da luta, percebe-se mais uma vez a presença do líder Camicuã como um aliado do conhecido Barão de Boca do Acre (e também de João Gabriel), que luta contra outros índios e acaba sendo abatido por uma flecha. Ainda é possível observar que somente indígenas morrem no conflito, o *Tuchau* e um Apurinã, um indicativo das possibilidades desiguais de ataque que estavam em jogo, onde certamente foram utilizadas armas de fogo. Ao final da batalha,

seguindo o relato de Mário Diogo, não é possível saber se Alexandre de Oliveira Lima conquistou ou não seu desígnio, ou se os índios conseguiram expulsá-lo. Essa inferência não torna o episódio estéril (por não deixar claro seu desfecho), na medida em que é possível evidenciar o rastro de violência, que não deve ser sublimado na análise dessas memórias. Portanto, é preciso entender que o processo de reterritorialização dos migrantes cearenses na segunda metade do século XIX esteve inserido dentro dessa problemática de contendidas fronteiriças.

Essa questão pode parecer carregada do óbvio num primeiro momento, mas ao analisar a constituição de um *marco*, no qual são perfilados aspectos grandemente carregados de heroísmo, pode ser visualizada uma tentativa de justificação da violência em nome do *grande feito*, ou ainda a absolvição das figuras centrais, como João Gabriel.

Noções similares são posicionadas em diversos outros processos históricos, como nos vários conflitos sanguinolentos do período colonial, onde estavam presentes os bandeirantes, destacados muitas vezes como heróis, como líderes do avanço colonial, onde são feitas ralas referências aos massacres ocorridos no decorrer de suas empreitadas. Para muitos autores, os migrantes cearenses podem ser posicionados no mesmo rol dos bandeirantes. Ao fazer um paralelo entre as experiências de violência de ambos os processos históricos é preciso evidenciar o caráter homogeneizante e determinista que os coloca lado a lado, na medida em que são focadas as figuras de líderes (como se fossem extensivos a todos os outros), e também são elaborados aspectos justificatórios das agressivas *aventuras de conquista*.

Ao criticar esse ângulo de observação, não se busca anular os feitos ou devotar deméritos a líderes de expedições, pois atravessar grande parte do continente sul americano em tempos de transportes e condições gerais precárias não pode ser considerada uma tarefa fácil. Mas importa dizer que essas empreitadas não eram feitas somente de *feitos heróicos*, e que entre seus membros não existiam somente Borbas Gato ou Barões da Boca do Acre ou ainda Gabrieis de Carvalho e Mello.

No que se refere ao deslocamento de cearenses, faz-se necessário salientar o caráter plural dessas experiências de migração, onde devem ser destacadas a participação de múltiplas pessoas e de diversas contendidas, não

só entre indígenas e recém-chegados, mas também entre os próprios indígenas ou ainda entre os próprios sujeitos que se deslocaram, que poderiam ser em maioria cearense, mas não idênticos social e culturalmente. Assim como as razões da migração eram diversas, múltiplas também eram as problemáticas que acompanharam a travessia, responsáveis pelos formatos das vivências, contatos e criações de novas territorialidades na floresta.

Em diálogo com essas dimensões plurais do movimento migratório, é possível vislumbrar a interferência dessas sociabilidades nas terras amazônicas, que sofreram um processo de mudança significativo com a chegada dos novos habitantes. Considera-se que os deslocamentos misturaram mundos, e dessas combinações nasceram novas possibilidades de vivências, novas relações sociais, que tanto foram influenciadas como influenciaram na conformação do território.

As reflexões sobre as facetas da memória, a construção de marcos históricos, a elaboração de tipos migrantes (vítimas, heróis...), a visibilidade dos mundos do trabalho na floresta, todos esses fatores analisados criticamente ajudam a pensar os caminhos que levaram a tessitura do fluxo em várias de suas dimensões, considerando o peso da participação dos migrantes nessa empreitada. Essas dinâmicas devem ser evidenciadas, levando em conta o compromisso de destacar que as travessias entre o Ceará e o território amazônico não foram feitas ao acaso, e nem impostas através da condenação de uma sina, contribuindo e acrescentando outras questões ao debate sobre a problemática das migrações internas no Brasil oitocentista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa dissertação intentou-se demonstrar que o processo migratório de cearenses para o território amazônico teve em sua construção a ação dos migrantes, que foram partícipes da elaboração de um fluxo, de uma tessitura das possibilidades da travessia. Tal inferência não foi feita por acaso, tendo em conta os vários trabalhos que apontam somente razões estruturais, combinações “politico-econômico-climáticas” que, de certo modo, explicariam uma espécie de *sina* dos migrantes, que seriam empurrados, tangidos, acossados, expulsos de sua terra nata. Nesse sentido, durante o percurso da feitura do trabalho, foi sendo articulada uma resposta crítica ao referido tipo de posicionamento na historiografia, situando os migrantes como sujeitos da História.

Foi preciso aguçar o olhar nos momentos de análise das fontes, perseguir os rastros dessas pessoas na documentação, que mesmo escondidas nas palavras dos jornais, emudecidas nos relatos dos Presidentes de Província, apareciam apontando suas escolhas, em consonância com o campo de possibilidades que estava em processo. Do Ceará em direção as Províncias do Para e Amazonas, tentando acompanhar os passos dos migrantes nas fontes, foram percebidas muitas questões interessantes. Uma delas trata da problemática da navegação pela bacia amazônica, que propiciou um incremento significativo do movimento de pessoas e mercadorias pela floresta, tendo em vista as intenções do Estado que almejava um acréscimo do número de trabalhadores, mas ora desejoso de posicioná-los em colônias agrícolas, ora interessado nos dividendos advindos do extrativismo.

Sintonizado nesse processo de entrada de pessoas nas províncias amazônicas (e para além de suas fronteiras geopolíticas), outra questão de peso trata do cenário de fronteira que estava sendo posicionado diante dos milhares de migrantes que chegavam ao território. Desse modo, a subida dos rios Purus, Madeira e Juruá foi pensada como uma mostra da grande complexidade do processo, levando em consideração desde as contendas com os povos indígenas, até os formatos altamente coercitivos vivenciados no

regime de trabalho nos seringais. Notícias dessas localidades eram alardeadas nas páginas dos periódicos, a maioria das vezes fazendo referência a uma idéia de violência, mas que também acompanhava a probabilidade do sucesso, da descoberta de novas e ricas frentes extrativas, fontes que poderiam trazer dividendos e melhorias aos que as alcançassem. Em outras palavras, é possível afirmar que *Eldorado* e *Inferno Verde* dividiam o mesmo território.

Após conviver com esses mundos de fronteira e movimentar-se pelos rios e matas amazônicos, muitos migrantes retornavam ao Ceará, levando consigo notícias e impressões sobre suas experiências na nova territorialidade. Foi percebida nessa conjuntura uma circularidade de informações que ligava o Ceará ao território amazônico no cerne da conformação de redes de contato entre as pessoas que se deslocavam. Nesse cenário, analisou-se a importância das relações familiares, vínculos de sociabilidade e de solidariedade, que também deram sentido as movimentações. Portanto, é interessante reiterar que além das notícias que apareciam nos periódicos (considerando sua correspondência com jornais de outras províncias), dos relatos oficiais, que evidenciavam uma mensagem atrativa do mundo amazônico por todo o Império, ainda havia as movimentações dos vapores e das mercadorias, que acompanhados dos muitos migrantes, exploradores e viajantes de toda ordem, no decorrer da segunda metade dos oitocentos foram levando para longe impressões sobre a floresta.

Um dos meios de comunicação que esteve presente nesse cenário foram as cartas enviadas por esses sujeitos, embebidas de testemunhos, de relatos de experiências, que davam sentido a construção de referências sobre a floresta em outras paragens. Portanto, considera-se que seria inverossímil afirmar que os migrantes cearenses (ou de qualquer outra origem) desconheciam completamente as características das vivências amazônicas, deslocando-se absortos de seus destinos.

Com a análise da trajetória de João Gabriel de Carvalho e Mello foi possível vislumbrar tais aspectos com alguma nitidez, tendo em vista uma variação da escala de investigação, ressaltando suas dimensões micro, no sentido de mapear parte de seus passos como migrante e Paroara, de modo a tentar enxergar também os muitos que o acompanharam. O contato do cearense da serra de Uruburetama com seus familiares e demais patrícios

destacou-se como mote para entender algumas das facetas de uma *circularidade de informações*. O referido ângulo de abordagem, considerando seu posicionamento metodológico (em perseguição aos trajetos migrantes e seus indícios nas mais diferentes fontes), pode ser entendido como uma brecha em meio às análises que prezam por uma lógica estrutural, um indicativo que poderá ser útil para observar outras trajetórias.

Certamente o papel de *Paroara* não foi privilégio somente de João Gabriel, e também não foi apenas através do contato com esses emissários que se constituiu o fluxo migratório em direção as terras amazônicas. Tudo leva a crer que existiram várias outras possibilidades de deslocamento, vários outros caminhos que levaram homens e mulheres a tornarem-se migrantes, a elegerem suas escolhas. Uma trilha profícua para tentar entender essa problemática passa pela perseguição de trajetórias, dando especial atenção aos seus indícios nos documentos. Como orienta Jacques Revel, é possível analisar um trajeto singular sem excluir uma perspectiva mais ampla e plural.

A escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve.²¹²

Ao seguir tais percursos, observando seus rastros nas fontes, foi possível analisar um amplo movimento em direção aos altos rios amazônicos. E isto não estava relacionando somente ao deslocamento de cearenses para o território, mas a um significativo conjunto de sujeitos, onde estavam presentes exploradores ligados a casas aviadoras, trabalhadores migrantes de toda ordem, regatões, membros das companhias de navegação, além dos povos indígenas que tinham suas terras invadidas numa escala cada vez maior. Estava em processo uma problemática de fronteira, acompanhada de perto pelos interesses políticos das Províncias amazônicas, que estavam em sintonia com os objetivos expansivos das casas aviadoras (o que nem sempre acontecia), que almejavam aumentar seus rendimentos com um possível acréscimo na exportação dos vários produtos das matas. O Estado, aliado aos

²¹² REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.21.

ímpetus econômicos, ambicionava estender seu poder pelas localidades que eram foco de atração econômica, buscando acompanhar de perto a devassa de suas potencialidades e riquezas, não deixando de atentar ao problema crescente de escassez de mão-de-obra, no objetivo de “salvar” comunidades indígenas para as causas “nobres” do trabalho.

Várias foram as expedições oficiais enviadas aos rios Purus, Madeira e Juruá, além das incursões de pesquisadores estrangeiros, que tentavam conjuntamente esquadrihar a área dos altos rios. Essas pessoas buscavam, além das fontes de drogas da floresta e de possíveis trabalhadores, caminhos alternativos e mais rápidos entre o território fronteiriço e os centros decisórios. Diante da análise dessas movimentações muitos nomes se destacaram nas fontes, como Manuel Urbano da Encarnação, João Cametá, Serafim Salgado, Frei Pedro de Ceriana, João Martins da Silva Coutinho, William Chandless, além do próprio João Gabriel. Todos esses sujeitos, cada um a seu modo, estiveram envolvidos com o avanço sobre o território amazônico ocidental, e a investigação de suas trajetórias podem ser preciosas num entendimento mais acurado das problemáticas de fronteiras.

Acompanhar tais trajetórias não significaria erigir perfis heróicos, ligados a uma história embebida somente em eventos, nomes e datas. Ao contrário, considera-se muito mais interessante auscultar o inter-relacionamento desses sujeitos com o avanço fronteiriço que estava em evidência, em seu contexto, tendo uma idéia das suas ações dentro de um campo maior de possibilidades. O dito posicionamento certamente traria outros nomes e trajetórias, que revelariam a dinâmica de uma história *from below* no contexto de fronteira. Essas reflexões (ainda não aprofundadas) acompanharam de maneira *inquieta* todo o processo de pesquisa/escrita da presente dissertação, e merece uma investigação mais atenta e detalhada.

Para tanto, entraria em cena, mais uma vez, a atenção aos indícios, a ligação entre as diversas fontes, que não podem ser descartadas em nenhuma tipologia. Devem ser consideradas desde a documentação de caráter oficial, tendo em vista que muitos dos “de baixo” só aparecem quando entram em contato com os efeitos do *poder*, quando entram em choque ou mesmo burlam

as estratégias de Estado ou do poderio político-econômico²¹³, até as tramas da memória, que muito tem a dizer sobre aspectos alheios a uma factualidade aparentemente vazia, como um vetor enriquecedor da discussão.

Foi em busca desse resultado que se investigou durante a feitura da dissertação a produção de Mário Diogo de Melo, sobrinho-neto de João Gabriel, que trouxe para o presente trabalho a densidade das lembranças e construção de memórias contidas em sua entrevista e em seus livros. Através de seus relatos foi possível visualizar alguns dos significados de marcos históricos relacionados à trajetória de cearenses em terras amazônicas, especialmente tratando das idas e vindas de João Gabriel e a conhecida saga do Anajaz. Esses episódios servem como indicativo de permanências, da atualização dos “marcos”, como meio de analisar os formatos e as intenções resguardadas nas tramas da memória.

Além do produto das reminiscências de Mário Diogo, também não podem ser esquecidas as várias outras tipologias de fontes utilizadas, como as já mencionadas cartas, além dos relatos de viajantes, periódicos, crônicas e outras narrativas. Esses diferentes fragmentos do passado, além de permitirem diversos ângulos de análise, ajudaram nas reflexões sobre a variedade de caminhos que podem ser trilhados pelos historiadores em suas investigações. É preciso salientar a significativa importância do cruzamento da documentação, que embora (por vezes) possa suscitar embaraços teórico-metodológicos (que devem ser entendidos como problemas historiográficos a serem enfrentados), podem enriquecer grandemente a escrita, na medida em que ajudam a dar as cores do processo numa maior amplitude, dando vazão a um número expressivo de índices analíticos e possibilidades de interpretação.

Com essas intenções a presente dissertação foi elaborada, almejando contribuir para o debate historiográfico sobre o tema das migrações entre o Ceará o território amazônico no século XIX.

²¹³ LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do rio Madeira. (1880-1930)**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Manaus, 2007.

5. REFERÊNCIAS E FONTES

➤ Periódicos

Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Fortaleza-CE)

Setor de periódicos – Microfilmagem
Jornais

Cearense

Ano	Rolo	Números
1852-1853	94C	491 – 692
1854-1855	94D	693 - 995
1869	085	145 – 290
1876	022	02 - 126
1877	084	002 - 108

O Retirante

Ano	Rolo	Número
1877	036A	Não contém numeração

Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves – CENTUR (Belém-PA)

Setor de Periódicos – Microfilmagem
Jornais

Diário do Gram-Pará

Ano	Rolo	Arquivo	Gaveta
1857	001	03	03

O Director

Ano	Rolo	Arquivo	Gaveta
1857	Sem numeração	01	05

O Colono de Nossa Senhora do Ó

Ano	Rolo	Arquivo	Gaveta
1857	Sem numeração	01	05

Grêmio Literário Português (Belém-PA)

Setor de Periódicos

Gazeta Oficial do Pará

Ano	Descrição
1858-1866	Encadernado - Typ. Commercial de Antonio José Rabelo Guimarães

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA (Manaus – AM)

Estrella do Amazonas

Ano	Descrição
1845 - 1859	Microfilmado, sem numeração na caixa do rolo.

Universidade Federal do Amazonas –UFAM/ Laboratório de História da Imprensa no Amazonas – LHIA

Correio de Manáos

Ano	Descrição
1869	Microfilmado, rolo – jornais diversos 1867-1898

Centro de Documentação e Informação História – CDIH/UFAC (Rio Branco – AC)

Jornais

El Acre

Ano	Descrição
1902	Encadernado, sem numeração

Cruzeiro do Sul

Ano	Descrição
1906	Encadernado, sem numeração

Alto Purus

Ano	Descrição
1913-1914	Encadernado, sem numeração

➤ Cartas

Cartas de João Gabriel de Carvalho e Mello

- Carta endereçada ao Pai – Belém, 22 de setembro de 1854. (BULCÃO, 1932:30)
- Carta endereçada a Esposa – Manaós, 08 de novembro de 1858. (BULCÃO, 1932:32)

Cartas do “Caboclo Velho”

- 2ª carta do “Caboclo Velho” ao redactor do <Cearense>, Hyutananhã, 28 de Junho de 1873.
- 3ª carta do “Caboclo Velho” ao redactor do <Cearense>, Hyutananhã, 22 de Julho de 1873.

➤ Fontes Oficiais

Arquivo Publico do Amazonas (Manaus – AM)

- Livro do diretório de índios (sem mais referências)

Arquivo Público do Pará (Belém-PA)

Ofícios da Associação Comercial e Conservatório do Comércio

- **Fundo:** Secretaria da Presidência da Província do Pará
Série: 13 - ofícios (Comissão da Praça do Comércio)
Ano: 1853-1854
Caixa: 178

- **Fundo:** Secretaria da Presidência da Província do Pará
Série: 13 - ofícios (Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas)
Ano: 1865-1869
Caixa: 280
- **Fundo:** Secretaria da Presidência da Província do Pará
Série: 13 - ofícios (Minutas de ofícios)
Ano: 1861-1869
Caixa: 23
- **Fundo:** Secretaria da Presidência da Província do Pará
Série: 13 - ofícios (Junta Comercial da Província do Pará)
Ano: 1877-1878
Caixa: 360

Sítio na internet da Universidade de Chicago

<http://www.crl.edu/content/provopen.htm> (ultimo acesso em 14 de abril de 2010)

Relatórios de Presidentes de Província

Província do Amazonas

- “Relatorio que em seguida ao do exm.o snr. prezidente da provincia do Pará, e em virtude da circular de 11 de março de 1848, fez, sobre o estado da provincia do Amazonas, depois da installação della, e de haver tomado posse o seu 1.o presidente, o exm.o snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas, Typ. de M. da S. Ramos, 1852.”
- “Falla dirigida á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas, na abertura da primeira sessão ordinaria da primeira legislatura, pelo Exm.o vice-prezidente da mesma provincia, o dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, em 5 de setembro de 1852. Capital do Amazonas, Typ. de M. da S. Ramos, 1852.”
- “Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.o de agosto de 1854, em que se abriu a sua 3.a sessão ordinaria, pelo presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna. Barra do Rio Negro, Typ. de M.S. Ramos, 1854.”
- “Relatorios com que o exm. sr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da provincia, passou a administração ao primeiro vice-presidente, exm. snr. dr. Manoel Gomes C. de Miranda, e com que o exm. snr. dr. Sinval Odorico de Moura abriu a segunda sessão da

Assemblea Legislativa Provincial do Amazonas. Maranhão, Typ. do Frias, 1864.

- “Relatorio lido pelo exm.o sr. presidente da provincia do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão 'abertura da Assembléa Legislativa Provincial á 25 de março de 1870. Manaos, Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870.”
- “Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na 1.a sessão da 13.a legislatura em 25 de março de 1876 pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, dr. Antonio dos Passos Miranda. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1876.”
- “Falla com que o exm.o señr. presidente da provincia do Amasonas, dr. Agesilão Pereira da Silva, abrio os trabalhos da 2.a sessão da 13.a legislatura da Assembléa da mesma provincia, em 4 de junho de 1877. Manáus, Typ. do Jornal do Amazonas, 1877.”

Província do Pará

- “Falla que o exm. snr. conselheiro Sebastião do Rego Barros, prezidente desta provincia, dirigiu á Assembleia Legislativa provincial na abertura da mesma Assembleia no dia 15 de agosto de 1854. Pará, Typ. da Aurora Paraense, 1854.”
- “Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo exm.o senr. presidente da provincia, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.o de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.”
- “Relatorio dos negocios da provincia do Pará. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1864. Na cabeça do título: Dr. Couto de Magalhães, presidente do Pará, 1864. Contra-capa título: Relatorio dos negocios da provincia do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e ás bahias do rio Anapú, pelo secretario da provincia, Domingo Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das ultimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaya, pelo capitão-tenente da armada, Francisco Parahybuna dos Reis.”
- “Relatorio com que o exm. sr. presidente da provincia do Pará, dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, entregou a administração da mesma ao exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 18 de julho de 1876. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1876.”
- “Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abrio a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Legislativa da provincia do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877.”

Romances, memórias e outras fontes

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação e Cultura, 1961.

CARVALHO, José. **O matuto cearense e o caboclo do Pará**. Fortaleza: Edições UFC, 1973.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história: Euclides da Cunha**.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. Coleções temas brasileiros.

_____. **Canudos e outros temas**. Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. **O rio Purus**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960

_____. **Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, 2009.

CASTRO, Ferreira de. **A selva**. Rio Branco: Fundação Cultural do estado do Acre, 1998.

GALENO, Juvenal. **O Emigrante** In: **Lendas e Canções Populares** (introdução de F. Alves de Andrade). Fortaleza: Casa Juvenal Galeno, 1978.

LADISLAU, Alfredo. **Terra imatura**. Manaus: Editora Valer, 2008.

MARAJÓ, Barão de. **As regiões amazônicas: Estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas**. Belém: SECULT, 1992.

MELO, Mario Diogo de. **Do sertão cearense às barrancas do Acre**. Rio de Janeiro. Editora de Publicações Científicas Ltda, 2002.

_____. **Boca do Acre e seus povoadores**. Manaus: Editora Valer, 2008.

_____. **Memórias**. Manaus: Editora Valer, 2006.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde (Scenas e Cenários do Amazonas)**. Tours, Typographia Arrault & C^a, 1927

SOUZA, Francisco Bernardino. **Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas**. Pará: Typ. do Futuro, 1873.

MENDES, José Amando. **A crise amazônica e a borracha**. Belém: Typografia Santos, 1908

THEÓPHILO, Rodolpho. **O Paroara**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção social, 1974

DEMAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Márcia de Jesus Lima. **Delírios e Agruras do látex**. Rio de Janeiro: tese de doutoramento – UFF, 1991.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão**: um lugar incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

BACZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Antropos-Homem**. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.s.d p.296/332. (Enciclopédia Einaudi, n. 05)

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco – antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre**: de território a Estado – um olhar social. São Paulo: tese de doutoramento – USP, 1996.

BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar. (orgs.) **Terra Matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Editora Paka-tatu, 2002.

BULCÃO, Soares. Arraial – Villa de São João da Uruburetama: justificação da mudança de nome. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza: [s.n], 1931.

_____. O Comendador João Gabriel. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza: [s.n], 1932.

_____. O Comendador João Gabriel: retificações do artigo de 1932. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza: [s.n], 1939.

_____. Subsídio para a História do Departamento do Alto-Puruz. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza: [s.n], 1940.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Trajetórias migrantes entre a Província do Ceará e a Amazônia**: deslocamentos e representações. Fortaleza: Monografia de conclusão de curso – UFC, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite política imperial.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. (Coleção temas brasileiros, v.4).

CHAVES, Avelino de Medeiros. **Exploração da Hevea do Território Federal do Acre.** Rio de Janeiro: Monografia apresentada na Exposição Nacional da Borracha, 1913.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

COSTA, Craveiro. **A conquista do Deserto Ocidental.** Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história: Euclides da Cunha.**- São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleções temas brasileiros.)

_____. **Canudos e outros temas.** Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. **O rio Purus.** Rio de Janeiro: SPVEA, 1960.

_____. **Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos.** Brasília: Senado Federal, 2009.

DEAN, Waren. **À ferro de fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de História ecológica.** São Paulo: Nobel, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta: estudo sobre o processo de transformação social do sistema seringueiro a partir da reserva extrativista Chico Mendes.** Rio de Janeiro: tese de doutoramento – UFRRJ, 1999.

FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa.** In: **Revista Projeto História.** São Paulo: [s.n], 1993.

FERRARINI, Sebastião Antônio. **Transertanismo, sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FOUCHER, Marilza A. de Melo. **La politique d’occupation dans l’Amazonie occidentale : le cas de l’Acre.** Paris : These de doctorat de troisieme cycle - Paris III : Institut de Hautes Etudes de l’Amerique Latine, 1988.

FUNES, Eurípedes. El Dorado no Inferno Verde – Quem vive no inferno se acostuma com os cães. In: GONÇALVES, Adelaide; EYMAR, Pedro (orgs). **Mais borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC;NUDOC; Brasília: Ideal Gráfico, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades de fronteira. In: SILVA, Sérgio Duarte da (org.). **Relações cidade – campo: fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

GINZBURG. Carlo. **História Nocturna: uma decifração do Sabat**. Lisboa: Giulio Einaudi editore, 1989.

_____. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O fio e os rastros: verdadeira, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O queijo e os vermes: cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Walter P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.

GOULART, José Alípio. **O Regatão (mascote fluvial da Amazônia)**. Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968. (Coleção terra dos papagaios)

GRAHAM, Douglas; HOLANDA FILHO, Sergio Buarque de. **Migrações internas do Brasil: 1872-1970**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984.

GRANERO, Fernando Santos, BARCLAY, Frederico. **La frontera domesticada. História econômica y social de Loreto. 1850-2000**. Lima: Ed. Pontifica Universidad Católica Del Peru, 2002.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo.(orgs). **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUILLEN. Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massaranga, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KROEMER, Gunter. **Cuxiuara**: O Purus dos indígenas - ensaio étnico-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). São Paulo: tese de doutoramento - USP, 2006.

LADISLAU, Alfredo. **Terra imatura**. Manaus: Editora Valer, 2008.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre Árvores e Esquecimentos**: História social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 editores, 1996.

_____. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15 editores; Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Fronteiras Amazônicas do Brasil**: saúde e história social. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

LOUREIRO, Antonio. **O Amazonas na época imperial**. Manaus: Loureiro Ltda, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MELO, Mario Diogo de. **Entrevista**. Entrevistador: CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. Boca do Acre: 2009. 1 CD.

MENDONÇA, General Belarmino. **Reconhecimento do rio Juruá (1905)**. Rio Branco: Editora Itatiaia e Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989.

MORAIS, Viviane Lima de. **Razões e destinos da Migração**: trabalhadores e Emigrantes Cearenses pelo Brasil no final do século XIX. São Paulo: Dissertação de Mestrado - PUC, 2003.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e Vem, Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MOREIRA, Eidorfe. **Influências amazônicas no nordeste (reflexos da fase áurea da borracha).** Belém: UFPA/NAEA, Fundação Rômulo Maioara, Editora Grafisa, 1982.

NEVES, Arthur de Freitas e LIMA, Roseane Pinto. (orgs) **Faces da História da Amazônia.** Belém: Editara Paka-tatu, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

_____. A lei de terras e a lei da vida: Transformações do mundo rural no Ceará do século XIX. In: **Estudos de História.** Franca: v.8, n.2, 2001.

NUNES, Francivaldo Alves. **A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides. (Pará, 1870-1889).** Belém: dissertação de mestrado – UFPA, 2008

OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Ocupação Humana. In. **Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia.** São Paulo: Brasiliense; Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. **Relação homem-natureza: o discurso político sobre a agricultura e o extrativismo na Província do Amazonas. (1852-1889).** Manaus: Dissertação de mestrado – UFAM, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra História: Imaginando o imaginário. In. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: [s.n], 1995.

PICCOLI, Jacob Cesar. **Sociedades tribais e a economia da borracha na área Juruá-Purus.** São Paulo: tese de doutoramento – PUC, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Sociedade Acreana: elementos formadores.** Porto Alegre: dissertação de mestrado – PUC, 1991.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional.** 3ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

_____. **A Amazônia que os portugueses revelaram.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1956.

_____. **História do Amazonas: súmula para professores.** Manaus: Editora Valer, 2008.

_____. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [s.n], 2005.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia**. 1800- 1920. São Paulo: Queiroz, 1980.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Prefácio de Pierre Bourdieu; tradução Cristina Muracho – São Paulo: EDUSP, 1998.

SECRETO, Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. In. **Trajeto** V.4- Dossiê: trabalho, trabalhadores. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2003.

_____. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009..

_____. **História da seca no Ceará**: 1877-1880. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____.; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs). **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in american history**. New York: Dover Publications, 1996.

VALCUENDE, José Maria (coord.). **História e Memória das três fronteiras**: Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo: EDUC, 2009.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL difusão editorial S/A, 1979.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste:** a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

_____. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979

_____. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

6 ANEXO

ENTREVISTA DE MÁRIO DIOGO DE MELO

Fonte Oral – Referência

Entrevista com Mário Diogo de Melo. Boca do Acre, 30 de julho de 2009.
Antônio Alexandre Isídio Cardoso

Informações preliminares

Mário Diogo de Melo, sobrinho-neto de João Gabriel de Carvalho e Mello, nasceu em 13 de março de 1913 no lugar denominado 11 de junho, nas terras do seringal Xapuri – Amazonas. A entrevista que segue foi realizada em Boca do Acre – AM, em 30 de julho na casa do entrevistado. Em seu conteúdo constam as falas de Mário Diogo e de sua esposa, Dona Floripes, que estava presente na ocasião. A utilização do conteúdo da entrevista foi autorizada por Mário Diogo, e sua anuência pode ser verificada no próprio conteúdo do texto transcrito (destacada em negrito). A entrevista foi gravada e transcrita pelo autor desta dissertação.

Mário Diogo- Esse meu livro ele passa a contar mais ou menos o desbravamento que ele (João Gabriel) fez quando chegou com esse pessoal no navio Anajás, o navio chamava-se Anajás. Ele saiu de Belém nesse navio, daqueles que tinha roda meia nau, quando chegou acima da boca do Pauini, ele (o camandante), chamava-se Carepa, ele (o comandante) não quis continuar a viagem, porque ele (o comandante) achou que o rio tinha ficado estreito, e podia o navio se sacrificar, aí tomou rumo pra fazer uma clareira pra descarregar o pessoal e as mercadorias, ainda muito distante da boca do Acre, e João Gabriel discutiu com ele muito, mas ele foi irredutível. Aí João Gabriel disse: “bem, nesse caso vou tomar minhas providencias”, aí combinou com os outros homens, pediram o mestre do navio pra abrir uma caixa de bala.

Alexandre - Isso o João Gabriel pediu?

M- Isso, o João Gabriel. E entregou (a caixa de balas), e quando a noite estava um pouco assim dentro (sic), eles estavam encostados pra deitar... aí ele (J.G.) se combinou com o pessoal pra de manhã render o comandante, pra ele (J. G.) assumir o comando do navio. Aí prendeu, nesse livro aqui eu conto isso,

prende. Quando de manhã eles subiram um bocado pela escada de frente, outros pela escada da meia nau do navio, e ele (o comandante Carepa) tava no café. Aí chegaram lá e ele (J. G.) disse: “O senhor tá preso, recolha-se, agora eu sou o comandante, eu vou assumir o comando do navio”. Aí ele (o comandante Carepa) não teve alternativa, ficou preso no camarote, e ele (J. G.) desceu conversou com o prático, pra ajudar a guiar o navio né.

A- (...) porque o rio tava baixo?

M- Ele (o prático) indicava tudo, os lugares e tudo, que dava pra vir tranquilamente, apesar de um pouco estreito. Aí assim fez. Ele veio (João Gabriel comandando o Anajás), quando atracou o navio aí (próximo a boca do rio Acre), que descarregou nas barracas, tinham umas barracas que eles tinham deixado já da outra vez que tiveram aqui né. Aí tinham umas barracas, e eles aumentaram as barracas, e fizeram um barracão grande assim de improvisado pra botar as mercadorias né, fazer um armazém. Descarregaram o navio, e foi só aí que ele (João Gabriel) passou o comando pro comandante novamente.

A -Mas não houve confusão por causa disso? O Carepa não quis fazer alguma coisa?

M- O Carepa não queria seguir até aqui. Ele achava que o rio era muito estreito demais.

A- Qual era a época do ano seu Mário?

M- Isso foi em 1878, em 3 de fevereiro de 1878. Já fazia 22 anos, pela história que eu sei, que ele havia saído do Ceará, e retornou nesse ano.

A- E sobre esse retorno ao Ceará, seu Mário, das histórias que o senhor ouviu falar, como é que é a história do João Gabriel quando ele volta pro Ceará?

M- Olha, ele chegou no Belém, quer dizer, é que ele passou muitos anos entre o seringal Tauariá, era sede do baixo Purus, era a sede maior que ele tinha, mas ele então veio pra cá, encontrou aqui a seringa mais forte, mais produtiva, e mais fácil de tirar, porque aqui tem pouca água, é mais raso, o rio é mais estreito, mais é terra firme. Aí ele começou as explorações daqui pra cima, né. Daí esse pessoal (tripulantes do Anajás) começou a explorar. Daí foi que

chegou aqui em 78. Pelo que contaram aqui, olha, era que veio no navio Anajás, o meu pai (Vicente Diogo de Melo) não veio porque nasceu no rio Negro, o irmão do João Gabriel (Diogo José de Carvalho e Melo) que ficou pro rio Negro era o meu avô. Então lá morreu (o avô), os filhos ficaram órfãos porque a mãe também morreu, lá tem muita febre, e ainda mais que ele (o avô) caiu de uma ponte, quebrou isso aqui (o Sr. Mário indica com as mãos as costelas e parte da coluna vertebral) e ficou por lá e morreu. Bem, João Gabriel foi pegar esses sobrinhos e trouxe pra cá. De 1878 até 80 e tal ele teve aqui. Morou aqui na Boca do Acre. Desse tempo em diante ele voltou para o Tauariá, e engendrou as explorações aqui.

A - O Tauariá fica distante daqui seu Mário?

M- Fica muito distante. Passa o município de Pauini, o município de Lábrea, e é no município de Canutama, já fica no baixo Purus. O rio Purus tem 3000km de curso, isso contanto com o território brasileiro. Aí ele passa do Chandless, chega ao Santa Rosa...

A - Que é no Peru?

M – Daí é a fronteira. Metade do lado de cá do Santa Rosa é Brasil, do lado de lá é mesmo o Peru. E adiante tem outro lugar chamado Curriuri, que é Peru. Euclides da Cunha fez o levantamento topográfico do Purus, da boca do Purus até lá o Peru. Tem um livro chamado *Paraíso Perdido* que narra exatamente essa expedição do Euclides da Cunha de reconhecimento. Ele escreveu *Os Sertões* né, é um grande escritor.

A - Então seu Mário a gente pode dizer que o João Gabriel foi uma das primeiras pessoas que subiu o Purus?

M- Não foi a primeira. Na região do Acre-Purus não, que começou muito cedo, e quando ele veio já tinha muita gente trabalhando. Aqui pra cima mesmo o Manuel Urbano da Encarnação que foi amigo de João Gabriel, ele fez uma viagem procurando campos bolivianos pra levar gado para poder abastecer a cidade de Manaus. Nesse tempo era pequena, mas era muito movimentada, muito estrangeiro, muita gente. Manuel Urbano fez uma viagem muito antes, quer dizer, alguns anos antes de João Gabriel, depois teve um inglês, o

Chandless, que foi até onde é fronteira hoje. Tanto que tem um rio que chama Chandless. E teve um outro, não lembro do nome, acho que Cametá, que ele também fez uma viagem de estudos até mais ou menos acima da boca do laco e voltou. Olhe, o Manuel Urbano da Encarnação ele achou que por ali (no Purus) não encontrava a Bolívia, e entrou no Acre, foi até muito encima e também não encontrou o rumo e foi embora. Mas quem explorou mesmo a região foi o João Gabriel.

A – E desse retorno dele (João Gabriel) ao Ceará, como ele volta, como é o caminho dele?

M- Bom, ele dessa última viagem trabalhou com 12 homens, só ele e mais 12 homens, e pegou uns índios aí pra ajudá-lo né, e fez muita borracha, passou dois anos sem descer, e levou muita borracha. Ele levou o batelão cheio de borracha e um bocado flutuando. A borracha não afunda, então eles (as pessoal em geral que trabalhavam no extrativismo das seringueiras) faziam assim, eles (idem) pegavam corda, e a borracha naquele tempo era feita com um pau chamado cavador, o pau tinha assim uns 2 metros e a borracha era no meio, aqui tinha uma bacia que botava o leite, aqui tinha uma fornalha ou bulhão, que chamavam, cheia de madeira ou de caroço de jaci, coisa assim, casca de côco, enchia, tocava fogo, aí dava uma fumaça muito forte né, e ele pegava o leite e jogava encima (do cavador), botava qualquer coisa pra defumar, aí cortava e fazia, enrolava naquele cavador, naquele pau, aí ele ia regando por cima (o leite da seringueira), até fazer péla de borracha de 50, e assim vai. Pois bem, nesse buraco eles (idem) enfiavam as cordas, aí faziam aquelas filas de borracha, amarrava uma na outra, e fazia outra fila encostada. Agora, descendo o rio eles (idem) não tinham motor, não tinham nada, era no remo né, eles iam só guiando, e a água, a correnteza do rio levava, até chegar em Lábrea. Quando chegava em Lábrea, encostava o navio da firma do Visconde, que vinha trazendo mercadorias. O João Gabriel embarcou com a borracha dele nesse barco, chegou em Belém depois de muitos anos sem voltar, quando chegou a Belém o Visconde disse: “eu pensei que os índios tinham te comido”. Ele (J. G.) disse: “não, eu escrevi duas vezes”. Aí conversaram, e ele disse (o Visconde): “eu tenho uma surpresa pra você, o Imperador deu o título de comendador pra você. Eu que pedi”. Aí marcou o dia

pra pegar no palácio o título de comendador. Ele (J. G.) foi para o palácio e pegou o título. Ele (J. G.) foi na loja da casa comercial do Visconde e pediu a conta corrente, tirou a conta corrente, e tinha um saldo de 260:000\$000, naquele tempo uma fortuna. Pediu um saque para o Banco do Brasil do Ceará de 100:000\$000. Ele com esses 100:000\$000 chegou em Fortaleza, arrumou um combói (sic) pra levar pra lá pra Uruburetama, que tinha deixado lá a Mariana né (esposa de J. G.), e levou muita coisa, levou inclusive um presente para o João Paz, que era o padrinho dele que tinha negado a venda da novilha né, que ele se arreliou com isso, achou que um homem como ele podia ter mais crédito, e veio pro Amazonas e passou essa temporada por aqui. Agora o que eu não sabia é que ele (J. G.) escrevia (para a família). O José Paz que era tio (de João Gabriel), o Raimundo Paz que era irmão dele, a minha avó que quando veio era uma menina de 12 anos, o meu avô que era um dos pioneiros da exploração aqui né, Francisco Inácio Pinto (avô materno de Mário Diogo), eles se reuniam na varanda da casa deles, que era muito grande, parecia casa de fazenda lá do Nordeste, coberta de telha que vinha de Marselha na França né, naquele tempo até a madeira vinha do Pará, aqui havia, mas achavam melhor a madeira já preparada. Eles reunião nas noites de sábado pra fazer aquela cantoria a viola né, muitos cantavam desafio de viola, todo igual ao Ceará. E ele (Francisco Inácio Pinto) sentado numa rede achando graça, rindo, das respostas. De maneira que essa gente, eles talvez não conhecessem o que João Gabriel tinha feito no passado né, essa ligação que ele teve com a família eu mesmo não sabia que ele tinha (A referência que seu Mário Diogo fez a comunicação de João Gabriel com a família é contemplada a partir das cartas do migrante publicadas na revista do IHGC, que levei e entreguei ao seu Mário). Eles (os familiares que haviam ficado no Ceará) diziam que ele (João Gabriel) nunca mais tinha dado notícia. Foi fazer uma surpresa (em referência ao retorno de João Gabriel ao Ceará), quando chegou, arrumou o combói, saiu, foi dormir, na casa do (...). Como era o nome dele? Agora eu tô esquecendo das coisas. Ele (J. G.) dormiu na casa exatamente do companheiro que no passado foi pegar a novilha, ele (J.G.) sabia onde era casa dele, o combói foi pela estrada que tinha naquele tempo onde só se andava de animais né. Quando ele chegou lá já era de tardezinha, pediu pra dormir, tinha lá o paiol das coisas da fazendinha dele (do companheiro do passado) né, e o pessoal

(que acompanhava João Gabriel no comboio) espalhou-se pela estrebaria, ele (J.G.) ficou conversando com o homem que era compadre dele né, e conversaram, e conversaram, e o homem achando ele parecido com o João Gabriel. Até que perguntou: “Comendador, o senhor não dá notícia de um homem saído daqui, João Gabriel, que dizem que foi pra selva amazônica, pro rio Purus, e nunca mais voltou, será que ele morreu?” Aí ele (J.G.) disse: “É muito difícil a gente no Purus saber notícia de um vizinho, que às vezes vive a muitos quilômetros de distância”. Mas ele (J.G.) queria encobrir né. O homem insistiu, insistiu, conversaram foi muito, até umas certas horas da noite, e o homem cada vez se convenceu mais que era o João Gabriel. Quando foi de manhã, João Gabriel levantou-se cedo, aí ele (o companheiro do passado) já tinha preparado o café, trouxe café pra ele (J.G.), aí continuou o diálogo né, até que o João Gabriel não aguentou mais e disse: “Eu sou João Gabriel mesmo!”. Aí dizem que foi aquele abraço. Aí ele queria logo ir avisar a Mariana e ele (J.G.) não deixou, e disse: “Eu que quero fazer uma surpresa”. Aí ele foi e ela tava num engenho trabalhando. Quando mandou avisá-la que tinha chegado um senhor que queria falar com ela, ela veio. Quando chegou ele laçou ela com um cordão de ouro muito grande. Aí a Antônia, que era filha do casal, a única, disse: “senhor não seja tão atrevido, respeite minha mãe”. Aí o companheiro dele disse: “menina esse é teu pai!” Ela já tava noiva. Aí a Mariana no outro dia chamou a filha e disse: “olhe o José Mariano é muito bom, um rapaz trabalhador, mas você é filha de um homem rico, e tem que acabar com esse casamento”. Quando João Gabriel soube, ele conversou com a filha, a filha tava triste, e ele perguntou a causa, aí ela contou. Então ele disse: “Olhe, sua mãe mandava aqui todo esse tempo, ela era a chefe da família, agora você há de obedecer a mim. Mas você ficou contrariada de muito né.” Aqui nesse livro eu conto isso.

A - Aí o João Gabriel convenceu lá pessoal que ela tinha que casar com rapaz?

M – O João Gabriel aí foi pra casa e disse: Olhe quem manda aqui sou eu, diga lá ao Zé Mariano que ele pode se preparar pra casar no dia que tava marcado o casamento, na mesma hora, com as mesmas testemunhas, só que vou tendo outra testemunha pra colocar. Aí chamou o padrinho dele, disse que tinha uma afeição a ele, ele mandou 1:000\$000 pra ele dentro de uma correspondência,

dizendo que aquilo que passou tava desfeito, que ele queria conversar com ele, mandou uma carta pra ele. Então depois ele pegou o cavalo e foi bater na fazenda das emburanas, que era a fazenda de João Paz (o padrinho), que era o Capitão João Paz, que era tio da Mariana e padrinho dele (J.G.). Aí ele (J.G.) foi lá, quando chegou já ele sabia que João Gabriel tinha chegado (no Ceará). O receberam muito bem, mas meio assim, aí ele disse: “tudo do passado foi esquecido. Eu vim aqui lhe visitar, e dizer que o senhor fez um benefício a mim, porque se eu tivesse ficado aqui não teria passado do que era. Eu fui, sofri muito, mas hoje eu posso perdoar, porque aquilo foi a causa da minha fortuna”. Bom, aí convidou ele pra ir no casamento pra ser testemunha. Aí foi que ele passou dois anos no sertão, em 77 naquela grande seca no Nordeste, ele achou muita gente que queria vender as propriedades, ele andou comprando logo algumas fazendas vizinhas aquela área que ele tava. Aí, foi preparar a expedição para voltar, todo mundo queria vim. Naquele momento de seca e tal, queriam vim pro Amazonas. E ele arranjou uma expedição grande, umas 70 pessoas. E preparou pra volta. Aí veio Mariana, veio o pai dele, veio meu avô, que era irmão dele, trouxe também o Benvenuto (também irmão de João Gabriel) que acompanhou ele, mais um outro que chamava Alexandre.... não, mas esse outro veio depois, ele (A.) não veio na mesma expedição. Que eu soube ele (A.) foi explorar o laco, um seringal lá, e deixou a mulher também no Ceará. Voltou quando a exploração já tava montada, ele (A.) voltou ao Ceará e trouxe a família. Quando chegaram aqui o rio tava seco assim como tá agora né, mais seco ainda, coisa de 2 metros e meio abaixo né. Eles foram de canoa, da boca do laco até lá no seringal. Quando chegaram ela (a esposa de A.) disse: é aqui? Aí o Alexandre respondeu: é aqui minha esposa, aqui é o nosso cantinho, é o nosso seringal. Aí ela saltou, ajoelhou-se, e deu graças a Deus, aí botou o nome do seringal de graças a Deus. Ainda hoje tem esse nome. Da descendência do Alexandre tem muita gente lá naquela região de Sena Madureira e pelo laco.

A- Esse Alexandre é o A. de Oliveira Lima?

M- Não. Esse era irmão do João Gabriel também, Alexandre de Carvalho e Melo. Pois é, assim foi que eles exploraram. Agora, o Benvenuto explorou um seringal que tinha aqui adiante, o de Santana. Aí ele ganhou muito dinheiro, era

muito econômico, pegou uma boa freguesia, ganhou dinheiro, passou uns três anos aí foi embora pro Ceará. Vendeu a propriedade e foi embora pro Ceará.

A – E esse pessoal todo era aviado da firma do Visconde de Santo Elias?

M- João Gabriel veio com a expedição ainda do Visconde de Santo Elias. Quer dizer, toda mercadoria que ele trouxe foi da firma, até porque ele (J.G.) tinha um saldo muito grande, acumulou esse dinheiro lá na firma com a produção que ele tinha (J.G.), com muita decisão com essa gente nova que ele trouxe (J.G.). De maneira que quando ele foi pro Ceará, deve ter sido em 87 que ele voltou, porque em 86 ele tava no Tauariá e foi eleito vereador, naquele tempo era intendente que chamava. Foi eleito João Gabriel, Padre Leite, que era Padre de Lábrea, que era Francisco Barbosa Leite, o outro... o velho Labre, esses três eu sei que foram.

A – E como foi que o João Gabriel conheceu esse português? O aviador?

M- Olha, ele (J.G.) quando chegou em Belém foi pra uma pensão. Foi na pensão que o dono da pensão achou que ele (J.G.) tinha uma certa atividade, e disse: “Você quer me ajudar aqui a fazer compra, essas coisa, que eu não te cobro a tua estadia aqui”. Aí ele ficou na pensão, de manhã ele ia fazer as compras pra fornecer a pensão né, e um dia ele passou na casa do Visconde, logo ali perto do Ver-o-peso...Você conhece Belém?

A- Já passei por lá seu Mário.

M- Tá certo, então por ali era a casa dele (Visconde). E ele (J.G.) chegou, olhou, e viu umas coisas que ele precisava, subiu... Aí o Visconde tava sentado na cadeira, e o negocio dele era mais a viagem pra explorar os seringais lá pelo Amazonas. Aí ele (J.G.) ia passando e aí (o visconde perguntou): “Por favor, você é do Ceará? Eu to achando seu jeito parecido com cearense.” Aí ele (Visconde) começou a conversar com ele (J.G.): “Olha, você não tem vontade de fazer uma exploração pelo interior do Amazonas”, perguntou ao João Gabriel. E o João Gabriel disse: “Meu objetivo é ir ao Amazonas e me informar sobre um rio de boa produção pra ir trabalhar”. Aí ele (Visconde) disse: “Muito bem, você tá morando aqui?” (João Gabriel respondeu) “Não, não

estou morando aqui, to de passagem, só esperando condução pra subir o Amazonas.” (Visconde respondeu) “Olha amanhã você apareça aqui.” Ele (J.G.) no outro dia foi na hora marcada. Aí combinaram pra fazer a aviação, as mercadorias, ele (Visconde) deu o necessário pra subida do navio. Aí ele (Visconde) disse: “Olha, você tá numa pensão, você saia de lá e venha dormir aqui junto com os empregados da loja, numa casa aqui vizinha, você se hospeda lá e vai ajudando na arrumação, pegando prática daquilo que a gente precisar arrumar”. Aí ele (J.G.) aceitou, foi pra lá e ficou no setor de embalagem de mercadorias. Aí botava as mercadorias na fatura, num caderno aqui, anotando os volumes, os preços, pra depois fazer a fatura. O que hoje a gente chama de nota fiscal. A relação daquilo tudo, e pegou aquilo e compreendeu logo como era, aí começou a trabalhar, e escrevia tudo, tinha letra mais ou menos... Ele aprendeu no Maranhão... Porque na minha história, que os outros cearenses que vieram primeiro contavam, ele passou dois anos no Maranhão. Aprendeu com uns Frades muita coisa, disse que ia trabalhar com os Frades, mas queria que eles ensinassem a ele. Aí (a resposta dos Frades): “Pois não, nós te ensinamos”. Ele (J.G.) ficou trabalhando sem ganhar nada, só a comida e alguma gratificação que davam. Agora, toda noite ele estudava. Ele passou dois anos. Aí foi que ele resolveu viajar pra Belém, achando que tava preparado. Viajou pra Belém né...aí comunicou ao Prior da congregação né... Aí ele (Prior) disse: “Não,você fica aqui, nós lhe pagamos agora pra você ficar, o jeito é outro e tal”... Mas não deu... Foram deixar ele a bordo, deram dinheiro pra ele. Aí foi que ele pra Belém e conheceu o Visconde.

A- Às vezes eu fico me perguntando seu Mário... Como o João Gabriel ficou sabendo dessas coisas todas do Amazonas?

M- Já corria no sertão um boato de que no Amazonas se ganhava muito dinheiro. Mas que tinha muito índio, muita doença, essas coisas, mas que era muito bom de ganhar dinheiro. Mas quando ele (J.G.) saiu de lá, ele não tinha esse propósito ainda assim seguro né. Não tava ainda seguro. Ele foi com essa revolta íntima que ele teve com o padrinho, que era o João Paz, e saiu como um doido correndo. Pegou os quatro mil reis que ele tinha, pra dar conta das novilhas que custavam oito mil réis, e pegou os quatro e botou na mão do

padrinho e (J.G.) disse: “Olhe, entregue essa migalha a minha Mariana, e eu só volto quando eu tiver mais dinheiro do que o meu padrinho tem hoje.”

A – E voltou...

M- Pois é, e voltou!

A – E sobre aquela história que o senhor falou sobre a relação do João Gabriel com o Visconde, e aí depois como foi que ele (Visconde) disse da possibilidade de subir o Purus?

M- Olha, o navio tava se preparando... Eles tinham ido lá antes, e o navio que ia subir tinha entrado para o Purus. E o português mesmo disse que o Purus era um rio de muita importância, muito produtor de borracha.

A- E nesse tempo não era ainda muito explorado...

M- Tavam começando, lá pela boca do Berury, começando as explorações... Aí ele já vinha com o propósito... pela explicação que teve em Belém.. E quando chegou em Manaus... naquele tempo a embarcação saia carregada de mercadorias e de gente e passava por Manaus, que era a capital né, desembarcava a viagem e seguia até onde tinha exploração... No fim das explorações eles voltavam. Trazendo produto né, levando mercadoria.

A- Trocavam pelos aviamentos...

M- Agora, o navio só voltava no outro ano. Mas quando chegou no alto mesmo, aí só mandava o navio uma vez por ano mesmo. Ficavam por aqui com saudade e sem comunicação... Eu vou lhe contar uma que aconteceu com o meu pai. O meu pai quando ele deixou o Ceará, tinha 14 anos, ele foi criado pelo João Gabriel, e pela Antônia, filha dele. Então meu pai ficou (na boca do Acre)... quando o João Gabriel foi ao rio Negro trazer os sobrinhos que tinham ficado órfãos, porque o irmão tinha morrido, meu pai tinha dois anos. Aí ele veio pra cá, pra boca do Acre, aí do Anajás (seringal) e foi pro Santana, que era um seringal que tinha ali de uns parentes que tinha lá. Mas aí ele não se deu por lá, aí o João Gabriel foi buscar ele, e ficou criando ele. Foi pro Tauariá e levou o papai. O João Gabriel entregou a direção do seringal do Tauariá ao genro, que era o José Mariano, que era o marido da Antônia. Então lá ele ficou

administrando muito bem aquela área, que era muito grande. Tem o nome Tauariá por causa de um lago que tinha que chamava Tauariá. E tinha o outro lago muito grande chamado Abufarí, esse que é grande, enorme! Ele ficou, explorou tudo aquilo, e ficou como um posseiro daquilo tudo. Bem, nesse... o papai passou aqui alguns anos... quando Zé Mariano foi ser gerente do Tauariá levou o papai. Aí papai passou lá uns tempos, quando eles resolveram ir fazer uma viagem, eles resolveram de ir lá no Ceará. Quando eles desceram, João Gabriel desceu com a Mariana, chegaram no Tauariá, lá demoraram e levaram o papai....já tavam com eles né. Chegando lá (no Ceará) deixaram na casa do Benvenuto, que tinha comprado uma casa em Fortaleza, tinha comprado umas fazendas...e o papai ficou lá... saiu com 14 anos e voltou pra cá. Nesse tempo João Gabriel não tava mais aqui. Porque o papai nasceu em 1880, e minha mãe nasceu em 1883, e se casaram...

A- Eles nasceram aqui seu Mário?

M- Não, papai nasceu no rio Negro, veio pra cá porque o pai dele morreu, que era irmão do João Gabriel, o José de Carvalho e Melo, e o nome da minha avó era Francisca do Nascimento de Melo. Então, ele foi pro Ceará passou esse tempo, voltou, veio pra cá, aí foi explorar o laco, e comprou um seringal chamado Baturité...

A-Esse é o nome de uma cidade lá no Ceará né...

M- Pois é, o papai comprou um seringal que chamava Baturité, aí ficou trabalhando, daí ele veio, casou-se com a minha mãe aqui na Bem Posta (seringal localizado na Boca do Acre), Francisca Itálida Pinto de Melo. Aí foi pro Ceará... Mas antes disso... O que ia contar era isso... do isolamento, uma prova do isolamento. Quando o navio das mercadorias chegou lá do Baturité (o seringal) com a mercadoria, descarregou, era o mês de abril, recebeu as cartas, jornais, essas coisas, e soube que o Brasil era República, um ano e tanto depois... e eles não sabiam, pensavam que ainda era Império. Aí eles ficaram muito tristes, todos eram monarquistas! Ficaram muito tristes, abalados...

A- E essa coisa do pessoal que saía daqui do Amazonas e voltava lá pro Ceará, trazia gente de lá, vinha pra cá... Eu ouvi falar de uma história que chamavam esse pessoal de *Paroara*, o senhor já ouviu falar disso?

M- Olha, quando chegavam lá em Belém, eles começavam a fazer aquela orgia... aí gastavam muito dinheiro atoa, coisa de gente mal preparada pra essas coisas né... nunca tinham visto dinheiro.... Aí botaram essa alcunha de *Paroara*...

Esposa do senhor Mário interrompe (Dona Floripes) – Não era *Paroara* não! Era *Arigó*! Ei, chamava era *Arigó*.

M- Não, *Arigó* é de agora. *Arigó* é depois da segunda guerra mundial... Mas você sabe como era que chamavam aqui, quando eles chegavam? *Brabo*!

A- *Brabo* era quem chegava de lá aqui nos seringais?

M- Quando *brabo* chegava, aí o patrão mandava o combói levar ele e distribuir nas colocações centrais..

A-E por que chamavam de *brabo* seu Mário?

M- Porque não conheciam nada da vida aqui, não sabiam de nada. Aí o patrão botava um seringueiro *manso*, esse que já era acostumado, pra ir ensinar ele como era que se fazia a estrada, o caminho pra andar de uma seringueira a outra. Uma estrada tinha, por exemplo, cem árvores, seringueiras. A boca aqui, e fazia a boca, ele ia por aqui cortando, fazia uma volta por aqui, e terminava onde começou. Aqui ele deixou as tigelinhas embutidas nas seringueiras aparando o leite, quando ele chegava aqui, pegava um balde e um saco... fazia aquele saco redondo assim, e tinha a boca que era amarrada... assim com sernambi, como eles chamavam sabe? Uma taboca, aí faziam... tapavam a boca do saco com aquilo. Eles iam botando o leite no balde, quando o balde tava cheio, na posição que eles queriam, ele arriava, pegava o balde despejava num saco, amarrava o saco e botava nas costas e saía colhendo até acabar de cortar. Quando ele acabava de cortar aqui, dá a volta cortando, eles pegavam aqueles instrumentos, o balde, o saco... e saía colhendo o resto leite. Quando chegava aqui era um tapiri, aí tinha um tapiri aqui que era a casa onde eles

moravam... Sempre eles solteiros, não traziam mulher... Tinha até uma anedota, que se dizia no alto Purus, cabras doidos por mulher, e não tinha... aí se escutou o barulho do apito do navio que vinha descendo, eles andavam uma volta pra ver se vinha outro, porque a volta aqui é muito fechada assim né...Aí eles ouviam o apito e corriam pra margem, aí um deles ficou na margem na praia aí atirou, aí quando o navio apitou aí ele atirou, três tiros era o chamado. O comandante desligou a máquina do navio e disse: "O que é que você quer?!" Aí ele disse: "Comandante quando o senhor voltar traga uma mulher pra mim!"... Aí o comandante disse: "A sua mãe serve?" Aí ele disse: "Serve sim senhor, mas se não encontrar a minha traga mesmo a sua!" Eles encomendavam mulher mesmo! Era, e chegavam lá em Belém pegavam mulher solteira e traziam...era fome de mulher! Às vezes eles faziam festa que dançava homem com homem, os instrumentos eram aqueles lá do Ceará que eles compravam... era viola essas coisas assim... faziam umas festas deles aí.

A- E esse negócio do cearense aqui no Amazonas seu Mário, por exemplo, quando iam pegar gente pra trabalhar na seringa, ou em outra coisa, por que tinham preferência pelo cearense?

M- Olha, eu acho que a preferência era porque quase todos os exploradores eram cearenses.

A- O senhor fala dos donos de seringais?

M- Isso, os seringalistas quase todos eram cearenses. Pelo menos os daqui eram cearenses, os exploradores, e quase todos eram da mesma família do João Gabriel, ou quando não era gente conhecida dele daquela área.

A- ...daquela área de Uruburetama?

M- Isso, os que vieram daquela área e povoaram, cada qual... O meu avô, ele chegou aqui, aí foi trabalhar num lugar chamado *Flores*, ele botou o nome de flores porque no mês de junho tem uma árvore chamada mulungu que dá uma flor vermelha e amarela, muito bonita, e tinha muito mulungu ali naquele lugar onde ele fez a clareira pra começar a trabalhar, aí ele botou o nome de *Flores*.

Depois ele comprou do João Gabriel um lugar chamado *Cajueiro*, que ficava vizinho do outro lado do rio (Purus), e comprou aqui, nesse dito lugar onde eu tenho até as escrituras... eles passavam de um pro outro.

A- E falando nessas escrituras seu Mário... me lembrei daquela história que o senhor me contou ontem que o Arthur Cezar Ferreira Reis veio aqui na Boca do Acre, e queria escrever uma história sobre essa região, e levou uns documentos e nunca mais trouxe...

M- Naquele tempo eu era menino quando apareceu um senhor aqui chamado Napoleão Ribeiro. E eu tava na casa do meu avô, que era bem perto da nossa casa, e ele tava lá conversando com meu avô, e com o José Paz, e um outro chamado Zé Benedito Pereira, era Benedito o nome dele.... Benedito Pereira de Souza, que era casado com uma parente da minha avó, com uma irmã da minha avó. Essa gente tava conversando com Napoleão Ribeiro, explicando essa viagem, essa trajetória que fizeram do Ceará e tudo, e ele escreveu um livro chamado... *Desbravadores do Acre*... Parece que era, não me lembro mais o nome desse livro. Esse livro contava a trajetória das explorações por aqui.... Assim, umas certas crônicas que ele fazia, não sabe? E tinha uma sobre o João Gabriel que era a maior, relatava mais ou menos aquela parte que eu falei lá do Ceará, que ele abandonou por causa da venda de uma novilha, até a família vir embora, e até a chegada dele... mas coisa assim de duas páginas que ele escreveu. E quando eu escrevi esse livro aqui, eu tinha um primo que tinha um exemplar desse livro, eu li e com as conversas que era igual aqui...eu escrevi esse livro.... Quando eu tive um folga na política aí eu escrevi esse livro, eu escrevi depressa, não demorou muito não, e eu nunca tinha feito nada... Romanceei mais ou menos, mas contando a verdade do que me diziam. Eu não escondo nada do que me contaram, dos primeiros que vieram. Agora o que tá me surpreendendo é que eles diziam que nunca tinham dando nem notícia do Ceará, e aí você tem essas cartas né... Mas onde você conseguiu essas cartas?

A-Eu consegui essas cartas num lugar chamado Instituto Histórico do Ceará...

M- Ah, Instituto Histórico, uma organização histórica né...

A- Isso, aí eu fui olhar as revistas desse Instituto, e encontrei uma de 1932, esta com um artigo com o título: *O Comendador João Gabriel. E a origem do nome Acre.*

M- E a origem do nome Acre! E essa origem ele não conta?

A- Ele conta aqui mais ou menos....

D. Floripes – Mas qual foi a cidade hein?

A- Lá em Fortaleza mesmo.

D. Floripes - Fortaleza mesmo? Poxa... no cartório?

M- Não, no Instituto Histórico!

A- Um lugar que desde 1800 e tanto publica coisas desse tipo... e teve uma revista publicada que continha as cartas do João Gabriel.

D. Floripes - Ah! histórico... Ele só vai na carreira, passa uma semana e já quer vir embora. Aí não adianta, eu deixei de viajar por isso! Ele sai dos cantos e só quer passar uma semana... Ah! porque eu tenho minha fazenda. Ah! porque eu tenho não sei o que. A gente desliga dessas coisas homem! O que há de ser da gente é! Não é? (A fala da esposa faz referência as viagens do casal a Fortaleza.)

A- E aí tem essas cartas aqui seu Mário, uma de quando ele chegou em Belém em 1854, né, mandando lembrança pra todo mundo que tinha ficado no Ceará.

M- Tá vendo! Ele escreveu... faltava eu me informar disso.

A- Eu vou até ler pro senhor...

D. Floripes- Ei! Ele tá falando Mário!...Ele tem um negócio! Da gente tá falando e ele não olhar!

A- Eu vou ler aqui pro senhor a carta. Ele fala assim, primeiro numa carta pro pai dele, que tinha ficado no Ceará, o José Gabriel, e escreve assim: *Meu amantíssimo pai. Primeiro que tudo estimo que Vmce. Minha mãe e toda nossa família estejam logrando saúde; e Vmces. me deitem sua benção. No dia 17 do corrente aqui cheguei sem novidade. Está ancorado no Porto desta cidade o Vapor Rio Negro, em que devo seguir para a cidade de mesmo nome, Província do Amazonas onde pretendo estar até dia 10 de outubro vindouro. Tenho tido nesta cidade mui má informação do comércio daquela, e se for como me afirmam, logo que dispunha as fazendas que levo, voltarei; é muito longe, e são grandes as despesas; só a minha passagem custa 200\$000 reis, e por cada conto de reis de fazendas serão nunca menos de 100\$000, isto é, vindas do Maranhão como as minhas. Não me recomendo aí a ninguém, porque o curto período de 7 anos já gastou a lembrança deles para com este aventureiro; mas eu ainda me lembro de 8 que são: o Illmo. Sr. José Gabriel de Mello, a Snra. Da. Rosa Maria de Jesus; a Snra. Da. Mariana Paz de Ávila e Mello, a Illma. Da. Antonia de Carvalho e Mello, o Sr. Meu innocente filho José Mariano de Mello...*

M – Ele diz que é filho dele?

A- Isso, ele diz que é filho.

D. Floripes- Deve ser filho de criação.

A- Aí ele continua: *...a Snra. Francisca Antonia da Palma, Antonio Paz de Ávila e Jacinta Maria de Jesus; quanto eu não desejo saber das brilhanturas desse illustre Povo, mas quem quereria se dar ao trabalho, de com a pena na mão estudar os decorridos de uma largo período para dar noticias a um aventureiro. Ninguém! V.mcês, roguem por mim, que com a ajuda do mesmo Deus pretendo dar a vossas mecês com o que passarem o resto de seus dias. Adeus*

meus queridos Pais. Abenção. Aceitem o coração do obediente filho João. Aí ele escreve no final: Estou bastante aterrado de medo nesta cidade, por haver nela bexiga verdadeira e febre amarela; porém Deus é grande. É bastante doentio este canto do mundo; hoje 25 corrente fico de saúde. Tai, essa é a de 54, a outra ele manda pra mulher dele, se depois o senhor quiser ver. A outra é de 58.

M- Eu quero cópia de tudo. Você tem cópia?

A- Tenho. Essas aqui podem ficar com o senhor. A outra carta foi pra Mariana, a mulher dele, ele disse: *Manaus, 8 de novembro de 1858. Se a sorte não tem permitido que eu possa chegar aos vossos braços, e adorar os meus tenros filhos, consolar os meus velhos pais, ao menos quero de quando em quando fazer chegar as tuas mãos estas linhas que são testemunhas de que ainda tens marido, teus filhos pai, e teus sogros filho. Até hoje fico sem novidade, graças a Divina Providência. A 5 de abril do ano passado segui destas cidade para o rio do Purus, que fica para as partes da Bolívia, e muito no interior da Província em que estou, levando comigo 8 contos de reis em fazendas. No dia 7 de setembro do mesmo ano saltei no Itapá, aonde descarreguei o meu barco conduzindo para aquele lugar 40 famílias para ali tirarmos os gêneros seguintes: seringa, salsa, óleo de copaíba, manteiga, e outros muitos gêneros. Em fins de outubro do citado ano fiquei sem ter farinha, e até maio, deste ano não a pude mais obter, e por essa causa me ficaram 13 contos de reis fiados, trazendo gêneros apenas para 8 contos, e por este motivo torno agora mesmo para o dito lugar a ver se cobro o meu dinheiro. Levo apenas 4 contos de reis em gêneros de primeira necessidade. Vou me empregar com todos os meus devedores na seringa, porque está por 25\$000....*

M- 25\$000? Agora não se sabe se é o quilo...

A- Pois é, quanto a isso ele não fala aqui na carta. Aí ele continua na carta dizendo que tem planos de voltar pro Ceará, sempre afirmando que tem planos de voltar pro Ceará. E aí no que eu tô estudando, ele volta pro Ceará por duas vezes, a primeira vez em 1869, né. Quando ele fala com o português em

Belém, e vai pro Ceará. Aí no mesmo ano volta, trazendo a família toda pra cá, inclusive a Mariana...

M- Que ano era isso? Voltou em 69...

A- Pois é, essa carta que eu li dirigida a Mariana é de 58, e ainda demoram 11 anos pra ele voltar pro Ceará, em 69.

M- Voltou em 69?

A- Voltou em 69. Esse é o registro que eu tenho lá, não sei se tá certo. Porque da memória que o pessoal lhe contou aqui não é assim né. A gente tem muito o que ver... Então, e aí ele faz essa volta né. Quando ele volta nesse tempo, muito rico, com um saldo muito grande, quer fazer aquela surpresa que senhor disse pra mulher dele, pra filha, pro pessoal... Aí ele chega e compra uma porção de fazendas lá na região, e não sei quantas cabeças de gado. Como se fosse um jeito dele dizer: "Tá vendo meu tio, aliás o tio da Mariana que negou o empréstimo, não condeno o senhor! Pelo fato do senhor ter negado aquele dinheiro, porque hoje eu sou o que sou". Esse trecho aqui é de outro sujeito que fala dele, o José Carvalho. Mas o Napoleão Ribeiro tá aqui atrás, olha, um trecho do livro que o senhor tava me falando há pouco.

M- Bem, esse livro do Napoleão Ribeiro devia ter mais ou menos umas 100 páginas...

A- Qual foi a época que o Napoleão Ribeiro veio por aqui seu Mário?

M- Olha, mais ou menos... Foi na década de 30. Talvez no fim da década de 20. Eu era menino, e eu nasci em 13, no dia 15 de março de 1913, ali na Bem Posta.

A- E ontem o senhor me falou daquele que foi governador do Amazonas, como é o nome dele?

M- Ah! o Arthur Reis.

A- O Arthur Reis também veio por aqui?

M- O Arthur Reis veio como governador, na época que eu já tinha sido deputado. Ele veio aqui e me encontrou aí na terra firme, conversou muito comigo, e me pediu pra eu ir à noite na prefeitura conversar com ele. Eu era adversário do prefeito, mas quando eu cheguei não teve problema. Aí ele largou tudo e foi falar comigo. Aí ele já me conhecia, porque eu tinha sido deputado por 8 anos. Aí entabulamos conversações, ele me ajudou bastante, mas eu não pedi nada. Ele queria que eu fosse secretário dele em Manaus, mas eu tava negociando aqui, eu tinha negócios por aqui e não pude ir. Aí eu disse a ele que tava devendo e precisava trabalhar aqui pra pagar as contas...

D. Floripes- Isso já perdeu muita coisa boa pra não deixar a boca do Acre. Isso é burro!

M- ... Mas ele disse que se eu quisesse conversar com ele, eu podia chegar lá e empurrar a porta e falar com ele. O que eu precisasse pedir, se tivesse nas proximidades dele, ele me atendia. Eu era promotor substituto, então eu fui demitido por perseguição política, aí eu fiz uma carta pra ele dizendo que o cargo de promotor substituto daqui tava vago, e se eu merecesse, aceitava a ser nomeado outra vez, ou entregava mesmo. Imediatamente quando ele recebeu minha carta, ele baixou um ato pra o cargo ser reintegre pra mim. Aí eu assumi, me aposentei depois, fui prefeito outra vez. Depois terminou meu mandato. Eu que fiz aquela cidade nova, quer dizer quem começou, um aterro que teve por acolá eu fiz, fiz três colégios, fiz uma porção de coisas, aí eu deixei a política e não quis mais. Mas então ele levou esses livros que nós tínhamos aqui... do Napoleão Ribeiro, era meu primo que tinha, o Teodorico. Aí ele levou e não devolveu o livro.

A- Então ele levou essa documentação do seu primo e não retornou?

M- Mas isso já tava velho!... Sim, mas essas tão assim, nessa ordem. (fazendo referência as cartas, e mudando de assunto)

A- Eu ponho na ordem direitinho depois, já já. Aqui são duas revistas, uma de 1932 e outra de 1939. A primeira contando histórias do João Gabriel (onde são publicadas as cartas), e a segunda com algumas erratas do artigo de 32. Mas seu Mário, antes disso, eu quero explicar um pouco da minha trajetória até

chegar ao senhor. Eu to fazendo um trabalho que fala sobre o João Gabriel, e sobre esse pessoal todo que veio do Ceará, num curso de mestrado em História. **E por isso, eu estou gravando essa nossa conversa, pra que eu possa utilizar como fonte no meu trabalho. Eu posso falar disso no meu trabalho?**

M- Pode, pode sim, por que não? Pode fazer referência. Olha, outra coisa, eu tinha uma carta de um que foi pro Ceará, e que teve aqui, e passou uns tempos, e fez uma carta pro meu avô, que dizia assim: *Ainda me lembro bem daquele dia que nós chegamos no navio Anajás. No dia 3 de fevereiro de 1878, o navio atracou....* fala na carta de uns índios que vinham atravessando o rio, dizendo que ele tava com muita saudade, e que ele ia voltar pro outro ano. Ele era casado com uma irmã da minha avó.

A- Quem foi que mandou essa carta seu Mário?

M- Benedito Pereira... eu não me lembro muito bem, mas sei que tinha Benedito Pereira.

A- E essa carta existe ainda?

M- Ah! Essa carta... eu achei essa carta no arquivo da minha mãe, mas já tava toda ruída assim, de traça entendeu? Mas eu li mais ou menos isso...

A- Ei seu Mário, outra curiosidade que eu tenho é sobre a relação dos indígenas daqui e o esse povo que chegava?

M- Aqui tinham os *Apurinãs* e os *Jamamadi*. Mas essas duas tribos... Uma era no Icapama, um igarapé que fica a uns 50km daqui, subindo o Purus, na margem esquerda, um igarapé grande que habitavam os Jamamadi. Ainda hoje quando você chegou, num tinha um homem conversando comigo, um moreno, pois é, é um Jamamadi. Sim, eles (migrantes e indígenas) fizeram relações muito... talvez diferente do que aconteceu por aí a fora. O João Gabriel era um grande conquistador mesmo, um grande explorador, e ele conversava com os

índios e aprendia a língua. Ele aprendeu apurinã, aprendeu paumari lá pra baixo, e ele aprendeu... Mas ele teve mais contato com os Apurinã, e lá no baixo foi com os... Agora o nome eu esqueci... Eram uns índios que eles nascem bom, não tem pinta, depois todos ficam pintados, é um negócio que eles passam na pele né... O João Gabriel aprendeu a língua dos *Jamamadi*, dos *Apurinãs* e desses outros aí lá do baixo Purus... Quando ele chegou aqui ele conversou com o *Tuchau* (liderança *Apurinã*), a primeira vez ele falou com os *Apurinã*, e eles fizeram logo amizade, porque o João Gabriel deu um rifle pra eles atirarem, um terçado pra limpar o mato... Não, não, o rifle foi no segundo encontro, no primeiro foi só o terçado. Aí eles ficaram animados porque cortaram o mato, porque só faziam arrancar com a mão naquele tempo, e fizeram amizade, e os *Apurinãs* depois, aqui pros lados do Ituxí tinha outra tribo, não gostavam de perpetração(sic) ...Quando o Barão de Boca do Acre, que era o Alexandre de Oliveira Lima, fez umas explorações até nas cabeceiras do Sapatini, eles se arreviaram (sic) contra isso né. E resolveram fazer um ataque no barracão do Barão, que era o Alexandre de Oliveira Lima. O *Camicuã* que era um chefe Apurinã, que chamava também de *Tuchau*, veio e avisou o Alexandre de Oliveira Lima, que botavam o nome de barão porque era bonachão né. Disse que eles vinham atacar, já marchando de lá pra cá... Aí ele (*Camicuã*) se ofereceu pra ir atacar eles antes que eles chegassem aqui. Aí o Barão juntou um pessoal, e ele levou outros apurinãs dele, e tiveram um encontro numa certa área, já dentro das explorações do Barão, encontraram outros índios que vinham do lado do Ituxí. Aí eles tavam fazendo um acampamento pra pernoitar, quando eles atacaram com uma chuva de flechas, assim... o *Camicuã* foi logo atingido. Aí eles reagiram atirando nos outros né, fizeram uma batalha muito grande, morreu um *apurinã* e o *Tuchau* ficou ferido. Pois bem, mas o *Camicuã* morreu, pegou uma flechada no peito, o *Tuchau*, aí botaram numa rede e logo adiante ele morreu.

A- Isso aconteceu mais ou menos em qual tempo seu Mário?

M- Isso foi já, talvez, eu não sei a época certa... Mas foi talvez em 1881, por aí...O Barão já tava situado aqui, já tinha comprado essas explorações do João

Gabriel, e já tinha o barracão dele, e já começado o povoamento aqui da boca do Acre.

A- E esses índios trabalhavam pra esse pessoal que chegava aqui, tiravam seringa também?

M- Esses lá de dentro eram contra os exploradores daqui, porque diziam que a região que eles exploravam era o lugar onde eles viviam. Dalí para o centro né... Não sei porque, até que eles vieram atacar o Barão. Aí houve essa batalha lá no centro. A única questão de índio que houve aqui. Era índio contra índio, defendendo...

A- E o João Gabriel quando chegou, teve relação com esses índios?

M- Ele falou com o índio, e pediu... que queria fazer uma aliança. Ele não hostilizava os índios, queria ajudar. Aí eles compreenderam logo, porque ele deu logo um terçado. Mas adiante ele tava conversando com o *Tuchau*, aí veio um Cujubim, um pássaro que tinha muito, era um pássaro que se não foi extinto só existe nessas matas muito longe, mas o Cujubim era uma excelente caça, pra alimentação né. E o Cujubim veio e sentou numa árvore, e o João Gabriel veio e atirou no Cujubim, aí o índio ficou encantado com aquilo. Aí ele disse, *eu vou lhe dar isso aqui, só tem uma coisa, você não atire em gente, nem em outro índio, você só atire nos animais quando você caçar*, e ele concordou. Nunca houve nada com esses índios, ainda hoje quando a FUNAI chegou, muitos já eram eleitores, casados, tinham família, muitos já tinha comprado alguma propriedade, acabaram com esse negócio de maloca pra aqui pra acolá... A FUNAI chegou e pegou uma área indígena ali nas terras do meu avô, e estabeleceu uns índios lá, mas eles nem moram lá. Olha, uns são seringueiros, uns trabalham com agricultura, tem uns até que são professores ali na terra firme, num povoado que tem. De maneira que nunca houve hostilização com os índios, por causa do João Gabriel.

A- Igualmente o pessoal que vinha do Ceará, naquele tempo do João Gabriel, os índios tiravam seringa, faziam péla de borracha...

M- Eles faziam também. Os patrões faziam deles a mesma coisa que faziam com os outros, vendiam mercadoria, tomavam nota, e trocavam pela borracha né, dinheiro naquele tempo quase não corria.

A- Então os índios também eram aviados?

M- Era, também era. Os seringalistas vendiam o que eles precisavam. Precisavam de roupa, precisavam de comida, essas coisas assim. E eles aviavam e recebiam a borracha. Até no tempo do meu pai nós tínhamos uma porção de fregueses que eram índios. Eles ainda hoje gostam de mim. Toda vida eu fui amigo dos índios, e sempre combati esse negócio de hostilizar índio, e índio hostilizar a gente. Nós somos todos brasileiros! Sou contra a política da FUNAI, porque eles escravizam de alguma maneira, assim... Deixando que o índio fique em seu estado primitivo, é um erro muito grande! Eu acho que o índio devia ser educado, o índio devia ser integrado a sociedade, e não ter essa história de índio, nem de branco, e sermos todos brasileiros. Nós não temos os negros da frica aí? Que foram escravos, e hoje pertencem a sociedade. Por que o índio não fica do mesmo jeito? É muito melhor para o Brasil! Porque esses índios isolados, sem terem contato, e com muitos direitos nas terras que o governo dá... Eu acho que futuramente quando outros povos, outras nações, ficarem com as vistas mais crescidas em cima da Amazônia, vão conseguir que esses índios se reúnam, e vão pleitear uma nação pra eles dentro da nossa. Se toda a sociedade chamasse eles, e fizesse deles professores, engenheiros, e finalmente todas essas profissões que nós temos... Aqui no Amazonas mesmo temos exemplos, nós temos nas faculdades muitos índios, uns são professores, agrônomos, veterinários, finalmente cada qual escolhe a posição que quer. Isso a FUNAI não gosta, mas é importante.

A- Então seu Mário, dentro do seringal, tinha o seringalista, o seringueiro, o barracão...

M- Olha o barracão era a casa grande lá do Nordeste. Eles faziam uma clareira grande, e o dono do seringal comprava burro vindo lá do Ceará, pra fazer

aquelas estradas, chamadas de varadouros, lá pro centro da floresta, pra conduzir a borracha. Agora o combói levava as mercadorias e distribuía de colocação em colocação, e voltava trazendo a borracha. O seringueiro não tinha o trabalho de ir buscar a mercadoria na margem e trazer a borracha nas costas, os burros era que traziam a borracha, levava a mercadoria deixava nas portas, e trazia a borracha. Então, essas expedições chamavam-se combói, e o encarregado disso era chamado comboeiro, que era empregado do barracão, que ia levando a mercadoria, e entregando pela nota que ele levava, uma nota ficava pro seringueiro e a outra ele levava. E quando voltava trazia a borracha da mesma gente, que era pesada na margem, assim que era a vida do seringueiro. Quando eles chegavam lá do Ceará eram chamados de brabos, porque aí eles iam ensinar como é que eles cozinham, como é que faziam as coisas, eles não sabiam. Tinham que comprar uma tempe (sic) de ferro, ou então fazer uma fornalha no barro né, onde eles botavam as panelas em cima pra fazer comida. Eles não tinham mulher. Eles faziam a comida de madrugada e iam pra estrada. Deixavam a comida tampada ali, com o fogo baixo, lento. Quando eles acabavam o serviço da estrada, e aproveitavam aquela comida pra jantar. Levavam pra almoçar num saquinho de borracha, eles costuravam um saquinho, botavam uma farofa dentro, e ia pra estrada. Na estrada sempre tem um igarapé. Chegavam na beira do igarapé comiam e bebiam água, na volta eles sempre traziam alguma caça, qualquer coisa pra comer. Alimentação deles era mais de caça e pesca, eles não gostavam muito da conserva.

A- Que era o que tinha pra vender no barracão?

M- Isso, mas não gostavam. Matavam as pacas, conforme uma colocação que tivesse três homens, todos três andavam armados, pra ficar atento as caças, mesmo porque também tinham as onças. Eles carregavam a tiracolo, naquele tempo era rifle 44, e assim que se alimentavam...

A- Mas eles já chegavam com o rifle, ou quando chegavam é que compravam?

M- Chegavam e compravam. O patrão vendia a mercadoria pra comer, roupa, faca, machado, terçado e armas, utensílios de cozinha, prato, colher...

A- E tudo isso tinha que ser pago com o saldo da seringa?

M- Eles pagavam. Quando eles entregavam a borracha, aquilo era colocado numa conta corrente né, o total da fatura escrito como débito, a borracha entregue era escrita como crédito. Dinheiro não se via quase né. Quando tirava saldo eles mandavam um saque, que chamava, era uma ordem de pagamento pra firma de Manaus pagar quando o seringueiro tirava o saque. Aí eles faziam aquela orgia, como a gente conversou, e chamavam eles de Paroara. (Pausa, a esposa do senhor Mário serviu água de côco)

Quando eu comecei a cortar seringa eu tinha 13 anos, naquele tempo não tinha escola, e nem as condições que hoje nós temos né. Naquele tempo a gente vivia isoladamente. Quando eu nasci ainda eram assim, o papai entregava a borracha na firma, e comprava as coisas que precisava. Pela firma que aviava aqui pelo Purus, que era a J. Leite e Cia., de Manaus, que era quase dona de todo o Purus. Tinha a J. Leite e Cia; J.G. de Araújo e J. S. Amorim. Eram as três principais firmas que faziam aviação pra seringal. Já depois que eu sou vivo. E a gente fazia borracha, e entregava a borracha, dinheiro a gente via quando vendia alguma coisa. Meu pai criava gado, criava porcos, carneiros, e plantava, milho, arroz, feijão, fruteiras... Os seringueiros nas colocações também plantavam pra se alimentar, mas se alimentavam mais de caça e pesca mesmo. (Pausa)

Pois é rapaz, é a vida. Isso é muito importante (referindo-se as cartas de J.G.) porque agora eu vou entender melhor, mas eu já to muito velho pra escrever outro livro. Você é quem vai escrever. Esse foi o primeiro que eu escrevi, depois desse eu escrevi o *Boca do Acre e seus povoadores*, o outro foi o *Memórias*, que fala mais ou menos a história da minha família, e eu também tenho umas poesias, que são todas regionais, eu não falo em amor, essas coisa... Quer ver? Eu tenho umas que vão sair... *Minha terra tem mistérios, tem fantasias primárias, tem cheiro de mato verde e as Amazonas lendárias. No rio tem boto encantado, no lago a lara atraente, no chapadão o curupira malvado e o mapinguari gigante e valente. Tem passarada vibrante, vitória régia flutuante, arvoredos e belas cenas. Será que o eldorado, o paraíso é mesmo perdido?* Pois é, todas sobre isso... Mas eu não decoro...

A- Muito bonito seu Mário, depois eu quero ler o livro quando sair. Eu não quero demandar mais muito do seu tempo, eu agradeço muito essa conversa.

M- E quando você terminar esse seu trabalho você me manda!

A- Na hora seu Mário, pois eu agradeço, mais um vez, muito.